



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-
OESTE, UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



FERNANDA DE ARAGÃO MIKOLAICZYK

**EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA E SOCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL BRASILEIRO: AS
MATRIZES CONCEITUAIS E IDEOLÓGICAS DO INSTITUTO
INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA –
IICA**

**GUARAPUAVA
2016**

FERNANDA DE ARAGÃO MIKOLAICZYK

**EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA E SOCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL BRASILEIRO: AS MATRIZES
CONCEITUAIS E IDEOLÓGICAS DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE
COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro - Oeste, UNICENTRO para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angela Maria Hidalgo

**GUARAPUAVA
2016**

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

M636e Mikolaiczuk, Fernanda de Aragão
Educação como estratégia política e social para o desenvolvimento do meio rural brasileiro: as matrizes conceituais e ideológicas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA / Fernanda de Aragão Mikolaiczuk.– Guarapuava: Unicentro, 2016.
xvii, 242 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação; área de concentração: Educação; linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação.
Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Hidalgo;
Banca examinadora: Prof. Dr. César Aparecido Nunes, Profa. Dra. Michelle Fernandes Lima.

Bibliografia

1. Educação. 2. Capacitação. 3. Capital Social. 4. Desenvolvimento Rural. 5. Sustentabilidade. 6. IICA. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.

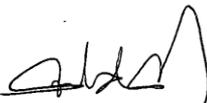
CDD 20. ed. 370.19346

TERMO DE APROVAÇÃO

FERNANDA DE ARAGÃO MIKOLAICZYK

**EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA E SOCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL BRASILEIRO: AS MATRIZES
CONCEITUAIS E IDEOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO
INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA- IICA**

Dissertação aprovada em 21/03/2016 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Educação, pela seguinte Banca Examinadora:



Prof. Dra. Angela Maria Hidalgo
(Orientadora/UNICENTRO- PRESIDENTE)



Prof. Dr. Cesar Aparecido Nunes
(UNICAMP- MEMBRO TITULAR)



Prof. Dra. Michelle Fernandes Lima
(UNICENTRO- MEMBRO TITULAR)

GUARAPUAVA-PR
2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aquele que amo e que me possibilita ser melhor a cada dia, no meu processo de humanização. Meu companheiro de vida, Sandro Piccoli Vigil. E aqueles, que me fazem refletir e respeitar meu processo de hominização. Aqueles, a quem amo igualmente e que tornam os meus dias mais alegres, meus cachorros Nino, Tina e Cadelinha.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Angela Maria Hidalgo, pelos conhecimentos compartilhados e pelas oportunidades concedidas a mim, desde a graduação em Pedagogia.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, especialmente aqueles de quem fui aluna, pelos conhecimentos ensinados, sem os quais, não chegaria aqui. Com carinho especial, agradeço a Adair Angelo Dalarosa, Alessandro de Melo, Angela Maria Hidalgo e Marlene Lucia Siebert Sapelli.

Aos professores que participaram das bancas, de qualificação e defesa, César Aparecido Nunes, Marlene Lucia Siebert Sapelli e Michelle Fernandes Lima, pelas leituras, correções e contribuições cuidadosas.

Aos amigos e colegas de mestrado, com os quais compartilhei aprendizados, leituras, dúvidas, experiências, viagens a eventos, angústias e crescimento intelectual. Não tenho palavras para agradecer, em especial, à amizade construída com Dayane Santos Silva Dalmaz. Sem ela, com certeza eu sairia desse processo menos realizada.

À CAPES, pelo financiamento que possibilitou a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço amorosamente aos meus familiares. Em especial, aos meus pais, Jaria e Carlos, pelos esforços empreendidos na vida para que eu pudesse chegar até aqui. Aos meus irmãos, Eduardo e Joaquim, pelo apoio sempre alegre. Aos meus sogros, Carmem e Vigil, pelo incentivo entusiasmado. Meu muito obrigado a todos.

EPÍGRAFE

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer” (RAMOS, 2012).

MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. *Educação como estratégia política e social para o desenvolvimento do meio rural brasileiro: as matrizes conceituais e ideológicas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA*. 2016. 242 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, Guarapuava.

RESUMO

Este trabalho discute as concepções de desenvolvimento e educação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, elaboradas a partir dos anos 2000, para as áreas rurais brasileiras. Por meio da investigação e análise dos documentos produzidos pelo Instituto, em específico, da Série Desenvolvimento Rural Sustentável – SDRS, extraímos os dados da realidade - categorias - que nos possibilitaram apreender o movimento real do objeto pesquisado. O IICA, pertencente à Organização dos Estados Americanos - OEA, destaca-se na América Latina e Caribe, como um Organismo Internacional Especializado em Agricultura e responsável, no Brasil, por 9% de toda a Cooperação Técnica recebida pelo país. Por meio da Cooperação Técnica prestada, o Instituto materializa nos projetos, programas e políticas do Governo Federal brasileiro suas concepções de desenvolvimento e educação orientadas para a manutenção do modelo americano de sociabilidade capitalista. O IICA desenvolve e dissemina no país uma concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, voltada às pequenas propriedades rurais, como forma de fragmentar a luta dos trabalhadores no campo, afastando qualquer discussão sobre o horizonte da Reforma Agrária no país. Para potencializar essa concepção de desenvolvimento, o Instituto trabalha com uma concepção de educação não-formal e informal: a capacitação. Compreendida como o remédio para todos os problemas econômicos e sociais do meio rural brasileiro, a educação *iicaiana* tem como objetivos, “aliviar a pobreza” de um lado e do outro, garantir a “sustentabilidade” capitalista. Ambos os discursos do Instituto revelam, por meio dos seus *slogans*, a estratégia delegada à educação: de constituir-se na Panaceia de um “novo espaço rural”, no Brasil e na América Latina e Caribe. Por meio da capacitação ofertada aos pequenos agricultores rurais, o Instituto corrobora para forjar a ideia de que a educação deve fornecer as matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento econômico: o capital humano e o capital social.

Palavras-chave: Capacitação. Capital Humano. Capital Social. Desenvolvimento Rural. Sustentabilidade.

MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. *Education as a political and social strategy for the development of rural Brazil: the conceptual and ideological headquarters of the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture - IICA*. 2016. 242 p. Dissertation (Master of Education) - State University of Midwest - UNICENTRO, Guarapuava.

ABSTRACT

This paper discusses the conceptions of development and education of the Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture - IICA, developed from the 2000s, for Brazilian rural areas. Using the investigation and analysis of documents produced by the Institute, in specific, on the Sustainable Rural Development Series - SDRS, we extract the data from reality - categories - which enabled us seize the actual movement of the researched object. The IICA, belongs to Organization of American States - OEA, stands out in Latin America and the Caribbean, as an International Organization Specializing in Agriculture and responsible, in Brazil, for 9 % of the Technical Cooperation received by country. Through Technical Cooperation provided, the Institute materializes in projects, programs and policies the Brazilian Federal Government their conceptions of development and education oriented maintenance of American model of capitalist sociability. The IICA develops and disseminates the country a conception Sustainable Rural Development with Territorial Focus, focused to small farms, as a way of to break the workers' struggle in the field, away any discussion on the horizon of Land Reform in the country. To power this conception of development, the Institute works with a conception of education non-formal and informal: the training. Understood as the remedy for all problems economic and social Brazilian rural, the aims of education *iicaiana*, “poverty alleviation” on one side and the other, ensure the “sustainability” capitalist. Two speeches of Institute reveal, through its slogans, the strategy delegated to education: to constitute the Panacea of a “new countryside”, in Brazil e and in Latin America and the Caribbean. Through training offered to small rural farmers, the Institute contributes to forge the idea that education should provide the raw materials essential to economic development: human capital and social capital.

Keywords: Training. Human Capital. Social Capital. Rural Development. Sustainability.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Cooperação Técnica Multilateral Recebida pelo Brasil81
Gráfico 2 -	Projetos de Cooperação Técnica IICA-Brasil 2000-201582

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Série Desenvolvimento Rural Sustentável	218
Quadro 2 -	Categorias <i>iicaianas</i>	26
Quadro 3 -	Evolução do IICA	36
Quadro 4 -	Diretores Gerais do IICA	85
Quadro 5 -	Organograma do IICA	86
Quadro 6 -	Projetos desenvolvidos no Brasil com a CT do IICA sobre Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Rural Sustentável e/ou Desenvolvimento Regional	236

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ABEAS – Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior
ACP – Abordagem Centrada na Pessoa
ADECO – Adestramento de Extensionistas em Comunicação
ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste
APCR – Apoio às Pequenas Comunidades Rurais
APL – Arranjo Produtivo Local
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BINAGRI – Biblioteca Nacional de Agricultura
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATIE – Centro Agrônômico Tropical de Pesquisa e Ensino
CCEAG – Comissão Consultiva Especial para Assuntos Gerenciais
CCT – Cooperação Científica e Tecnológica
CE – Comitê Executivo
CE – Cooperação Educacional
CECA – Comissão de Especialistas em Ciências Agrárias
CEI – Centro de Ensino e Pesquisa
CENAGRI – Centro Nacional de Informação e Documentação Agrícola
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPEC – Centro de Pesquisa e Educação
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CF – Cooperação Financeira
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIDA – Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola
CIDI – Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral
CIDIA – Centro Interamericano de Documentação e Informação Agrícola
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
COEA – Carta da Organização dos Estados Americanos
CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
CPDLS – Curso de Planejamento para o Desenvolvimento Local Sustentável
CRA – Comitê de Revisão de Auditoria
CT – Cooperação Técnica
CTEI – Centro Tropical de Ensino e Pesquisa
CTH – Cooperação Técnica Horizontal
CTI – Cooperação Técnica Internacional
DAU – Departamento de Assuntos Universitários
DDT – DicloroDifenilTricloroetano
DEDS – Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DTR – Desenvolvimento Territorial Rural
EAD – Educação a Distância
EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
FA – Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FBB – Fundação Banco do Brasil
FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FDRS – Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável
FGEB – Fundação Grupo Esquel Brasil
FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FSB – Fundo Simón Bolívar
GEF – Fundo Mundial para o Meio Ambiente
GTZ – Agência Alemã de Cooperação Técnica
ICID – Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
ILPES – Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA – Intervenção Participativa dos Atores
JIA – Junta Interamericana de Agricultura
LOSAN – Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional
MAB – O Homem e a Biosfera
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARNDR – Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural do Haiti
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC – Ministério da Educação
MHD – Materialismo Histórico Dialético
MI – Ministério da Integração Nacional
MIT – Instituto Tecnológico de Massachussets
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OGI – Organismo Governamental Internacional
OGU – Orçamento Geral da União
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PADES – Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
PAIC – Programa de Apoio a Iniciação Científica
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PCPR – Projeto de Combate à Pobreza Rural
PCT – Projeto de Cooperação Técnica

PDM – Política de Desenvolvimento do Milênio
PEAS – Programa de Educação Agrícola Superior
PIB – Produto Interno Bruto
PIDBA – Programa Interamericano para o Desenvolvimento das Bibliotecas Agrícolas
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação
PPA – Plano Plurianual
PPP – Parceria Público-Privada
PRDNE – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
PROCASE – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
PRODECA – Programa de Desenvolvimento do Ensino das Ciências Agrárias
PIB – Produto Interno Bruto
PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PSECD – Plano Setorial de Educação e Cultura
PT – Partido dos Trabalhadores
PTC – Programa Territórios da Cidadania
RI – Relações Internacionais
RIECDI – Rede Interamericana de Educação e Capacitação a Distância
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAEP – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau
SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo
SDRS – Série Desenvolvimento Rural Sustentável
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
SESG – Secretaria de Ensino de Segundo Grau
SESU – Secretaria de Educação Superior
SNIDA – Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCH – Teoria do Capital Humano
TCS – Teoria do Capital Social
TEP – Teoria da Escolha Pública
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

UAP – Unidade de Apoio Pedagógico

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I	29
1 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA: UM “NOVO” ORGANISMO A SE EXPANDIR?	29
1.1 Um Sistema e um Instituto: histórico da OEA e do IICA	31
1.2 O IICA na década de 1960: a Projeção Latino-americana	44
1.3 O IICA na década de 1970: a Projeção Hemisférica e o discurso Humanista	52
1.4 O IICA na década de 1980: Orquestração Social e Reativação Agrícola com Equidade	57
1.5 O IICA na década de 1990: Mudanças de paradigmas no Instituto	62
1.6 O IICA nos anos 2000	71
1.7 O aparato legal da materialização das recomendações do IICA nos projetos, programas e políticas brasileiras: a Personalidade Jurídica, os Tratados e a Cooperação Técnica Internacional como instrumentos da formação do Consenso	74
1.8 Organização do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA	84
CAPÍTULO II	87
2 AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PARA AS ÁREAS RURAIS DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA	87
2.1 Historicizando a categoria “desenvolvimento sustentável”	89
2.2 As propostas de desenvolvimento do IICA para as áreas rurais: panorama histórico (1942-2000)	103
2.3 Marco Conceitual do IICA: o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial	113
2.4 Marco Metodológico do IICA: como o Instituto implementa seus discursos?	125
2.5 Desenvolvimento Sustentável: a ideologia verde do capitalismo no Século XXI	135

CAPÍTULO III	143
3 A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL PARA AS ÁREAS RURAIS DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA	143
3.1 Educação para o Desenvolvimento Sustentável: a influência do pensamento da UNESCO no IICA e/ou a confluência de propostas?	144
3.2 Influências iicaianas na Educação brasileira: panorama histórico (1964-2000)	155
3.2.1 As influências do IICA na educação agrícola e rural	156
3.2.2 As influências do IICA na Comunicação Rural e/ou Extensão Agrícola	168
3.2.3 As influências do IICA na Informação e na Documentação da Pesquisa Agrícola .	170
3.2.4 As influências do IICA na Capacitação	171
3.3 Capacitação: a perspectiva educacional do IICA para formar capitais, humano e social, para o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS	195
APÊNDICE A	218
APÊNDICE B	221
APÊNDICE C	236

INTRODUÇÃO

A introdução de um trabalho científico deve ser capaz de conduzir o leitor à leitura de toda a obra, apresentando-lhe o objeto de pesquisa e a problemática que o circunscribe, bem como, os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para a realização da pesquisa e a estrutura organizacional do texto. Ou seja, defendo que a introdução de uma pesquisa deve ser capaz de elucidar para o leitor o processo de investigação que o pesquisador percorreu até chegar ao momento da exposição do conhecimento produzido. Este é o objetivo desta introdução, conduzir convidativamente o leitor a enveredar neste momento de exposição, resultado esse, de um longo processo de investigação e que reproduz idealmente o movimento real do objeto pesquisado.

Início a parte introdutória desta pesquisa defendendo a liberdade do leitor, por compreender que o presente trabalho existe independentemente do conhecimento daquele sobre este, mas, como bem nos lembra Eduardo Galeano¹, e faço de suas palavras um convite à leitura desta pesquisa, espero que ela se faça fiel aos anseios dos leitores que por aqui se debruçarem e que estes sejam ou venham a ser, fiéis aos anseios utópicos que as linhas e entrelinhas desta pesquisa hora denunciam, hora anunciam.

“O galho tem seus pássaros fiéis”, escreveu o poeta Pedro Salinas, “porque não ata: oferece”. Esta obra nasceu para realizar-se no leitor, não para acorrentá-lo. O leitor entra e sai desta casa de palavras como quiser, quando quiser e por onde quiser, lendo-a do princípio ao fim ou do fim ao princípio, de ponta a ponta ou saltando ao acaso ou como lhe der na veneta. A liberdade prova que a casa é de verdade dele: no leitor, e pelo leitor, existe e cresce (GALEANO, 1990, p. 31).

Este trabalho de dissertação investigou as concepções de desenvolvimento e educação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, elaboradas a partir dos anos 2000 para as áreas rurais brasileiras. A origem do interesse por este objeto

¹ Eduardo Hughes Galeano (1940-2015) foi um jornalista e escritor uruguaio, que denunciou de forma poética a amnésia histórica da América Latina e Caribe, subsumida aos imperialismos europeu e norte-americano. Segundo Nepomuceno (1990, p. 8), “Galeano é dos que têm certeza de que por trás de cada número, cada cifra, cada discurso, esconde-se a situação do ser humano. O esquecimento e a debilidade não fazem parte de seu arsenal. No momento em que tudo parece fácil e que novos altares são erguidos para a adoração de velhos deuses, Galeano força uma pausa para recordar que só existe uma vacina realmente eficaz contra a resignação: a memória”.

de pesquisa é fruto de duas pesquisas de iniciação científica (PAIC/FA/UNICENTRO²) realizadas durante minha graduação em Pedagogia, entre os anos de 2010 e 2012, ambas sob orientação da Professora Angela Maria Hidalgo. Essas pesquisas estiveram vinculadas a outros dois grandes projetos de pesquisa, o primeiro, intitulado “Aspectos políticos e epistemológicos do Projovem Campo – Saberes da Terra: limites e possibilidades de constituição de políticas de Estado para a Educação do Campo”, financiado pela FA, e o segundo, intitulado “A materialização das propostas para a educação rural, elaboradas pelos governos federais e estaduais no período entre 1947-1960, na região de Guarapuava/PR”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ.

Nessas pesquisas, buscou-se compreender as propostas de desenvolvimento e educação implementadas nas áreas rurais brasileiras, entre a década de 1940 até os dias atuais, apontando os interesses econômicos, políticos e sociais em disputa nas áreas rurais, bem como, apontando a materialização de recomendações de Organizações Internacionais para a educação no meio rural nas políticas de Educação do Campo³ (HIDALGO; MIKOLAICZYK, 2012a; 2012b; 2014).

A partir dessas pesquisas e de leituras realizadas durante as disciplinas do Mestrado em Educação do PPGE/UNICENTRO, cursadas no ano de 2014, deparei-me com um texto⁴, que apontava em uma das notas de rodapé⁵ as influências do “V Fórum

² O Programa de Apoio a Iniciação Científica – PAIC, financiado pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná – FA, é “[...] um programa de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico para alunos de graduação, envolvidos em projetos de pesquisa de um professor pesquisador (orientador), com o objetivo de despertar o interesse para a pesquisa científica e tecnológica e maior envolvimento acadêmico profissionalizante. São concedidas bolsas conforme demanda estadual com duração de doze meses” (UNICENTRO, 2016).

³ A Educação do Campo é uma proposta de educação específica para os trabalhadores que vivem do trabalho no campo, reivindicada pelo movimento intitulado “Por Uma Educação do Campo”, este, formado por diversos movimentos sociais, dentre os quais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. As discussões e articulações em torno desta proposta de educação surgem na década de 1990 e conquistam espaço nas políticas educacionais do Estado a partir dos anos 2000. Atualmente, existe um debate entre os intelectuais que defendem a Educação do Campo e aqueles que defendem a Educação no Campo. Muito além da questão gramatical das preposições *do* e *no*, existe um embate sobre as orientações teórico-metodológicas das propostas de educação que estão em disputa no meio rural brasileiro. Nesta pesquisa, compreende-se que o espaço rural brasileiro é um espaço em disputa, entre classes e frações destas classes e o IICA, Organização Internacional investigada nesta pesquisa, representa uma destas frações de classe em luta para imprimir suas visões e concepções de sociedade, de desenvolvimento, de educação e de homem nas políticas públicas (OLIVEIRA, 2008; SAPELLI, 2013).

⁴ SANTOS, Clarice Aparecida dos. Estado, políticas públicas e movimentos sociais. In: _____. Educação do campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na UnB. Brasília: Líber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012, p. 1-39.

⁵ Considero imprescindível advertir o leitor desta pesquisa, de que as notas de rodapé serão utilizadas com certa frequência no decorrer do texto. Compreendo que a sua função textual seja de suma importância, hora

Internacional de Desenvolvimento Territorial: Estratégias de Combate à Pobreza Rural”, organizado em parceria com o IICA, nas discussões e elaborações de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e a educação nas áreas rurais brasileiras. Até então, o referido Instituto era por mim desconhecido e/ou passou despercebido nos processos de investigação anteriores.

Uma rápida pesquisa sobre o IICA permitiu compreender que o mesmo destacava-se na América Latina e Caribe, em específico no Brasil, como uma forte Organização Internacional, capaz de criar e disseminar consensos em torno de projetos de desenvolvimento e educação voltados para o meio rural. A saber, 9% dos Projetos de Cooperação Técnica - PCT prestados ao país por Organizações Internacionais são do Instituto, ficando atrás somente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (38%) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (25%) (ABREU, 2013).

Assim, optamos⁶ por delimitar a problemática desta pesquisa guiando-nos pela seguinte interrogação: quais são as concepções de desenvolvimento e educação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para as áreas rurais do Brasil, a partir dos anos 2000?

Compreendendo que a realidade se apresenta diante de nós como um “[...] claro-escuro de verdade e engano” (KOSIK, 2002, p. 15) e que sua unidade dialética, essência e aparência⁷, necessita ser mediatizada por meio de uma metodologia, que segundo Ciavatta

para inserir esclarecimentos, hora para inserir informações complementares, evitando por vezes, que a leitura do texto seja interrompida em sua sequência lógica. Portanto, não as considero secundárias no momento de exposição desta pesquisa, ao contrário, elas (as notas de rodapé) constituem-se como consciência integrante do conhecimento exposto.

⁶ A partir daqui, neste trabalho de dissertação, conjugar-se-ão os verbos na primeira pessoa do plural, por compreender que todo processo de produção de conhecimento, seja em seu momento de investigação e/ou em seu momento de exposição, se dá pela incorporação de conhecimentos já produzidos e socializados pela ação do homem em sociedade e, portanto, o trabalho em seu sentido ontológico não é nunca a produção de um homem isolado. A História é um movimento concreto e abstrato criado pelo homem, na sua relação com a natureza e com os outros homens, portanto, trabalho coletivo, assim como os resultados desta pesquisa. Como nos lembra Marx (2011, p. 41), “Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido”.

⁷ No campo dos estudos marxistas compreende-se que a realidade, o concreto, possui uma unidade dialética: essência e aparência. A aparência manifesta-se imediatamente aos sentidos, como uma representação, como um aspecto estético do fenômeno social, é o “real aparente”. O conhecimento que reside somente na aparência do fenômeno social é senso comum e nisso consiste sua superficialidade e fragilidade, pois conteúdo e forma e/ou essência e aparência coincidem, excluindo todo o processo de criação e produção do ser social, tornando a *praxis* apenas utilitária e fetichizada. A essa “falsa totalidade” Kosik (2002) chamou de “mundo da pseudoconcreticidade”. Segundo Ciavatta (2001, p. 130), o “Nosso contato imediato com a realidade é com sua aparência, com o que se mostra à vista, as qualidades exteriores ou o que se constitui em representação de um objeto” e, portanto, a aparência reside no campo da singularidade do fenômeno social e

(2001, p. 129), “[...] é a capacidade organizada de pensar a realidade no seu momento histórico”, optamos nesta pesquisa, teórica e metodologicamente, pelo Materialismo Histórico Dialético - MHD.

O MHD é um método de interpretação da realidade desenvolvido por Karl Marx, por isso, também chamado de método marxiano e/ou marxista. É *materialista* porque tem na realidade objetiva seu objeto de investigação e procura compreender a relação sujeito-objeto, ou seja, como os homens organizam-se em sociedade para a produção e a reprodução da vida. É *histórico* porque considera na interpretação da realidade a produção do ser social em sociedade, no decorrer dos processos de hominização e humanização, por isso, possibilita a análise diacrônica e sincrônica a partir de uma categoria ontológica: o trabalho, que segundo Pires (1997, p. 90-91), é “A forma histórica de produzir a humanidade [...]”. É *dialético* porque supera por incorporação a lógica formal (é ou não é) da interpretação da realidade, admitindo a contradição como categoria fundante (é e não é ao mesmo tempo) e por isso, diz-se, que a interpretação da realidade a partir do Método de Marx segue sempre um “desvio” na análise⁸ (CIAVATTA, 2001; KOSIK, 2002; MARX, 2011; MARX, 2013; NETTO, 2011; OLIVEIRA, 2001a; PIRES, 1997).

Esse “desvio” caracteriza o método dialético, que tem como ponto de partida o empírico, “a representação caótica do todo” e que é regido pelas categorias mais simples de análise, para depois ir até as abstrações mais gerais e universais, que são as categorias mais complexas sobre o objeto pesquisado, as teorias, para, a partir de então, “dar início à viagem de retorno”, chegando ao ponto de partida, que agora é também ponto de chegada, ao concreto pensado, que é a categoria síntese das múltiplas determinações, a essência, a

por isso, é sempre o ponto de partida do método de investigação, mas nunca o ponto de partida do método da exposição. A essência, no entanto, revela a estrutura e a dinâmica social, é a “coisa em si”, que não se manifesta de forma imediata, pois é o conceito e não a representação do fenômeno social. Ela contém a “lei do fenômeno” e o “movimento real interno”, ou seja, a concreticidade, que é a “síntese de múltiplas determinações” de um determinado fenômeno social. Segundo Kosik (2002, p. 15), “A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos”, como uma “oculta verdade da coisa”, que necessita ser mediatizada por meio da ciência e da filosofia. Portanto, a essência revela a “totalidade concreta” e a busca do conhecimento dialético é sempre a “conquista da essência”, por meio do movimento que vai das abstrações mais simples, passando pelas abstrações mais gerais (conceitos e categorias) até chegar ao concreto pensado, ou seja, a essência, o “real pensado”. Nesse sentido, é possível afirmar que a essência do fenômeno social reside no campo da universalidade, que é mediado pela particularidade, esta, campo das mediações e circunstâncias históricas. Conquistar a essência é alcançar a consciência filosófica sobre o fenômeno social estudado (CIAVATTA, 2001; EVANGELISTA, 2012; KOSIK, 2002; MARX, 2011; NETTO, 2011; OLIVEIRA, 2001a; PIRES, 1997; SAVIANI, 1996).

⁸ Sobre as diferenças entre a lógica dialética e a lógica formal, Saviani (1996, p. 5) contribui com a seguinte explicação: “[...] a lógica dialética não tem por objeto as leis que governam o pensamento enquanto pensamento. Seu objeto é a expressão, no pensamento, das leis que governam o real. A lógica dialética se caracteriza, pois, pela construção de categorias saturadas de concreto. Pode, pois, ser denominada a lógica dos conteúdos, por oposição à lógica formal que é, como o nome indica, a lógica das formas”.

“unidade da diversidade⁹”. Desviar, portanto, é conduzir a análise do objeto do singular ao universal e do universal ao singular, passando pelo campo da particularidade, considerada como a “categoria historicizante” de todo o processo. Resumidamente, a construção do conhecimento com base no Método da Teoria Social marxiana sai da síntese (empírico), passa pela análise (abstrato) até chegar a síntese (concreto) (CIAVATTA, 2001; KOSIK, 2002; MARX, 2011; MARX, 2013; NETTO, 2011; OLIVEIRA, 2001a; PIRES, 1997; SAVIANI, 1996).

Assumindo esta perspectiva, compreendemos o conhecimento teórico enquanto um construto social, uma representação mental do concreto de uma parcela da realidade exterior ao pensamento, ou seja, “[...] o conhecimento teórico é *o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (NETTO, 2011, p. 20).

Logo, a partir do MHD, compreendemos nesta pesquisa, que o nosso ponto de partida (concreto real) coincide com o nosso ponto de chegada (concreto pensado), ainda que seja de suma importância distingui-los para o leitor. Primeiramente, as concepções de desenvolvimento e educação do IICA, elaboradas a partir dos anos 2000, para as áreas rurais brasileiras são compreendidas em sua singularidade nesta pesquisa, em seus aspectos fenomênicos, em suas manifestações imediatas e empíricas. Este é o momento inicial da construção do conhecimento, onde partimos de perguntas sobre o objeto a ser pesquisado.

A partir da problemática central desta pesquisa, elaboramos outras quatro perguntas para orientar nosso processo investigativo, a saber: 1^a) quais são os processos históricos, econômicos, políticos e sociais que envolveram a criação e a atuação do IICA enquanto uma Organização Internacional no Continente Americano?; 2^a) quais são as concepções de desenvolvimento do IICA para as áreas rurais da América Latina e Caribe, em específico para o Brasil, a partir dos anos 2000?; 3^a) a partir dos anos 2000, quais são as concepções educacionais do IICA, bem como seus princípios filosóficos e pedagógicos, para as áreas rurais brasileiras?; e por fim, 4^a) qual a relação existente entre desenvolvimento e educação nas propostas do IICA para as áreas rurais brasileiras a partir dos anos 2000?

Buscamos respostas para esses questionamentos em bases documentais do Instituto, em específico, na Série Desenvolvimento Rural Sustentável – SDRS, assumida nesta

⁹ Nas palavras de Saviani (1996, p. 4), “Poder-se-ia dizer que o concreto-ponto de partida é o concreto real e o concreto-ponto de chegada é o concreto pensado, isto é, a apropriação pelo pensamento do real-concreto”.

pesquisa, como fonte primária principal de todo o processo investigativo. Até o momento (2016), a SDRS possui um *corpus* documental de 22 volumes e constitui-se em um dos meios pelos quais, a partir de 2005, o IICA em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA difunde no país um modelo de desenvolvimento e educação para as áreas rurais¹⁰. Durante o processo de investigação dessas fontes, também fomos encontrando outros documentos do Instituto, que nos possibilitaram compreender a construção discursiva dessa Organização Internacional desde a sua criação em 1942 até os dias atuais. Foram muitos documentos consultados durante o processo de investigação. Podemos afirmar que a empiria foi um momento doloroso desta pesquisa, não pela escassez de fontes, ao contrário, pela vasta e acessível produção do Instituto no país. No entanto, procuramos selecionar, de acordo com as nossas intencionalidades, aqueles documentos que determinaram historicamente as ações do IICA (IICA, 2005a; IICA, 2005b).

Assumidos como fontes primárias, compreendemos que os documentos do IICA são registros históricos de relações concretas e compõem a base empírica desta pesquisa, no entanto, como nos adverte Evangelista (2012, p. 8), os “Documentos derivam de determinações históricas que devem ser apreendidas no movimento da pesquisa, posto que não estão imediatamente dadas na documentação” e essa tarefa (do pesquisador) é mediatizada¹¹ pelas fontes secundárias. Estas são as referências teóricas (as abstrações mais gerais e universais do conhecimento), utilizadas para elucidar as especificidades históricas das categorias que emergem da análise documental, ou seja, elas viabilizam a produção do conhecimento a partir dos dados coletados no momento da investigação e auxiliam o pesquisador a responder as problemáticas da pesquisa no momento da exposição¹² (CIAVATTA, 2001; EVANGELISTA, 2012).

¹⁰ No Apêndice A desta pesquisa, elaboramos a construção de um quadro (Quadro 1) onde estão sistematizados os volumes da SDRS, fonte de investigação desta pesquisa, para que o leitor possa vislumbrar a organização, as temáticas e os organizadores da mesma.

¹¹ Importante esclarecer ao leitor que a categoria da mediação é fundamental para o pesquisador que pretende enveredar-se pelo MHD, pois, como nos lembra Ciavatta (2001, p. 132), a mediação “[...] é a especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais”. Portanto, “A mediação é, assim, a visão historicizada do objeto singular, cujo conhecimento deve ser buscado nas suas determinações mais gerais, nos seus universais, assim como ser situada no tempo e no espaço, isto é, na sua contextualização histórica” (CIAVATTA, 2001, p. 136).

¹² Segundo Evangelista (2012, p. 7), esse é o papel do pesquisador, do intelectual. “Trata-se do papel posto para os intelectuais: encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que

Faz-se importante elucidar para o leitor, que tratamos como dados nesta pesquisa, as categorias extraídas dos documentos do IICA que se relacionam aos temas desenvolvimento e educação. Ainda, fazemos uma distinção teórico-ideológica entre categorias e conceitos, e optamos, por não trabalhar exclusivamente com estes últimos nesta pesquisa, uma vez que os conceitos caracterizam-se por sua generalidade definitiva, circunscrita no movimento diacrônico¹³ e sincrônico¹⁴ da realidade. No entanto, advertimos o leitor que não estamos aqui, excluindo os conceitos e suas contribuições para a análise da realidade, apenas optamos por utilizar as categorias, compreendidas no movimento dialético da superação por incorporação.

O conceito, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 510), é uma “[...] representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade [...]”. Ele é, portanto, uma abstração¹⁵, com certo grau de generalidade (porque não dizer, neutralidade) perante as especificidades históricas¹⁶. Podemos dizer que o conceito, isolado das especificidades históricas, reside no campo da universalidade e atua na singularidade do objeto de pesquisa sem a intervenção da particularidade, este, campo das mediações. Ciavatta explicita sobre a distinção entre conceito e categoria da seguinte forma:

Se a generalidade é a primeira especificação das categorias simples, das abstrações mais gerais, a historicidade é, certamente, a que lhe segue. É a historicidade do particular, campo de mediações concretas, ontológicas que assegura validade à generalidade do *conceito* (CIAVATTA, 2001, p. 138, grifo nosso).

constitui a história. Podemos afirmar que trabalhar com documentos significa aceder à história, à consciência do homem e às suas possibilidades de transformação”.

¹³ Diacrônico, “[...] relativo ao estudo ou à compreensão de um fato ou de um conjunto de fatos em sua *evolução* no tempo [...]” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 678, grifo nosso).

¹⁴ Sincrônico, “[...] que ocorre, existe ou se apresenta precisamente ao mesmo tempo [...]” ou, “[...] relativo a um conjunto de fatos que coincidem no tempo, sem levar em conta o processo evolutivo [...]” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2009, p. 1748, grifo nosso).

¹⁵ Segundo Netto (2011, p. 44), “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...] [...] A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstrato as suas determinações mais concretas, até atingir ‘determinações as mais simples’. Neste nível o elemento abstraído torna-se ‘abstrato’”.

¹⁶ Marx (2011, p. 59), já dizia que “É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta”, logo, os conceitos, isolados das especificidades históricas, tem validade determinada, pois, “[...] as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas - justamente por causa da sua abstração - , na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm plena sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (MARX, 2011, p. 58).

Por isso, compreendemos que a análise da realidade a partir do conceito isolado fica circunscrita a lógica formal da construção do conhecimento. O que não nos propomos a realizar nesta pesquisa. Ao contrário, propomos-nos a trabalhar com a lógica dialética e as categorias, por sua vez, incorporam os conceitos, superando-os por meio da particularidade¹⁷. Superação por incorporação.

As categorias não são puras abstrações ou simples classificações, isto é, não são noções despojadas dos aspectos diversificados do real na sua concretude histórica. As categorias são concretos de pensamento gerados sobre a realidade objetiva e diversificada, são mediações ontológicas da totalidade social, construídas na sua particularidade histórica (CIAVATTA, 2001, p. 138).

Nesse sentido, procuramos conhecer as categorias *iicaianas*¹⁸ que constituem o *corpus* discursivo do Instituto a partir dos anos 2000, para as áreas rurais brasileiras, partindo das categorias mais simples às categorias mais concretas e, nesse movimento, optamos por analisar as concepções de desenvolvimento e educação do IICA a partir das categorias mais concretas encontradas no processo de investigação, partindo da premissa *marxiana* de que “A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” (MARX, 2011, P. 58), e não o seu contrário.

A partir do *corpus* documental do IICA investigado nesta pesquisa, em específico, da SDRS, emergiram diversas categorias relacionadas ao desenvolvimento e a educação das áreas rurais. A seguir, apresenta-se um quadro (Quadro 2) das categorias identificadas na SDRS, que contribuirão para guiar as discussões deste trabalho.

Categorias <i>iicaianas</i>	
Desenvolvimento Territorial Sustentável	Desenvolvimento Local Sustentável
Desenvolvimento Territorial Local	Desenvolvimento Local
Desenvolvimento Territorial Integrado	Desenvolvimento Intermunicipal
Desenvolvimento Territorial	Desenvolvimento Integral
Desenvolvimento Tecnológico	Desenvolvimento Integrado
Desenvolvimento Sustentável Equitativo	Desenvolvimento Institucional
Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais	Desenvolvimento Humano Integral

¹⁷ Foi o marxista Georg Lukács (1885-1971), quem recuperou e desenvolveu a categoria da particularidade, defendendo que a apreensão da realidade só pode acontecer por meio da “lógica da particularidade”. Segundo (FERRARI, 1986, p. 72), para Lukács, “É o particular que contém em si a dimensão da mediação, da determinação. E a ciência - revolucionária - é a captação pela via do pensamento deste particular, isto é do campo das mediações e determinações do real”.

¹⁸ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir as ideias e concepções do IICA.

Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento Humano
Desenvolvimento Solidário	Desenvolvimento Exógeno
Desenvolvimento Social	Desenvolvimento Estadual
Desenvolvimento Setorial	Desenvolvimento Endógeno
Desenvolvimento Rural Sustentável	Desenvolvimento Econômico
Desenvolvimento Rural Integrado	Desenvolvimento de Identidades
Desenvolvimento Rural	Desenvolvimento de Capital Social
Desenvolvimento Regional Sustentável	Desenvolvimento de Capital Humano
Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento de Capacidades
Desenvolvimento Participativo	Desenvolvimento Concentrado
Desenvolvimento Paralelo	Desenvolvimento Comunitário
Desenvolvimento Nacional	Desenvolvimento Autônomo
Desenvolvimento Municipal	Desenvolvimento Agroindustrial
Desenvolvimento Microrregional	Desenvolvimento Agrícola
Desenvolvimento Local Territorial	Desenvolvimento Agrário

Quadro 2 – Categorias *iicaianas*

Fonte: IICA, 2015

A partir da construção deste quadro de categorias fomos buscar nas fontes secundárias auxílio para compreender as múltiplas relações existentes nas concepções de desenvolvimento e educação do IICA para o Brasil e encontrar as categorias que se apresentavam como a relação mais determinante e mais concreta a partir dos anos 2000. Todas as categorias relacionadas no quadro acima foram importantes para construir o movimento da análise nesta pesquisa, no entanto, as mesmas, constituíram-se como categorias mais simples¹⁹ do pensamento.

Com o aprofundamento na leitura das fontes secundárias, consideradas aqui como referencial teórico para a análise, compreendemos que existiam duas categorias *iicaianas* que congregavam todas as categorias mais simples relacionadas ao desenvolvimento e a educação e por isso, eram as categorias mais concretas²⁰: a categoria do Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial e a categoria da Capacitação, ambas, apontadas na SDRS como as concepções do Instituto para o desenvolvimento e a educação, respectivamente, das áreas rurais brasileiras a partir dos anos 2000 (IICA, 2015; MARX, 2011; NETTO, 2011).

A partir do conhecimento destas categorias mais concretas - Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial e Capacitação - construímos o momento da exposição desta pesquisa, que está organizada em três capítulos.

¹⁹ Como nos lembra Marx (2011, p. 56), “[...] as categorias mais simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas; enquanto o concreto mais desenvolvido conserva essa mesma categoria como uma relação subordinada”.

²⁰ Segundo Marx (2011, p. 57), “[...] as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos”.

No primeiro Capítulo, intitulado “Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA: um ‘novo’ organismo a se expandir?”, realizamos o levantamento da trajetória histórica do Instituto, da sua criação em 1942, aos dias atuais, compreendendo suas ações no Continente Americano, como Organismo Especializado em Agricultura e vinculado à Organização dos Estados Americanos – OEA, ou ao denominado Sistema Interamericano. Nesse Capítulo, o texto está subdividido em oito itens, que auxiliam o leitor a compreender como o IICA foi se materializando como um Organismo do capital no Continente Americano, ao longo de suas mais de sete décadas de existência e cooperação com a manutenção do *status quo* desta sociedade.

No segundo Capítulo, intitulado “As concepções de desenvolvimento para as áreas rurais do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA”, identificamos e analisamos a concepção de desenvolvimento do Instituto presente na SDRS, fonte documental desta pesquisa. Compreendemos, que o conhecimento sobre a concepção *iicaiana* de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, permite situar, ideologicamente, a função que o IICA desempenha no atual modelo de reprodução sociometabólica do capital, personificando *às avessas*, o Moderno Príncipe e/ou o Intelectual Orgânico de Antonio Gramsci no Século XXI.

No terceiro e último Capítulo, intitulado “A concepção educacional para as áreas rurais do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA”, buscamos identificar e analisar a concepção educacional para as áreas rurais brasileiras, a partir dos anos 2000, do IICA, bem como, os pressupostos filosóficos e pedagógicos contidos nessa concepção. Compreendemos que nesse Capítulo, está o coração desta pesquisa, pois é nele, que situamos o papel estratégico (político e social) da educação - capacitação - nas propostas de desenvolvimento do Instituto.

CAPÍTULO I

1 INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA: UM “NOVO” ORGANISMO A SE EXPANDIR?

O presente Capítulo tem como objetivo realizar o levantamento da trajetória histórica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, da sua criação em 1942 aos dias atuais, compreendendo suas ações no Continente Americano como Organismo Especializado em Agricultura, vinculado à Organização dos Estados Americanos – OEA, ou, ao denominado Sistema Interamericano.

Realizar primordialmente a análise histórica de maneira crítica, sobre o IICA, enquanto Organização Internacional, faz-se necessário para compreender como a expansão desse Instituto no Continente Americano corresponde à dinâmica das propostas de desenvolvimento para as áreas rurais, ditadas pelos Estados Unidos da América. Um consenso, em torno de uma proposta de desenvolvimento para as áreas rurais, foi se delineando com o passar dos anos nas Américas e o IICA esteve estreitamente vinculado ao desenvolvimento desta proposta. O desenvolvimento rural, almejado pelo IICA em suas ações de Cooperação Técnica - CT, prestada aos Estados membros do Instituto, vincula-se à manutenção de um modelo de desenvolvimento: o capitalista.

O IICA trabalha com duas vertentes de desenvolvimento para as áreas rurais: uma está vinculada ao agronegócio e a outra, aos pequenos produtores rurais. Nesta pesquisa, optamos por investigar as ações do Instituto voltadas aos pequenos produtores rurais, por compreender que toda a mistificação da suposta *humanização* do capital encontra-se fundamentada nessas propostas.

O Instituto esvazia as relações de exploração e de luta de classes nas áreas rurais, por meio de um discurso de revalorização do espaço rural nas Américas, principalmente na América Latina e Caribe. No Brasil, em específico, a CT prestada pelo Instituto não questiona as origens agrárias do Estado brasileiro, ao contrário, trabalha para reforçar as desigualdades nas áreas rurais, por meio de propostas de desenvolvimento centradas na

aventada capacidade dos trabalhadores, estes, considerados responsáveis pelo sucesso ou fracasso da sua condição socioeconômica.

Este primeiro Capítulo está subdividido em oito itens que auxiliam o leitor a compreender como o IICA foi se materializando como um Organismo do capital no Continente Americano, ao longo de suas mais de sete décadas, de existência e cooperação com a manutenção do *status quo* desta sociedade.

No item 1.1 discutimos a vinculação do Sistema Interamericano, sua criação e desenvolvimento com o IICA, este, cumprindo uma ação específica para o desenvolvimento rural do Continente Americano.

Nos itens 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6, recuperam-se importantes ações do IICA em nível de Continente Americano e de Brasil. Optamos por efetuar uma criteriosa análise histórica da atuação do IICA nesses mais de 70 anos de existência, pela extensa produção desenvolvida pelo Instituto, fruto da sua extensa e intensa²¹ atuação nos Estados membros. Algumas das ações desenvolvidas no Brasil nesse percurso histórico estão devidamente mencionadas no texto.

No item 1.7, foram dedicadas algumas páginas para discutir o aparato legal da materialização das recomendações do IICA nos projetos, nos programas e nas políticas públicas brasileiras. O objetivo deste item, foi compreender como, pela via legal e burocrática, se pode afirmar que Organismos Internacionais como o IICA influenciam nos projetos, nos programas e nas políticas nacionais. Temas como a Personalidade Jurídica, os Tratados e a Cooperação Técnica Internacional - CTI foram trabalhados neste capítulo, com a pretensão de contribuir com as discussões futuras no campo das políticas públicas para a educação, aproximando as discussões da política externa com a política nacional, permitindo estabelecer uma análise crítica sobre os interesses que as impulsionam.

No item 1.8, apresentamos, a título de visualização, a organização institucional do IICA, com um breve resumo dos diretores que ocuparam a Direção Geral do Instituto (Quadro 4) e um organograma do IICA (Quadro 5).

O objetivo desta contextualização histórico-crítica é situar o terreno material e ideológico em que se articulam as concepções de desenvolvimento e de educação de uma

²¹ Referimo-nos aqui, ao movimento “[...] extensivo e intensivo do capitalismo no campo [...]” explicitado por Ianni (2004, p. 172). O desenvolvimento extensivo se dá pelo avanço das ações imperialistas sobre os Estados Nacionais e o desenvolvimento intensivo se dá pelo avanço das ações imperialistas sobre os trabalhadores nos Estados Nacionais.

Organização Internacional, neste caso, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, contribuindo para a leitura e para a análise das anunciadas e pretendidas propostas e contrapropostas de desenvolvimento e educação que estão em disputa no espaço rural brasileiro. Defendemos que conhecer o discurso do IICA e as bases epistemológicas e metodológicas dos projetos, programas e políticas realizadas em cooperação com o Instituto no Brasil, propicia aos movimentos sociais, sindicais, instituições e organizações ligadas aos trabalhadores no campo, material de análise que poderá ser utilizado na avaliação das propostas desenvolvidas por estes, mensurando a capacidade contra-hegemônica destas propostas, ou ainda, fazendo a autocrítica, que possibilita mensurar se as ações têm capacidade de tornarem-se hegemônicas.

1.1 Um Sistema e um Instituto: histórico da OEA e do IICA

As pesquisas acadêmicas na área de políticas públicas para a educação têm problematizado, desde meados da década de 1990, a atuação de Organizações Internacionais na forma e no conteúdo das políticas do Governo Federal brasileiro para a Educação Básica e para o Ensino Superior. Essas pesquisas acenaram para a presença de Agências Especializadas (a UNESCO, o Grupo Banco Mundial), de Comissões Regionais (a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL) e de Programas e Fundos (o PNUD, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF) pertencentes ao Sistema das Nações Unidas agindo sobre a educação nos Estados Nacionais, em nível mundial. Faz-se necessário explicitar que o Sistema das Nações Unidas é representado e mais conhecido mundialmente na literatura educacional pela Organização das Nações Unidas – ONU (NEVES, 2010; PEREIRA; PRONKO, 2014; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

No continente americano, para além da presença desse sistema de Organizações Internacionais, existe o Sistema Interamericano, com estrutura organizacional própria²².

²² O Sistema Interamericano, conhecido como OEA, possui uma estrutura formada pelos seguintes órgãos de governo para a realização dos seus fins, a saber: 1) Assembleia Geral, “[...] órgão supremo da Organização dos Estados Americanos” (OEA/COEA, 1948, p. 18); 2) Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, “[...] deverá ser convocada a fim de considerar problemas de natureza urgente e de interesse comum para os Estados americanos, e para servir de Órgão de Consulta” (OEA/COEA, 1948, p. 20); 3) Conselhos (Conselho Permanente, “[...] velará pela manutenção das relações de amizade entre os Estados membros [...]” (OEA/COEA, 1948, p. 23) e Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral – CIDI, “[...] promover a cooperação entre os Estados americanos, com o propósito de obter seu desenvolvimento

Pertencente a este Sistema está o IICA, objeto de estudo desta pesquisa. Ressaltamos que as produções acadêmicas sobre as intervenções específicas do Sistema Interamericano e do IICA na educação são escassas, constituindo-se estes Organismos, num singular campo de pesquisa, rico em documentos a serem analisados e discutidos no âmbito acadêmico.

Para compreender o IICA enquanto Organismo Internacional pertencente ao Sistema Interamericano, optamos nesta pesquisa, por apresentar o desenvolvimento deste Sistema, representado e conhecido mundialmente na literatura como OEA.

No século XIX, durante a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, de outubro de 1889 a abril de 1890, foi criada a União Internacional das Repúblicas Americanas, com o objetivo dos Estados Unidos ampliar sua integração comercial com a América do Sul (SANTOS, 2004).

Com respeito as questões jurídicas, a conferência recomendou a adoção de disposições para governar a extradição; declarou que a conquista não cria direitos; e produziu orientações para a redação de um tratado sobre arbitragem que evitasse o recurso à guerra como meio de resolver controvérsias entre as nações americanas. Essa conferência assentou as bases do que depois se tornaria o *Sistema Interamericano*: interesses comerciais dirigidos no sentido de obter *maior integração*; preocupações jurídicas com o fortalecimento dos vínculos entre o Estado e o setor privado num ambiente pacífico de cooperação e segurança regional; e o *estabelecimento de instituições especializadas* em diferentes esferas (OEA, 2015, *grifo nosso*).

Em 1910, durante a IV Conferência Internacional Americana, a União Internacional das Repúblicas Americanas foi chamada de União Pan-Americana, nomenclatura que remete às Conferências²³ realizadas entre os anos de 1826²⁴ a 1954, sugerindo a integração

integral e, em particular, de contribuir para a eliminação da pobreza crítica [...]” (OEA/COEA, 1948, p. 26)); 4) Comissão Jurídica Interamericana, “[...] tem por finalidade servir de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; promover o desenvolvimento progressivo e a codificação do direito internacional; e estudar os problemas jurídicos referentes à integração dos países em desenvolvimento do Continente, bem como a possibilidade de uniformizar suas legislações no que parecer conveniente” (OEA/COEA, 1948, p. 28); 5) Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, “[...] promover o respeito e a defesa dos direitos humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria” (OEA/COEA, 1948, p. 29); 6) Secretaria Geral, “[...] órgão central e permanente da Organização dos Estados Americanos” (OEA/COEA, 1948, p. 29); 7) Conferências Especializadas, “[...] são reuniões intergovernamentais destinadas a tratar de assuntos técnicos especiais ou a desenvolver aspectos específicos da cooperação interamericana [...]” (OEA/COEA, 1948, p. 32); 8) Organismos Especializados, “[...] organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos” (OEA/COEA, 1948, p. 33, *grifo nosso*); 9) Outras entidades definidas pela OEA, órgãos subsidiários, funcionam de acordo com a necessidade do Sistema Interamericano (OEA/COEA, 1948).

²³ No total foram realizadas dez Conferências Pan-Americanas entre 1889-1954, a saber: 1ª) 1889-1890 em Washington (Estados Unidos); 2ª) 1901 na Cidade do México (México); 3ª) 1906 no Rio de Janeiro (Brasil);

e/ou a união entre as Américas do Norte, do Centro e do Sul, Conferências essas, organizadas pelos Estados Unidos. Em 1948, na IX Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá (Colômbia), substituiu-se a União Pan-Americana pela então criada OEA²⁵. Esta, foi oficialmente criada por meio da Carta da Organização dos Estados Americanos – COEA²⁶ (MOLESTINA, 2002).

A Carta da Organização dos Estados Americanos foi o resultado de um longo processo de negociação iniciado em 1945. Vários nomes foram originalmente propostos para a nova instituição: "União", "Comunidade Regional" e "Organização"; depois que esta última denominação foi escolhida, discutiu-se o uso de "Estados", "Nações" ou "Repúblicas." A palavra "Repúblicas" não foi escolhida para não excluir outras formas de governo que pudessem existir na região e "Nações" foi descartada por ser mais um conceito cultural ou sociológico do que jurídico. Assim, escolheu-se o nome que conhecemos hoje: "Organização dos Estados Americanos" (OEA, 2015).

Esta carta tornou-se um referencial para os Estados Americanos que veem na OEA uma Organização Internacional capaz de

[...] conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados

4ª) 1910 em Buenos Aires (Argentina); 5ª) 1923 em Santiago do Chile (Chile); 6ª) 1928 em Havana (Cuba); 7ª) 1933 em Montevideú (Uruguai); 8ª) 1938 em Lima (Peru); 9ª) 1948 em Bogotá (Colômbia); 10ª) 1954 em Caracas (Venezuela). Além dessas dez Conferências, outras três Conferências foram igualmente importantes: 1ª) Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, 1936, em Buenos Aires (Argentina); 2ª) Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, 1945, em Chapultepec (México); 3ª) Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança no Continente, 1947, no Rio de Janeiro (Brasil) (SANTOS, 2004).

²⁴ Santos (2004) afirma que o Sistema Interamericano, o interamericanismo, iniciou com o Congresso do Panamá, no entanto, segundo a OEA (2015) “Embora alguns estudiosos remontem os antecedentes do Sistema Interamericano ao Congresso do Panamá, convocado por Simón Bolívar em 1826, o fato é que somente em 1889 os Estados americanos decidiram se reunir periodicamente e criar um sistema compartilhado de normas e instituições. Nesse ínterim, realizaram-se conferências e reuniões para gerar o sistema, mas foi somente a convite do Governo dos Estados Unidos que teve início o processo que se desenrola ininterruptamente até hoje”.

²⁵ A nomenclatura do que se compreende como Sistema Interamericano, passou por três períodos que correspondem a realidade histórica do momento e ao entendimento conceitual e jurídico da época: 1º) Período de 1890 a 1910: chama-se União Internacional das Repúblicas Americanas, em função dos regimes de governo, em sua maioria, ainda republicanos; 2º) Período de 1910 a 1948: chama-se União Pan-Americana, em função do caráter de união entre as nações para proteção mútua, a integração torna-se palavra de ordem; 3º) Período de 1948 até os dias de hoje: chama-se Organização dos Estados Americanos, refletindo o amadurecimento jurídico e político dos Estados Unidos após a 2ª Grande Guerra (MOLESTINA, 2002).

²⁶ A COEA, aprovada em 1948, foi modificada em quatro ocasiões: 1ª) 1967 em Buenos Aires (Argentina) - “Protocolo de Buenos Aires”; 2ª) 1985 em Cartagena das Índias (Colômbia) - “Protocolo de Cartagena das Índias”; 3ª) 1992 em Washington (Estados Unidos) - “Protocolo de Washington”; 4ª) 1993 em Manágua (Nicarágua) - “Protocolo de Manágua” (IICA, 1979).

Americanos constitui um *organismo regional* (OEA/COEA, 1948, p. 3-4, *grifo nosso*).

Atualmente, são 35 países do Continente Americano²⁷ que ratificaram a COEA e, portanto, são membros desta Organização, com o objetivo comum de, segundo Molestina (2002, p. 28, *tradução nossa*), “[...] promover por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural²⁸”.

Com o desenvolvimento da OEA, de 1826 a 1954, outras instituições foram sendo criadas, para facilitar a cooperação em áreas específicas entre os Estados do Continente Americano. Nesse contexto e vinculado a OEA, o IICA foi criado. Dentro da estrutura da OEA o Instituto é concebido como um Organismo Especializado, que segundo o Artigo 124, do Capítulo XVIII, da COEA,

Consideram-se como Organismos Especializados Interamericanos, para os efeitos desta Carta, os organismos intergovernamentais estabelecidos por *acordos multilaterais*, que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos (OEA/COEA, 1948, p. 33, *grifo nosso*).

O IICA foi fundado em 7 de Outubro de 1942, pela União Pan-Americana, atualmente conhecida como OEA, e sua nomenclatura até 1979, foi Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. As discussões sobre a criação do Instituto iniciaram em 1930, durante a Primeira Conferência Interamericana de Agricultura e uma década depois, em 1940, no Oitavo Congresso Científico Americano, ambos realizados em Washington (IICA, 1979; IICA, 2002).

Consideramos importante lembrar que a década de 1940 foi marcada pelo início e término da Segunda Guerra Mundial. Com o término da Grande Guerra em 1945, o mundo ficou dividido entre dois projetos de sociedade: o capitalismo estadunidense e/ou o comunismo soviético. Esses dois projetos disputavam a hegemonia da política global, “[...]”

²⁷ Antígua e Barbuda; Argentina; Bahamas; Barbados; Belize; Bolívia; Brasil; Canadá; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Dominica; El Salvador; Equador; Estados Unidos da América; Granada; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; República Dominicana; São Cristóvão e Neves; Santa Lúcia; São Vicente e Granadinas; Suriname; Trindade e Tobago; Uruguai e Venezuela (OEA, 2015).

²⁸ Citação Original: “[...] promover por medio de la acción cooperativa, su desarrollo econômico, social y cultural” (MOLESTINA, 2002, p. 28).

marcando o início de um período de 45 anos denominado Guerra Fria (1945-1990)” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 40).

Nesse contexto pós-guerra, surgiram diversas Organizações Internacionais, responsáveis por garantir a construção de uma “nova ordem mundial”. Em 1945, por exemplo, foi criado um Sistema Universal de regulação internacional, conhecido como ONU e em 1948, o Sistema Interamericano foi renovado, nos moldes que conhecemos hoje, pela criação da OEA. As Organizações Internacionais que faziam parte desses Sistemas ajudaram (e continuam ajudando), a construir e a disseminar a “nova sociabilidade de tipo americana”, e/ou, o “americanismo” *gramsciano*²⁹ no mundo (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010).

Na periferia capitalista do Continente Americano, onde está situado o Brasil, iniciou na década de 1940, mais especificamente em 1948, com a criação da CEPAL, um movimento que, na década de 1950, ficou conhecido como desenvolvimentismo *cepalino*³⁰. O desenvolvimentismo³¹ foi uma estratégia política adotada para a industrialização das economias periféricas, até então, dependentes essencialmente das exportações de matérias-primas geradas pela agricultura e/ou pelo extrativismo. Esse movimento, conhecido como “substituição de importações”, marcou a economia brasileira no final da década de 1940, durante toda a década de 1950 e meados da década de 1960 (FIORI, 1995; HIDALGO; MIKOLAICZYK, 2015).

A história do Brasil desenvolvimentista foi, nesse sentido, a história da indução, pelo Estado, do processo de modernização capitalista e do desenvolvimento de estratégias com vistas a sua legitimação social, ampliando de forma segmentada os direitos de cidadania e inviabilizando a organização autônoma da classe trabalhadora (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 56).

Considerando os contextos mencionados acima e resguardando o caráter ideológico dos mesmos, o IICA foi criado com os objetivos de “[...] estimular e promover o desenvolvimento das ciências agrícolas nas Repúblicas Americanas³²” (IICA, 1979, p. 11,

²⁹ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir as teorias do marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

³⁰ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir a CEPAL.

³¹ Segundo Bielschowsky (2000, p. 77), o desenvolvimentismo “foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza dos brasileiros” nos anos 1950.

³² Citação Original: “[...] estimular y promover el desarrollo de las ciencias agrícolas em las Repúblicas Americanas” (IICA, 1979, p. 11).

tradução nossa). A forma, o conteúdo e a organização do Instituto foram modificados por duas Convenções e seus respectivos regulamentos básicos: a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, de 1944, e a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, de 1979. Sua atual sede está localizada em São José, na Costa Rica, pois seus fundadores, Henry Wallace³³ e Ernesto Molestina³⁴, acreditavam que o país era estratégico para a disseminação de uma “aspiração americana” sobre agricultura nas Américas do Norte e do Sul (IICA, 2012).

A seguir, apresentamos um quadro de evolução do Instituto (Quadro 3) com informações gerais que sintetizam os principais momentos de discussão, formulação, implementação e regulamentação.

Ano	Evento	Nomenclatura	Status
1930	Primeira Conferência Interamericana de Agricultura	Instituto de Agricultura Tropical	Formulava-se a ideia de um Instituto de Agricultura Tropical
1940	Oitavo Congresso Científico Americano	Instituto Interamericano de Agricultura Tropical	Aprovação de um projeto para a construção de uma escola de agricultura tropical e um centro de investigação
1942	Segunda Conferência Interamericana de Agricultura	Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas	Criação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
1944	Primeira Convenção Multilateral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas	Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas	Adquire caráter jurídico de Organização Interamericana
1948	IX Conferência Internacional Americana	Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas	É reconhecido como Organismo Especializado Interamericano
1979	Convenção sobre o Instituto Interamericano de	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	Reafirma-se o caráter como Organismo Especializado em

³³ Henry A. Wallace (1888-1965) foi um político e pesquisador dos Estados Unidos muito influente no seu tempo e seu legado ainda hoje está presente. Ocupou os cargos de Secretário da Agricultura de 1933 a 1940 e de Secretário do Comércio de 1945 a 1946. Foi vice-presidente dos Estados Unidos durante a gestão de Franklin D. Roosevelt de 1941 a 1945 e saiu candidato a Presidente nas eleições de 1948 pelo Partido Progressista. Wallace foi fundamental para a fundação do IICA, pois foi pioneiro na ideia de “agricultura complementar”, que incentivava os países americanos a investirem em culturas que não competiam dentro do Continente Americano, mas que competiam fora, nos mercados globais, complementando-se comercialmente. Desenvolveu a tecnologia do milho híbrido em 1913 e fundou, em 1926, a maior empresa do mundo de sementes de milho e soja, a Pioneer Hi-Bred (IICA, 2002; IICA, 2012).

³⁴ Don Ernesto Molestina Ordeñana era um Engenheiro Agrônomo do Equador e foi Ministro da Agricultura do país. Ocupou vários cargos políticos e acadêmicos relacionados à agricultura do Equador. Molestina, juntamente com Wallace, foram os fundadores do IICA. Foi Molestina quem apresentou no dia 15 de Maio de 1940, no Oitavo Congresso Científico Americano um projeto de construção de uma escola de agricultura tropical e um centro de investigação: o Instituto Interamericano de Agricultura Tropical, atualmente o IICA (MOLESTINA, 2002).

	Cooperação para a Agricultura		Agricultura
--	-------------------------------	--	-------------

Quadro 3 - Evolução do IICA

Fonte: IICA, 1979; Molestina, 2002.

A evolução da nomenclatura do Instituto ocorreu em função do aprofundamento das discussões conceituais sobre qual agricultura se almejava para o desenvolvimento da América. Inicialmente, se havia pensado no “conceito de “trópico” e/ou “agricultura tropical”, no entanto, as demais áreas geográficas do Hemisfério poderiam não ser contempladas por esses recortes conceituais. Logo, existiu nas discussões sobre o Instituto uma evolução conceitual para “ciências agrícolas”, pois esta teria condições de contemplar as diversidades agrícolas de todo o Continente Americano. Nesse momento, década de 1940 e 1950, o Instituto era compreendido como um grande centro de investigação e ensino, com objetivos de reunir e disseminar conhecimentos sobre a agricultura no continente americano (MOLESTINA, 2002).

Segundo o Presidente da Junta Diretiva do IICA, em 1979, Gustavo Santiso Gálvez, o Instituto alterou sua nomenclatura em 1979 por meio de uma nova Convenção e Regulamentação, que alterou seus propósitos e reafirmou seus interesses.

Este novo instrumento redefine os propósitos do Instituto tornando mais explícito seu caráter de organismo empenhado em promover e estimular o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Seu nome é alterado para ajustar-se ao conceito de que a promoção do desenvolvimento agrícola e rural será feito através de cooperação mútua e participativa entre os países, assim como entre as entidades oficiais e os trabalhadores agrícolas³⁵ (GÁLVEZ, 1979 *apud* MOLESTINA, 2002, p. 171, *tradução nossa*).

A partir da Convenção de 1979, com seus regulamentos básicos, até hoje vigentes, o IICA situa-se no cenário mundial como um Instituto de “[...] âmbito interamericano, com personalidade jurídica internacional e especializado em agricultura³⁶” (IICA, 1979, p. 15, *tradução nossa*), cujos objetivos são “[...] incentivar, promover e apoiar os esforços dos

³⁵ Citação Original: “Este nuevo instrumento redefine los propósitos del Instituto haciendo más explícito su carácter de organismo empenñado en la promoción y estímulo del desarrollo agrícola y el bienestar rural. Se cambia su nombre para ajustarle al concepto que lá promoción del desarrollo agrícola y rural se hará mediante la cooperación recíproca y participativa entre los países, así como entre las entidades oficiales y los trabajadores del agro” (GÁLVEZ, 1979 *apud* MOLESTINA, 2002, p. 171).

³⁶ Citação Original: “[...] âmbito interamericano, com personalidade jurídica internacional, y especializado em agricultura” (IICA, 1979, p. 15).

Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e bem-estar rural³⁷” (IICA, 1979, p. 15, *tradução nossa*).

O Brasil se tornou Estado membro do IICA em 1964, ano do Golpe Militar, no entanto, “[...] já havia no país conhecimento do Instituto, sobretudo entre os pesquisadores agrícolas [...]” (IICA, 1990, p. 27). Existia um intercâmbio de ideias e concepções entre os pesquisadores brasileiros e os pesquisadores do Instituto, o que possibilitou algumas contribuições deste, principalmente na Região Sul do país, nas áreas de Administração Rural, Economia Doméstica, Pesquisa Agrícola, Comunicação e Extensão Rural (IICA, 1990, p. 27).

Ressaltamos que não foi “obra do acaso” o Brasil tornar-se membro do IICA justamente no ano da instauração da Ditadura Militar no país. Ao contrário, nesse período, o país ingressou na fase do capitalismo monopolista³⁸, que necessitava de “[...] estabilidade política e de controle efetivo do poder do Estado pela burguesia nativa [...]” para se consolidar (FERNANDES, 2005, p. 295). A Ditadura Militar garantiu essas condições. Mas e o IICA? Qual a relação deste Organismo Especializado em Agricultura com o desenvolvimento de um capitalismo monopolista regido por um Estado ditatorial?

Florestan Fernandes (2005), ressalta que o capitalismo monopolista irrompe nas economias periféricas como forma de manter o equilíbrio do crescimento destrutivo causado pelas economias centrais. A escassez de matérias-primas vinha dando sinais às economias centrais, que viram uma forma de desenvolverem-se “sustentavelmente”³⁹ por meio da espoliação da periferia. Nesse sentido, afirmamos que o IICA colaborou com o Estado brasileiro na elaboração e implementação da perspectiva de desenvolvimento que as áreas rurais viriam a adotar para garantir a expansão do capitalismo monopolista no mundo. O “celeiro do mundo” necessitava de conhecimentos para aumentar sua produtividade e eficiência, conhecimentos estes, que o IICA trouxe para o país.

A seguir, apresentaremos uma breve recuperação histórica, por décadas de atuação

³⁷ Citação Original: “[...] estimular, promover y apoyar los esfuerzos de los Estados Miembros para lograr su desarrollo agrícola y el bienestar rural” (IICA, 1979, p. 15).

³⁸ Sobre o avanço do capitalismo monopolista no Brasil, Fernandes (2005, p. 296), nos explica que “[...] as nações periféricas, como fonte de matérias-primas essenciais ao desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista, viram-se, extensa e profundamente, incorporadas à estrutura, ao funcionamento e ao crescimento das economias centrais como um todo. Daí resultou uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo”.

³⁹ No segundo Capítulo desta pesquisa, discutiremos a proposta de desenvolvimento sustentável do IICA, explicitando sua materialidade em uma sociedade capitalista.

do IICA no mundo e no Brasil. As décadas de 1940 e 1950 não estão inseridas, pois a década de 1940 se confunde com o surgimento do Instituto, discutido neste primeiro item (1.1), e a década de 1950 se caracteriza pelo primeiro Projeto de Cooperação Técnica do Instituto, discutido no item (1.7), sobre a Personalidade Jurídica.

Ressaltamos que, para reconstruir historicamente as ações do IICA a partir de 1942, formulamos os seguintes questionamentos: porque o IICA encontra “eco” em nível mundial e, principalmente, em nível de Continente Americano? Quais são os interesses do Instituto que se aproximam com os interesses do Brasil?

A partir destes questionamentos, pensamos ser pertinente situar o leitor no contexto estrutural do Brasil, antecipando alguns elementos que se apresentam como universais ao longo de todo o desenvolvimento histórico do país e que, de alguma forma, carregam a “essência” de toda a abertura que o país deu ao Instituto, a partir dos anos 1960.

Desde a “partilha do mundo”, conhecida como Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, no qual o Brasil foi inserido, foram firmadas as bases de desenvolvimento do país, a saber, bases de exploração. Castanho (2003, p. 14), afirma que “Como país colonizado no início dos tempos modernos, a história do Brasil é a longa história de sua inserção nos quadros do capitalismo mundial”. Paralelamente a esta característica, que define a posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho, existe uma característica delineada internamente, que garante a reprodução do modelo capitalista no Brasil: a “questão agrária” (FERNANDES, 2005; IANNI, 2004; NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

A questão agrária está presente na transição da Monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos que estão lutando pela construção de outras formas de Estado. Há muito campo nessa história (IANNI, 2004, p. 7).

No Brasil, desde 1500 até os dias atuais, não houve nenhuma ruptura significativa na estrutura fundiária herdada do período colonial (capitanias de caráter hereditário) e o latifúndio se constituiu como a herança colonial, que reproduziu historicamente, um modelo de Estado e economia no país. Os ciclos extrativistas do pau-brasil e da borracha, o ciclo da cana-de-açúcar e o ciclo do café, guardam a gênese do modelo a ser desenvolvido

no campo: a monocultura em larga escala (FERNANDES, 2005; IANNI, 2004; NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

O Brasil sempre foi uma sociedade profundamente marcada pelo campo, pela produção agropecuária, extrativa, coletora e assim por diante. Os vários “ciclos” da economia brasileira, salvo o do ouro, são agrários: cacau, cana-de-açúcar, borracha, café, trigo, gado de lá, gado daqui, café do Vale, café do Oeste. E isto continua no presente: o café invade São Paulo, Norte do Paraná e assim por diante. Os vários ciclos da expansão da economia brasileira são os ciclos da expansão da agropecuária. E dentro dessa história de séculos, encontramos um ciclo de industrialização; isto é, um período de industrialização acelerada (IANNI, 2004, p. 142).

Mas o autor adverte, que mesmo o país tendo vivenciado um processo de aceleração da indústria nos anos 1950 e 1960, essa aceleração foi patrocinada pelo “milagre da agricultura”, que deslocou os excedentes do lucro produzido na agricultura para a indústria (IANNI, 2004).

Nesse contexto estrutural, podemos afirmar que a mudança conjuntural mais significativa, daquela época até hoje, foi a substituição do trabalho escravo pelo trabalhador assalariado do campo⁴⁰ (permanente ou temporário). Este, submetido a condições de trabalho, muitas vezes, degradantes, em função de um modelo de desregulamentação das leis trabalhistas que atinge, principalmente, os trabalhadores do campo nas economias periféricas. O trabalhador do campo situa-se na periferia da periferia da economia capitalista⁴¹. Importante ressaltar, que no curso do desenvolvimento histórico, o assalariamento atinge apenas uma pequena parcela da população brasileira, não constituindo, portanto, uma massa de trabalhadores, principalmente no campo, que pudesse fazer frente aos avanços do latifúndio, ainda que alguns movimentos contestatórios existam e, pasmem, resistam (FERNANDES, 2005; IANNI, 2004; NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Portanto, do início do século XVI até o século XXI, o modelo agroexportador se configurou como a estrutura econômica brasileira, inserida na divisão internacional do

⁴⁰ Segundo Ianni (2004, p. 120), “No âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da transformação do lavrador em trabalhador livre assalariado; isto é, em vendedor da força de trabalho. Em outros termos, no âmbito das condições econômicas, a gênese do proletariado rural depende da separação entre o produtor (o lavrador) e a propriedade dos meios de produção”.

⁴¹ Para Ianni (2004, p. 125), “O trabalhador rural é o elo mais fraco, na cadeia do sistema produtivo que começa com a sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco”.

trabalho, por meio de mecanismos modernos de espoliação. O Brasil, continua a produzir matérias-primas (*commodities*) para as economias centrais, no entanto, incorporando um sistema altamente tecnológico para a sua produção no campo. Podemos afirmar que o atrasado e o arcaico alimentam o avançado e moderno, num processo contraditório, que constitui a particularidade histórica do desenvolvimento brasileiro, inserido numa relação de “dupla articulação” e “dupla subordinação”⁴² (FERNANDES, 2005; IANNI, 2004; NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012; OLIVEIRA, 2013).

No Brasil, o regime escravocrata foi alterado para o assalariamento, mas mantiveram-se a estrutura fundiária e o modelo econômico assentado na exportação de produtos agrícolas, o que inviabilizou a formação de uma classe média e de um proletariado que demandassem a “partilha” do latifúndio. Podemos afirmar, que a nossa elite - agrária - não foi capaz de efetuar a revolução burguesa clássica, no entanto, a contra-revolução burguesa, arquitetada no país, garantiu que o arcaico triunfasse, e que ao mesmo tempo, fosse compreendido economicamente, como engrenagem do moderno desenvolvimento do capital (FERNANDES, 2005; IANNI, 2004; NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012; OLIVEIRA, 2013).

Podemos mencionar o primeiro Código de Terras do Brasil, instituído pela Lei nº 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras de 1850, que representou a vitória da propriedade privada no país e contribuiu apenas, para que se instaurasse um banco de terras devolutas, o que resultou na existência de um Estado agrário latifundiário que perpassa toda a história do país. Com essa medida, o valor de troca triunfou sobre o valor de uso da terra, seguindo as mudanças internacionais do desenvolvimento do capitalismo. Evitou-se assim, historicamente, que o índio, o negro, o caboclo, o colono e o trabalhador assalariado pudessem ter acesso a terra, culminando em milhões de “sem terras” hoje (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

⁴² Octavio Ianni (2004) e Florestan Fernandes (2005) utilizaram esses termos para referirem-se ao duplo movimento, de articulação e subordinação, que sintetiza o desenvolvimento histórico do capitalismo no país. A “*dupla articulação*” seria a particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro e a condição histórica de desenvolvimento do país enquanto economia dependente. Internamente, existiriam condições de dependência de um setor moderno, industrializado e urbano-industrial em relação a um setor arcaico e agrícola, fortemente conservador, ainda que em processo de modernização na época. Externamente, existiriam condições de dependência do país com as economias centrais e hegemônicas, caracterizando o capitalismo brasileiro como dependente e associado, e/ou, periférico. Dessa condição de “dupla articulação” resulta a condição de “*dupla subordinação*”. Internamente, o campo seria subordinado à cidade e a agricultura, subordinada à indústria, enquanto que, externamente, o mercado interno seria subordinado ao mercado internacional.

Tendo como contexto uma estrutura fundiária assentada no latifúndio e um modelo de economia agroexportador, o modelo orgânico de Estado⁴³ no Brasil é o modelo capitalista conservador e deste, portanto, emergem políticas de contra-reforma agrária. Primeiro, com os imigrantes europeus, ocorreu a “colonização dirigida” do Estado, que trouxe trabalhadores europeus para exercer o trabalho livre nas fazendas, excluindo os contingentes da população negra recém liberta do processo de proletarização; nos anos 1950, com a industrialização das cidades e o avanço do capitalismo monopolista no campo, ocorreu o êxodo de milhões de trabalhadores, que migraram do campo para a cidade; depois, nos anos 1960 e 1970, com os militares, houve a “transferência de contingentes populacionais”, principalmente para a Amazônia e toda a região Norte do país, com o objetivo de expandir as fronteiras agrícolas (IANNI, 2004; NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

[...] a dolorosa modernização verificada na agricultura nos anos de 1960 e 1970 teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 227).

Importante ressaltar, que no ano de 1964, quando os militares instauram o Estado autoritário no país, foi formulado o Estatuto da Terra, por meio da Lei nº 4.504, que formulou conceitualmente que a Reforma Agrária no Brasil,

“[...] é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de *justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção*” (INCRA, 2016, *grifo nosso*).

Observamos nos princípios mencionados acima, categorias que o IICA utiliza na SDRS a partir dos anos 2000, e que nos permitem inferir, que a adesão do Brasil ao Instituto em 1964, foi um pacto de convergência de interesses de longo prazo, ao menos, no discurso proclamado. Outro fato curioso, foi a criação, no ano de 1970, por meio do Decreto nº 1.110, da instituição que até os dias atuais é responsável por implementar

⁴³ Nesta pesquisa, compreendemos o Estado “[...] como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe [...]” (POULANTZAS, 2000, p. 130).

políticas de Reforma Agrária no Brasil: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA⁴⁴ (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Nos anos 1980, em meio ao clima de redemocratização do país, o Estado mais uma vez refutou qualquer possibilidade política voltada à Reforma Agrária. Nessa década, coube mais uma vez à grande produção agrícola gerar lucros para saldar a dívida externa do país com as Organizações Internacionais, o que ampliou ainda mais a concentração de terras. Segundo Nakatani, Faleiros e Vargas (2012),

[...] em função do esgotamento do modelo brasileiro e da correlata crise da dívida, impõe-se a necessidade premente de geração de saldos comerciais crescentes, gerados, evidentemente, pela grande agricultura. A área colhida de cana-de-açúcar se ampliou de 2.607.628 para 4.272.602 hectares entre 1980 e 1990, a área destinada à soja se ampliou de 8.774.023 em 1980 para 11.487.303 em 1990, e o número de bovinos abatidos passou de 9.572.534 para 13.374.663 no mesmo período [...] Esses saldos, durante a década de 1980, foram destinados ao pagamento e rolagem do endividamento externo, estratégia que englobava não só a expansão do latifúndio e da produção especializada voltada para a exportação, mas uma restrição violenta nas importações, num típico ajuste recessivo-periférico. Evidentemente, o ajuste do modelo passou pelo recrudescimento da maldição brasileira: a vocação agrícola (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 228-229).

Fechando os anos 1980, com nenhuma perspectiva de mudança na estrutura fundiária, o Estado brasileiro, dos anos 1990 aos anos 2000, apesar das intensas manifestações que reivindicavam por políticas de Reforma Agrária, ampliou a fronteira agrícola do agronegócio. Nakatani, Faleiros e Vargas (2012), destacam essa ampliação com dados alarmantes.

A área destinada ao cultivo da soja se ampliou de 11.487.303 para 23.290.696 hectares entre 1990 e 2010, a de cana-de-açúcar, de 4.272.602 para 9.146.615 no mesmo período. O número de cabeças de gado abatidas, entre 1990 e 2009, elevou-se de 13.374.663 para 27.974.982, e o de aves abatidas nesse mesmo período passou de 962.029.422 para 4.776.233.239 interessante notar que nas lavouras voltadas mais diretamente ao mercado interno, tais como milho, arroz, feijão e trigo, a área de cultivo pouco se ampliou, apesar do destacado aumento de produtividade, indicando que a incorporação de novas terras — o avanço da fronteira agrícola — e mesmo a reconversão de áreas mais antigas, ocorreu no sentido de uma especialização na produção de gêneros agrícolas com preços crescentes no mercado internacional (inflação de *commodities*), dos quais a soja merece destaque (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 229).

⁴⁴ A missão do INCRA é “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o *desenvolvimento rural sustentável*” (INCRA, 2016, *grifo nosso*). Observa-se aqui, uma congruência com a perspectiva de desenvolvimento do IICA, detalhadamente discutida no Capítulo 2 desta pesquisa.

Ainda que, com uma proposta de diálogo com os movimentos sociais, principalmente com o MST, os Governos Lula e Dilma perpetuaram a concentração de terras no Brasil. Em pouco mais de uma década, ao longo da gestão do Partido dos Trabalhadores - PT, “Entre 2003 e 2010 a área das grandes propriedades aumentou de 214.843.865 para 318.904.739 ha, de 51,3% para 55,8% do total, num crescimento de 48,4% desse perfil de propriedade no período” (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 230).

Paralelamente ao aumento das grandes propriedades, também nesse período, aumentaram os minifúndios, as pequenas e médias propriedades, no entanto, essas faixas correspondem a uma ínfima parcela de terras frente ao grande latifúndio. Nessas faixas, no entanto, situam-se as políticas governamentais de incentivo ao pequeno produtor rural, foco de atenção das propostas do IICA a partir dos anos 2000, investigadas nesta pesquisa (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

A partir dos anos 1990 e início do século XXI, o que se observou no Brasil, foi um Estado orientado com as políticas neoliberais, no entanto, resguardando sua estrutura fundiária intocável e seu modelo de economia agroexportadora. As políticas voltadas ao desenvolvimento do meio rural, nesse período, acolhem o pequeno e o grande produtor rural, excluindo os sem terras dessa agenda de desenvolvimento, ou seja, quaisquer políticas estatais no Brasil são engendradas para refutar qualquer possibilidade de Reforma Agrária no país. Nesse sentido, a proposta *iicaiana*, de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, encontra “eco” no Brasil, a partir dos anos 2000, pois se constitui numa maneira alternativa de negação do Estado com relação aos trabalhadores sem terra.

1.2 O IICA na década de 1960: a Projeção Latino-americana

Em nível mundial, a década de 1960 representou o apogeu e o esgotamento dos “anos dourados”, assentado no capitalismo monopolista. O *Welfare State* respondia aos anseios das economias centrais, por meio de uma política ampliada de consumo de massa, e na periferia, a industrialização prometia alçar os países subdesenvolvidos à categoria de desenvolvidos. O *keynesianismo* e o desenvolvimentismo prometeram à década de 1960 o *boom* do capitalismo. Segundo Netto e Braz (2012, p. 225), “[...] o crescimento econômico

e as taxas de lucro mantiveram-se ascendentes entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta”. Entretanto, a partir de 1968, a “onda longa expansiva” do capitalismo monopolista é substituída por uma “onda longa recessiva”, que rearticulou o desenvolvimento do capitalismo no mundo por meio da reestruturação produtiva, da financeirização e da ideologia neoliberal. Nesse sentido, a década de 1960 representa uma década de transições no mundo econômico (NETTO; BRAZ, 2012).

O IICA inicia a década de 1960 com uma política institucional intitulada a “Nova Dimensão”, elaborada pelo novo presidente da Instituição, Armando Samper Gnecco (colombiano), que assumiu o cargo no dia 8 de junho de 1960. A “Nova Dimensão” do Instituto, foi uma política baseada no “conceito” de expansão institucional e estava ancorada em um plano de ação de três pontos: 1º Ponto) realizar uma campanha para que Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Peru ratificassem a Convenção Multilateral de 1944, o que os tornariam Estados membros do IICA; 2º Ponto) revisar os Programas de Trabalho do Instituto para estabelecer uma reestruturação institucional; e, 3º Ponto) realizar uma revisão administrativa para aumentar os recursos e para qualificar a administração do Instituto (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

O *último ponto*, refere-se ao orçamento do IICA⁴⁵, que tinha como objetivo na década de 1960, aumentar as cotas. Cada Estado membro paga uma cota para poder participar das votações no Instituto. Segundo Molestina (2002, p. 116, *tradução nossa*) “[...] o orçamento institucional, que tinha iniciado com um valor aproximado de US\$ 400.000 em recursos de cotas, atingiu a soma de US\$ 3.106.845 por cotas e um total de US\$ 5.707.000, contando com os recursos externos, até o fim da década”⁴⁶.

Sobre o *primeiro ponto* do plano de ação, em 1964, quando o Brasil ratifica a Convenção (1979), o objetivo deste ponto estava cumprido, pois nesse ano, todos os Estados membros da OEA, tornaram-se também, membros do IICA. A expansão do Instituto, na década de 1960, atingiu países do sul, do centro e do norte do Continente

⁴⁵ Pensamos ser pertinente neste momento do texto, explicitar brevemente sobre as questões de financiamento do e no Instituto. O IICA é uma Organização Internacional que não presta Cooperação Financeira - CF aos seus Estados Membros, ou seja, o Instituto não financia projetos, programas e políticas, ele entra apenas com a CT. No entanto, o IICA recebe apoio financeiro dos Estados membros (por meio de cotas anuais), bem como, doações de outras instituições e/ou organizações. O Estado membro que não está em dia com o pagamento da cota anual não tem direito a voto. Mais informações sobre os recursos financeiros do Instituto estão disponíveis no documento “Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, de 1979” (IICA, 1979).

⁴⁶ Citação Original: “[...] el presupuesto institucional, que había comenzado la década con una cifra cercana a los US\$ 400.000 en recursos de cuotas, alcanzaría la suma de US\$ 3.106.845 por cuotas y un total de US\$ 5.707.000, contando con los recursos externos, hacia el final de la década” (MOLESTINA, 2002, p. 116).

Americano. Uma exceção foi Cuba, que em 1960 deixou de pertencer a OEA e em 1961, Fidel Castro pediu que o IICA se retirasse do território cubano. Essa exceção da expansão do IICA, nos anos 1960, está inteiramente articulada ao fato de que, em 1959, Cuba vivenciou uma Revolução de caráter socialista. O IICA, ideologicamente orientado para a cooperação do desenvolvimento de sociedades capitalistas, não encontrou base política para dar continuidade as suas ações em Cuba, o que ocorreu de maneira diferenciada no restante da América Latina e Caribe, pelo avanço do capitalismo monopolista assegurado pelas ditaduras militares (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; MOLESTINA, 2002).

Assim, na década de 1960, o IICA iniciou um processo de abertura de escritórios regionais no Continente Americano. Um processo de descentralização administrativa que foi assegurado pela “estabilização política” provocada pelas Ditaduras, ou seja, os regimes ditatoriais que ocorreram na América Latina e Caribe asseguraram que o IICA tivesse a abertura política necessária, para se instalar nos países que considerasse estratégicos. O Brasil é um exemplo dessa congruência de interesses do capital. No ano de 1969, a descentralização do IICA atingiu o número de 15 escritórios⁴⁷ (FERNANDES, 2005; MOLESTINA, 2002).

Sobre o *segundo ponto* do plano de ação, entre 1961 e 1962, o IICA realizou uma revisão dos Programas de Trabalho, que resultou no documento intitulado “Reestruturação dos Programas do Instituto para a Década de 1960-1970”. As Fundações, Ford e Rockefeller, financiaram a construção deste documento do IICA⁴⁸, no qual foram elencados alguns objetivos institucionais, tais como:

- Formação da equipe profissional, em nível de pós-graduação; - Pesquisa com base no ensino e coordenação das pesquisas na América latina; - Conselhos para os governos fortalecerem suas instituições de serviço público para a agricultura; planejamento e avaliação de programas de desenvolvimento agrícola; e obter

⁴⁷ Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica (2); Equador; Estados Unidos; Guatemala; México; Paraguai; Perú; Uruguai e Venezuela (MOLESTINA, 2002, p. 97).

⁴⁸ Interessante observar que repetidas vezes as Fundações Ford e Rockefeller aparecem como financiadoras de projetos, programas e ações do IICA. A Fundação Ford tem como objetivo financiar programas de alívio da pobreza e de desenvolvimento da democracia e seu slogan é “Trabalhando com Visionários na linha de frente da mudança social em todo o mundo”. Já a Fundação Rockefeller tem como objetivo financiar projetos que estimulem a filantropia, a saúde, o ensino e a pesquisa em países subdesenvolvidos e seu slogan é “Promover o bem-estar da humanidade em todo o mundo”. Ambas, são instituições estadunidenses, que contribuem para que imperialismo americano chegue até a América Latina e Caribe transvestida de cooperação e solidariedade (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; FORD FOUNDATION, 2015; ROCKEFELLER FOUNDATION, 2015).

financiamento dentro da Aliança para o Progresso⁴⁹; - Desenvolvimento das comunidades agrícolas; Projeção dinâmica da imagem institucional nas relações oficiais públicas com os governos e as instituições nacionais⁵⁰ (MOLESTINA, 2002, p. 98, *tradução nossa*).

Os objetivos citados foram organizados em seis linhas de trabalho, a saber: 1^a) Desenvolvimento rural; 2^a) Fortalecimento das instituições; 3^a) Utilização dos trópicos; 4^a) Agricultura das regiões áridas e andinas; 5^a) Programa de Cooperação Regional de Educação em nível de Pós-Graduação e Pesquisa no Melhoramento do Cultivo e Produção Pecuária; e, 6^a) Comunicação Agrícola. Estas linhas de trabalho do IICA resultaram em 22 Programas Técnicos, que tiveram duração até 1967 (MOLESTINA, 2002, p. 99).

A partir de 1967, os 22 Programas Técnicos do IICA foram agrupados em três Programas Básicos.

Programa Básico 1. Educação Agrícola Superior, cujo principal objetivo seria fortalecer as instituições de educação agrícola superior, com vistas a melhoria dos programas educacionais nas ciências agrícolas. *Programa Básico 2.* Pesquisa Agrícola, cuja meta era melhorar a formação do pessoal e garantir o desenvolvimento de instituições nacionais de pesquisa agrícola, através da colaboração no planejamento adequado de programas de pesquisa; estimulando sua coordenação com as instituições de educação agrícola superior e os serviços de extensão; e promover o intercâmbio de informações sobre projetos de pesquisa entre os países, assim como reforçar os termos desse intercâmbio. *Programa Básico 3.* Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, cujo objetivo era promover o fortalecimento e o desenvolvimento das instituições nacionais dedicadas a isso, como instrumentos essenciais para acelerar o desenvolvimento econômico e social das Américas⁵¹ (MOLESTINA, 2002, p. 99-100, *tradução nossa*).

⁴⁹ A Aliança para o Progresso foi um programa de cooperação, criado pelo presidente americano John Kennedy, para acelerar os processos de desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e Caribe via ajuda técnica e financeira. No entanto, compreende-se que esse programa materializa o imperialismo americano por meio da utilização do “poder brando”, uma vez que os objetivos eram afastar e conter as ideias socialistas no Continente Americano, pois Cuba havia realizado sua Revolução Socialista em 1959. O programa foi desenvolvido entre os anos de 1961 e 1969 (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; MATOS, 2008).

⁵⁰ Citação original: “- Capacitación de personal profesional, a nivel de posgraduación; - Investigación em función de la enseñanza y coordinación de las investigaciones em América Latina; - Asesoría a los gobiernos para fortalecer sus instituciones de servicio público para la agricultura; planear y evaluar sus programas de desarrollo agrícola; y obtener financiamiento dentro de la Alianza para el Progreso; - Desarrollo de las comunidades agrícolas; - Proyección de la imagen institucional em el público y relaciones oficiales dinámicas com lós gobiernos y las instituciones nacionales” (MOLESTINA, 2002, p. 98).

⁵¹ Citação Original: “*Programa Básico 1.* Educación Agrícola Superior, cuyo objetivo principal sería fortalecer las instituciones de educación agrícola superior, com miras al mejoramiento de lós programas educativos em las ciencias agrarias. *Programa Básico 2.* Investigación agrícola, cuya meta era mejorar la preparación del personal y procurar el desarrollo de las instituciones nacionales de investigación agrícola, mediante la colaboración em el planeamiento de adecuados programas de investigación; estimulando su coordinación com las instituciones de educación agrícola superior y los servicios de extensión; y fomentando el intercâmbio de información sobre trabajos de investigación entre países, así como fortalecer lós términos

Sobre a Educação Agrícola Superior, *primeiro Programa Básico* do IICA, é possível afirmar que nos anos 1960, o IICA teve muita influência no Ensino Superior das instituições nacionais da América Latina e Caribe. O que se queria era transformar o Centro de Ensino e Pesquisa – CEI⁵², que existia em Turrialba, em um “projeto piloto” de pós-graduação a ser expandido para os Estados membros do Instituto. Nesse período, o IICA influenciou de forma inovadora nos currículos das universidades, incluindo temas que poderiam contribuir com a perspectiva de desenvolvimento rural pretendida para os países da América Latina e Caribe. No Brasil, destacam-se as contribuições do Instituto nas universidades do estado do Rio Grande do Sul (BORDENAVE, 1990; FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; MOLESTINA, 2002).

Segundo Molestina (2002),

[...] o IICA apresentou novos métodos de ensino, orientação para semi-especializações, diversificação das carreiras agrícolas, educação para graduados, integração da educação com a pesquisa e a extensão, reforma universitária e ajuda externa, tanto financeira como técnica⁵³” (MOLESTINA, 2002, p. 102, *tradução nossa*).

Observa-se aqui, que o IICA já discutia a questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e nesse mesmo período, no Brasil, discutia-se a Reforma Universitária, que por meio da Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968, “[...] fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior [...]” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 30).

Nesse período, década de 1960, o IICA já discutia sobre a formatação dos cursos de pós-graduação, que segundo o Instituto, não davam conta de atender as necessidades teórico-metodológicas dos profissionais agrícolas. No Peru, por exemplo, o Instituto criou

de dicho intercambio. *Programa Básico 3. Desarrollo Rural y Reforma Agraria*, cuyo objetivo era promover el fortalecimiento y desarrollo de las instituciones nacionales dedicadas a ello, como instrumentos esenciales para acelerar el desarrollo económico y social de las Américas” (MOLESTINA, 2002, p. 99-100).

⁵² A sigla CEI corresponde à nomenclatura original do Centro de Enseñanza e Investigación do IICA. Em 1960 criou-se o CEI, em 1970 ele transforma-se em Centro Tropical de Enseñanza e Investigación – CTEI (Centro Tropical de Ensino e Pesquisa) e depois, em 1973, em Centro Agronómico Tropical de Investigación e Enseñanza – CATIE (Centro Agronómico Tropical de Pesquisa e Ensino) (MOLESTINA, 2002).

⁵³ Citação Original: “[...] el IICA planteó nuevos métodos de enseñanza, orientación a semi-especializaciones, diversificación de las carreras del agro, educación para graduados, integración de la educación con la investigación y la extensión, reforma universitária y ayuda externa, tanto financeira como técnica” (MOLESTINA, 2002, p. 102).

cursos de pós-graduação, realizados por etapas, para atender a demanda de profissionais que não podiam se ausentar, por longos períodos, dos seus centros de trabalhos. A metodologia da alternância ganhava espaço nas ações do Instituto. No Brasil, foram criadas duas Unidades de Apoio Didático, uma em São Paulo e outra em Piracicaba, que eram responsáveis por sistematizar o conteúdo dos cursos de Metodologia da Educação (MOLESTINA, 2002, p. 102-103).

Sobre as ações do IICA na Educação Agrícola Superior, na década de 1960, afirmamos seu caráter educador, dentro do quadro da formação de intelectuais do capital, pois, segundo Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), essa década se caracterizou, na América Latina e Caribe, pela expansão da “ocidentalização de tipo americana da cultura nacional”.

Na Pesquisa Agrícola, *segundo Programa Básico* do IICA, observa-se que o Instituto contribui com os países latino-americanos no desenvolvimento de pesquisas que pudessem aumentar a produtividade agrícola e assim, melhorar os índices de desenvolvimento econômico de cada Estado membro. No Brasil, em 1964, o IICA firmou um contrato de cooperação com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC⁵⁴ e criou um Centro de Pesquisa e Educação – CEPEC, em Itabuna, Bahia. Juntos, no período de 1960 a 1980, a ampliação dos conhecimentos sobre o cultivo de cacau, fizeram aumentar em 310% a produção nacional (CEPLAC/MAPA, 2015; MOLESTINA, 2002).

Diversas pesquisas agrícolas foram desenvolvidas pelo IICA em parceria com outras Organizações Internacionais nos anos 1960. A CEPAL, o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola – CIDA, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID são alguns dos parceiros do Instituto na elaboração e desenvolvimento de pesquisas agrícolas, na América Latina e Caribe. A presença dessas Organizações Internacionais, formadas por equipes técnicas muito gabaritadas, permitiu a criação do primeiro Programa de Mestrado em Ciências da América Latina e Caribe, e também, se estabeleceu um programa de bolsas de estudos para o intercâmbio de pesquisadores entre os Estados membros do IICA (MOLESTINA, 2002).

⁵⁴ A CEPLAC é um “[...] órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atua em seis estados do Brasil: Bahia, Espírito Santo, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. Criada em 20 de fevereiro de 1957, época em que a economia cacaueira atravessava uma grave crise, teve sua atuação, nos seus primórdios, centrada basicamente no apoio à cacauicultura. Desde a sua criação, a CEPLAC vem acumulando inúmeras conquistas, graças ao seu modelo de atuação integrada, onde num só Órgão, desenvolve-se atividades de pesquisa, extensão rural e ensino agrícola” (CEPLAC/MAPA, 2015).

Sobre o *Programa Básico 3*, que trata do Desenvolvimento Rural e da Reforma Agrária, o IICA não tinha como objetivo discutir as origens agrárias dos países da América Latina e Caribe, suas ações ficaram restritas as instituições e órgãos responsáveis por tais assuntos em cada Estado membro, com o objetivo de que essas instituições pudessem ser instrumentos de desenvolvimento econômico e social (MOLESTINA, 2002, p. 110).

Nesse sentido, a capacitação de recursos humanos (discutida mais profundamente no Capítulo 3 desta pesquisa) foi o instrumento utilizado pelo Instituto para o fortalecimento das instituições e órgãos responsáveis pelo Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária nos Estados membros. O “Programa Recursos para o Desenvolvimento”, por exemplo, teve como objetivo capacitar equipes que pudessem identificar os recursos naturais e humanos (capital social e capital humano) presentes e/ou ausentes em cada Estado membro do IICA. O Instituto acredita que a capacitação possibilita desenvolver os recursos necessários para o desenvolvimento da sustentabilidade e para a garantia do “alívio da pobreza” (IICA, 2005c; MOLESTINA, 2002).

A atividade de extensão foi outro instrumento muito utilizado pelo IICA nos anos 1960. Segundo Molestina (2002, p. 111), os serviços de extensão tiveram um enfoque desenvolvimentista nesse período, o que convergia com o desenvolvimentismo *cepalino* praticado nas políticas do Estado brasileiro.

Grande parte dos esforços do IICA destinou-se para a capacitação de extensionistas e educadores para o trabalho doméstico, tanto por meio dos cursos de curta duração do Projeto 39 como diretamente na Escola para Graduados de Turrialba; além disso, para aumentar seu impacto como instrumentos essenciais para programas de desenvolvimento agrícola ao nível da propriedade, do agricultor e da família rural, é dado ênfase ao enfoque desenvolvimentista nos Serviços de Extensão da América Latina⁵⁵ (MOLESTINA, 2002, p. 111, *tradução nossa*).

O Projeto 39 foi o primeiro PCT do IICA e teve duração de 1951 a 1966. A partir deste, novos projetos voltados para o desenvolvimento rural foram sendo desenvolvidos. O Projeto 201, “Educação e Estudos sobre Crédito Agrícola”, iniciado em 1961, tinha como objetivo fortalecer as políticas de crédito agrícola na América Latina e Caribe e teve como

⁵⁵ Citação Original: “Buena parte de los esfuerzos del IICA se orientaron a la capacitación de extensionistas y educadores para el hogar, tanto por medio de los cursos cortos del Proyecto 39 como directamente en la Escuela para Graduados de Turrialba; también, para aumentar su impacto como instrumentos indispensables para llevar los programas de desarrollo agrícola al nivel de la finca, del agricultor y de la familia rural, se hacía énfasis en darles un enfoque desarrollista a los Servicios de Extensión de América Latina” (MOLESTINA, 2002, p. 111).

parceiros o BID, a FAO, a CEPAL, o Governo do México e o Centro de Estudos Monetários da América Latina (MOLESTINA, 2002).

Em 1962, foi criado o Projeto 206, “Educação e Estudos sobre Reforma Agrária”, que tinha como objetivo oferecer “[...] cursos internacionais e nacionais nos quais se capacitou funcionários dirigentes dos programas de reforma agrária da América Latina e Caribe. Alguns desses cursos tiveram duração de um ano ou mais, constituindo-se em uma verdadeira pós-graduação no tema⁵⁶” (MOLESTINA, 2002, p. 112, *tradução nossa*).

Por meio do Projeto 206, o IICA desenvolveu uma nova concepção de reforma agrária: a reforma agrária integral. Compreende-se que esta concepção não questiona as bases materiais da concentração de terras existente na América Latina e Caribe, apenas a concebe como integração ao mercado para o desenvolvimento rural, desvinculada de qualquer perspectiva socialista. Molestina (2002, p. 113), cita o exemplo do Rio Grande do Sul, no Brasil, que aderiu à perspectiva do IICA sobre desenvolvimento rural e reforma agrária e possibilitou o assentamento de mais de mil famílias camponesas.

No ano de 1967, o IICA deu início ao Programa Interamericano de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, que integrou os Projetos 201 e 206 e ampliou sua atuação na América Latina e Caribe. Percebe-se que o IICA, a partir da década de 1960, passou a dedicar-se ao tema do desenvolvimento rural (trabalhado no Capítulo 2 desta pesquisa), apresentando este, como uma alternativa ao “alívio da pobreza” nas áreas rurais e como condição para a sustentabilidade (MOLESTINA, 2002).

Compreendemos que nos referidos Projetos e Programa, o modelo de reforma agrária implementado pelo Brasil em parceria com o IICA, não questionou a concentração de terras, no entanto, contraditoriamente, efetuou a desconcentração de terras nos moldes capitalistas, o que nas condições estruturais e conjunturais do país nesse período, foi uma forma de modernizar o capitalismo periférico, o que ainda hoje é muito difícil de realizar. É preciso recordar que o desenvolvimento capitalista no Brasil é contraditoriamente assegurado por elementos “arcaicos” e “modernos” e que o desenvolvimento mais rico guarda as condições para o salto qualitativo da sociedade (FERNANDES, 2005; OLIVEIRA, 2013).

⁵⁶ Citação Original: “[...] cursos internacionales y nacionales em lós que se capacitó a funcionários directivos de lós programas de reforma agraria de América Latina. Algunos de estos cursos tuvieron um duración de um año o más, constituyéndose em um verdadero posgrado em el tema” (MOLESTINA, 2002, p. 112).

1.3 O IICA na década de 1970: a Projeção Hemisférica e o discurso Humanista

Nos anos 1970, o capitalismo monopolista enfrentava uma grave crise de acumulação. A chamada “acumulação rígida”, praticada até então, sofreu com a alta dos preços do petróleo determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP e com as mobilizações contrárias ao capitalismo praticado. Nessa década, figuram dois intelectuais, que reorganizaram a hegemonia burguesa em nível mundial, por meio da consolidação da teoria neoliberal: Friedrich August von Hayek⁵⁷ e Milton Friedman (1912-2006)⁵⁸. Ambos, em década de crise econômica, conquistaram o Prêmio Nobel de Economia, Hayek em 1974 e Friedman em 1976 (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; NETTO; BRAZ, 2012).

As teorias neoliberais deram suporte às mudanças que estavam acontecendo na década de 1970 e que irromperam a década de 1980. De um modelo de “acumulação rígida” (taylorismo-fordismo) passou-se para um modelo de acumulação flexível (toyotismo), que reestruturou a cadeia produtiva por meio da “desterritorialização do capital e/ou da produção”⁵⁹, da intensa incorporação de tecnologias microeletroeletrônicas à produção e da pressão exercida sobre o trabalhador, agora, flexível, polivalente, competente, qualificado e capacitado (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; NETTO; BRAZ, 2012).

Na década de 1970, a função do Estado passa a ser, a de proteger os interesses do mercado. Nesse sentido, o auge da Ditadura Militar no Brasil, com o Ato Institucional N° 5, pode ser explicada em termos da expansão das ideias neoliberais na periferia. Segundo Harvey (2008),

⁵⁷ Com a obra “O Caminho da Servidão”, escrita em 1944, Hayek conquistou, em 1974, o Nobel de Economia, defendendo o liberalismo clássico e/ou liberalismo econômico. Não é coincidência, que no momento de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, tal obra tenha tanto valor.

⁵⁸ Friedman escreveu sua obra premiada, “Capitalismo e Liberdade”, em 1962. Nela, defendeu a liberdade de escolha como reguladora do mercado, incentivando a concorrência, se opôs a intervenção estatal na economia, formulou o “enxugamento” do Estado e defendeu a democracia política. Com suas premiadas ideias, foi conselheiro econômico dos Governos de Augusto Pinochet (Chile), Richard Nixon (Estados Unidos) e Ronald Reagan (Estados Unidos).

⁵⁹ A desterritorialização do capital e/ou da produção é o movimento de procura, pelo capital, por mercados nacionais onde a força de trabalho esteja ancorada por uma política de desregulamentação e precarização do trabalho e, nesse contexto, muitos países periféricos subordinam a classe trabalhadora a condições similares ao trabalho escravo, mas legalizado por um aparato jurídico-legal.

[...] o papel atribuído ao Estado altera-se significativamente, objetivando ‘[...] criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir [...] a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados’ (HARVEY, 2008, p. 12 *apud* FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 67, *grifo nosso*).

Inseridas nesse contexto mundial, as ações do IICA, na década de 1970, estão estritamente vinculadas ao Brasil, pois foi o brasileiro José Emílio Gonçalves Araujo quem assumiu, de 1970 a 1982, a Direção Geral do Instituto (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

Na década de 1970, o IICA deixou de ter uma projeção apenas latino-americana, como na década anterior, e passou a projetar-se como um Instituto hemisférico, de caráter humanista. A nova política de ação do Instituto almejava torná-lo presente em todo o Hemisfério, ampliando seu raio de atuação, objetivo que só seria alcançado na década de 1990. Sobre a projeção humanista do IICA, anunciada nos anos 1970, observam-se algumas questões importantes para pensar a perspectiva de desenvolvimento rural do Instituto, que estão presentes até hoje.

O IICA definiu que o homem, mais especificamente o homem rural, compreendido pelo Instituto como o camponês, deveria ser o “fim último” das ações empreendidas, ou seja, todas as ações do IICA deveriam centrar-se no camponês e os aspectos sociais deveriam ser incorporados ao processo de desenvolvimento agrícola e rural. Para a nova política do Instituto, o processo de desenvolvimento devia guiar-se pelo melhoramento do homem e do meio em que ele vive, com os aportes da ciência e da técnica, para “[...] transformar o camponês em empresário, o indivíduo isolado em o homem que serve a comunidade e se serve dela, a pobreza e a miséria em abundância⁶⁰” (MOLESTINA, 2002, p. 126, *tradução nossa*).

Nos três objetivos do IICA mencionados acima, e que dão sustentabilidade à chamada Projeção Humanista, ainda hoje presentes, percebe-se o viés ideológico praticado pelo Instituto. A concepção de homem como um empresário, proprietário da sua extensão de terra e produtor de mercadorias, deixa claro que o objetivo ideológico do IICA é fazer com que o camponês negue a sua condição enquanto classe trabalhadora e adote uma

⁶⁰ Citação Original: “[...] transformar al campesino en empresário, al individuo aislado en el hombre que sirve a la comunidad y se sirve de ella, a la pobreza y la miséria en abundancia” (MOLESTINA, 2002, p. 126).

postura *shumpeteriana*⁶¹, empreendedora. A tentativa de construir um “homem coletivo” soa poeticamente nos objetivos do Instituto, no entanto, o processo de responsabilização do sujeito pelo processo de desenvolvimento local é princípio norteador das ações *icaianas* e mascara o processo de desresponsabilização do Estado (“enxugamento” das funções estatais) pela prestação de serviços e direitos sociais. E, finalmente, o discurso de “alívio da pobreza” nas áreas rurais. Compreendemos que, a tentativa anunciada de transformar a pobreza e a miséria em abundância e riqueza, por meio de ações centradas no desenvolvimento rural, sem discutir as bases agrárias estruturais da América Latina e Caribe, em específico no Brasil, garante a insustentabilidade dos projetos, programas e políticas, nos quais a CT do IICA se faz presente.

O objetivo geral do IICA nos anos 1970, segundo Molestina (2002, p. 126, *tradução nossa*) foi “[...] ajudar os países a estimular e promover o desenvolvimento rural como um meio para alcançar o desenvolvimento geral e o bem-estar da população⁶²”, isso por meio de objetivos específicos elencados como prioritários pelo Instituto para o desenvolvimento da agricultura e dos agricultores, a saber: a educação em seus diferentes níveis; a produção, comunicação e aplicação de tecnologias; a comercialização; o financiamento da produção; a política agrícola; a organização institucional do desenvolvimento agropecuário; a posse da terra e a organização camponesa; e a integração multinacional (MOLESTINA, 2002, p 123-124).

Nesse momento, o IICA deixa claro o seu entendimento sobre o que é bem-estar e desenvolvimento rural. O primeiro refere-se “[...] ao grau de liberdade dos indivíduos e grupos; a coesão e o consenso que alcançam as coletividades; e a paz que deviam aspirar os membros da sociedade⁶³” (MOLESTINA, 2002, p. 126, *tradução nossa*). Sobre desenvolvimento rural, o IICA compreende que seja

[...] aumentar a produção e produtividade agrícola, especialmente nas áreas capazes de competir no mercado internacional e para melhorar a dieta da população; para aumentar a capacidade de geração de emprego rural, para manter

⁶¹ Utilizaremos este termo linguístico para nos referir a Joseph Schumpeter (1883-1950), economista que defendeu a capacidade empreendedora como fator de inovação nos processos de desenvolvimento econômico. Para o economista, a capacidade empreendedora define o sucesso e/ou o fracasso de um empreendimento.

⁶² Citação Original: “[...] ayudar a los países a estimular y promover el desarrollo rural, como medio para alcanzar el desarrollo general y el bienestar de la población” (MOLESTINA, 2002, p. 126).

⁶³ Citação Original: “[...]el grado de libertad de las personas y agrupaciones; la cohesión y el consenso que alcanzan las coletividades; y la paz a la que debían aspirar los miembros de la sociedad” (MOLESTINA, 2002, p. 126).

o ritmo com o crescimento da população na força de trabalho rural; e aumentar a participação das populações rurais em desenvolvimento, tentando reduzir sua marginalização⁶⁴ (MOLESTINA, 2002, p. 127, *tradução nossa*).

Observa-se, que na concepção de desenvolvimento rural do Instituto, existe uma negação não declarada em relação às políticas de Reforma Agrária, como fator de desenvolvimento das áreas rurais. Nesse sentido, incentivar o aumento da produtividade agrícola nos Estados membros, em década de crise do capitalismo, contribui para abastecer o mercado externo.

Se na década de 1960, o IICA operou por meio de três programas básicos, na década de 1970 o Instituto trabalhou por meio de sete linhas de ação: 1ª) análise e informação do desenvolvimento rural; 2ª) educação; 3ª) pesquisa; 4ª) promoção da produção e produtividade; 5ª) integração regional; 6ª) reforma agrária e organização camponesa; e, 7ª) administração da política agrária. Na linha da educação, propunha-se continuar investindo nos níveis de pós-graduação, universitário e nível médio, mas dando “[...] ênfase aos aspectos relacionados com as ciências sociais e com a capacitação de ciclo curto, para acelerar a transmissão e adoção de tecnologias melhoradas⁶⁵” (BORDENAVE, 1990, p. 19-20; MOLESTINA, 2002, p. 128, *tradução nossa*).

Em 1973, foi criado o Centro Agrônomo Tropical de Pesquisa e Ensino – CATIE, responsável por oferecer formação para profissionais institucionais dos Estados membros. Interessante observar, que o principal financiador dos cursos ofertados pelo CATIE foi a Fundação Kellogg⁶⁶, uma das maiores fundações filantrópicas dos Estados Unidos. Fundada em 1930, o *slogan* da instituição é “colocar as crianças em primeiro lugar” no processo de desenvolvimento das comunidades, possibilitando a igualdade de

⁶⁴ Citação Original: “[...] aumentar la producción y productividad agrícolas, especialmente en aquellos rubros con capacidad de competencia en el mercado internacional y de mejorar la dieta de la población; a aumentar la capacidad de generar empleo rural, para que guarde proporción con el crecimiento demográfico de la población rural activa; y aumentar la participación de la población rural en el desarrollo, tratando de reducir su marginalidad” (MOLESTINA, 2002, p. 127).

⁶⁵ Citação Original: “[...] énfasis a los aspectos relacionados con las ciencias sociales y la capacitación de ciclo corto, para acelerar la transmisión y adopción de tecnología mejorada” (BORDENAVE, 1990, p. 19-20; MOLESTINA, 2002, p. 128).

⁶⁶ A Fundação Kellogg financiou, em 1975, um projeto especial do IICA chamado “Programa Interamericano para a Juventude Rural”. O Programa contribuiu para a tomada de consciência sobre a existência das “juventudes rurais” por parte das políticas institucionais nos Estados membros. O objetivo era aumentar o conteúdo educacional dos projetos, programas e políticas nacionais voltadas ao desenvolvimento rural, que pudesse atingir esse público. Incluir a juventude nas políticas voltadas ao desenvolvimento rural é considerado fator imprescindível para a sustentabilidade do processo, tanto pelo viés dos discursos das Organizações Internacionais, como pelas reivindicações de Movimentos Sociais vinculados a luta pela terra (MOLESTINA, 2002, p. 158).

oportunidades entre as crianças mais vulneráveis (BORDENAVE, 1990; KELLOGG FOUNDATION, 2015; MOLESTINA, 2002).

Outra importante ação desenvolvida pelo Instituto, nos anos 1970, foi a criação do Centro Interamericano de Documentação e Informação Agrícola – CIDIA, com o objetivo de “[...] criar uma consciência hemisférica de cooperação e intercâmbio de informação [...]”⁶⁷ entre os Estados membros, assentada nas perspectivas da “cooperação recíproca” e na “capacitação recíproca”. Essas ideias foram consideradas inovadoras pelo IICA, nos anos 1970, pois se ampliou o “conceito” de CT e de Capacitação, até então desenvolvidos. A reciprocidade, da cooperação e da capacitação, estava assentada na ideia de que as experiências de sucesso para o desenvolvimento rural, existentes nos Estados membros do IICA, deveriam ser socializadas. A grande quantidade de produções do Instituto, disponíveis hoje em meio eletrônico, se dá em razão da criação do CIDIA (MOLESTINA, 2002, p. 147, *tradução nossa*).

No Brasil, o IICA teve importante atuação nessa década, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em 1973. Em 1972, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, solicitou ao Instituto que fosse feito um estudo sobre a situação da pesquisa agropecuária no interior do Ministério e a partir dos resultados desse estudo, viu-se a necessidade de criar uma instituição responsável pelo assunto, a EMBRAPA. O IICA contribuiu com o fortalecimento institucional da EMBRAPA, por meio dos técnicos que colocou à disposição da instituição e também, realocou recursos financeiros advindos do Banco Mundial na empresa (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

Em 1975, o IICA criou o Fundo Simón Bolívar - FSB, que teve duração até 1984 e tinha como objetivo financiar ações voltadas para o desenvolvimento rural e agrícola nos Estados membros da Instituição. Foi um fundo extraordinário, criado a partir das discussões sobre os limites da Revolução Verde nas economias periféricas e sobre a possível crise mundial de alimentos no mundo (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

No ano de 1979, foi aprovada a nova Convenção que regulamentou a atuação do Instituto e a sua identificação, como Organismo Especializado em Agricultura do Sistema Interamericano. Nesse momento, o IICA passou a ser reconhecido mundialmente. A partir

⁶⁷ Citação Original: “[...] crear una conciencia hemisférica de cooperación y intercambio de información [...]” (MOLESTINA, 2002, p. 147).

desta Convenção, a nomenclatura do IICA, que até então era Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, muda para Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, pois, “Seu nome é alterado para configurá-lo para o conceito de que a promoção do desenvolvimento agrícola e rural será feito através de uma cooperação participativa e recíproca entre países e entre os trabalhadores oficiais e agrícolas⁶⁸” (BORDENAVE, 1990, p. 20; MOLESTINA, 2002, p. 171, *tradução nossa*).

1.4 O IICA na década de 1980: Orquestração Social e Reativação Agrícola com Equidade

A década de 1980, em nível mundial e nacional, representou a fase da mundialização do capital⁶⁹, ou seja, da “internacionalização dos mercados nacionais”. Nessa década, o capital dos países centrais invadiu as economias periféricas, seja por meio de empréstimos, seja por meio de investimentos estrangeiros diretos, o que promoveu um avanço dos investimentos das economias centrais sobre o processo de desenvolvimento das economias periféricas, acentuando ainda mais a “espoliação” da primeira sobre a segunda (FIORI, 1995; NETTO; BRAZ, 2012).

A partir do golpe mundial de 1979, engendrado pelos Estados Unidos por meio da “diplomacia do dólar forte”, que aumentou as taxas de juros, a periferia capitalista entrou num círculo vicioso de endividamento externo. Nos anos 1980, essa dívida cresceu tanto, que provocou a queda do Produto Interno Bruto - PIB dos países da América Latina e Caribe, estagnando o desempenho dessas economias no ano de 1982⁷⁰. Essa estagnação

⁶⁸ Citação Original: “Se cambia su nombre para ajustarle al concepto que la promoción del desarrollo agrícola y rural se hará mediante la cooperación recíproca y participativa entre los países, así como entre las entidades oficiales y los trabajadores del agro” (BORDENAVE, 1990, p. 20; MOLESTINA, 2002, p. 171).

⁶⁹ “A expressão ‘mundialização do capital’ exprime, na falta de termo melhor, o fato de estarmos dentro de um novo contexto de liberdade quase total do capital para se desenvolver e valorizar-se, deixando de submeter-se aos entraves e limitações que fora obrigado a aceitar no período pós-1945, principalmente na Europa. Esse capitalismo ‘liberto’ dos entraves que o limitaram durante 40 ou 50 anos não é, de forma alguma, um capitalismo ‘renovado’. Ele simplesmente reencontrou a capacidade de exprimir brutalmente os interesses de classe sobre os quais está fundado. A expressão ‘agonia do capitalismo’ continua tão atual quanto em 1938, mas comporta ainda mais claramente a ideia, que já trazia, de que a agonia do capital pode tornar-se sinônimo de agonia da sociedade humana como tal, se esta sofrer uma prolongada incapacidade histórica de superar um sistema que há muito já deu tudo o que tinha que dar de positivo” (CHESNAIS, 1997, p. 8 *apud* FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 66).

⁷⁰ Segundo Leher (1998, p. 73), “A partir da crise da dívida de 1982, os países latino-americanos foram se submetendo ao ajuste estrutural neoliberal. Os EUA abandonaram a doutrina do desenvolvimento para todos em favor da doutrina segundo a qual os países pobres deveriam concentrar seus esforços em ‘economizar tanto quanto possível, como meio de honrar o serviço de suas dívidas e preservar seu crédito. A solvência, e

ficou conhecida mundialmente como a “Década Perdida”, termo utilizado pela CEPAL (DUMÉNIL; FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; LEHER, 1998; LÉVY, 2007; NETTO; BRAZ, 2012).

Essa crise de endividamento legitimou as “reformas” e os “ajustes”, impostos pelos credores centrais do capitalismo aos países endividados da periferia. Segundo Netto e Braz, (2012, p. 239), “[...] a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma (s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de *contra-reforma* (s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais”.

Nessa década, as Organizações Internacionais do capital, que forneciam empréstimos aos países periféricos, por exemplo, o Grupo Banco Mundial, passou a oferecer “recomendações” políticas em troca de empréstimos. Essas “recomendações” aos países devedores materializaram as propostas de “reformas” e “ajustes” do capital mundializado (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010).

Uma das propostas de “ajuste estrutural”, imposta pelos Estados Unidos ao restante do mundo, mundialmente conhecida, foi o Consenso de Washington, de 1989. Segundo Bresser Pereira (1991, p. 5), esta medida estadunidense foi forjada a partir de “[...] uma espécie de consenso sobre a natureza da crise latino-americana e sobre as reformas que são necessárias para superá-la”. Nesta medida adotada, foram impostas dez reformas aos países devedores, a saber: 1ª) disciplina fiscal; 2ª) redução dos gastos públicos conforme prioridades; 3ª) reforma tributária para aumentar os impostos; 4ª) juros definidos pelas taxas de mercado; 5ª) câmbio definido pelo mercado; 6ª) abertura comercial; 7ª) investimento estrangeiro direto, sem restrições; 8ª) privatização das estatais; 9ª) desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas; 10ª) garantia do direito a propriedade intelectual (ciência e tecnologia) (BRESSER PEREIRA, 1991).

Do ponto de vista da classe trabalhadora, o Consenso de Washington provocou a desregulamentação e/ou o afrouxamento das leis trabalhistas. A desregulamentação do mercado promoveu consequências diretas aos trabalhadores, tais como: o desemprego estrutural no mundo aumentou, principalmente após o rompimento com as políticas *Keynesianas*⁷¹ de pleno emprego; a precarização e subcontratação dos trabalhadores

não o desenvolvimento, tornou-se a palavra-chave’ (ARRIGUI, 1997, p. 271). Um número cada vez maior de governos do Terceiro Mundo ‘foi forçado ou induzido a desistir de seus esforços de desenvolvimento e estabelecer-se [...] numa posição subordinada na hierarquia global de riqueza’ (ARRIGUI, 1997, p. 272)”.

⁷¹ Utilizaremos este termo para nos referir a teoria econômica de pleno emprego proposta por John Maynard Keynes (1883-1946), que foi a sustentação do Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*.

eclodiram por meio de contratos e leis trabalhistas frágeis e flexíveis, sintetizadas na terceirização desses trabalhadores; o modelo gerencial do novo regime de acumulação criou novas formas de “vigiar e punir” os trabalhadores das fábricas, indústrias e empresas, instituindo mecanismos *behavioristas*⁷² de estímulos positivos, por meio da meritocracia que premia as competências do bom trabalhador e por meio de estímulos negativos, utilizando-se das demissões para servir de exemplo aos demais trabalhadores; a amplitude salarial do trabalhador público aumentou, ou seja, aumentou a diferença entre o salário inicial, piso salarial da categoria e o teto salarial; as tentativas constantes do Estado em acabar com a previdência pública, dentre outras (ANTUNES; ALVES, 2004).

A partir deste manual neoliberal dos anos 1980, os Estados nacionais dos países periféricos realizaram, na década seguinte, reformas no aparelho estatal, com o objetivo de atender as demandas do capital, aprofundando ainda mais as desigualdades entre os mais pobres. Ainda, em 1989, além do Consenso de Washington, o capitalismo vivenciou outras experiências exitosas, tais como, a queda do Muro de Berlim, que representou a vitória do projeto societário capitalista em relação ao socialismo, bem como, o anúncio do “fim da história”, proclamado por Francis Fukuyama. Em sua obra intitulada “O fim da história e o último homem”, Fukuyama (1992), afirmou que a democracia liberal é “o ponto final da evolução ideológica da humanidade”, tendo no “cidadão democrático liberal” sua forma mais evoluída (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; FUKUYAMA, 2012).

Importante lembrarmos, que em meados da década de 1980, o Brasil passa por um processo de redemocratização política, marcado pelo fim do Estado Militar em 1985. Compreendemos que a redemocratização do país nesse período, foi possível porque o capitalismo monopolista já se colocava como o regulador das relações econômicas, políticas, sociais e culturais nos Estados nacionais. Logo, o consenso neoliberal, deliberado pelas Organizações Internacionais garantia as condições de produção e reprodução do capital, substituindo a coerção estatal (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010).

Contribuindo para forjar o consenso neoliberal no Continente Americano, o IICA reorganizou suas ações. Essa década pode ser dividida em dois quinquênios para o Instituto: o primeiro, de 1981 a 1985, sob direção geral do venezuelano Francisco Morillo Andrade, e o segundo, de 1986 a 1990, sob direção geral do argentino Martín E. Piñeiro (MOLESTINA, 2002).

⁷² Utilizaremos este termo para nos referir a teoria psicológica do *behavior* (comportamento).

Essas duas gestões do Instituto, foram marcadas por fatores que limitavam o pleno desenvolvimento do setor agrícola no Continente Americano, tais como: a concentração da posse da terra, estrutural em muitos países como o Brasil; o aumento dos níveis de pobreza rural, devido ao acirramento da ofensiva neoliberal, por isso era preciso “aliviar a pobreza”; a ausência de organização por parte dos produtores rurais, resultado de um longo período de coerção militar; a produção sem produtividade; o mercado e a comercialização dos produtos eram desfavoráveis, em função da taxa cambial imposta pelos Estados Unidos às economias periféricas; a indefinição sobre o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento agrícola e rural, o que em 1989, acabou gerando as “patentes intelectuais”, acirrando ainda mais o fosso entre os países centrais e periféricos; a limitação dos recursos naturais, que na década de 1980, entrava em colapso em muitos países centrais, colocando as economias periféricas como a única possibilidade de expansão do capital destrutivo; e, as instituições nacionais, ainda muito frágeis quanto às políticas voltadas para a agricultura (BORDENAVE, 1990; FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; MOLESTINA, 2002).

A primeira ação desenvolvida pelo Instituto nos anos 1980 foi a aprovação, em 1982, de um Plano de Médio Prazo (1983-1987) que era formado por dez Programas Básicos. O *Programa Básico I* era voltado para a Educação Agrícola formal, com o objetivo de desenvolver recursos humanos necessários para o desenvolvimento agrícola e rural dos Estados membros do IICA. Aqui, encontra-se a perspectiva que entende que, por meio da educação seja possível formar o capital humano necessário para o desenvolvimento econômico, como se educação e desenvolvimento fossem “faces de uma mesma moeda”. A educação, entendida aqui como instrumento *do e para* o desenvolvimento do capital, limita a capacidade emancipatória da educação, esta compreendida na perspectiva do trabalho (FURTADO, 2000; MOLESTINA, 2002; SCHULTZ, 1973).

Nos *Programas Básicos II* (tecnologia), *III* (recursos naturais), *IV* (saúde animal) e *V* (saúde vegetal) concentraram-se os programas voltados ao apoio científico e tecnológico dos processos produtivos, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola, necessária para o período de crise de endividamento da periferia capitalista. No Brasil, excedentes de lucros gerados pela agricultura eram utilizados para saldar a dívida externa, em uma tentativa frustrante de romper com o “círculo vicioso do endividamento” (FERNANDES, 2005; MOLESTINA, 2002).

Nos *Programas VI* (produção agropecuária e florestal) e *VII* (comercialização), encontravam-se as ações voltadas à solução dos problemas de promoção e comercialização nos setores público e privado dos Estados membros, problemas esses, gerados em grande parte, pelos bloqueios impostos pelas economias centrais às economias periféricas. No *Programa Básico VIII*, sobre desenvolvimento rural integral, encontravam-se as ações do Instituto voltadas à promoção e à participação do homem rural no processo de desenvolvimento, uma vez que o IICA passou a compreender o homem enquanto objeto e sujeito do processo de desenvolvimento rural. Em certa medida, a valorização do homem rural no processo de desenvolvimento, deve-se a retórica de “alívio da pobreza”, que na década de 1980, passou a integrar com mais força as recomendações de Organizações Internacionais. Nos *Programas Básicos IX* (planejamento e administração) e *X* (informação), estavam concentrados os esforços do Instituto em contribuir com as políticas dos governos nacionais para o desenvolvimento agrícola e bem-estar rural (LEHER, 1998; MOLESTINA, 2002).

Sobre os dez Programas Básicos adotados pelo IICA naquela primeira metade da década de 1980, não existem informações sobre como esses programas se materializaram nos projetos, programas e políticas dos Governos Nacionais dos Estados membros, no entanto, entendemos que a vertente da capacitação institucional, por meio de cursos de curta e longa duração, foi uma maneira de transmitir as concepções do Instituto sobre desenvolvimento e educação nesse período.

Quando o novo Diretor Geral do IICA, assumiu em 1986, instituiu um novo Plano de Médio Prazo (1987-1991), em que os objetivos são

[...] promover o desenvolvimento do setor agropecuario como fonte de desenvolvimento econômico, no seu duplo papel de fornecimento de alimentos para consumo interno e principal fonte de divisas; intensificar a modernização e o aumento da eficiência da produção no setor; e avançar no processo de integração regional⁷³ (MOLESTINA, 2002, p. 203, *tradução nossa*).

Para viabilizar esses objetivos, o Instituto criou cinco Programas Institucionais para o novo período, que substituíram os dez Programas Básicos anteriores. O Programa I,

⁷³ Citação Original: “[...] potenciar el desarrollo del sector agropecuario como fuente de desarrollo económico, en su doble papel de proveedor de alimentos para o consumo interno y principal fuente de divisa; profundizar la modernización y el aumento de la eficiencia productiva del sector; y avanzar en el proceso de integración regional” (MOLESTINA, 2002, p. 203).

sobre análise e planejamento da política agrária; o Programa II, sobre geração e transferência de tecnologia; o Programa III, sobre organização e administração para o desenvolvimento rural; o Programa IV, sobre comercialização e agroindústria; e, o Programa V, sobre saúde animal e vegetal. Observamos que não foi criado nenhum programa específico sobre educação e/ou capacitação nesse período, pois a compreensão do novo diretor do Instituto era de que a educação e a capacitação estavam presentes em todos os programas, viabilizando e operacionalizando as concepções do Instituto nos Estados membros (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

Interessante observar que por meio do Programa III, o IICA buscou viabilizar nos Estados membros, políticas de superação da pobreza rural, utilizando-se do discurso do “empoderamento”, por meio da promoção e fortalecimento das organizações autogestionárias dos pequenos produtores rurais. O termo original, *empowerment*, nasceu no bojo das discussões *toyotistas*⁷⁴, no discurso organizacional do capital, e tem como objetivo transformar o trabalhador, neste caso, o pequeno trabalhador rural, em gestor do processo de desenvolvimento rural, transferindo responsabilidades sobre o sucesso e/ou fracasso desse processo. No entanto, em caso de sucesso, excluindo o pequeno trabalhador rural da distribuição dos lucros e em caso de fracasso, eximindo o Estado e as políticas públicas pelo prejuízo e culpabilizando a incapacidade autogestionária (por isso a necessidade da capacitação) do trabalhador. Segundo Batista (2006, p. 17), “O empowerment oculta uma realidade antagônica, fragmenta a consciência de classe e ainda reforça o modelo através dos próprios trabalhadores”. Podemos afirmar, que o discurso do empoderamento mascara o discurso da meritocracia, pois legitima-se por meio de uma face mais humanizada, politizada.

1.5 O IICA na década de 1990: Mudanças de paradigmas no Instituto

Os anos 1990 foram marcados pelos efeitos de um ajustamento estrutural forçado, que aprofundou a desigualdade social, principalmente nos países de economia periférica.

⁷⁴ Utilizaremos este recurso linguístico, para nos referir ao sistema de produção industrial implementado pelo modo de produção capitalista nos anos 1970. Foi criado pelo japonês Taiichi Ohno e por isso, muitos autores se referem ao sistema utilizando o termo *ohnismo*. Por ter sido implementado, pela primeira vez, na fábrica da Toyota, ficou conhecido como *toyotismo*, marcando a flexibilização do novo regime de acumulação do capital. O *toyotismo*, segundo Antunes (2002, p. 31) é uma “[...] *via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial*, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão do pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país”.

Segundo Falleiros, Pronko e Oliveira (2010, p. 77), “Se a década de 1980 tinha sido chamada de ‘década perdida’ pelo fraco crescimento das economias nacionais, a década de 1990 poderia denominar-se a ‘década saqueada’, pelos devastadores efeitos das políticas aplicadas a população em geral”.

A partir de 1990, o Brasil materializou a reestruturação de cunho neoliberal, por meio de uma ampla Reforma do Estado, realizada em 1995. A presente reforma, tida como instrumento para superação de uma suposta crise do Estado, viabilizou-se por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (BRASIL, 1995), sistematizando e afirmando muitas das estratégias defendidas e contidas no Relatório Sobre Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 1997). Esses documentos, contribuem para explicitar e compreender os pensamentos econômico, social e político das Organizações Internacionais nessa década, a respeito do desenvolvimento no mundo e nas economias periféricas, como o Brasil. Ambos os documentos, sinalizavam para a necessidade da capacidade efetiva e eficiente do Estado, na medida em que este, passou a constituir-se em um facilitador e catalisador do desenvolvimento econômico, por meio de uma dupla estratégia: de um lado, investir somente nas atividades consideradas cruciais para o desenvolvimento – Estado Efetivo; do outro, flexibilizar os serviços e instituições públicas para melhorar o desempenho das mesmas – Estado Eficiente (BANCO MUNDIAL, 1997).

Nessa lógica, o Estado deveria concentrar suas ações nos resultados e não nos processos, na medida em que abandonava a responsabilidade direta sobre o desenvolvimento econômico e social para concentrar-se na promoção e regulação desses processos (BRASIL, 1995). Nessa inversão de funções do Estado, encontrava-se o cerne da nova proposta de administração do aparelho estatal neoliberal, centrado numa proposta de administração pública gerencial, com raízes na reestruturação do regime de acumulação flexível do capital, estabelecendo, um novo padrão de sociabilidade centrado num modelo de vida *just in time*, viabilizado por uma modelo de comunicação conhecido como *Kan-ban* (ALVES, 2016; BRASIL, 1995).

Assim, é possível afirmar que os anos 1990 renovaram as esperanças. De um lado, as esperanças do capital, por meio de um novo vocabulário empregado para ressignificar velhas práticas, culminando na construção de um consenso com face supostamente mais humanizada e humanizadora. Do outro lado, renovaram-se as esperanças do trabalhador, que, bombardeado pelo novo vocabulário do capital, pensa sair e contribuir para o fim da

crise mundial, com o próprio esforço, por meio do investimento em si mesmo. Quase como o lendário Barão de Münchhausen em suas aventuras. Neste ponto, e sobre o trabalhador, o consenso do capital foi alcançado e a perspectiva de análise centrada no trabalho é afastada, não eliminada (LÖWY, 2013; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

Nesse contexto, as ações do IICA contribuíram para a manutenção do *status quo*, por meio de um discurso de desenvolvimento rural mais humano e equitativo para a América Latina e Caribe, esta, nos anos 1990, reconhecida como “o celeiro do mundo”. Nesse momento, o Instituto foi reconhecido como um Organismo Regional com presença mundial, já que estabeleceu relações com países extracontinentais, tais como: Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Noruega e Suécia. Esses países financiaram projetos do IICA e compreendiam que o Instituto era “[...] o braço regional especializado no setor agrícola⁷⁵” (MOLESTINA, 2002, p. 226, *tradução nossa*).

Foi nessa década que o IICA aderiu à onda mundial da consciência ecológica e propôs-se a trabalhar com o Desenvolvimento Sustentável. Segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005), na década de 1990, a inclusão do termo desenvolvimento sustentável faz parte do chamado “vocabulário para mudança”. No Plano de Meio Prazo 1994-1998 do Instituto, foi a primeira vez que a categoria apareceu nos objetivos gerais, tal como se anunciou: “Apoiar os Estados membros na realização do desenvolvimento sustentável da agricultura, no âmbito da integração hemisférica e como uma contribuição ao desenvolvimento rural e humano⁷⁶” (MOLESTINA, 2002, p. 238, *tradução nossa*).

A Integração foi outra categoria discutido pelo Instituto nos anos 1990. A integração socioeconômica da América Latina e Caribe seria a solução para criar um espaço interamericano mais forte e competitivo, segundo os representantes dos Estados Unidos no Instituto. Leia-se: integrar as economias periféricas, submetendo-as a espoliação imperialista dos Estados Unidos (MOLESTINA, 2002; NETTO; BRAZ, 2012).

O desenvolvimento de recursos humanos também aparecia nas preocupações e ações do IICA nos anos 1990. Para o Instituto, era preciso priorizar os investimentos nacionais em recursos humanos, por meio de ações estratégicas de capacitação. A formação de capital humano, sempre esteve presente nas ações do IICA, como um meio de

⁷⁵ Citação Original: “[...] el brazo regional especializado em el setor agropecuario” (MOLESTINA, 2002, p. 226).

⁷⁶ Citação Original: “Apoyar a los Estados Miembros para lograr el desarrollo agropecuario sostenible, en el marco de la integración hemisférica y como una contribución el desarrollo rural y humano” (MOLESTINA, 2002, p. 238).

alcançar o desenvolvimento econômico no meio rural (MOLESTINA, 2002; SHULTZ, 1973).

Tema que parece diferenciar-se das discussões e ações até então desenvolvidas pelo Instituto foi o dos pequenos produtores rurais. Faz-se importante mencionar aqui, que o IICA desenvolve ações voltadas para dois públicos distintos, os produtores do agronegócio e os pequenos produtores rurais. Nesta pesquisa, optamos por analisar as orientações do Instituto voltadas aos pequenos produtores rurais, por compreender a condição de classe trabalhadora destes frente aos avanços do capital no meio rural, produzidos por aqueles. Para o IICA, na década de 1990, era necessário criar políticas nacionais, de apoio e incentivo, diferenciadas para esse público alvo e a “equidade” no setor rural deveria guiar as políticas nacionais. A equidade, compreendida como igualdade de oportunidades, permitiria adaptar os pequenos produtores rurais às condições estruturais dadas pelo capital no campo, uma vez que o Direito compreende que a busca por igualdade é uma adaptação, a mais justa possível, dentro das atuais condições. Darwin e o Direito Positivo, enfim se encontraram (ANTUNES, 2011a; MOLESTINA, 2002).

Comprendemos que a equidade foi uma das ressignificações linguísticas, elaborada e empreendida pelas reformas educativas orientadas pelas Organizações Internacionais na década de 1990, e que o IICA, incorporou em seus documentos, pois quando não se permite fazer valer o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, por exemplo, onde se lê que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 2012, p. 13), a equidade cumpre a tarefa legal positiva, de garantir a igualdade de oportunidades e não, uma igualdade plena de condições societárias, na qual a equidade perderia sentido. Segundo Antunes (2011a, p. 13), a equidade “[...] é a adequação da lei ao caso concreto, atendidas suas peculiaridades, tendo em vista o caráter genérico e abstrato da atividade do legislador, atribuindo ao juiz a ponderação proporcional da norma à situação fática” ou ainda, a “[...] equidade é o corretivo do justo legal. É a exigência de justiça quando a lei por si só não atende a esse imperativo, ou quando a aplicação legal se mostra indesejável aos anseios de justiça” (ANTUNES, 2011a, p. 16). Ou seja, a equidade é o discurso do capital que luta pela igualdade apenas no âmbito do Direito, no âmbito das relações legislativas e tão somente nestas. O IICA situa-se nessa vertente de interpretações e adere ao novo “vocabulário para mudança” (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Outro tema abordado pelo IICA nos anos 1990, foi o da participação, dos pequenos produtores, mulheres e organizações não-governamentais no desenvolvimento rural. O

Instituto entendia que para além da presença do Estado fazia-se necessária a participação de todos os sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento rural, uma vez que a execução dos projetos, programas e políticas governamentais seria por meio desses sujeitos. O falso apelo à participação da sociedade civil, mascara o caráter extremamente autoritário e hierarquizado dos projetos, programas e políticas que emanam dos Estados Nacionais, em parceria com as Organizações Internacionais. A participação dos sujeitos, somente no momento da execução, foi uma das estratégias da reforma neoliberal, encontrada para enxugar os gastos públicos, uma vez que o Estado se eximiu das funções de executor e financiador, responsabilizando os pequenos produtores, as mulheres e as organizações não-governamentais pelo sucesso e/ou fracasso do desenvolvimento rural (MOLESTINA, 2002; SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

Sob direção geral do dominicano Carlos E. Aquino González (1994-2002), o IICA efetuou grande parte das mudanças paradigmáticas institucionais. Em 1994, o Instituto iniciou um novo modelo de CT, baseado na participação, na flexibilização, na concentração temática e na descentralização da tomada de decisões. Compreendemos que esses deslocamentos léxicos, correspondem às mudanças exigidas pelas economias centrais para o ajustamento das economias periféricas, seguindo a lógica das reformas neoliberais, executadas brilhantemente com a ajuda de Organizações Internacionais como o IICA (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; MOLESTINA, 2002; SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

A *descentralização* foi utilizada pelo IICA, nos anos 1990, como um meio de tomar decisões mais eficazes quanto ao desenvolvimento rural das Américas. Para isso, o Instituto descentralizou sua sede central em cinco Centros Regionais, que ficaram responsáveis por auxiliar os Estados membros nas tomadas de decisões. Importante ressaltar, que o Instituto compreendia descentralização apenas como desconcentração, ou seja, como o deslocamento de competências, sem necessariamente ser transferência de poder decisório (MOLESTINA, 2002; TOBAR, 1991; VIEIRA, 2000).

A *visão sistêmica* da agricultura, por sua vez, tornou-se o novo enfoque do Instituto para a CT. O IICA acreditava que era imprescindível desenvolver a capacidade de identificar as ligações das partes (os Estados membros) com o todo (Continente Americano) para promover o desenvolvimento rural das Américas. Nesse sentido, a descentralização foi um passo importante para o IICA, pois permitiu criar estratégias

diferenciadas para cada região em que o Instituto trabalhava (Região Norte, Região Central, Região do Caribe, Região Andina e Região Sul) (MOLESTINA, 2002).

Compreendemos que a descentralização e a visão sistêmica, na perspectiva das Organizações Internacionais, foram recursos linguísticos que estavam em convergência, nos anos 1990, para a “resolução” dos problemas econômicos e sociais. Oriunda da Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy (1901-1972), a visão sistêmica é uma tentativa de negação da categoria totalidade⁷⁷. Esta última, com capacidade explicativa centrada na perspectiva do trabalho, que remete à compreensão ontológica dos condicionantes sociais, políticos, culturais e religiosos e àquela, com capacidade explicativa centrada na perspectiva das relações entre os fenômenos, sem a necessária conexão com a materialidade. Ambas, são ideologicamente diferentes (SEABRA, 2001).

O IICA, como Organização Internacional Interamericana, a serviço da manutenção do desenvolvimento capitalista no meio rural, na América Latina e Caribe, aderiu fortemente à categoria da visão sistêmica, uma vez que “pensar globalmente e agir localmente” tornou-se o mote dos projetos, programas e políticas de desenvolvimento rural do Instituto. A visão sistêmica e/ou o enfoque sistêmico, utilizado pelo IICA nas propostas de desenvolvimento rural, explica tudo e ao mesmo tempo nada, movimento linguístico próprio do pós-modernismo. A descentralização, por sua vez, operacionalizou a categoria da visão sistêmica do Instituto, por meio da criação dos Centros Regionais de administração do IICA, que desconcentraram competências atribuídas, mas não o poder decisório.

Outra mudança, nos anos 1990, foi a compreensão sobre quem seriam os *clientes* do Instituto. Percebe-se aqui, que o termo cliente, hora ou outra nos documentos do Instituto, aparece substituindo o termo beneficiário. Os novos clientes, beneficiados com os conhecimentos do IICA, seriam agora, não só os Governos dos Estados Nacionais, mas também, o Setor Privado e as Organizações Não-Governamentais – ONG. Delineava-se o discurso das Parcerias Público-Privadas – PPP⁷⁸ no IICA (MOLESTINA, 2002).

⁷⁷ “A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, e que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas” (LUKÁCS, 1967, p. 240 *apud* CARVALHO, 2007, p. 179).

⁷⁸ No ano de 2004, por meio da Lei nº 11.079, o Governo Lula instituiu a Lei da parceria público-privada no âmbito da administração pública, “abrindo as portas” à publicização, que nada mais é, do que a face legitimada, pela sociedade civil, da privatização.

Na Reforma do Estado brasileiro, em 1995, já estava previsto que os serviços não-exclusivos do Estado (este, leia-se, mínimo para o social e máximo para o capital) estabeleceriam parcerias com organizações não-estatais e privadas. Nestes serviços estão a educação e a saúde. Conforme o documento da reforma prevê, faz-se necessário

Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de “publicização”, transformando as atuais funções públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária [...] Aumentar, assim, a *eficiência* e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o *cidadão-cliente a um custo menor* (BRASIL, 1995, p. 46-47, *grifo nosso*).

A gestão aparecia como elemento central nas discussões institucionais do IICA nos anos 1990, pois compreendia-se que o melhoramento gerencial dos programas e recursos (financeiros, humanos e físicos) permitiria a otimização do desenvolvimento rural almejado para o Continente Americano. Proclamava-se a necessidade de mudar o estilo gerencial do Instituto para uma gestão mais participativa, de maneira que os Estados Nacionais, o setor privado e as ONGs pudessem atuar de maneira “horizontal” na tomada de decisões. A proposta de *gestão participativa* dos processos de desenvolvimento rural do IICA, ainda que travestida de autonomia e ideais democráticos, sugere que PPPs sejam firmadas e que os sujeitos locais tomem para si a responsabilidade pelo desenvolvimento local. A gestão participativa e a valorização da esfera do local encontram nos anos 1990, pela resignificação do capital, condições para assentar as bases da nova proposta de desenvolvimento e de capacitação do IICA no Brasil⁷⁹ (MOLESTINA, 2002).

O discurso sobre gestão e modelos gerenciais, com origem na administração de empresas, ganhou força nos anos 1990. O paradigma *toyotista* de gestão, assentado num regime flexível de acumulação, possibilitou uma categoria explicativa e instrumental viável para as Organizações Internacionais como o IICA. As crises no modelo de produção capitalista e o fracasso das propostas de desenvolvimento econômico dos países periféricos, poderiam ser justificados e explicados pela ausência de planejamento, ou seja, por modelos gerenciais utilizados ou não. Na década de 1990, todas as explicações, para

⁷⁹ A discussão sobre o entrelaçamento desses está no Capítulo 2 desta pesquisa. Adiantamos, que foi na década de 1990, no Brasil, que o IICA iniciou uma proposta pioneira de desenvolvimento local sustentável, ancorada na gestão participativa dos pequenos agricultores rurais.

todas as áreas e todos os problemas, centraram-se na gestão. Logo, a solução para o “alívio da pobreza” e para a sustentabilidade, também era uma questão de gestão para o IICA, pois a gestão participativa valoriza a capacidade de tomar decisões e resolver problemas com a máxima qualidade – qualidade total.

Sobre educação, o IICA reconheceu que os anos 1990 constituiu-se na *era da educação de massa e a distância*, pois as inovações tecnológicas possibilitaram ampliar a comunicação e a difusão de forma massiva. A Educação a Distância – EAD, ganhou espaço no Ensino Superior, por meio de cursos de capacitação. Em 1998, o IICA criou uma Rede Interamericana de Educação e Capacitação a Distância – RIECDI, com o objetivo de transformar a agricultura no Continente Americano. Para o Instituto, a EAD seria a solução dos problemas educacionais (MOLESTINA, 2002).

Para estas vantagens, somam-se os novos métodos de ensino e aprendizagem à distância, os materiais didáticos e o acesso em massa ao conhecimento a partir de especialistas, que já vislumbram como uma possível solução para os problemas atuais relacionados com a transferência e o alcance efetivo de educação a novos e diferentes públicos, bem como a possibilidade de tele-consultas e de gigantes bancos de informação pública, tanto gerais como especializados⁸⁰ (MOLESTINA, 2002, p. 253, *tradução nossa*).

Compreendemos que a EAD incorpora elementos mercadológicos em seus princípios, uma vez que reduz custos, podendo com o mesmo investimento atingir um público alvo maior. Concentrar a oferta educativa, em função da demanda do mercado, reduz os custos dos cursos de capacitação e o IICA viu nessa relação mercadológica, de oferta e demanda, uma oportunidade de construir de forma mais eficaz as suas concepções sobre desenvolvimento. Pela ótica neoliberal, a crise do Ensino Superior e da Educação Básica, pode ser superada por uma gestão eficiente dos recursos financeiros e humanos da educação e a EAD responde a essa eficiência requerida. A EAD mascara o processo de fragmentação do trabalho docente, a precarização do ensino público e a ampliação do ensino privado, uma vez que se criam nichos mercadológicos em torno da educação, que vira nessa perspectiva um insumo, uma mercadoria (SILVA, 2011).

⁸⁰ Citação Original: “A esas ventajas se suman los nuevos métodos de educación y capacitación a distancia, los materiales didáticos y al acceso masivo al conocimiento a partir de expertos, que ya se vislumbran como posible solución de problemas actuales relacionados con la transferencia y el alcance efectivo de la educación hacia nuevas y diversas audiencias, así como la posibilidad de tele-consultas e gigantescos bancos de información pública, tanto general como especializada” (MOLESTINA, 2002, p. 253).

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs ampliam o poder de reprodução do capital e possibilitam que a educação torne-se um nicho de investimentos privados. O IICA, por sua vez, adota a capacitação a distância como forma de expandir suas concepções de desenvolvimento rural nas Américas.

No ano de 1998, o IICA adentrou em uma nova etapa de desenvolvimento das suas ações, mas mantendo o caráter de mudanças paradigmáticas. O novo Plano de Médio Prazo 1998-2002 refletiu as mudanças que vinham ocorrendo no mundo e, principalmente, no Continente Americano. Para o Instituto, existia no final dos anos 1990 uma megatendência que forçava as Organizações Internacionais a se adaptarem as transformações econômicas, políticas e sociais. Podemos afirmar, que essa megatendência se delineou por meio da construção de um novo consenso hegemônico. Nas palavras de Neves (2010), delineou-se nos anos 1990, a nova Pedagogia da Hegemonia⁸¹, tendo “a direita para o social e a esquerda para o capital” (MOLESTINA, 2002; NEVES, 2010).

O IICA elencou quatro dessas megatendências que afetavam a agricultura e a ruralidade para promover as mudanças institucionais necessárias: 1^a) aceitar que existe um marco macroeconômico de escala mundial e nacional e que cada país e/ou continente cumpre um papel nessa divisão, ou seja, aceitar a divisão internacional do trabalho e a posição, central ou periférica, que lhe cabe; 2^a) aceitar que existe o predomínio do mercado e que ele regula as relações de oferta e demanda, ou seja, aceitar que a “mão invisível do mercado” regula as relações econômicas, mais do que as intervenções estatais; 3^a) aceitar que existe uma revolução tecnológica e que esta pode contribuir para melhor e maior produtividade; e 4^a) aceitar que existe um processo de democratização em curso na América Latina e Caribe, por meio do fortalecimento da sociedade civil, ou seja, que as PPPs fazem uma ampliação do Estado *gramsciano* às avessas (MOLESTINA, 2002).

Nesse momento, novas discussões sobre a agricultura foram levantadas e três “conceitos” básicos apareceram para responder aos anseios do Instituto. O *primeiro* “conceito” sobre agricultura foi o da praticidade. A agricultura deveria guiar-se por uma concepção prática. O *segundo* “conceito”, reafirmou que a agricultura deveria cumprir uma finalidade viável, que seria o desenvolvimento agrícola e rural sustentável. O *terceiro* “conceito”, dizia respeito a uma estratégia de ação, que deveria ser adotada nos Estados

⁸¹ Segundo Martins; Neves (2010, p. 24), “A questão fundamental contida no conceito gramsciano de hegemonia é a transformação do projeto particular de uma classe ou fração de classe em uma concepção que passa a ser aceita pela ampla maioria”.

membros para o desenvolvimento da agricultura, baseada na transformação induzida, ou seja, um desenvolvimento endógeno (MOLESTINA, 2002).

Percebemos, que no final dos anos 1990, o IICA iniciou um processo de exaltada valorização da agricultura e do meio rural nos países da América Latina e Caribe, pois os processos de industrialização, incentivados pelas políticas desenvolvimentistas (e *cepalinas*), não haviam reduzido os níveis de pobreza nesses países e não os tinham inserido na cota de “países centrais” do sistema, permanecendo na condição de “países periféricos”. A divisão internacional do trabalho, que coloca o Brasil, por exemplo, na sua posição de produtor de matérias-primas, limita sua capacidade industrializante, de produtor de bens de consumo. Portanto, a valorização da agricultura procurou dar resposta ao limitado período de exaltação desenvolvimentista da indústria brasileira. A América, tida como o “celeiro do mundo”, passou a investir em políticas voltadas para o desenvolvimento das áreas rurais, compreendendo ser este o papel desempenhado pelo Continente na economia mundial.

1.6 O IICA nos anos 2000

A partir do anos 2000, em nível mundial, a “recomposição” da hegemonia capitalista legitimou-se por meio de dois discursos ideológicos: o do “alívio da pobreza” e da garantia da “sustentabilidade ambiental”. “A noção de que é preciso garantir a conciliação de classes em prol do combate à pobreza e da preservação do meio ambiente tornou-se peça fundamental do quebra-cabeça montado nos países latino-americanos [...]” (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 84).

Esses discursos foram sendo materializados no Brasil, por meio de um arcabouço de políticas públicas orientadas por um novo modelo de diálogo entre Estado e sociedade civil. Diálogo este, orientado pela “direita mundial” e materializado no país, por meio de um governo que se intitula de esquerda. Esquerda para o capital.

No redesenho de uma direita para o social e de uma esquerda para o capital, o modelo de democracia brasileiro vem-se aproximando, nos anos 2000, do modelo de articulação da disputa política e representação de interesses de *tipo americano*, caracterizado por partidos sem definição ideológica, que atuam como frentes de grupos corporativos, defendendo, na prática, o mesmo projeto de sociedade (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 85, *grifo nosso*).

O IICA iniciou o século XXI, comprometido com a promoção do desenvolvimento sustentável, da segurança alimentar e com a prosperidade das comunidades rurais do Continente Americano. O desenvolvimento sustentável já aparecia nos objetivos do Instituto nos anos 1990, mas temas como a segurança alimentar e as comunidades rurais passam a integrar os novos esforços do Instituto na busca pelo desenvolvimento das áreas rurais.

Observamos que as discussões sobre segurança alimentar ganharam força nos anos 2000, pois o direito humano à alimentação adequada foi visto como o primeiro passo para o exercício pleno da cidadania.

Segundo estimativa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), 852 milhões de pessoas no mundo, entre 2000 e 2002, sofriam de fome crônica, sendo 815 milhões nos países em desenvolvimento; 9 milhões em países industrializados e 28 milhões em países do Leste Europeu e países da antiga União Soviética (VALENTE; FRANCESCHINI; BURITY, 2007, p. 6).

Importante ressaltar, que a categoria segurança alimentar veio para suavizar a categoria fome nos projetos, programas e políticas nacionais. Josué de Castro, com sua obra “Geografia da Fome”, publicada em 1946, no Brasil, já sinalizava para a questão social da fome. No Brasil, por exemplo, algumas propostas foram sendo construídas no sentido de garantir a segurança alimentar nos anos 2000, tais como: o Programa Bolsa Alimentação (2000); o Projeto Fome Zero (2001); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS (2004); e, a Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (2006) (MACEDO *et al*, 2009).

Com a eleição do novo diretor do Instituto, Chelston W. D. Brathwaite, um novo Plano de Médio Prazo 2002-2006 foi aprovado e com ele a nova visão do Instituto, “[...] de promover a segurança alimentar e a prosperidade do setor rural das Américas⁸² [...]” é difundida nos Estados membros (MOLESTINA, 2002, p. 264, *tradução nossa*).

⁸² Citação Original: “[...] de promover la seguridad alimentaria y la prosperidad del sector rural de las Américas [...]” (MOLESTINA, 2002, p. 264).

Temas como meio ambiente, respeito à diversidade, dimensão ambiental, profissionais locais e Cooperação Técnica Horizontal - CTH⁸³, integraram as linhas de ação do IICA nos anos 2000 e estão presentes nos atuais PCTs do Instituto no Brasil (IICA, 2015; MOLESTINA, 2002).

No Brasil, em 2005, em parceria com o MDA, o IICA criou o Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável - FDRS, uma iniciativa,

[...] com o objetivo de contribuir para os processos de integração em curso na América Latina em matéria de abordagem de desenvolvimento rural e territorial, funcionando como uma rede colaborativa de aprendizagem e de gestão do conhecimento (IICA, 2015).

O FDRS funciona como uma forma de CTH, com o objetivo de estabelecer a contínua troca de conhecimentos e ideias inovadoras, entre o Brasil e o resto do Continente Americano, que possam melhorar a vida dos pequenos agricultores (IICA, 2005a).

O FDRS produziu inúmeros materiais a partir dos anos 2000, sobre diferentes assuntos, que colaboram continuamente no interior do MDA, para disseminar as ideias do IICA e construir o consenso em torno das propostas de desenvolvimento e educação para as áreas rurais brasileiras e demais países que realizam CTH com o país. Dentre esses materiais está a SDRS, base documental do processo de investigação desta pesquisa, que

[...] expressa a efetiva colaboração tanto da Representação do IICA no Brasil quanto do Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável em busca do desenvolvimento agrícola e do bem-estar das comunidades rurais. Reúne artigos assinados por renomados profissionais nacionais e internacionais com o objetivo de difundir e suscitar o intercâmbio de conhecimentos e de iniciativas bem-sucedidas de desenvolvimento sustentável no meio rural, promovidos por instituições acadêmicas, instituições governamentais e não-governamentais e organizações da sociedade em geral (IICA, 2005b).

⁸³ A posição que o Brasil ocupa nesta proposta de CTH pode ser discutida a partir da categoria subimperialismo, de Ruy Mauro Marini. Segundo Luce (2014, p. 44), “[...] Ruy Mauro Marini, ao analisar as mudanças no sistema capitalista mundial nas décadas de 1960 e 1970, identificou a emergência do subimperialismo como uma nova etapa do capitalismo dependente, mediante amadurecimento de um novo tipo de formação econômico-social, que na América Latina se materializava no Brasil”. A CTH sugerida pelo FDRS é uma proposta inovadora e eficaz, do ponto de vista ideológico do capital, pois retira do direcionamento das propostas do IICA a figura dos Estados Unidos e coloca o Brasil, como a figura da vez, permitindo maior receptividade nos países latino-americanos das concepções do Instituto. Este, no entanto, liderado pelo imperialismo norte-americano.

Nos Capítulos 2 e 3 desta pesquisa, são analisadas as categorias encontradas na SDRS, que versam sobre desenvolvimento e educação, com o objetivo de compreender quais as propostas difundidas pelo IICA no Brasil. Até o momento, 2016, foram 22 volumes produzidos. A seguir, discutimos o aparato legal e burocrático da materialização das propostas do IICA no Brasil.

1.7 O aparato legal da materialização das recomendações do IICA nos projetos, programas e políticas brasileiras: a Personalidade Jurídica, os Tratados e a Cooperação Técnica Internacional como instrumentos da formação do Consenso

As recomendações de Organizações Internacionais para a Educação Pública brasileira é tema recorrente no campo da pesquisa acadêmica, pois entende-se que a compreensão sobre os interesses em jogo, na discussão, elaboração e implementação de políticas públicas para a educação, perpassa a análise dessas recomendações, provenientes dessas Organizações. Mas como essas recomendações materializam-se nos projetos, programas e políticas do Governo Federal? Como a forma e o conteúdo de projetos, programas e políticas brasileiras “absorvem” o consenso construído por essas Organizações Internacionais no que se refere à educação para a classe trabalhadora?

Todos esses questionamentos, do ponto de vista econômico e político, são discutidos ao longo desta pesquisa, no entanto, este item pretende compreender o aparato legal da “absorção” dessas recomendações pelo Estado brasileiro, em específico, como as concepções do IICA, pertencente a OEA, materializam-se como concepções dos projetos, dos programas e das políticas públicas do Governo Federal.

O aparato legal da “absorção”, pelo Brasil, das recomendações do IICA, perpassa as discussões sobre a Personalidade Jurídica da OEA (Sistema Interamericano ao qual o IICA faz parte como Organismo Especializado), a capacidade do IICA de celebrar Tratados e o papel estratégico da Cooperação Técnica Internacional - CTI na construção do consenso sobre desenvolvimento e educação na América Latina e Caribe.

A Personalidade Jurídica é um termo criado e desenvolvido pelo Direito, para designar que um indivíduo seja considerado pessoa, possuidora de direitos e deveres perante a sociedade, ou seja, um cidadão. Seria uma aptidão genérica, do nascimento ao óbito do ser humano, para adquirir direitos e contrair deveres. Metaforicamente, como se

fosse um título que se dá ao ser humano que nasce, para dizer que este existe nesta sociedade. Somando-se a isto, a Personalidade Jurídica incide não somente sobre as pessoas naturais, no sentido físico, mas também sobre as pessoas jurídicas, no sentido moral. Ou seja, agrupamentos de indivíduos que se reúnem e/ou se associam para um determinado fim (organizações) ou em torno de um determinado patrimônio (empresas) também possuem Personalidade Jurídica, ou seja, capacidade para adquirir direitos e contrair deveres (PEREIRA, 2005).

A Personalidade Jurídica é uma criação do Direito e sobre este último, dizia Gramsci:

Se todo Estado tende a criar e manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o *direito* será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras *instituições* e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos (GRAMSCI, 2000b, p. 28, *grifo nosso*).

Logo, a Personalidade Jurídica é uma criação do Direito para que as pessoas físicas e morais adquiram direitos e contraiam deveres, independentemente da sua vontade individual. Nesse sentido, a OEA e o IICA são Organizações Internacionais de Personalidade Jurídica, capazes de “fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros” nos Estados Nacionais em que atuam, por meio de um poder concreto “pacífico” (poder brando): os Tratados⁸⁴ e as CTIs. Sobre estes últimos, discutiremos mais à frente.

Para o Direito, as Organizações Internacionais, constituídas por Estados, são associações de sujeitos de Direito Internacional. Decorrem do crescimento das Relações Internacionais⁸⁵, após o século XIX, e da necessidade da comunidade internacional por

⁸⁴ Segundo Yoda (2005, p. 2) “Há uma variedade de termos normalmente utilizados para definir tratados. São eles: declaração, convenção, carta, protocolo, ato, acordo, pacto, acordo executivo, ajuste ou acordo complementar, convênio e outros”.

⁸⁵ Sobre as Relações Internacionais - RI, Guerardi (2005) faz uma exposição sobre as vertentes no campo das RI, distinguindo três paradigmas epistemológicos, a saber: o realismo, o liberalismo e o estruturalismo. Para o autor, o paradigma do realismo afirma a busca do poder, pelos Estados, por meio da força militar, que mais a frente o autor vai definir como *hard power*. Para esta vertente, as RI estão restritas as relações interestatais, de um Estado em relação a outro, e a força militar seria o instrumento de manutenção da paz. Na vertente do liberalismo, as RI acontecem no campo das relações transnacionais. Este paradigma destaca-se pela importância dada às forças transnacionais, não necessariamente ao uso da força militar, mas valoriza as interações no campo econômico, social e cultural, em que a conciliação de interesses dos Estados seria por meio da construção de uma “legalidade internacional”, capaz de, por meio de “instituições supranacionais”,

cooperação e podem ser de caráter intergovernamental ou não-governamental, global ou regional, com objetivos generalizados ou específicos (YODA, 2005).

A OEA é uma Organização Internacional intergovernamental, ou seja, é um Organismo Governamental Internacional – OGI, formada por Estados Soberanos (35 Estados membros), regional porque atua no Continente Americano e no qual o objetivo de atuação é generalizado, pois busca garantir segurança e paz no Continente Americano, por meio da defesa dos interesses e da busca por meios de desenvolvimento nas áreas econômica, social e cultural dos seus Estados membros (OEA, 2015).

Como a OEA é uma Organização Internacional de objetivo generalizado, em sua estrutura existem diversos órgãos que cumprem diversas funções e objetivos específicos. O IICA é um desses órgãos: um Organismo Especializado em Agricultura que atua nos Estados membros por meio da CTI, que ocorre por meio da celebração de Tratados. Segundo Yoda, a

[...] complexidade de temas diversos, que vão além da jurisdição nacional, fez com que os Estados se deparassem com a necessidade de promover maior cooperação internacional. Desta forma, as organizações internacionais, principalmente, através do mecanismo de celebração de tratados, vem atuando no plano universal e regional (YODA, 2005, p. 1).

A partir da Convenção de Viena, sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, realizada em Viena, no ano de 1986, as Organizações Internacionais passaram a ter a prerrogativa de celebrar Tratados, antes prerrogativa somente dos Estados e com isso, a Cooperação Internacional ampliou seu raio de atuação. Os Tratados podem ser bilaterais, quando envolvem duas partes, ou multilaterais, quando mais partes são envolvidas e suas etapas de criação são: 1ª) negociação; 2ª) assinatura/adoção; 3ª) aprovação e 4ª) ratificação.

Quando países tornam-se membros signatários de uma Organização Internacional, estão ratificando um Tratado, e passam a adquirir direitos e contrair deveres, que no brocardo latino “*Pacta sunt servanda*” significa que “os pactos devem ser respeitados” ou

construir um “Governo Mundial”. O *soft power* situa-se nesta vertente. O estruturalismo, apontado pelo autor como uma vertente marxista de análise das RI, acredita que estas, as RI, acontecem numa lógica sistêmica. O mundo estaria dividido em “centro” e “periferia” e, portanto, as relações seriam assimétricas no campo das RI. Dado que o “centro” exerce uma dependência e exploração sobre a “periferia” (GUERALDI, 2005, p. 28-31).

mesmo que "os acordos devem ser cumpridos". É um princípio base do Direito Civil e do Direito Internacional, que tornam os países signatários subsumidos às Organizações Internacionais, ainda que juristas afirmem que a Soberania⁸⁶ dos Estados Nacionais permaneça intocável (YODA, 2005).

A partir do momento, que um país é membro signatário de um Tratado com uma Organização Internacional é possível realizar CTI, que na América Latina e Caribe, ganhou força após o fim da Segunda Grande Guerra, pois o slogan era desenvolvimento e os países mais desenvolvidos, juntamente com as Organizações Internacionais, poderiam viabilizar a troca de experiências e conhecimentos com os países menos desenvolvidos. Do “centro” para a “periferia” foi se formando um consenso imperialista em torno das ideias de desenvolvimento, modernização e avanço, impulsionado pela CTI. Gramsci (2000, p. 42), já advertia, que na relação das forças políticas, “Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (YODA, 2005).

O Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, pertencente ao Ministério das Relações Exteriores - MRE, compreende que a “parceria para o desenvolvimento” é viabilizada pela CTI e que esta,

[...] constitui importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico, incluindo a atuação do Estado, por meio de ações de fortalecimento institucional. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir ou compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas a alcançar um salto qualitativo de caráter duradouro (ABC/MRE, 2015).

No entanto, a CTI enquanto um termo jurídico do Direito Internacional, que regula as relações entre os países e entre os países e as Organizações Internacionais, é historicamente datada e ideologicamente orientada.

A CTI é um termo jurídico que foi forjado no início do século XX, a partir das

⁸⁶ A partir de uma análise crítica, compreendemos que a Soberania de um Estado em relação a outro reside na sua condição material e imaterial de manutenção da hegemonia, no seu *hard power* e *soft power*. Na sociedade capitalista, a Soberania de um Estado está relacionada com a posição que este ocupa na divisão internacional do trabalho: central ou periférico, industrializado ou produtor de matérias-primas, desenvolvido ou subdesenvolvido, e nesse sentido, a Soberania dos países da América Latina e Caribe torna-se limitada em relação à América do Norte, liderada pelos Estados Unidos (GUERALDI, 2005).

discussões dos países que saíram vitoriosos da Primeira Guerra Mundial. Reunidos, no que ficou conhecido como Sociedade das Nações e/ou Liga das Nações, em 1919, os países desenvolvidos discutiram sobre um possível “acordo de paz” entre as nações: o Tratado de Versalhes. Acordo esse, de Cooperação Internacional entre países e mediado por uma Organização Internacional, que em 1946, ficou conhecida como a ONU.

Compreendemos que a CTI foi um termo do Direito Internacional, criado para materializar, e ao mesmo tempo viabilizar, a atuação das grandes potências⁸⁷ em relação às pequenas potências, no início do século XX, e que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, a CTI substituiu o *hard power* que vinha sendo utilizado na corrida imperialista, pelo *soft power*, dando legitimidade às Organizações Internacionais para atuarem nos Estados Nacionais com a prerrogativa de reconstruir os países atingidos pela guerra. Esse *soft power*, ideologicamente orientado para afastar qualquer possibilidade explicativa do bloco socialista sobre a sociedade, foi e continua sendo possível por meio dessas Organizações Internacionais, que por via legal da CTI imprimem suas concepções de mundo, de sociedade e de educação nos projetos, programas e política públicas dos Estados Nacionais (GRAMSCI, 2000b; GUERALDI, 2005).

O *soft power*, ou *poder brando*, foi uma expressão utilizada em 1980, pelo americano Joseph Nye. Segundo Guerardi (2005),

No conceito de Nye, “poder brando” é a habilidade de influenciar os outros a fazer o que você deseja pela atração em vez de coerção. O poder coercitivo seria a ostentação militar e sanções econômicas, classificados por Nye de “poder bruto”, enquanto a identidade cultural, ideológica e política comporiam o “poder brando” (GUERALDI, 2005, p. 65).

Para Nye, os Estados Unidos se mantêm como uma nação forte porque assume a liderança nas várias dimensões que constituem o poder, a saber: a dimensão militar, por meio de coações com ameaças, a dimensão econômica, por meio da indução com pagamentos e subornos, e, a dimensão do poder brando, por meio da atração e cooptação. Esta última, segundo Guerardi (2005, p. 66), “[...] corresponde à habilidade de conseguir o

⁸⁷ Gramsci (2000, p. 86, *grifo nosso*), define a categoria grande potência em relação a questão da guerra. “É grande potência aquele Estado que, tendo ingressado num sistema de alianças para uma guerra (e hoje toda guerra pressupõe sistemas de forças antagônicas), *consegue, no momento da paz*, conservar uma tal relação de forças com os aliados que se torna capaz de assegurar a manutenção dos pactos e das promessas feitas no início da campanha”. Uma grande potência, portanto, na política externa, é um Estado hegemônico porque consegue, nos momentos de guerra e nos momentos de paz, determinar a vontade dos outros Estados, estes, pequenas potências.

que se quer por meio de atração em vez de coerção ou pagamento de subornos. Esse poder de atração surge da cultura, dos ideais e das políticas adotadas por um país”. E neste sentido, os Estados Unidos, materializa a categoria imperialismo⁸⁸ em suas ações, nas relações internacionais que estabelece e em sua política externa (GUERALDI, 2005).

Os instrumentos de atração e cooptação, utilizados pelo poder brando, materializam-se por meio de três fontes básicas, a saber: a da cultura, a dos valores políticos e a da política externa. Nesta última, em específico, reside a legitimidade e autoridade moral da qual os Estados Unidos, por meio de Organizações Internacionais, se utiliza perante os demais Estados Nacionais. A credibilidade imperialista dos Estados Unidos é fruto, também, de uma política externa que se utiliza da Diplomacia pública, bilateral e/ou multilateral. Logo, a CTI é uma dessas políticas externas, adotadas pelos Estados Unidos, via Organizações Internacionais, para disseminar suas concepções pelo mundo. E a liderança das Organizações Internacionais, baseada na política de “um dólar, um voto”, coloca os Estados Unidos como o titereiro do espetáculo, a “mão oculta” que manipula os cordéis que dão vida ao espetáculo das marionetes.

O consenso imperialista, norte-sul, foi se materializando na América Latina e Caribe e especificamente no território brasileiro, por meio das várias vertentes da CTI, a saber: 1ª) a Cooperação Técnica – CT, que ocorre por meio da transferência de tecnologias, conhecimentos e experiências, que possuem aplicação prática, em bases não comerciais; 2ª) a Cooperação Financeira – CF, que ocorre por meio da concessão de recursos financeiros, de um país em condições econômicas privilegiadas, para outro em condições menos privilegiadas; 3ª) a Cooperação Científica e Tecnológica – CCT, que ocorre por meio do intercâmbio de informações e de documentação científica e tecnológica, do fomento à pesquisa científica e pelo intercâmbio de cientistas e pesquisadores entre os países; e, 4ª) a Cooperação Educacional – CE⁸⁹, que viabiliza a formação de recursos humanos (capital humano) por meio de bolsas de estudo e/ou pela disponibilização de matrículas em centros de estudo (ABREU, 2013; BRASIL, 2009).

⁸⁸ Segundo Lênin (1977, p. 641-642 *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 193), “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalista mais importantes”.

⁸⁹ Interessante observar, que nos anos 1960 e 1970, o IICA atuou por meio da CE, viabilizando de forma extensiva a formação de recursos humanos, por meio da concessão de bolsas de estudos, cursos de pós-graduação e intercâmbios. Mais elementos são detalhadamente descritos nos itens 1.2 e 1.3, deste capítulo, bem como no Capítulo 3 desta pesquisa.

O IICA, objeto de estudo desta pesquisa, é especializado em CT para a agricultura e para o desenvolvimento Rural das Américas. Atualmente, no Brasil, a CT prestada pelo Instituto é regulada pela ABC⁹⁰ e situa-se como Cooperação Técnica Recebida Multilateral⁹¹. O termo multilateral⁹² refere-se à vertente da cooperação realizada com uma Organização Internacional, diferentemente da cooperação bilateral, que é celebrada com um país desenvolvido (ABREU, 2013).

Sobre as CTs recebidas pelo Brasil, Abreu (2013) compreende que elas têm

[...] como objetivo a aceleração do processo de desenvolvimento social e econômico nacional, a partir da capacitação de instituições nacionais nos três níveis da federação, via transferência de tecnologia e de conhecimento. Privilegia-se, nesse sentido, o acesso a conhecimentos e práticas ainda não dominadas pelo país. Do lado brasileiro, as instituições nacionais oferecem, como contrapartida aos consultores do exterior, infraestrutura, equipamentos e recursos humanos para a viabilização da cooperação (ABREU, 2013, p. 10).

Com a prerrogativa de cooperar e de se solidarizar com os países em desenvolvimento, o IICA compreende que sua missão institucional, enquanto Organismo Internacional,

[...] é prestar cooperação técnica inovadora aos Estados membros para alcançarem o desenvolvimento sustentável em prol dos povos das Américas. A aspiração institucional é chegar à liderança nas Américas em agricultura e desenvolvimento rural e constituir-se no parceiro preferencial pela qualidade de uma cooperação técnica que responda às necessidades dos Estados membros e

⁹⁰ A CT no Brasil, enquanto uma das vertentes da CTI, é regulada por meio da ABC, criada em setembro de 1987 por meio do Decreto N° 94.973 e subordinada ao MRE. Compete à ABC “[...] planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações” (ABC/MRE, 2015).

⁹¹ O IICA está presente também, no território brasileiro, em projetos de cooperação em que se estabelece uma parceria trilateral, ou seja, o Brasil recebe CT do IICA e com os conhecimentos obtidos por meio desta cooperação presta cooperação a outros países em desenvolvimento. Esta forma de parceria, para impulsionar o desenvolvimento horizontal, ainda carece de pesquisas na área da educação. Estariam presentes aqui, as formulações de Ruy Mauro Marini sobre a categoria sub-imperialismo?

⁹² “A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar e/ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo brasileiro e sociedade civil, assumindo-se como horizonte de trabalho a auto-suficiência nacional em termos dos conhecimentos requeridos para conceber e operacionalizar políticas e programas públicos com repercussão sobre o desenvolvimento socioeconômico do país” (ABC/MRE, 2015).

por suas contribuições para o desenvolvimento sustentável da agricultura, da segurança alimentar e da prosperidade rural (IICA, 2008, p. 9).

Nota-se, que o objetivo central da CT prestada pelo IICA, é torná-lo um parceiro preferencial nos países latino-americanos, na medida, em que pode disseminar suas concepções sobre desenvolvimento para as áreas rurais. Os PCTs prestados pelo Instituto ao país, correspondem a 9% do total da Cooperação Técnica Multilateral recebida, ficando atrás somente do PNUD e da UNESCO. Conforme mostra o Gráfico 1.

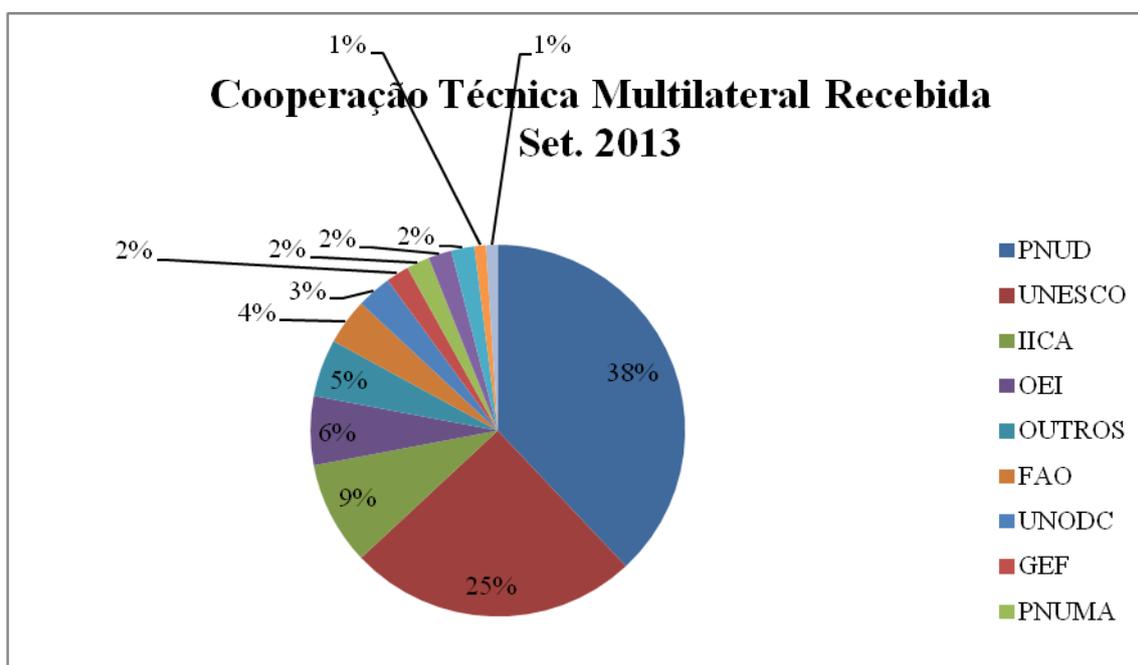


Gráfico 1 – Cooperação Técnica Multilateral Recebida pelo Brasil
Fonte: Abreu, 2013.

O Brasil, desde 1964, quando tornou-se Estado membro do IICA, por meio da ratificação de um Tratado, passou a receber CT deste Instituto, um dos meios⁹³ pelos quais o Brasil “absorve” as concepções desta Organização Internacional. A partir do ano 2000, foram elaborados e implementados 36 projetos em CT com o IICA no país⁹⁴. Dos projetos desenvolvidos no Brasil, com a CT do Instituto, concluídos (22 projetos) e em andamento

⁹³ Compreende-se nesta pesquisa, que as concepções do Instituto são absorvidas pelo Estado brasileiro por meio da CT e também, pelo intercâmbio de conhecimentos entre pesquisadores do Instituto e pesquisadores de instituições brasileiras (públicas e privadas), assim como, pela disseminação das ideias e concepções do Instituto em Seminários, livros e periódicos de circulação no território brasileiro.

⁹⁴ Maiores informações sobre os PCT IICA-Brasil estão disponíveis no Apêndice B.

(13 projetos), os maiores parceiros⁹⁵ são do setor público (29 projetos), em relação ao setor privado (4 projetos) e as Organizações Internacionais (3 projetos), sendo, o Ministério da Integração Nacional – MI (5 projetos), o MDA (5 projetos) e o Ministério do Meio Ambiente – MMA (4 projetos), os parceiros mais citados (IICA, 2015). Conforme mostra o Gráfico 2, é possível identificar os PCT IICA-Brasil de acordo com as temáticas desenvolvidas por cada um.

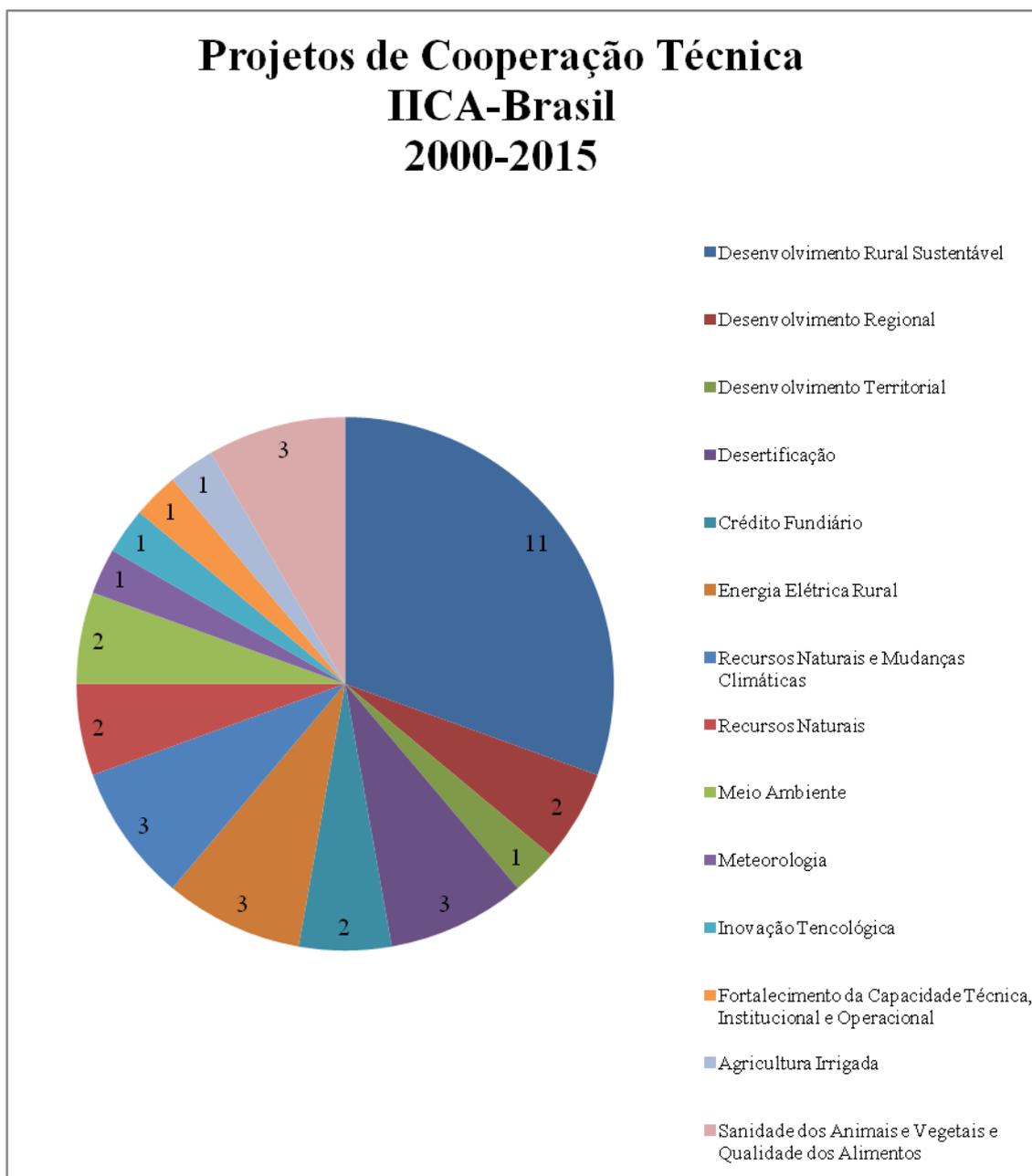


Gráfico 2 – Projetos de Cooperação Técnica IICA-Brasil 2000-2015
Fonte: IICA, 2015.

⁹⁵ Como parceiros, entendem-se as instituições que financiam os projetos e/ou as instituições que operacionalizam a implementação desses projetos.

Esses PCT, desenvolvidos pelo IICA no Brasil, ajudam a disseminar o pensamento norte-americano, uma vez que, as ideias sobre agricultura dos Estados Unidos, constituíram-se no pensamento fundante do Instituto nos anos 1940 e que, ainda hoje, tem força sobre a concepção de desenvolvimento que se quer para as áreas rurais do Continente Americano, em específico para o Brasil, como é discutido no capítulo seguinte. A própria concepção e o formato da CT do Instituto estiveram vinculados, desde o seu início, com o pensamento e as políticas norte-americanas.

Em 1949, o presidente dos Estados Unidos reeleito, o norte-americano Harry S. Truman (1888-1972), lançou o Programa de Cooperação Técnica Internacional “Ponto IV”, que objetivava ajudar econômica e tecnicamente os países subdesenvolvidos (termo utilizado pela primeira vez nesta ocasião) da América Latina e Caribe, uma vez que a pobreza que atingia a humanidade poderia ser prejudicial para o desenvolvimento do sistema. Segundo Abreu e Beloch (1984 *apud* XAVIER, 1999, p. 87), “Consustanciando o quarto ponto do discurso do presidente norte-americano, o programa propunha acordos de cooperação técnica e o intercâmbio de serviços técnicos especiais, abrangendo as áreas de economia, administração pública, saúde, educação, alimentação, etc”.

O IICA, em 1949, enquanto um organismo do Sistema Interamericano, não estava entre as Organizações Internacionais escolhidas pelo presidente Truman para desenvolver o “Programa Ponto IV”, no entanto, por meio da intervenção de Octavio Paniagua, a OEA e o Instituto fizeram o primeiro diálogo para o que viria a se tornar o primeiro PCT do IICA na América Latina e Caribe: o Projeto 39 (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

O Projeto 39, intitulado “Ensino Técnico para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural⁹⁶”, foi financiado pelos Estados Unidos, via “Programa Ponto IV”, e teve duração estendida de 1951 até 1966. Foi um PCT considerado de relevante importância para a América Latina e Caribe e absorveu cerca de 33% dos recursos destinados para o Instituto, além de ter formado mais de 10.000 profissionais no Continente Americano (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

⁹⁶ No original: “Enseñanza Técnica para El Mejoramiento de la Agricultura y la Vida Rural” (MOLESTINA, 2002, p. 68).

O Projeto objetivava a criação de Centros Regionais de Capacitação, que teriam como objetivo,

[...] treinar profissionais em especialidades que não haviam sido devidamente consideradas nos currículos das universidades latino-americanas e que teriam uma importância fundamental no desenvolvimento econômico dos países. Além disso, o Projeto concentrou seus esforços em promover o desenvolvimento de instituições de pesquisa agrícola, de ensino formal e diretamente na formação de profissionais por meio das modalidades de cursos internacionais, cursos nacionais e formação em serviço⁹⁷ (MOLESTINA, 2002, p. 72, *tradução nossa*).

No Brasil, foram realizados quatro cursos internacionais, nos anos de 1954, 1957, 1958 e 1959, e um a nível nacional. Esses cursos materializaram as concepções do IICA no território brasileiro. A concepção sobre capacitação, discutida no terceiro capítulo desta pesquisa, já estava presente desde o primeiro PCT do Instituto, nos anos 1950, constituindo-se no principal meio de formação do consenso *iicaiano*: capacitar para o desenvolvimento rural sustentável e o alívio da pobreza.

1.8 Organização do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

A organização institucional do IICA é composta pelos seguintes órgãos internos: a Junta Interamericana de Agricultura – JIA, órgão superior do Instituto, o Comitê Executivo - CE, que está hierarquicamente abaixo da JIA e a Direção Geral, esta última, obedecendo aos dois primeiros órgãos do Instituto (IICA, 1979).

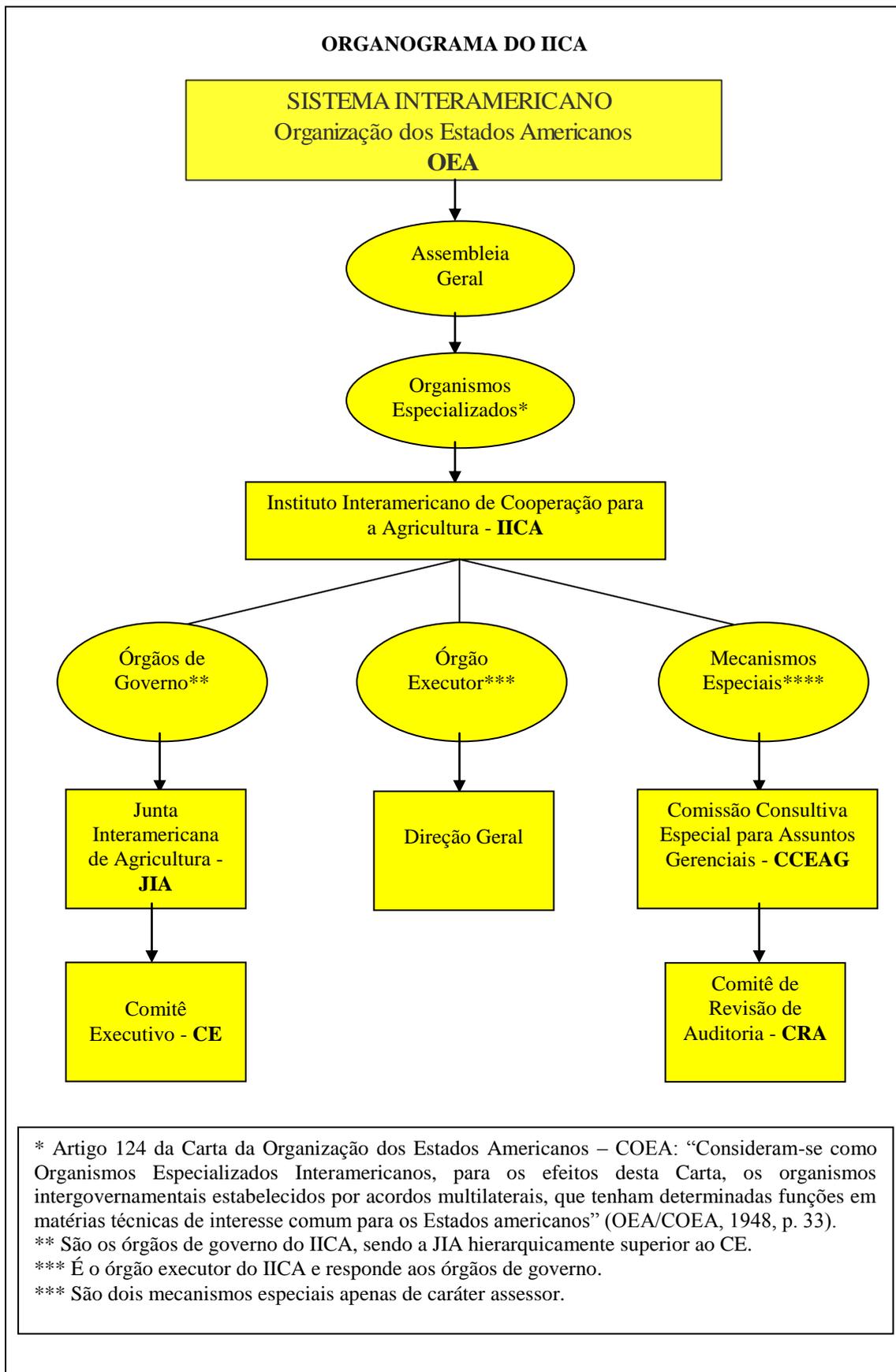
Abaixo, apresentamos dois quadros, um com os diretores gerais do Instituto (Quadro 4), de 1942 a 2015, e outro, com o organograma (Quadro 5) da estrutura organizacional do IICA.

⁹⁷ Citação Original: “[...] capacitar profesionales em especialidades que no habían sido debidamente consideradas en los planes de estudio de las universidades latinoamericanas y que tenían una importancia fundamental en el desarrollo económico de los países. Además de ello, el Proyecto concentró su acción en la promoción para el desarrollo de instituciones de investigación agrícola, de enseñanza formal y directamente en la capacitación de profesionales por medio de las modalidades de cursos internacionales, cursos nacionales y adiestramiento en servicio” (MOLESTINA, 2002, p. 72).

Período	Diretor	País de Origem	Etapa Institucional
1942-1946	Earl N. Bressman V.	Estados Unidos da América	Criação e Institucionalização
1946-1960	Ralph H. Allee V.	Estados Unidos da América	Consolidação e Expansão
1960-1969	Armando Samper Gnecco	Colômbia	Nova Dimensão: Projeção Latino-americana
1970-1982	<i>José Emilio G. Araújo</i>	<i>Brasil</i>	<i>Projeção Hemisférica e Humanista</i>
1982-1986	Francisco Morillo Andrade	Venezuela	Concertação Social
1986-1994	Martín E. Piñeiro	Argentina	Reativação Agrícola com Equidade
1994-2002	Carlos E. Aquino González	República Dominicana	Integração, Participação e Projeção para o Futuro
2002-2010	Chelston W. D. Brathwaite	Barbados	Reposicionamento Institucional
2010-2014	Víctor M. Villalobos	México	Agricultura Inclusiva, Produtiva e Sustentável
2015-	Víctor M. Villalobos	México	Cooperação Técnica com foco nos Resultados

Quadro 4 – Diretores Gerais do IICA

Fonte: Bordenave, 1990; IICA, 2012; Molestina, 2002.



Quadro 5 – Organograma do IICA
 Fonte: OEA, 2015; OEA/COEA, 1948.

CAPÍTULO II

2 AS CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PARA AS ÁREAS RURAIS DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA

Este Capítulo tem como objetivos identificar e analisar a concepção de desenvolvimento do IICA presente na SDRS. Compreendemos que o conhecimento sobre essa concepção, permite situar, ideologicamente, a função que o IICA desempenha no atual modelo de reprodução sociometabólica do capital.

A partir do conhecimento sobre a concepção de desenvolvimento que o IICA dissemina no Brasil, via PCT, acreditamos que seja possível questionar os limites e as possibilidades das políticas públicas para as áreas rurais, bem como, compreender a materialização do projeto capitalista de desenvolvimento no meio rural, construído por Organizações Internacionais na América Latina e Caribe. Questionamos-nos, sobre qual modelo de desenvolvimento está se afirmando como irreversível pelo capital, no meio urbano e, especificamente, no meio rural? Nesse sentido, a concepção *iicaiana* de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, adotada pelo Instituto a partir dos anos 2000, constitui-se em uma das ideologias do capital?

Na tentativa de atender aos objetivos propostos e de responder aos questionamentos levantados, optamos por apresentar o presente Capítulo em itens, auxiliando o leitor a identificar e conhecer o desenvolvimento histórico da concepção *iicaiana* de desenvolvimento para as áreas rurais brasileiras, a partir dos anos 2000.

Primeiramente, no item 2.1, optamos por apresentar o desenvolvimento histórico da categoria que é central nas discussões do presente Capítulo: o desenvolvimento sustentável. A partir do desenvolvimento histórico desta categoria, foi possível compreender as bases epistemológicas, metodológicas e ideológicas que dão origem a concepção *iicaiana* de desenvolvimento das áreas rurais. Neste item, observam-se as influências de Organizações Internacionais como a ONU, no direcionamento do modelo de desenvolvimento a ser implementado nos Estados Nacionais, ao menos no âmbito do

discurso, uma vez que as particularidades de cada país podem provocar mudanças substanciais nos modelos propostos universalmente.

No item 2.2, apresentamos um panorama histórico das propostas de desenvolvimento do IICA para as áreas rurais do Continente Americano, que vai dos anos 1940 até os anos 2000. O objetivo deste item é situar o leitor quanto às mudanças conceituais que foram acontecendo no interior das ações do Instituto, até chegar ao período de investigação desta pesquisa, o Século XXI. Por meio deste item, é possível compreender as categorias que foram sendo utilizadas, substituídas e incorporadas pelo IICA em seus PCT, bem como, situar os principais projetos e programas, que forneceram o arcabouço teórico e metodológico *iicaiano*, a saber: os Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, com seu componente de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais – APCR, os Projetos de Combate à Pobreza Rural – PCPR e o Projeto Áridas, este último, considerado pelo Instituto, como o marco conceitual e metodológico das ações de combate à pobreza rural e desenvolvimento sustentável no Brasil.

No item 2.3, situamos a concepção de desenvolvimento do IICA adotada a partir dos anos 2000, para as áreas rurais brasileiras, com os objetivos de “aliviar a pobreza” e garantir a “sustentabilidade” do desenvolvimento rural: o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Neste item, discutimos os principais elementos da categoria desenvolvimento sustentável, utilizada pelo Instituto, bem como, a categoria considerada central para a implementação das ações do IICA no Brasil: o enfoque territorial e/ou o desenvolvimento territorial.

No item 2.4, apresentamos o marco metodológico do IICA utilizado para a implementação do seu discurso sobre desenvolvimento, ou seja, neste item, demonstramos como o Instituto age para efetivar sua concepção de desenvolvimento voltada para as áreas rurais, ou melhor, a sua metodologia de planejamento para o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial.

Por último, no item 2.5, discutimos criticamente a categoria desenvolvimento sustentável, que é o coração conceitual do IICA a partir dos anos 2000, e, considerada, nesta pesquisa, como a ideologia verde do capitalismo no Século XXI. Neste item, apontamos a impossibilidade de conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente no modelo de produção e sociabilidade capitalista, demonstrando, como a categoria desenvolvimento sustentável constitui-se na mais nova ideologia do capital. Discutimos

aqui, a ação estratégica de Organizações Internacionais como o IICA, de propor formas de supostamente humanizar o capital por meio de um discurso impraticável, da sustentabilidade, situando essas Organizações como o Moderno Príncipe *gramsciano* às avessas, responsável pela “reforma intelectual e moral” da sociabilidade capitalista.

2.1 Historicizando a categoria “desenvolvimento sustentável”

Neste capítulo, optamos por iniciar as discussões sobre as concepções de desenvolvimento do IICA para as áreas rurais brasileiras, a partir dos anos 2000, discutindo uma categoria que é central para o Instituto: o desenvolvimento sustentável. A partir do desenvolvimento histórico desta categoria, foi possível compreender as bases epistemológicas, metodológicas e ideológicas que dão origem a concepção *iicaiana* de desenvolvimento das áreas rurais.

A categoria desenvolvimento sustentável é relativamente recente no campo das discussões políticas. Segundo Machado, Santos e Souza (2006, p. 123), “As discussões sobre desenvolvimento sustentável surgem, no final da década de 1960, e meados da década de 1970, com estudos da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre as profundas mudanças climáticas que estavam ocorrendo no planeta”. O desenvolvimento, a partir de então, pelo menos no campo das discussões teóricas de Organizações Internacionais, Governos e Universidades, passou a dar ênfase em um modelo que pudesse conciliar⁹⁸ crescimento econômico e meio ambiente.

No ano de 1962, Rachel Carson⁹⁹ lançou o livro “Primavera Silenciosa”, considerado o estopim das discussões mundiais sobre o meio ambiente. As discussões levantadas no livro, sobre o uso abusivo de pesticidas na produção agrícola, principalmente o diclorodifeniltricloroetano – DDT, e suas possíveis reações para o ser humano e demais

⁹⁸ Discutimos mais a frente, no item 2.5, a impossibilidade de conciliar desenvolvimento econômico capitalista com preservação do meio ambiente, demonstrando a insustentabilidade da “bandeira do desenvolvimento sustentável”.

⁹⁹ Rachel Carson (1907-1964) foi uma bióloga, ecologista e escritora norte-americana, que teve seu nome mundialmente reconhecido, por meio da publicação da obra *Primavera Silenciosa*. A partir dessa obra, iniciaram as discussões, em nível mundial, no âmbito da ecologia, dando origem, anos mais tarde, ao ecodesenvolvimento.

espécies, deu visibilidade mundial à questão da consciência ambiental¹⁰⁰ (CARSON, 1964; RIBEIRO, 2009).

Apesar da obra ter sido reconhecida como uma denúncia do crescimento econômico desenfreado sobre o meio ambiente, foi somente em 1968, que dois eventos, marcaram a constituição histórica da categoria desenvolvimento sustentável. O primeiro, refere-se à Conferência da Biosfera, realizada em Paris, pela UNESCO, para a conservação da Biosfera e pesquisas científicas em Ecologia. Como resultado desta Conferência, em 1971, a UNESCO lançou o Programa “O Homem e a Biosfera – MAB”¹⁰¹,

[...] um programa de cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e seu meio. Busca o entendimento dos mecanismos dessa convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera, procurando compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. O objetivo central do Programa MaB é *promover o conhecimento, a prática e os valores humanos* para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta (MAB/UNESCO, 2015, *grifo nosso*).

O segundo evento importante, ocorrido em 1968, foi a fundação do Clube de Roma¹⁰². Segundo Oliveira (2012, p. 77), “O Clube de Roma foi uma organização fundada pelo industrial italiano e presidente do Comitê Econômico da OTAN¹⁰³, Aurelio Peccei, em cerimônia na propriedade da família Rockefeller¹⁰⁴ em Bellagio, Itália”. Segundo Machado, Santos e Souza (2006, p. 123-124), “[...] um grupo formado por empresários e

¹⁰⁰ Para Carson (1964, p. 305) “A voga corrente de venenos deixou, de modo extremo, de levar em consideração as ponderações mais fundamentais. Arma tão primitiva como o porrete do homem da caverna, a barragem química foi atirada contra o contexto da vida – contexto que, de um lado, é delicado e destrutível, e que de outro lado é milagrosamente poderoso e resiliente, capaz de contragolpear de maneira inesperadas. Estas capacidades extraordinárias da vida têm sido ignoradas pelos praticantes do controle químico – praticantes estes que não introduziram, em sua tarefa, “nenhuma orientação superior”, nenhuma humildade, em face das vastas forças com as quais malbaratam. O “controle da Natureza” é frase concebida em espírito de arrogância, nascida da idade ainda neandertalense da Biologia e da Filosofia, quando se pressupunha que a Natureza existia para a conveniência do Homem. Os conceitos e as práticas da entomologia aplicada datam, em sua maior parte, da Idade da Pedra da ciência. É nossa alarmante infelicidade o fato de uma ciência tão primitiva se haver equipado com as armas mais modernas e terríveis, e de, ao voltar tais armas contra os insetos, havê-las voltado também contra a Terra”.

¹⁰¹ Sigla correspondente a nomenclatura original: Man and the Biosphere – MAB.

¹⁰² Pensamos ser pertinente, mencionar que no Clube de Roma existem três categorias de membros, os efetivos, os honorários e os associados. Dentre os membros honorários, considerados como personalidades notáveis dentro do Clube, estão Fernando Henrique Cardoso (brasileiro) e Jacques Delors (francês).

¹⁰³ A Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN constitui uma aliança militar intergovernamental, fundada em 1949, com o objetivo de criar um sistema de defesa coletivo entre seus Estados membros.

¹⁰⁴ Novamente, a família Rockefeller aparece como “parceira” de ações imperialistas. No Capítulo 1 desta pesquisa, apontamos o papel dessa família e sua respectiva Fundação para a consolidação de um consenso capitalista. Oliveira (2012, p. 77), destaca que a Fundação Rockefeller, ao lado das Fundações Volkswagen, Fiat, Ford e Royal Dutch Shell, ajudou a financiar o Clube de Roma e suas ações.

intelectuais, que não eram militantes ecologistas se reuniram na cidade de Roma, na Itália, com o objetivo de identificar os problemas globais, levantando a discussão sobre preservação dos recursos naturais do planeta”. Nas palavras de Mészáros (2007, p. 248), os integrantes do Clube de Roma são os “apologistas do sistema do capital”.

A partir da fundação do Clube de Roma, em 1968, iniciaram as discussões e estudos sobre os limites do crescimento econômico em função da quantidade não-renovável de recursos naturais do planeta. Em 1972, foi lançado o primeiro Relatório do Clube de Roma, intitulado “Limites do Crescimento”¹⁰⁵. Esse relatório, colocou a questão ambiental na agenda da política mundial. Para Mészáros (2007), o Relatório do Clube de Roma é uma “propaganda de apologia do capital”, pois

[...] o objetivo continua a ser inevitavelmente a *eternização das graves desigualdades existentes* pelo congelamento fictício (e quixotesco) da produção capitalista global em um nível totalmente insustentável, culpando primordialmente o “crescimento populacional” (como é frequente na economia política burguesa desde Malthus) pelos problemas existentes (MÉSZÁROS, 2007, p. 248).

Segundo Oliveira (2012, p. 77), “‘Limites do Crescimento’ (The Limits to Growth) corresponde a um relatório realizado pelo MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets¹⁰⁶), com a liderança de Dennis Meadows e sob encomenda do Clube de Roma” e apontou três principais conclusões quanto à questão do crescimento econômico e a relação com o meio ambiente¹⁰⁷.

¹⁰⁵ O nome original do relatório é “The limits to growth” e ficou conhecido como Relatório Meadows, em função do sobrenome dos autores.

¹⁰⁶ Para Mészáros (2007, p. 249), o Instituto de Tecnologia de Massachusetts utiliza “modelos pseudocientíficos” para realizar pesquisas, uma vez que o real objetivo dessas pesquisas não é externar as reais causas da crise econômica-ambiental, mas sim, camuflar o imperialismo americano pós-guerra.

¹⁰⁷ No Relatório Meadows, os autores advertem que “As seguintes conclusões surgiram de nosso trabalho de modo distante. Nós não somos, de maneira alguma, o primeiro grupo a declarar eles. Para as últimas décadas, as pessoas que têm olhado para o mundo com uma perspectiva global, a longo prazo, atingiram semelhantes conclusões. No entanto, a grande maioria dos políticos parece estar buscando ativamente os objetivos que são inconsistentes com esses resultados” (MEADOWS *et al.*, 1972, p. 23, *tradução nossa*). Na citação original: “The following conclusions have emerged from our work so far. We are by no means the first group to have stated them. For the past several decades, people who have looked at the world with a global, long-term perspective have reached similar conclusions. Nevertheless, the vast majority of policymakers seems to be actively pursuing goals that are inconsistent with these results” (MEADOWS *et al.*, 1972, p. 23).

1. Se as atuais tendências de crescimento da população¹⁰⁸ mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos continuar inalterados, os limites para o crescimento neste planeta será alcançado em algum momento dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio da população e da capacidade industrial. 2. É possível alterar estas tendências de crescimento e estabelecer uma condição de *estabilidade ecológica e econômica que seja sustentável* em um futuro distante. O estado de equilíbrio global poderia ser concebido de modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa sobre a Terra estariam satisfeitas e cada pessoa tem uma oportunidade igual para perceber o seu potencial humano individual. 3. Se as pessoas do mundo decidirem se esforçar para este segundo resultado, ao invés do primeiro, quanto mais cedo elas começam a trabalhar para alcançá-lo, maior serão suas chances de sucesso¹⁰⁹ (MEADOWS *et al*, 1972, p. 23-24, *grifo nosso, tradução nossa*).

A partir dessas conclusões ambientais apocalípticas, o Relatório Meadows repercutiu no mundo todo, principalmente junto às Organizações Internacionais. Nesse Relatório, os autores vislumbram que seja possível estabelecer um “estado de equilíbrio” entre crescimento do capital e da população, desde que as necessidades individuais sejam subsumidas as necessidades coletivas, uma espécie de sacrifício, por meio da compreensão das pessoas. Ou seja, os autores condicionam as mudanças ao plano das subjetividades individuais e não questionam a estrutura de reprodução do capital. Nem poderiam, uma vez que os sócios do Clube de Roma são empresários interessados em superar a crise do capitalismo após o fim dos “anos dourados”. A preocupação desse grupo de intelectuais e suas conclusões, estão mais ligadas a Crise do Petróleo de 1973, que já vinha dando sinais, anos antes do esgotamento de recursos não-renováveis, do que com o meio ambiente e as gerações futuras (MEADOWS *et al*, 1972; NETTO; BRAZ, 2012).

Nesse Relatório, as necessidades sociais da população mundial deviam estar em equilíbrio com o crescimento econômico e, portanto, paz, estabilidade social, educação, emprego e constante progresso tecnológico eram necessários para o “estado de equilíbrio”

¹⁰⁸ A categoria população, utilizada pelos autores para referir-se aos seres sociais organizados em sociedade, abstrai a divisão de classes da sociedade capitalista e todas as demais feições da realidade concreta. Por isso, mais uma vez, Marx foi genial ao elaborar seu método da Economia Política, pois para o autor, “A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída” (MARX, 2011, p. 54). Afirmar que o crescimento populacional e a relação com o esgotamento dos recursos naturais são as causas da insustentabilidade do Planeta, sem questionar, a produção capitalista é um erro, um equívoco de análise.

¹⁰⁹ Citação Original: “1. If the present growth trends in world population, industrialization, pollution, food production, and resource depletion continue unchanged, the limits to growth on this planet will be reached sometime within the next one hundred years. The most probable result will be a rather sudden and uncontrollable decline in both population and industrial capacity. 2. It is possible to alter these growth trends and to establish a condition of ecological and economic stability that is sustainable far into the future. The state of global equilibrium could be designed so that the basic material needs of each person on earth are satisfied and each person has an equal opportunity to realize his individual human potential. 3. If the world's people decide to strive for this second outcome rather than the first, the sooner they begin working to attain it, the greater will be their chances of success” (MEADOWS *et al*, 1972, p. 23-24).

pretendido. A educação, por exemplo, nesse Relatório, aparecia relacionada ao controle de natalidade: educar para controlar o crescimento da população. Controlando a natalidade, por meio de processos educativos, as taxas de crescimento industrial aumentam e na proporção inversa, as taxas de crescimento da população diminuem, gerando o equilíbrio necessário para a reprodução do capital. Nesse caso, o crescimento econômico ocorreria em forma de progressão geométrica e a população de acordo com as regras da progressão aritmética: a teoria de Thomas Malthus¹¹⁰ encontrou seu apogeu paradigmático na Teoria Neomalthusiana do “planejamento familiar” (HENRIQUES, 2007; MEADOWS *et al*, 1972).

De acordo com Machado, Santos e Souza (2006, p. 123-124), “O impacto resultante do Clube de Roma deu início às grandes discussões sobre preservação ambiental, as quais atingem seu ponto forte na Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, também em 1972”. Nessa Conferência, marcos fundamentais para a construção histórica do desenvolvimento sustentável foram discutidos.

A categoria ecodesenvolvimento (que antecede o engendramento da categoria desenvolvimento sustentável) foi forjada na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1ª CNUMAD, em 1972, formulado por Ignacy Sachs¹¹¹ e Maurice Strong¹¹². Segundo Machado, Santos e Souza, o ecodesenvolvimento

é o processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades desse meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais (MACHADO; SANTOS; SOUZA, 2006, p. 125).

Nessa categoria, Sachs afirma que existe um tripé formado pelo social, pelo ambiental e pelo econômico e que todos precisam ser desenvolvidos de forma pactuada

¹¹⁰ Thomas Malthus (1766-1834), foi o economista considerado pai da demografia e/ou *malthusianismo*. Em sua obra, “Princípio da População”, Malthus afirmou que a população cresceria tanto que seria impossível produzir alimentos para todos (HENRIQUES, 2007).

¹¹¹ Interessante observar que quando o Governo Federal implementou o Programa Territórios da Cidadania – PTC, em 2008, foi Ignacy Sachs quem ajudou a equipe do Programa a desenvolver a proposta. O economista polonês assinou contrato, na época, como consultor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD do MDA e do IICA.

¹¹² Maurice Strong, nascido em 1929, é um empresário petrolífero do Canadá. É considerado um líder do movimento ambientalista internacional. Nota-se, que seus interesses sobre recursos naturais estão vinculados a sua condição de empresário do ramo petrolífero. Strong acredita que a “educação é a chave para um mundo sustentável”. Disponível em: <<http://www.mauricestrong.net/>>. Acesso em 12 Ago. 2015.

para alcançar o objetivo do ecodesenvolvimento. Segundo Sachs (2009, p. 15), “O futuro pertence ao desenvolvimento negociado e pactuado entre seus protagonistas”, ponto que o IICA considera prioritário em suas propostas de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial.

Segundo Ribeiro, existem oito princípios ecodesenvolvimentistas formulados por Sachs.

1. aproveitar os recursos de cada região; 2. fazer o uso social dos recursos, pois o ser humano é recurso valioso; 3. identificar, valorizar e empregar os recursos naturais em solidariedade diacrônica com as gerações futuras; 4. reduzir a poluição, reciclar rejeitos; 5. aproveitar, nos trópicos, a fotossíntese e a energia da biomassa; 6. desenvolver ecotécnicas ou tecnologias limpas; 7. aproveitar, nas instituições, complementaridades entre ações e políticas setoriais, usando os rejeitos de uma atividade como insumo de outra; 8. promover a participação da população e educar para a participação consciente (RIBEIRO, 2009, p. 64-65).

A categoria ecodesenvolvimento antecede a categoria desenvolvimento sustentável, esta, elaborada 15 anos depois. Observamos nos princípios ecodesenvolvimentistas acima mencionados, elementos conceituais (ainda que rudimentares), que sustentam as ações do IICA a partir dos anos 2000, tais como: no primeiro princípio, a questão do desenvolvimento local e a valorização das diversidades locais; no segundo princípio, a ideia de capital social e capital humano; no terceiro princípio, a evocação da solidariedade como um princípio regulador do equilíbrio entre crescimento econômico e meio ambiente; no quinto princípio, observamos uma referência aos países periféricos tropicais, como focos de investimento e exploração; e, no oitavo princípio, a participação social e a educação aparecem como soluções economicamente viáveis e sustentáveis para o desenvolvimento. Importante mencionar, que apesar dos princípios coincidirem, as categorias ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, possuem uma diferença essencial: a primeira, mais ligada às discussões ecológicas, a segunda, mais ligada às discussões políticas. A primeira, estava mais vinculada às discussões de ecologistas, ao passo que a segunda, ficou restrita aos gabinetes políticos.

Na 1ª CNUMAD, outra ação foi considerada importante para o amadurecimento das discussões sobre a conciliação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente: a elaboração da “Declaração sobre o Ambiente Humano” e/ou “Declaração de Estocolmo”. Neste documento, estão os resultados das principais discussões realizadas durante a

Conferência¹¹³: o homem é considerado o centro do processo de desenvolvimento; os países em desenvolvimento devem superar a condição de subdesenvolvimento; o crescimento natural da população deve ser controlado; o conhecimento deve ser colocado a serviço da preservação do meio ambiente; a responsabilidade ambiental deve ser compartilhada; a Cooperação Internacional está à serviço dos países em desenvolvimento; o planejamento racional deve ser incorporado às políticas nacionais; e a educação deve voltar-se às questões ambientais (ONU, 1972).

Ainda como resultado da 1ª CNUMAD, de 1972, criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

O PNUMA objetiva equilibrar interesses nacionais e globais, buscando convergências em relação a problemas ambientais comuns. Como única instituição dentro do sistema das Nações Unidas que trata exclusivamente de assuntos ambientais, o PNUMA atua como catalisador de ações que estimulem a conscientização temática, trabalhando em conjunto com outras organizações, agências e programas do sistema das Nações Unidas, de modo a desenvolver atividades em benefício do meio ambiente, além de promover a interação de cientistas, políticos, líderes sociais e formadores de opinião em geral (ONU/PNUMA, 2015).

Em 1983, foi criada pela ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CMMAD¹¹⁴, também conhecida como Comissão Brundtland¹¹⁵ por ser

¹¹³ No décimo primeiro princípio do documento lê-se que, “As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para *aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos* à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as conseqüências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional” (ONU, 1972, p. 4, *grifo nosso*). Ou seja, as legislações nacional e internacional, as mesmas que proclamam o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente, na prática, autorizam e devem autorizar, sem obstruir, o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. Um exemplo brasileiro, muito nítido a esse respeito, da não obstrução da legislação ao processo de desenvolvimento econômico e com um falso ar de responsabilidade ambiental, é o nosso “Novo Código Florestal” (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012). Na luta de interesses entre ambientalistas e ruralistas, os primeiros perderam no Congresso Nacional, formado por uma “bancada ruralista” ultraconservadora. Para a compreensão do retrocesso autorizado que representa o “Novo Código Florestal Brasileiro”, indicamos o documentário “A Lei d’Água - Novo Código Florestal”, dirigido por André D’Elia.

¹¹⁴ “Esta Comissão acredita que os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro. Este relatório, *Nosso Futuro Comum*, não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de *uma nova era de crescimento econômico*, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos, que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento” (CMMAD, 1991, p. 1).

presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. A partir da criação desta Comissão, que ficou responsável por avaliar a situação do meio ambiente no mundo e propor alternativas viáveis para o desenvolvimento e o meio ambiente, em 1987, foi divulgado o famoso documento “Nosso Futuro Comum” e/ou “Relatório Brundtland”, um documento que se configurou como “uma agenda global para a mudança” (CMMAD, 1991).

No ano de 1987, no Relatório Brundtland, elaborado pela CMMAD, foi utilizada, pela primeira vez, a categoria Desenvolvimento Sustentável. Nesse relatório, “[...] a preocupação ultrapassa os limites do impacto da atividade econômica no meio ambiente, relacionando esse desenvolvimento também com a qualidade de vida e bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura” (MACHADO; SANTOS; SOUZA, 2006, p. 125).

Qualidade de vida e bem-estar da sociedade foram fatores muito trabalhados no Relatório, pois para a CMMAD (1991, p. 4), “A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo”. Aliviar a pobreza, portanto, era meta do desenvolvimento sustentável e condição para tal, pois, “Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza¹¹⁶” (CMMAD, 1991, p. 10). Nesse ponto, o IICA e a CMMAD convergem, pois o IICA acredita que a pobreza é causa e efeito de grandes deficiências de capacidades locais para lidar com as adversidades e, portanto, formar capacidades locais para superar a pobreza e alcançar a sustentabilidade são tarefas educativas do Instituto¹¹⁷ (IICA, 2005c).

Para a Comissão do Relatório Brundtland,

¹¹⁵ O brasileiro Paulo Nogueira Neto integrou os vinte membros da CMMAD. (Interessante mencionarmos, que Paulo Nogueira Neto, nascido em 1922), foi secretário e ministro do meio ambiente nos governos militares entre 1973 a 1985 (RIBEIRO, 2009).

¹¹⁶ Leia-se: um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza, tais como o comunismo. Portanto, afastar os níveis alarmantes de pobreza é fundamental para evitar convulsões sociais ideologicamente orientadas para o comunismo.

¹¹⁷ “A proposta desenvolvida pelo IICA no Brasil *para mediar o fortalecimento do capital humano e social* nos territórios afetados pela pobreza resulta de um processo de construção coletiva que inclui os quadros profissionais do IICA e comunidades rurais. Essa proposta parte do pressuposto ser indispensável que as pessoas passem por, pelo menos, dois processos de transformação para que se consiga romper os círculos viciosos de pobreza. Seguem as transformações: • superar a leitura ingênua da realidade mediante a formação de cidadãos autônomos com consciência crítica; • reconhecer, mediante a vivência subjetiva, o poder e o bem-estar que a integração da sociedade gera, e entender isso como a base da autonomia e da sustentabilidade. O princípio da vida está orientado pelo que as pessoas fazem e não pelo que as pessoas têm” (IICA, 2005, p. 67).

A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável - de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites - não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico (CMMAD, 1991, p. 9-10).

E afirma que

[...] o desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento no qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e colham grandes benefícios (CMMAD, 1991, p. 44).

No Relatório, a pobreza precisaria ser “aliviada” com a satisfação das necessidades básicas da população, pois “Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento” (CMMAD, 1991, p. 46). Para que isso pudesse ocorrer, era preciso existir equidade nas relações de tomada de decisões, por meio de processos participativos e fazia-se necessário um equilíbrio do crescimento populacional em relação aos processos produtivos (aproximações com as discussões do Relatório Meadows, 1972). Para que tudo isso pudesse ser alcançado, “[...] em última análise, o desenvolvimento sustentável depende do empenho político” (CMMAD, 1991, p. 10), pois

O conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégias de desenvolvimento - sendo o termo "desenvolvimento" aqui empregado em seu sentido mais amplo. Muitas vezes o termo é empregado com referência aos processos de mudança econômica e social no Terceiro Mundo. Mas todos os países, ricos e pobres, precisam da integração do meio ambiente e do desenvolvimento. A busca do desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações (CMMAD, 1991, p. 43).

Assim, compreendendo que o desenvolvimento sustentável é uma questão de empenho político, a CMMAD elencou diretrizes para que seis “áreas” e/ou “temas” considerados prioritários sejam incluídos na agenda política dos Estados, a saber: a

população¹¹⁸ (relação população e recursos naturais); a segurança alimentar¹¹⁹ (relação produção de alimentos e população); as espécies e os ecossistemas¹²⁰ (relação dos recursos naturais para o desenvolvimento); a energia¹²¹ (relação energética e consumo); a indústria¹²² (relação de produzir mais com menos); e o desafio urbano¹²³ (relação dos assentamentos urbanos) (CMMAD, 1991).

¹¹⁸ Sobre as políticas de controle populacional em países com grande taxa de natalidade, o Relatório afirma que “Os governos que precisam agir dessa forma devem adotar políticas populacionais multifacetadas e de longo prazo, e empreender uma campanha visando a amplos objetivos demográficos: fortalecer as motivações sociais, culturais e econômicas para o planejamento familiar e fornecer a todos os interessados a *educação*, os contraceptivos e os serviços necessários” (CMMAD, 1991, p. 13, *grifo nosso*).

¹¹⁹ Observamos, que no que se refere à questão da segurança alimentar, as orientações da CMMAD vão de encontro às propostas do IICA para as áreas rurais do Brasil. “A maioria dos países em desenvolvimento necessita de sistemas de incentivos mais eficazes para estimular a produção, sobretudo de culturas alimentares. Em suma, é preciso que as “relações de troca” passem a favorecer o *pequeno agricultor*. Já a maioria dos países industrializados deve alterar os sistemas atuais, a fim de cortar excedentes, reduzir a concorrência desleal com os países que possam ter vantagens comparativas reais, e promover práticas agrícolas sensatas do ponto de vista ecológico. A segurança alimentar exige que se atente para questões de distribuição, pois a fome quase sempre advém da falta de poder aquisitivo e não da falta de alimentos. Pode ser propiciada por reformas agrárias e por políticas de proteção aos agricultores de subsistência, aos pequenos pecuaristas e aos *sem-terra* – grupos vulneráveis que por volta do ano 2000 compreenderão 220 milhões de famílias. Sua maior prosperidade dependerá de um desenvolvimento rural integrado que aumente as oportunidades de trabalho tanto na agricultura como em outros setores” (CMMAD, 1991, p. 14, *grifo nosso*).

¹²⁰ “A diversidade de espécies é necessária ao funcionamento normal dos ecossistemas e da biosfera. O material genético das espécies selvagens contribui anualmente com bilhões de dólares para a economia mundial sob a forma de cultivos melhorados. Novas drogas e medicamentos, e matérias-primas para a indústria. Mas, além da utilidade, há também razões morais, éticas, culturais, estéticas e puramente científicas para a conservação da vida selvagem” (CMMAD, 1991, p. 15).

¹²¹ “Uma nova era de crescimento econômico deve, portanto, consumir menos energia que o crescimento passado. As políticas de rendimento energético devem ser a pedra-de-toque das estratégias energéticas nacionais para um desenvolvimento sustentável, e há muitas possibilidades de melhoria nesse sentido. As aparelhagens modernas podem ser reformuladas de modo a fornecer o mesmo rendimento usando apenas dois terços ou mesmo a metade dos insumos energéticos primários necessários ao funcionamento dos equipamentos tradicionais. E as medidas que visam a ampliar o rendimento energético em geral são eficientes em função dos custos” (CMMAD, 1991, p. 16).

¹²² “As nações têm de arcar com os custos da industrialização inadequada, e muitos países em desenvolvimento estão percebendo que não dispõem nem de recursos nem de tempo - dada a rapidez das mudanças tecnológicas - para danificar agora seu meio ambiente e mais tarde recuperá-lo. Mas também precisam de assistência e de informações das nações industrializadas, a fim de usar a tecnologia da melhor forma possível. Cabe em especial às empresas transnacionais a responsabilidade de facilitar a industrialização das nações em que operam. As tecnologias emergentes prometem maior produtividade, mais eficiência e menos poluição, mas muitas apresentam o risco de novos produtos químicos e rejeitos tóxicos e de graves acidentes que superam em natureza e proporções os atuais mecanismos para enfrentá-los. Urge controlar mais rigorosamente a exportação de produtos químicos agrícolas e industriais perigosos. Os atuais controles sobre o despejo de rejeitos perigosos deveriam ser mais rígidos. Muitas das necessidades humanas básicas só podem ser atendidas por bens e serviços industriais, e a transição para o crescimento sustentável deve ser estimulada por um fluxo contínuo de riqueza proveniente da indústria” (CMMAD, 1991, p. 18).

¹²³ Referente à questão dos processos de urbanização, observam-se elementos presentes no Relatório que convergem com as propostas de desenvolvimento local do IICA. “Os governos terão de formular estratégias de assentamento bem definidas para orientar o processo de urbanização. Desafogar os grandes centros urbanos e erguer cidades menores, integrando-as mais estreitamente às áreas interioranas. Isto significa rever e alterar outras políticas - tributação, fixação de preços de alimentos, transporte, saúde, industrialização - que se opõem aos objetivos das estratégias de assentamento. Uma boa administração municipal requer a descentralização de recursos, de poder político e de pessoal - em favor das autoridades locais, que estão em melhor situação para avaliar e prover as necessidades de sua área. Mas o desenvolvimento sustentável das cidades depende de uma cooperação mais estreita com as maiorias pobres urbanas, que são os verdadeiros

A educação, para a CMMAD, estava relacionada com a qualidade da população, ou seja, a qualidade do capital humano disponível para o desenvolvimento sustentável. Segundo dados da CMMAD, “Nas últimas décadas as oportunidades educacionais ampliaram-se bastante em quase todos os países. Houve grandes progressos em termos de matrículas escolares, índices de alfabetização, ampliação do ensino técnico e desenvolvimento de técnicas científicas” (CMMAD, 1991, p. 114).

Faz-se necessário para o desenvolvimento sustentável, formar capital humano e a formação dar-se-á por meio de práticas educativas. Nesse ponto, discutimos no Capítulo 3 desta pesquisa, que o IICA e a ONU convergem, pois para o Instituto, formar capacidades locais é imprescindível. Para a CMMAD,

O desenvolvimento dos recursos humanos requer conhecimentos e técnicas que ajudem as pessoas a ter *melhor desempenho econômico*. O desenvolvimento sustentável exige *mudanças de valores e atitudes* para com o meio ambiente e o desenvolvimento – na verdade, para com a sociedade e o trabalho doméstico, em propriedades rurais ou em fábricas. Todas as religiões poderiam colaborar, orientando e motivando a formação de novos valores que salientassem a responsabilidade individual e coletiva para com o meio ambiente e para com a harmonia deste com a humanidade. A educação deveria também estar equipada para tornar as pessoas mais capazes de *lidar com os problemas* de superpopulação e de densidades populacionais muito elevadas, e estar mais *capacitada* a melhorar o que se poderia chamar de "capacidades sociais de produção". Isso é indispensável para evitar rupturas na tecitura social; e a escola deveria tentar aumentar os níveis de tolerância e empatia necessários à vida num mundo superpovoado. Para que haja melhores condições de saúde, fecundidade mais baixa e melhor nutrição são necessárias mais instrução e maior responsabilidade cívica e social. A educação, além de propiciar tudo isso, pode tornar a sociedade mais apta para *superar a pobreza*, elevar as rendas, melhorar a saúde e a nutrição, e reduzir o tamanho das famílias (CMMAD, 1991, p. 122, *grifo nosso*).

Segundo Ribeiro (2009, p. 65-66), a categoria desenvolvimento sustentável, utilizada pela primeira vez no Relatório Brundtland, admite várias dimensões para garantir a sustentabilidade, a saber: a ecológica; a ambiental; a social; a política; a econômica; a demográfica; a cultural; a institucional; a espacial; e a alimentar. Essas dimensões viabilizam que projetos, programas e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável formem um “guarda-chuva” que contemple todos os aspectos de uma determinada sociedade.

construtores das cidades, somando suas aptidões e recursos àqueles do "setor informal". Muito pode ser feito por meio de *projetos "comunitários"* que proporcionem às famílias serviços básicos em torno dos quais se possam construir habitações mais sólidas” (CMMAD, 1991, p. 19, *grifo nosso*).

Compreendemos que o Relatório Brundtland foi um divisor de águas para a categoria desenvolvimento sustentável, no entanto, para consagrar o paradigma, a CNUMAD, de 1992, que ocorreu no Rio de Janeiro, foi um marco histórico. A mesma ficou conhecida, em nível mundial, como ECO-92, Rio-92, Cúpula e/ou Cimeira da Terra e

[...] tinha como objetivos fundamentais conseguir um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras e formar base para uma associação mundial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, comprometendo governos e sociedade, engajados numa conscientização e compreensão das necessidades comuns (MACHADO, SANTOS, SOUZA, 2006, p. 126).

Dessa Conferência, derivou a “Agenda 21”, um documento base para que cada país participante da Conferência elabore seu plano de desenvolvimento com preservação do meio ambiente, além de uma agenda complementar, de ações conhecidas como “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM¹²⁴”, renovada com o passar dos anos (BRASIL/MEC/SECAD, 2010).

A Agenda 21 é um documento formado por quarenta capítulos¹²⁵, que versam sobre diferentes aspectos do desenvolvimento sustentável. Dentre os capítulos do referido

¹²⁴ A saber, os ODM são: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) universalizar a educação primária; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade na infância; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2014).

¹²⁵ Capítulo 1: Preâmbulo; Capítulo 2: Cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas; Capítulo 3: Combate à pobreza; Capítulo 4: Mudança dos padrões de consumo; Capítulo 5: Dinâmica demográfica e sustentabilidade; Capítulo 6: Proteção e promoção das condições da saúde humana; Capítulo 7: Promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; Capítulo 8: Integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões; Capítulo 9: Proteção da atmosfera; Capítulo 10: Abordagem integrada do planejamento e do gerenciamento dos recursos terrestres; Capítulo 11: Combate ao desflorestamento; Capítulo 12: Manejo de ecossistemas frágeis: a luta contra a desertificação e a seca; Capítulo 13: Gerenciamento de ecossistemas frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas; *Capítulo 14: Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável*; Capítulo 15: Conservação da diversidade biológica; Capítulo 16: Manejo ambientalmente saudável da biotecnologia; Capítulo 17: Proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares, inclusive mares fechados e semifechados, e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos; Capítulo 18: Proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos: aplicação de critérios integrados no desenvolvimento, manejo e uso dos recursos hídricos; Capítulo 19: Manejo ecologicamente saudável das substâncias químicas tóxicas, incluída a prevenção do tráfico internacional ilegal dos produtos tóxicos e perigosos; Capítulo 20: Manejo ambientalmente saudável dos resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico internacional ilícito de resíduos perigosos; Capítulo 21: Manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos e questões relacionadas com os esgotos; Capítulo 22: Manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos radioativos; Capítulo 23: Preâmbulo; Capítulo 24: Ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo; Capítulo 25: A infância e a juventude no desenvolvimento sustentável; Capítulo 26: Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades; Capítulo 27: Fortalecimento do papel das organizações não governamentais: parceiros para um desenvolvimento sustentável; Capítulo 28: Iniciativa das autoridades

documento, consideramos importante para esta pesquisa, o Capítulo 14, que versa sobre a promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável. Tema este, caro ao IICA.

Inicialmente, no Capítulo 14, a ONU sinaliza que

No ano 2025, 83% da população mundial prevista, de 8,5 bilhões de habitantes, estarão vivendo nos países em desenvolvimento. Não obstante, a capacidade de que os recursos e tecnologias disponíveis satisfaçam às exigências de alimentos e outros produtos agrícolas dessa população em crescimento permanece incerta. A *agricultura* vê-se diante da necessidade de fazer frente a esse desafio, principalmente aumentando a produção das terras atualmente exploradas e evitando a exaustão ainda maior de terras que só marginalmente são apropriadas para o cultivo (ONU, 1995, p. 175, *grifo nosso*).

Como solução para o problema apontado acima, da relação entre o crescimento da população com a produção insuficiente de alimentos, problema este, já apontado no Relatório Meadows (1972), a ONU propõe que

O principal objetivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar. Isso envolverá iniciativas na área da *educação*¹²⁶, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, dessa forma assegurando uma oferta estável de alimentos nutricionalmente adequados, o acesso a essas ofertas por parte dos grupos vulneráveis, paralelamente à produção para os mercados; emprego e geração de renda para *reduzir a pobreza*; e o manejo dos recursos naturais juntamente com a proteção do meio ambiente (ONU, 1995, p. 175, *grifo nosso*).

locais em apoio à Agenda 21; Capítulo 29: Fortalecimento do papel dos trabalhadores e de seus sindicatos; Capítulo 30: Fortalecimento do papel do comércio e da indústria; Capítulo 31: A comunidade científica e tecnológica; Capítulo 32: Fortalecimento do papel dos agricultores; Capítulo 33: Recursos e mecanismos de financiamento; Capítulo 34: Transferência de tecnologia ambientalmente saudável, cooperação e fortalecimento institucional; Capítulo 35: A Ciência para o desenvolvimento sustentável; Capítulo 36: Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento; Capítulo 37: Mecanismos nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento; Capítulo 38: Arranjos institucionais internacionais; Capítulo 39: Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais; e Capítulo 40: Informação para a tomada de decisões (ONU, 1995, *grifo nosso*).

¹²⁶ “Obtenção da participação popular e promoção do desenvolvimento de *recursos humanos* para a agricultura sustentável” são objetivos da ONU. Objetivos com os quais o IICA compactua e realiza por meio de ações educativas de capacitação (ONU, 1995, p. 176, *grifo nosso*). Sobre o desenvolvimento de recursos humanos, a ONU reitera que “Os Governos, no nível apropriado, com o apoio das *organizações internacionais e regionais* competentes, devem: a) Promover a instrução e a formação profissional de agricultores e comunidades rurais por meio do ensino formal e não-formal; (b) Dar início a programas de conscientização e treinamento para empresários, gerenciadores, banqueiros e comerciantes sobre serviços rurais e técnicas de processamento agrícola em pequena escala” (ONU, 1995, p. 179, *grifo nosso*).

Observamos nos documentos referidos neste item, que os desenvolvimentos, rural e agrícola, ambos sustentáveis, dependem também, de ações no campo da educação para realizarem-se, objetivo pelo qual esta pesquisa, no Capítulo 3, analisa a concepção educacional do IICA. A educação, neste modelo de sociabilidade capitalista, está a serviço do desenvolvimento econômico, seja nas áreas urbanas, seja nas áreas rurais. Compreender como se dá a relação desenvolvimento-educação para o IICA, é fundamental para analisar os PCT do Brasil com este Instituto.

Importante mencionar que, no ano de 2005, reafirmaram-se os compromissos com o desenvolvimento sustentável em nível mundial, por meio instituição da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEDS. Nesse momento, a relação desenvolvimento-educação, materializou os anseios capitalistas. Mais informações, sobre a função desempenhada pela DEDS nas ações do IICA, são analisadas no próximo capítulo (UNESCO, 2005).

No interior, do contexto histórico da categoria desenvolvimento sustentável, compreendemos que o IICA cumpre uma função muito específica para a meta do desenvolvimento sustentável no Brasil, pois segundo o documento da ONU (1995),

As agências das Nações Unidas, como a FAO, o Banco Mundial, o FIDA e o GATT, juntamente com as *organizações regionais*, as agências doadoras bilaterais e outros organismos devem, no âmbito de seus respectivos mandatos, assumir um papel em seu trabalho junto aos Governos nacionais nas seguintes atividades: (a) Implementar, no plano subregional, estratégias de desenvolvimento agrícola e segurança alimentar integradas e sustentáveis, que façam uso dos potenciais regionais de produção e comércio, inclusive de organizações que fomentem a integração econômica regional, para promover a segurança alimentar [...] (ONU, 1995, p. 178-179, *grifo nosso*).

Como Organização Regional e Organismo Especializado em Agricultura, o IICA, junto ao Governo Federal, já implementa, desde 1964, projetos, programas e políticas estratégicas de desenvolvimento agrícola e segurança alimentar integradas e sustentáveis, como vimos no Capítulo 1 desta pesquisa (rever Apêndice B). No Apêndice C, desta pesquisa, retomamos os principais PCT do IICA no Brasil, a fim de compreender como as concepções de desenvolvimento do Instituto integram-se a projetos, programas e políticas nacionais.

A partir da retrospectiva histórica da construção da categoria desenvolvimento sustentável, empreendida neste item, foi possível compreender que sua elaboração nasceu

no seio das Organizações Internacionais, a partir das formulações de intelectuais vinculados à manutenção e reprodução da sociedade capitalista. O IICA, enquanto Organização Internacional de âmbito regional, incorporou essa categoria nas suas ações de desenvolvimento, voltadas para as áreas rurais brasileiras.

Compreendemos que a construção da categoria desenvolvimento sustentável acompanhou o movimento do fim dos “anos dourados” do capitalismo na década de 1960, a Crise do Petróleo em 1973, anunciada pela OPEP e a reestruturação produtiva do capitalismo nos anos 1970, 1980 e 1990. Todo um movimento concreto do real que possibilitou, no seio das discussões semânticas, a humanização do desenvolvimento econômico. Discursos ambientalmente responsáveis tornaram-se selos¹²⁷ de produtos a serem consumidos e o discurso do desenvolvimento sustentável coroou a acumulação flexível do capital no Século XXI.

No próximo item, apresentamos um panorama histórico do IICA, situando as perspectivas de desenvolvimento para as áreas rurais brasileiras adotadas, viabilizando ao leitor, compreender em que momento situam-se as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

2.2 As propostas de desenvolvimento do IICA para as áreas rurais: panorama histórico (1942-2000)

O IICA iniciou as discussões sobre desenvolvimento para as áreas rurais, em 1942, trabalhando apenas com a perspectiva de *desenvolvimento agrícola*, pois nesse momento, as suas concepções estavam voltadas à função que o Instituto desempenhava no Continente Americano, de ensino e pesquisa, vinculado às ciências agrícolas. Não é de se estranhar que, até 1979, a nomenclatura do Instituto tenha sido Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, mantendo-se a mesma sigla, IICA (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

Nos anos 1960, o Instituto deu ênfase às propostas de *desenvolvimento rural*, pois passou a compreender que o espaço rural era mais que um simples setor da economia. Nos

¹²⁷ Segundo Figueiredo (2005, p. 10), “A concepção do conceito de responsabilidade social e ambiental somente se consolidou nos anos de 1990 a 2003, e um dos fatores que influenciou foi o aumento das condições de pobreza e da degradação ambiental, que culminou com os movimentos da ECO-92 . Outros fatores que podem ser destacados são: a Campanha contra a fome, de Betinho, o fortalecimento dos movimentos sociais e o crescimento da violência urbana, dentre outros”.

anos 1970, essas propostas ganharam um viés humanista, em que o bem-estar do homem rural estava no centro das discussões do desenvolvimento rural. Nos anos 1980, o IICA abordou a questão do *desenvolvimento rural integral*, pois nessa década, a reativação da agricultura como atividade econômica essencial no Continente Americano fazia-se urgente para enfrentar a crise do capitalismo mundial e a tese cepalina da “década perdida” na América Latina e Caribe (MOLESTINA, 2002).

Foi nos anos 1990, que mudanças paradigmáticas ocorrem na perspectiva de desenvolvimento rural que o IICA vinha trabalhando. O *desenvolvimento sustentável* ocupou lugar central nas ações do Instituto, complementando-se com as categorias *desenvolvimento local* e *desenvolvimento local sustentável*, todas confluindo para o objetivo do IICA na década de 1990: o *desenvolvimento rural sustentável* (MIRANDA; MATOS, 2002; MOLESTINA, 2002).

Essas mudanças paradigmáticas propiciaram a construção de uma nova concepção, que pensava o desenvolvimento das áreas rurais impulsionado pela e a partir da população local, tendo como horizonte a questão ambiental. O desenvolvimento rural começava a ser discutido tendo o local e o ambiental como pontos de partida. Segundo Miranda e Matos (2002, p. 7, *grifo nosso*), “No começo dos anos 90, iniciou-se a construção de uma nova concepção de desenvolvimento rural que passou a pensar mudanças no meio rural, a partir do papel e da participação dos atores representativos dos diversos segmentos da *população local*”.

O repentino interesse do IICA pelo âmbito local, como solução dos problemas globais (pobreza e degradação ambiental), tem proximidade com as discussões de Ulrich Beck¹²⁸. Para o sociólogo alemão, “pensar globalmente e agir localmente” é a atitude requerida para construir um “Estado Transnacional” - uma arquitetura estatal pós-moderna - solidário e cooperativo. Para Beck, o transnacional é um espaço entre o nacional e o local, que teria a capacidade de dissolver conflitos, sejam eles de ordem econômica, social, política e/ou cultural. A questão ambiental e/ou a sustentabilidade seriam garantidas nessa nova era mundial, da transnacionalização, pois as responsabilidades da tutela ambiental seriam compartilhadas globalmente, agindo-se localmente (CRUZ; BODNAR, 2008).

¹²⁸ Em seu texto sobre “modernidade”, “pós-modernidade” e “pós-pós-modernidade”, Shinn (2008, p. 57-60), afirma que Ulrich Beck seria um pós-moderno não declarado. Na tentativa de uma reflexão sobre a modernidade, Beck propôs uma “segunda modernidade”, que estaria assentada em uma epistemologia “reflexiva” e em uma ciência voltada para a “solução de erros”, dado que a sociedade é compreendida como uma “sociedade de risco”. Essa “segunda modernidade” de Beck, é compreendida por Shinn (2008), como uma aproximação com as elaborações-chaves do pós-modernismo (SHINN, 2008).

Compreendemos que a proposição de Ulrich Beck sobre “pensar globalmente e agir localmente” é uma tentativa de crítica pós-moderna ao processo de mundialização do capital, que globalizaria a riqueza, mas localizaria a pobreza. A solução para o autor seria a Cooperação Internacional, por meio de uma “soberania includente” e com base em uma “utopia realista”, que seria personificada na “Terceira Via”¹²⁹ de Anthony Giddens, esta, segundo Saul (2003, p. 144), compreendida como “[...] um novo paradigma político para reger a economia global” (CRUZ; BODNAR, 2008).

O âmbito local é visto como um templo a ser enaltecido e a participação social local¹³⁰ (pública e privada) tida como garantia da efetividade de projetos, programas e políticas focadas nesse espaço. O localismo, enquanto crítica ao processo de mundialização do capital, foi invocado como solução dos problemas sociais e ambientais na década de 1990, e o IICA, adota essa perspectiva hoje, na CT que presta aos seus Estados membros. As soluções podem vir de “baixo para cima” (modelo *bottom-up* de planejamento), seguindo a lógica da exaltação do local e o encorajamento da “eficiência local”, é tarefa do IICA, por meio da capacitação de capital humano (CRUZ; BODNAR, 2008; NETO; TEIXEIRA, 2010).

Compreendemos que por meio do discurso do enaltecimento do “poder local”, o IICA desconstrói e/ou ignora a essência do fenômeno social da “desterritorialização da produção”, provocado pelo movimento do capital após o fim dos “anos dourados”, por meio da desconcentração industrial. De forma mais ofensiva, após os anos 1990, o capital global invade o âmbito local, “obrigando”¹³¹ este último à integração ao mercado. O local, neste movimento, é compreendido como uma unidade de investimentos pelo grande capital, antes focado somente no âmbito nacional. O local, portanto, aparece como uma

¹²⁹ A Terceira Via é a “esquerda para o capital”. Constitui-se em uma ampliação do neoliberalismo, apoiado em uma concepção reformulada da social-democracia. Segundo Falleiros, Pronko e Oliveira (2010, p. 70), a Terceira Via poder ser “Entendida como um projeto político concebido em meados dos anos 1990, em função dos efeitos negativos do neoliberalismo e da social-democracia europeia [...]”. Diferentemente do neoliberalismo, que repassa as responsabilidades estatais para o mercado – setor privado, a Terceira Via transfere as responsabilidades estatais para a sociedade civil organizada em ONG. Duas faces de um mesmo processo: enquanto o neoliberalismo age por meio de privatizações, a face humanizada da Terceira Via age por meio de publicizações, uma forma de privatizar utilizando-se outro recurso linguístico de maior legitimidade popular (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010).

¹³⁰ A participação social referida pelo IICA em seus PCT é uma categoria que aproxima-se das formulações de uma “sociedade civil ativa”, nos moldes de uma “terceira via” *giddensiana*, ou, nos moldes de um “terceiro setor” *montañoiano*. Compreende-se nesta pesquisa, que as formulações *iicaianas* sobre participação social distanciam-se da compreensão *gramsciana* de sociedade civil (MONTAÑO, 2002; SAUL, 2003).

¹³¹ O termo “obrigando” foi colocado entre aspas, por compreendermos que, ainda que seja uma imposição imperialista dos países centrais sobre os periféricos, as burguesias locais compactuam com as burguesias nacional e global, ainda que em patamares de lucros muito distintos.

nova oportunidade de desenvolvimento rural para o IICA (MIRANDA; MATOS, 2002; NETTO; BRAZ, 2012).

Mészáros (2007, p. 230-231), ao discutir sobre a participação efetiva da classe trabalhadora no poder de decisão, alerta-nos sobre a falsa dicotomia existente entre o local e o global, dicotomia esta, advogada pelos reprodutores do capital como Ulrich Beck em teorias que se proclamam críticas, mas que na verdade estão abaixo da crítica. O local, na crítica de Mészáros (2007, p. 230), seria o *locus* de participação destinado à classe trabalhadora e que esta, não deve deixar-se seduzir pelo enaltecimento do local, pois os poderes de decisão da classe trabalhadora “[...] não podem ser confinados ao *local*, nem mesmo quando a pílula amarga da contínua falta de poder é açucarada com lemas como ‘o pequeno é belo’ e ‘pense globalmente, aja localmente’”.

Ainda sobre a categoria “desenvolvimento local”, fundamental para compreender as mudanças conceituais e metodológicas do IICA, nos anos 1990 e 2000, faz-se importante discutir criticamente seu caráter econômico, político, social e ideológico. O desenvolvimento local¹³² emerge como uma “fábula da salvação” frente às crises do modelo de desenvolvimento pautado exclusivamente no crescimento econômico. Duas dimensões citadas por Francisco de Oliveira (2001), em sua obra “Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?”, contribuem para a compreensão da construção social desta categoria.

Primeiramente, o autor aponta para a dimensão do subdesenvolvimento, explicitando que o não desenvolvimento local é uma característica intrínseca do subdesenvolvimento periférico do sistema capitalista e que, portanto, de um lado, o desenvolvimento local é limitado dado sua condição estrutural e não se constitui em uma fase do desenvolvimento total/global do sistema, e de outro, é limitado porque ainda não se configura como uma forma alternativa, com capacidade hegemônica, frente ao desenvolvimento capitalista como um todo (OLIVEIRA, 2001b).

A segunda dimensão para compreender a categoria desenvolvimento local, seria a cidadania. Para o autor, o desenvolvimento local teria como objetivo proporcionar qualidade de vida e bem-estar à população (objetivos proclamados pelo IICA) e, portanto,

¹³² Segundo Ortega (2007, p. 277, *grifo nosso*), “A experiência da chamada ‘Terceira Itália’ tornou-se referência paradigmática para a formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento local e regional em muitos lugares do mundo. A partir dessa e de outras experiências bem sucedidas, organizações internacionais, com destaque para o Banco Mundial, também passaram a incentivar as estratégias de desenvolvimento local, *recomendando* aos Estados nacionais a constituição de arranjos sócio-produtivos territoriais como forma de construção de estratégias de desenvolvimento autônomo e endógeno”.

estaria ancorado na cidadania, esta, bandeira de luta e justiça social na atual sociedade. O problema reside justamente no caráter neoliberal da cidadania, pois “[...] a cidadania é sinônimo de não-conflito, de harmonia, de paz social” (OLIVEIRA, 2001b, p. 13), e portanto, opera para a construção de um consenso burguês. Segundo o IICA, por meio da perspectiva de desenvolvimento local é possível construir “comunidades locais” com menos pobreza e mais sustentabilidade (MIRANDA; MATOS, 2002). Para Oliveira,

[...] está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um “emplastro” [...] [...] capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas *comunidades* (OLIVEIRA, 2001b, p. 13, *grifo nosso*).

Oliveira (2001) chama-nos a atenção, para o caráter polissêmico da categoria desenvolvimento local, que admite vários significados ideológicos, alertando-nos para o discurso sedutor da “participação dos cidadãos”, por meio da construção de um “governo local”, por exemplo. Esse processo de construção de um “poder local” não seria fruto da desconcentração de poder do grande capital, mas sim, de um processo de descentralização, capaz de agravar ainda mais as desigualdades locais (OLIVEIRA, 2001b).

O que deve ficar claro sobre esta categoria utilizada pelo IICA, e que difere ideologicamente da posição de Ulrich Beck, por exemplo, é que o desenvolvimento local não é contrário à mundialização do capital. Na realidade, “O desenvolvimento local não necessariamente entraria em contradição, em tensão, com a globalização, podendo, ser, ao contrário, um de seus círculos concêntricos” (OLIVEIRA, 2003, p. 18).

Como um de seus círculos concêntricos, as ações pautadas no desenvolvimento local

[...] a rigor parecem-se mais com adaptações dos dominados do que alternativa à dominação: a própria dificuldade de definir o que é “desenvolvimento local” já é um indicativo suficientemente forte, posto que, se tudo é desenvolvimento local, então, como ensinava uma velha lição de álgebra, nada é desenvolvimento local (OLIVEIRA, 20001, p. 19).

Oliveira (2001), utilizando-se do método dialético para a análise da categoria, no entanto, nos adverte que é possível que algumas ações da classe trabalhadora possam de

fato, transformar o desenvolvimento local em contraposição ao que está dado como imutável. Como movimento de contraposição, o autor cita o MST. Por meio da negação da “racionalidade burguesa” impressa na categoria, seria possível, nos momentos de “desformalização” e de “desregulamentação”, superar o campo semântico burguês, na medida, em que a sociedade civil seja compreendida por meio de uma vertente *grasmciana* e não do “público não-estatal”, como as interpretações da Terceira Via *giddensianas*¹³³ querem concertar.

Para Oliveira,

O desenvolvimento local tende a substituir a cidadania, tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de completa convergência de interesses, de apaziguamento do conflito. O desenvolvimento local, em muitas versões, é o novo nome do público não-estatal, essa confusão semântica proposital bresseriana¹³⁴ (OLIVEIRA, 2001b, p. 24).

A concepção de desenvolvimento rural do IICA, nos anos 1990, tendo o local e o ambiental como pontos de partida, foi construída pelo Instituto, a partir de projetos e programas já existentes na Região Nordeste do Brasil, a saber: os PAPP, com seu componente de APCR, os Projetos de Combate à Pobreza Rural – PCPR e o Projeto Áridas. Esses projetos e programas contribuíram para a formulação de novas categorias e novas metodologias de trabalho do Instituto (MIRANDA; MATOS, 2002).

Os PAPP foram desenvolvidos na Região Nordeste e no estado de Minas Gerais a partir de 1985. São programas voltados para o desenvolvimento rural, com execução da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE¹³⁵, financiamento do

¹³³ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir à teoria do sociólogo Anthony Giddens (1938).

¹³⁴ Oliveira (2001), refere-se ironicamente em muitos trechos do texto a Luiz Carlos Bresser-Pereira, que em 1995, foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado e que no documento “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (BRASIL, 1995), utilizou o termo sociedade civil como uma união (neutra) entre o público e o privado, compreendendo a esfera pública como um público não-estatal, ou seja, uma versão privada do público. Neste documento, a educação foi concebida como um “serviço não exclusivo do Estado”, pois “Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas” (BRASIL, 1995, p. 41). Ainda neste documento, um dos objetivos para os “serviços não exclusivos do Estado” é “Transferir para o setor público não-estatal estes serviços, através de um programa de ‘publicização’, transformando as atuais fundações públicas em organizações sociais, ou seja, em entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e assim ter direito a dotação orçamentária” (BRASIL, 1995, p. 46-47).

¹³⁵ A SUDENE foi criada pela Lei nº 3.692, no ano de 1959, pelo Governo Federal, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento da região Nordeste e da Amazônia. É uma autarquia especial que possui autonomia administrativa e financeira, sendo vinculada ao MI. Foi extinta e reformulada como Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE em 2001, não obtendo legitimidade popular, pois não atendia aos

Grupo Banco Mundial via BIRD e com a CT do IICA. Segundo Filho, Buainain e Silveira (2006, p. 7), “O PAPP tinha como objetivo fortalecer o capital físico e produtivo das comunidades pobres por meio do financiamento de projetos comunitários produtivos, sociais e de infra-estrutura”.

Os PAPP foram reformulados em 1993, inserindo na perspectiva do desenvolvimento rural o papel central da comunidade rural, esta responsável pela implementação e a manutenção (sustentabilidade) dos projetos. Nesse momento, um componente do PAPP que era considerado marginal foi colocado como central na reformulação do Programa: o componente de APCR¹³⁶ (FILHO; BUAINAIN; SILVEIRA, 2006, MIRANDA; MATOS, 2002; SOARES, 1996).

A partir de 1995, foram criados os PCPR, que incorporaram os objetivos dos PAPP, de “[...] combate à pobreza rural e a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais do Nordeste” (FILHO; BUAINAIN; SILVEIRA, 2006, p. 8).

Uma mudança foi considerada substancial na passagem dos PAPP para os PCPR, pois segundo Filho, Buainain e Silveira (2006, p. 8), “Foram criados mecanismos institucionais de representação da comunidade nas deliberações sobre os projetos e na execução e controle dos recursos alocados às comunidades”, ou seja, a participação das comunidades rurais passou a ser colocada como elemento central dos projetos de “alívio da pobreza”.

reais interesses da população nordestina no que se referia a política de desenvolvimento regional. Em 2007, a SUDENE retorna ao cenário nacional, por meio da Lei Complementar nº 125, tendo como missão institucional “Articular e fomentar a cooperação das forças sociais representativas para promover o desenvolvimento incluyente e sustentável do Nordeste, a preservação cultural e a integração competitiva da base econômica da Região nos mercados nacional e internacional”. A SUDENE implanta suas ações por meio de três instrumentos de ação: 1º) por meio do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE; 2º) por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE; e 3º) por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE (SUDENE, 2015). Para Ianni (2004, p. 210-211), “A nosso ver, a SUDENE surgiu num momento em que se revelaram de modo particularmente aberto e intenso os antagonismos da sociedade do Nordeste. Ou melhor, ela foi criada numa época em que as desigualdades econômicas e sociais naquela região adquiriram conotações políticas de cunho pré-revolucionário. No momento em que camponeses e operários rurais deixaram de acomodar-se às soluções de estilo oligárquico (consubstanciadas nos padrões de controle social e liderança política próprias do *coronelismo*), nesse momento os grupos dominantes no Nordeste e o governo federal (incluindo o Executivo e o Legislativo) decidiram agir politicamente, no sentido de controlar ou dominar as tensões crescentes na região. Aliás, a SUDENE não foi senão uma das soluções dadas ao agravamento das contradições políticas no Nordeste”.

¹³⁶ Por meio do componente de APCR, “[...] as comunidades organizadas em associações administram os recursos provenientes de um fundo específico (Fundo de Apoio Comunitário), o qual representa, em quase todos os estados, de 10 a 15% do custo total do Programa. O Fundo pretende criar novos mecanismos de apoio financeiro que possam beneficiar efetivamente aos pequenos produtores rurais em três linhas de ação, às quais correspondem porcentagens diferentes de recursos: a organização e participação de produtores (15%); a criação de outras oportunidades de emprego e renda (60%); a construção de equipamentos comunitários (25%)” (IICA, 1989a, p. 86-87).

Os PAPP e os PCPR influenciaram a CT do IICA quanto às concepções de desenvolvimento rural a serem adotadas, no entanto, o Projeto Áridas foi considerado pelo Instituto, com “um marco estratégico no planejamento” das ações de cooperação para o desenvolvimento, pois, desde a formulação conceitual do desenvolvimento sustentável em 1987¹³⁷, nenhuma metodologia havia sido desenvolvida para instrumentalizar ações de planejamento. Segundo o IICA (1995, p. 26), este Projeto “[...] recoloca, no plano regional, a retomada do planejamento em novas bases conceituais e metodológicas, em que as organizações da sociedade são protagonistas das ações” (MIRANDA; MATOS, 2002).

O Projeto Áridas foi formulado a partir da Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas - ICID¹³⁸, em 1992, tendo como foco “[...] a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população [...]” (IICA, 1995, p. 14). Foi uma iniciativa do Grupo ESQUEL¹³⁹, com CT do IICA e patrocinado pelo MPOG, pelos Governos estaduais do Maranhão, Piauí, Ceará e Pernambuco e pelo Banco Mundial. Tinha como objetivo “[...] elaborar uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentável do Nordeste e elaborar modelos de planejamento e de gestão para o desenvolvimento sustentável em níveis regional, estadual e municipal” (IICA, 1995, p. 34).

No Projeto Áridas, a categoria desenvolvimento sustentável era compreendida como desenvolvimento durável, que teria a capacidade de permanência a longo prazo, englobando as dimensões ambiental, econômica, social e política. Visão de longo prazo, participação, PPP, descentralização e integração estavam presentes na forma com que o IICA passava a compreender o planejamento do desenvolvimento sustentável no Brasil (IICA, 1995).

¹³⁷ Discutimos na trajetória histórica da categoria desenvolvimento sustentável, no item 2.1 desta pesquisa, que o ano de 1987 foi um marco conceitual.

¹³⁸ “A Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável (ICID) foi concebida, por iniciativa do Governo do Estado do Ceará; com o objetivo de trazer à tona a problemática das regiões semi-áridas do planeta. No caso específico do Brasil interessava, particularmente, chamar atenção para a problemática do Nordeste semi-árido. A ICID foi uma contribuição brasileira para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92)” (ICID, 1992, p. 1921).

¹³⁹ Chamou-nos atenção, a origem da iniciativa do projeto: o Grupo ESQUEL. Esta é uma ONG, sem fins lucrativos, dedicada à cidadania e às novas formas de desenvolvimento econômico e social, visando o desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe, como forma de superar a pobreza e as desigualdades sociais. A Fundação Grupo Esquel Brasil – FGEB integra a rede ESQUEL, formada pelos Estados Unidos, Equador, Venezuela e Brasil. “No Brasil, desde 1989, a Fundação Grupo Esquel Brasil executa seus trabalhos sob o foco do Desenvolvimento Sustentável, com prioridade para os temas da Convivência Sustentável com o Semi-árido, Criança de 0 a 6 anos, Geração de Renda e Fortalecimento da Sociedade Civil” (FGEB, 2015).

O planejamento foi o elemento central das ações de CT desenvolvidas pelo IICA junto ao Projeto Áridas. Interessante observar, que na década de 1990, existia uma “renúncia” neoliberal ao planejamento estatal nas economias centrais do capitalismo, este, visto como um impedimento intervencionista às liberdades, econômica e política. No entanto, foi nessa década, que o Instituto recuperou fortemente as ações de planejamento público voltadas para o “alívio da pobreza” e para a sustentabilidade nos seus Estados membros de economia periférica. O “Estado Planejador”, nos moldes *iicaianos*, colocou no centro das discussões sobre desenvolvimento, o planejamento (MIRANDA; MATOS, 2002).

No interior das discussões do IICA sobre planejamento para o desenvolvimento rural foi inserida uma mudança substancial: o foco no planejamento baseado no modelo *bottom up* (“de baixo para cima”) substituiu o modelo *top-down* (“de cima para baixo”). O planejamento *bottom-up* caracteriza-se pela participação social e apoia-se nos capitais locais: social e humano. Nesse sentido, o planejamento territorial passou a ser utilizado pelo Instituto como um instrumento de gestão pública nos anos 2000 (IICA, 2005c; ORTEGA, 2008).

Somando-se ao elemento do planejamento, o Projeto Áridas contribuiu fortemente para que o IICA passasse a compreender e a utilizar a categoria da especificidade em suas ações de desenvolvimento rural. A metodologia de trabalho do IICA, junto ao Projeto Áridas, compreendeu que era imprescindível o ajustamento do planejamento às especificidades culturais (identidades) de cada região e de cada comunidade rural. Utilizando-se do viés cultural, o Instituto passou a compreender que o espaço rural entendido a partir da cultura, permitia compreendê-lo enquanto sub-região e/ou *território*.

A visão de território como totalidade, abordada nos planos sub-regionais, força uma integração entre os setores público e privado, leva à ruptura da lógica setorial ou temática de atuação dos órgãos públicos, traz à tona a contraposição de interesses, mostra as diferentes divisões e categorias sociais e mapeia e destaca, enfim, o jogo de forças da política local. Induz ainda que sejam conciliados e geridos concomitantemente os processos global, local, setorial, temático, micro e macroeconômico (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 15).

Nesse sentido, a compreensão de desenvolvimento rural do IICA incorporou, por meio dos PAPP, dos PCPR e do Projeto Áridas, o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento local e, um novo enfoque: o territorial. Segundo Miranda e Matos (2002,

p. 16), “[...] introduziu-se o conceito de *território rural* como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável [...]”. O enfoque territorial, a partir do Projeto Áridas, em CT com o IICA, passou a ser difundido em projetos, programas e políticas brasileiras voltadas para o desenvolvimento das áreas rurais¹⁴⁰.

Para o IICA, o Projeto Áridas ficou conhecido como *metodologia Áridas* ou *lógica Áridas*, pois alcançou patamares conceituais e metodológicos que ainda não haviam sido praticados nos projetos, programas e políticas de desenvolvimento rural no Brasil. Segundo o IICA,

O Projeto Áridas recoloca, no plano regional, a retomada do planejamento em novas bases conceituais e metodológicas, em que as organizações da sociedade são protagonistas das ações. Esta foi uma contribuição de ordem política que, do ponto de vista estratégico, superou, provavelmente, o substancial conteúdo dos estudos realizados e dos resultados obtidos (IICA, 1995, p. 26).

Em um panorama histórico da atuação do IICA no Brasil, percebemos que o Projeto Áridas reorganizou as bases conceituais e metodológicas do Instituto para o Século XXI. O enfoque territorial, das propostas de desenvolvimento rural sustentável do IICA, nasceu da metodologia Áridas, pois, somando-se à especificidade ancorada pelo viés cultural sócio-antropológico, a visão sistêmica (de gestão e planejamento) foi adotada como perspectiva teórica e metodológica de ação do Instituto. Para o IICA, as ações estatais precisavam ser pensadas a partir de um viés de totalidade e o território corresponderia a essa unidade de ação. A visão de território do Instituto, a partir dos anos 2000, pretende imprimir um novo

¹⁴⁰ A partir de 2003, o Governo Federal criou a SDT, do MDA, e lançou o PRONAT, marcando a opção pelo enfoque territorial a ser adotado nas políticas de desenvolvimento rural sustentável. Segundo o MDA (BRASIL, 2005a, p. 21, *grifo nosso*), “O *enfoque territorial* é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção. Busca a integração interna dos territórios rurais e desses com o restante da economia nacional, sua revitalização e reestruturação progressiva, assim como a adoção de novas funções e demandas”. “Na abordagem territorial, o foco das políticas é o território, pois ele combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma base sólida para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social” (BRASIL, 2005a, p. 24). Em 2008, com o PTC, o MDA, por meio da SDT, reafirmou o enfoque territorial para o desenvolvimento rural sustentável. O PTC é um marco para a consolidação da abordagem territorial e contou com o apoio de intelectuais como Ignacy Sachs e de Organizações Internacionais como o IICA, que auxiliaram na implementação das políticas territoriais do Governo Federal. “Diante da necessidade de continuar apoiando o desenvolvimento nos territórios, principalmente devido ao aumento na quantidade de programas voltados para desenvolver o meio rural, em 2012 iniciou o atual projeto de cooperação, o PCT/BRA/IICA/12/002. Este projeto objetiva consolidar a estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais e mais especificamente, contribuir para a consolidação de uma nova geração de políticas públicas e para uma nova concepção de desenvolvimento rural sustentável, consolidando política e tecnicamente a estratégia de apoio ao desenvolvimento territorial” (PCT/BRA/IICA, 2014, p.19-20).

caráter nos projetos, programas e políticas públicas do Estado brasileiro, uma vez que acredita superar as ações setoriais fragmentadas por meio de uma concepção-ação territorial (IICA, 1995; MIRANDA; MATOS, 2002).

Compreendemos, historicamente, que o IICA redimensionou as ações de desenvolvimento rural no país nos anos 1990, a partir do Projeto Áridas, criando uma nova dimensão de atuação estatal: o âmbito sub-regional, que são os territórios. Entendemos que esse redimensionamento imprime um caráter muito importante para a análise de projetos, programas e políticas públicas, porque descentraliza as ações dos âmbitos nacional, regional e local para o âmbito sub-regional, trazendo sérias implicações para a questão do financiamento público, por exemplo.

Em linhas gerais, compreende-se que até os anos 1990, o IICA trabalhou com a concepção de desenvolvimento agrícola e rural. Nos anos 1990, a concepção de desenvolvimento rural do Instituto teve fortes influências do “desenvolvimento local” e do “desenvolvimento sustentável”. O enfoque territorial influenciou o Instituto, no final dos anos 1990, e consolidou-se como o diferencial das ações de CT do Instituto no Século XXI.

Portanto, nos anos 2000, o IICA afirmou seu novo modelo conceitual e metodológico de desenvolvimento rural para o Brasil: o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Neste momento, ressaltamos que parte da problemática de investigação desta pesquisa foi alcançada, pois identificamos a concepção de desenvolvimento do IICA para o meio rural brasileiro, a partir dos anos 2000. A seguir, apresentamos o marco conceitual desse novo modelo de atuação do Instituto no país, analisando sua concepção territorial.

2.3 Marco Conceitual do IICA: o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial

Nos anos 2000, o IICA definiu sua proposta de desenvolvimento voltada para as áreas rurais brasileiras: o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Neste item, são apresentadas as concepções do Instituto para o “alívio da pobreza” e para a “sustentabilidade” do desenvolvimento rural.

A compreensão do IICA sobre “desenvolvimento sustentável”, como vimos anteriormente no item 2.1, nasceu no Projeto Áridas, a partir das formulações de dois intelectuais orgânicos do Instituto, a saber: Sérgio José Cavalcanti Buarque¹⁴¹ e Ester Maria Aguiar de Sousa¹⁴². Ambos são consultores¹⁴³ do IICA e estão presentes em projetos de desenvolvimento e planejamento para as áreas rurais do Continente Americano.

Para o IICA,

A idéia da sustentabilidade está diretamente relacionada à continuidade, à permanência da qualidade de vida e às oportunidades da sociedade ao longo do tempo, incorporando uma perspectiva de longo prazo. Parte de uma base ética que demanda uma solidariedade social¹⁴⁴. Pressupõe a necessidade de subordinação da dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 17).

Essa concepção de sustentabilidade do IICA, está relacionada com a questão da durabilidade dos processos de desenvolvimento rural, envolvendo mudanças sociais

¹⁴¹ Sérgio José Cavalcanti Buarque é formado em economia pela Universidad do Chile e possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Possui vasta produção teórica junto ao IICA nas áreas de planejamento regional e é um dos principais consultores do Instituto.

¹⁴² Ester Maria Aguiar de Sousa é formada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e possui mestrado em Sociologia Jurídica pela mesma Instituição. É consultora do IICA nas áreas de Planejamento e Desenvolvimento.

¹⁴³ Pensamos ser pertinente, discutir a figura do Consultor e a sua função de Consultoria na atual fase de desenvolvimento do capitalismo mundial. O Consultor seria um profissional especializado em solucionar problemas técnicos e/ou gerenciais por meio de saberes e experiências acumuladas em área específica. O consultor, para Peter Block (autor que defende a criação de habilidades para por em prática o conhecimento), seria a pessoa que exerce influência sobre indivíduos, grupos e organizações públicas, privadas e não-governamentais. Tem a capacidade de criar consenso. É um profissional a serviço do desenvolvimento de uma organização, capaz de identificar falhas e corrigir desvios, utilizando-se de metodologias para a solução de problemas. No IICA, existem os consultores internos e os consultores externos, os primeiros, inseridos na cultura e nos valores do Instituto contribuem de forma contínua no desenvolvimento institucional e na elaboração dos PCT que o IICA presta aos seus Estados membros. Os consultores externos são aqueles convidados, em situações oportunas, a contribuir com determinado assunto no interior do Instituto. O consultor e seu serviço de consultoria estão vinculados com a eficiência requerida para um determinado serviço e/ou produto. A maximização de lucros e a ampliação de resultados satisfatórios estão na origem desse profissional, porque não dizer, deste intelectual orgânico do capital e requerido pelo capital. Na pesquisa com documentos de Organizações Internacionais como o IICA, é possível observar que as mesmas sempre isentam-se do conteúdo documental por meio da advertência de que as opiniões ali presentes são de inteira responsabilidade dos consultores, não refletindo a opinião da Instituição. No entanto, são convidados para prestar consultoria, aqueles indivíduos cujas ideias estão de acordo com perspectiva da Organização, tornando-se impossível a neutralidade pretendida (BLOCK, 2001).

¹⁴⁴ Para o IICA, trata-se de uma “[...] solidariedade *inter* e *intra* gerações e também numa solidariedade inter-regional” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 17). A solidariedade social pretendida para e com o desenvolvimento sustentável, é uma solidariedade firmada entre o comprometimento da geração presente e entre essa geração e as futuras gerações, além de situar a solidariedade entre regiões. A solidariedade regional evocada, pode ser traduzida em “parcerias público-privadas” para o desenvolvimento das regiões com elevados índices de pobreza.

amplas que permitam maiores oportunidades de escolha¹⁴⁵ para a sociedade. A concepção de desenvolvimento sustentável do Instituto está apoiada em três grandes objetivos, a saber: o crescimento econômico, a equidade social e a preservação do meio ambiente (MIRANDA; MATOS, 2002).

Nas propostas de desenvolvimento sustentável do IICA, o crescimento econômico e a eficiência econômica são os pré-requisitos, a equidade social e a elevação da qualidade de vida são consideradas os propósitos finais do Instituto e a preservação ambiental é um condicionante de todo o processo. Segundo o IICA, esses três grandes objetivos das propostas de desenvolvimento sustentável “[...] serão tanto mais longos quanto mais graves os níveis de pobreza dos territórios considerados” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 26).

A categoria “desenvolvimento sustentável”, utilizada pelo IICA, engloba seis dimensões (por isso é considerada multidimensional) que auxiliam a compreensão das propostas de trabalho utilizadas pelo Instituto em seus PCT, a saber: a *ambiental*, que busca “[...] analisar, sob diferentes ópticas, a influência presente e futura do homem com a qualidade geral do meio ambiente natural e a preservação da biodiversidade [...]” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 18); a *econômica*, que procura desenvolver a dinâmica geral da economia no território; a *tecnológica*, que pretende estabelecer um padrão tecnológico no território, diferenciado apenas por setor ou segmento da economia, visando a produtividade; a *social*, que procura mapear e desenvolver as relações sociais da população dos territórios; a *político-institucional*, que está relacionada ao exercício do poder local e as relações com outras instâncias de poder; e, a *cultural*, que tem como objetivo formar redes de solidariedade e cooperação nos territórios, e por isso “[...] inclui uma análise antropológica dos grupos sociais dos territórios e suas diferentes manifestações histórico-culturais, artísticas e artesanais” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 19). Sobre esta última dimensão da categoria de desenvolvimento sustentável do IICA, está a base do enfoque territorial pretendido pelo Instituto.

Observamos que as dimensões da categoria “desenvolvimento sustentável”, utilizadas pelo IICA, convergem com as dimensões da sustentabilidade apontadas no item

¹⁴⁵ A questão da escolha é um elemento importante para pensar a relação do público com o privado. Importante mencionar que a Teoria da Escolha Pública – TEP foi um paradigma surgido após a crise capitalista de 1970, e que se tornou um ramo da economia que afirma que as “falhas públicas” poderiam ser solucionadas pela mudança na tomada de decisões e pela “[...] defesa de um Estado liberal capaz de abrir espaço para o livre mercado limitando sua intervenção ao mínimo necessário” (BORGES, 2001, p. 160).

2.1 deste Capítulo, o que nos permite inferir que, a ONU, como um Sistema Universal de Organizações Internacionais, construiu um consenso em torno das propostas de desenvolvimento. O IICA, vinculado ao Sistema Interamericano, OEA, incorporou esse consenso porque compactua com a visão de mundo, de homem e de sociedade da ONU, reproduzindo na América Latina e Caribe, os ideais de “tipo americano”.

Passemos agora, ao enfoque territorial adotado pelo Instituto para o desenvolvimento das áreas rurais, enfoque este, adotado pelos projetos, programas e políticas do Governo Federal brasileiro, a partir de 2003.

Se a categoria desenvolvimento local, discutida no item 2.2, permite vários significados e várias interpretações, a categoria territorial confunde ainda mais o leitor desta pesquisa, dado a sua polissemia exacerbada, que diz tudo e ao mesmo tempo não diz nada. Segundo Ortega (2008, p. 51), “O uso do enfoque territorial, em tempos de globalização, vem sendo recomendado por cientistas, governos e agências multilaterais”, mas do que se trata exatamente a essência desse fenômeno que em sua aparência evoca a participação e a autonomia para o desenvolvimento rural?

O uso da categoria “enfoque territorial” nos PCT do IICA, tem estreita ligação com a categoria desenvolvimento local. Para Ortega (2008), as duas categorias confundem-se, e o desenvolvimento territorial e/ou enfoque territorial do desenvolvimento passam a estar presentes nos projetos, programas e políticas brasileiras para o desenvolvimento rural a partir dos anos 2000.

Existem duas vertentes teóricas para a origem da categoria “enfoque territorial”. A primeira, de tradição alemã, deriva da Escola de Iena, e afirma que cada cidade, de maneira hierarquizada e de acordo com sua localização, exerce uma atividade de produção, que complementa a organização geral da sociedade. O fator de localização é determinante para esta corrente de pensamento, que nas décadas de 1960 e 1970, ficou conhecida pela Escola de Ciência Regional. A segunda vertente teórica, deriva dos estudos de Alfred Marshall (1842-1924), sobre os distritos industriais, que evoca as aglomerações (*clusters*) como protagonistas das economias localizadas. Acreditamos que esta última vertente, a das aglomerações¹⁴⁶, está mais presente nos projetos, programas e políticas do Governo Federal.

¹⁴⁶ A origem da teoria sobre os Arranjos Produtivos Locais – APL tem como pressuposto teórico as aglomerações *marshallianas*. Segundo o documento intitulado “Arranjos produtivos locais e desenvolvimento”, elaborado pelo BNDES, “Durante os últimos 20 anos, tem crescido na literatura

Compreendemos que as duas vertentes teóricas convergem para o local, como *locus* de oportunidade econômica. Logo, o desenvolvimento territorial e/ou enfoque territorial tem origens no desenvolvimento das teorias econômicas locais, que passam a valorizar os recursos locais (capital social *more* capital humano) como fatores de desenvolvimento local e global.

Segundo Lima,

A perspectiva de desenvolvimento com enfoque territorial, em execução pelo governo brasileiro desde o ano de 2003, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, tem provocado o debate acadêmico pela incorporação de termos/conceitos bastante polêmicos, como o de desenvolvimento local, endógeno e sustentável, governança e governabilidade, capital social e capital humano, autogestão, gestão social, participação social, economia solidária, entre outros. Além disso, o viés de operacionalidade dessa política de desenvolvimento baseia-se num conceito tão caro a Geografia: o território (LIMA, 2013, p. 2).

Para o IICA, o território rural é compreendido como um espaço de identidade natural e cultural, “[...] onde se localizam um ou mais agrupamentos humanos articulados entre si” e “[...] pode corresponder a uma microbacia, a uma microrregião, a um conjunto de municípios [...]” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 20).

Segundo avaliação do IICA,

O conceito de território vai além de aspectos meramente técnicos e político-administrativos. A *cultural local* é um elemento determinante na delimitação dos territórios rurais e iguala-se a outras variáveis como as sociais, as geográficas, as demográficas e as econômicas (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 42, *grifo nosso*).

econômica os estudos sobre a importância dos *aspectos locais* para o desenvolvimento econômico e a competitividade das empresas. Esses estudos dão especial atenção às aglomerações setoriais de empresas que, pela cooperação ou configuração econômica desenvolvida, criam diferenciais competitivos significativos para as firmas aí localizadas. Essas aglomerações, dependendo de sua configuração, são chamadas pelos diversos autores de *arranjos produtivos locais* – APLs, sistemas locais de inovações, sistemas produtivos locais, *clusters*, entre outros. Essas diversas denominações têm em comum a *ênfase na importância dos aspectos locais para o desenvolvimento e a competitividade das empresas*” (BNDES, s/d, p. 13, *grifo nosso*). Para o IICA, segundo Echeverri Perico (2008, p. 33-34), “É no território que o crescimento econômico se traduz em emprego, conservação, estabilidade social e política, coesão ou enraizamento da cultura. Igualmente, é no território onde se geram mecanismos de encadeamento de valor que integram os conglomerados econômicos, ou *clusters* produtivos, que permitem a interdependência entre a agricultura familiar, a microempresa, a mediana empresa e a grande empresa em modelos de desenvolvimento endógeno próprios de modelos da economia territorial”.

A visão territorial do IICA, a partir dos anos 2000, foi criada para substituir as abordagens tradicionais setorizadas economicamente. Logo, o território emerge como uma tentativa conceitual e metodológica de substituir a compreensão de “setor rural” nos projetos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil. Na delimitação de um território¹⁴⁷, o IICA considera fundamental analisar a organização social e o capital social, presentes ou não naquele espaço.

No enfoque territorial utilizado pelo IICA, os territórios são constituídos por dimensões urbanas e rurais; o rural deixa de ser sinônimo de agrícola; existe a criação de especificidades territoriais; a questão ambiental é vista como estratégica na redução da pobreza; e a heterogeneidade é pressuposto para o desenvolvimento sustentável (MIRANDA; MATOS, 2002).

Nesta perspectiva territorial, o IICA abandona as propostas de desenvolvimento rural centradas unicamente nas delimitações políticas das esferas municipal, estadual e federal. Assim como, redefine as escalas geográficas de atuação, do internacional, nacional, regional, sub-regional e local para o territorial. Assim, um território, delimitado pelos elementos culturais locais, pode ser tanto um conjunto de municípios¹⁴⁸, como um conjunto de comunidades.

Na avaliação do IICA, a proposta de desenvolvimento sustentável aplicada à unidade territorial, permite várias vantagens, dentre elas, destacam-se:

¹⁴⁷ Para o MDA, o território “É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (BRASIL, 2005a, p. 28).

¹⁴⁸ A título de exemplo estadual, no Paraná, temos o Território Cantuquiriguaçu, formado por 21 municípios que, a partir de 1984, receberam essa denominação. Em 2008, o Governo Federal, por meio do PTC, incorpora o Território Cantuquiriguaçu no Programa. Segundo Moraes (2013, p. 40), “Cantuquiriguaçu é uma mesorregião, localizada no Centro Sul do estado do Paraná, composto pelos municípios de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Cândói, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Pinhão, Marquinho, Goioxim, Cantagalo, Guaraniaçu, Diamante do Sul, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Ibema, Catanduvas, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu e Palmital”. Para Galindo, Oliveira e Santos (2010, p. 161), “A definição dos municípios do Território Cantuquiriguaçu coincide com a composição da Associação de Municípios, que se juntou para realizar as primeiras ações territoriais na região. Assim, o Território se define por 20 municípios, cujos quadros socioeconômicos se afiguravam comuns apesar das especificidades econômicas de um e outro município. A Associação tinha o objetivo de contribuir para o empoderamento local e para o estabelecimento de melhores diálogos com o Governo Federal e, notadamente, com o Governo do Estado. A ideia era obter o reconhecimento do Cantuquiriguaçu junto ao Governo do Estado como região administrativa, o que inicialmente significava sediar, no âmbito do território da Associação, núcleos regionais de secretarias de Estado”.

(i) ganho de economia de escala, modernização dos processos produtivos e maior governabilidade dos fatores ambientais; (ii) maior respeito às especificidades culturais; (iii) melhor aproveitamento das potencialidades locais, o que significa explorar as vantagens comparativas agrícolas e não-agrícolas de cada território; (iv) participação mais efetiva dos atores sociais no planejamento, na gestão e no controle social das políticas públicas; (v) maior dinamismo aos processos de organização dos atores sociais; (vi) estabelecimento de um pacto político entre o setor público e as entidades civis; (vii) compatibilização dos processos técnico e político, com o intuito de integrar as propostas da sociedade às respostas técnicas, a partir de um ambiente de negociação que permeie todo o processo de elaboração do plano; (viii) maior organização e capacitação das equipes técnicas multidisciplinares e interinstitucionais (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 42).

Além das vantagens territoriais mencionadas acima, o IICA compreende que por meio da categorias, “coesão social” e “coesão territorial”¹⁴⁹, ambas viabilizadas pelo enfoque territorial do desenvolvimento rural, seja possível gerar inclusão e integração econômicas nos territórios com elevados índices de pobreza, promovendo o “alívio da pobreza” de um lado e a “sustentabilidade” de outro (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 21).

Para o Instituto, a “coesão social” e a “coesão territorial” são metas a serem alcançadas pelo desenvolvimento rural no Continente Americano e são categorias muito citadas na SDRS. Para o IICA, a coesão social é a “[...] expressão de comunidades e sociedades unidas pela equidade, solidariedade, justiça social, pertencimento e adscrição [...]”¹⁵⁰ (IICA, 2005c, p. 34; SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 94, *tradução nossa*). Já a coesão territorial, é a “[...] expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições inseridas em tecidos que formam regiões, nações ou espaços supranacionais que os define como entidades culturais, políticas e socialmente integradas e diferenciadas”¹⁵¹ (IICA, 2005c, p. 35; SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 94, *tradução nossa*).

A coesão social para o Instituto,

¹⁴⁹ Para o MDA, “O desenvolvimento harmônico do meio rural se traduz em crescimento e geração de riquezas em função de dois propósitos superiores: • a *coesão social*, como expressão de sociedades nas quais prevaleça a equidade, o respeito à diversidade, à solidariedade, à justiça social, o sentimento de pertencimento e inclusão; e • a *coesão territorial* como expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições imersas em regiões, nações ou espaços supranacionais, que os definem como entidades cultural, política e socialmente integradas. Portanto, a meta fundamental do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais é estimular e favorecer a coesão social e territorial das regiões e dos países onde ela é empregada como elemento harmonizador dos processos de ordenamento (regulação descendente), e de desenvolvimento (reação ascendente), das sociedades nacionais” (BRASIL, 2005a, p. 21, *grifo nosso*).

¹⁵⁰ Citação Original: “[...] expresión de comunidades y sociedades unidas por la equidad, la solidaridad, la justicia social, la pertenencia y la adscripción [...]” (SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 94).

¹⁵¹ Citação Original: “[...] expresión de espacios, recursos, sociedades e instituciones insertos en tejidos que conforman regiones, naciones o espacios supranacionales que los definen como entidades cultural, política y socialmente integradas y diferenciadas” (SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 94). Esta citação, está presente no documento: BRASIL. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Brasília: SDT/MDA, 2005.

[...] surge como um desafio para a inclusão e integração da economia rural, tanto na sua dinâmica interna como com a economia nacional. Em uma sociedade desintegrada, social e territorialmente, é impensável encontrar as condições estruturais para uma economia eficiente, produtiva e competitiva. Por isso é necessário inverter o círculo vicioso da exclusão, pobreza e ineficiência econômica, e adotar um de inclusão, prosperidade e competitividade¹⁵² (SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 94, *tradução nossa*).

E como meta do Desenvolvimento Rural Sustentável *iicaiano*, significa que

Os *altos níveis de coesão social* são expressões sócio-culturais de tecidos sociais enriquecidos pelo acesso a oportunidades, mediante as quais se superam os esquemas de economia dual, em que os poucos setores considerados de ponta concentram a maioria das oportunidades e ativos para se desempenharem de forma competitiva, objetivando vida digna e a possibilidade de um desenvolvimento humano integral. A coesão social é uma meta do Desenvolvimento Rural Sustentável, o que implica redobrar esforços para integrar as populações rurais em dinâmicas promotoras e inovadoras. Portanto, a coesão social de um território requer o desenvolvimento do potencial para a autogestão das populações e territórios rurais, além de políticas públicas e privadas que possibilitem o acesso e o aproveitamento de bens e serviços básicos (IICA, 2005c, p. 34).

Já a coesão territorial, na perspectiva do Instituto,

[...] surge da necessidade imperativa de alcançar a máxima coincidência territorial, frente a cenários de integração supranacional, e como mecanismo para *combater* as brechas regionais e territoriais que *ameaçam* destruir a integridade das sociedades latino-americanas. O atraso que mostram as zonas rurais em relação às zonas urbanas, ou as diferenças que se observam entre as mesmas zonas rurais constituem um precedente *perigoso* e devem ser resolvidos por uma questão de sustentabilidade¹⁵³ (SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 95, *tradução nossa, grifo nosso*).

¹⁵² Citação Original: “[...] emerge como un desafío de inclusión e integración de la economía rural, tanto en su dinámica interna como con la economía nacional. En una sociedad desintegrada, social y territorialmente, es impensable encontrar las condiciones estructurales para una economía eficiente, productiva y competitiva. Por eso es necesario invertir el círculo vicioso de exclusión, pobreza e ineficiencia económica, y adoptar uno de inclusión, prosperidad y competitividad” (SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 94).

¹⁵³ Citação Original: “[...] surge de la necesidad imperativa de lograr la máxima coincidencia territorial, frente a escenarios de integración supranacional, y como mecanismo para combatir las brechas regionales y territoriales que amenazan con destruir la integridad de las sociedades latinoamericanas. El rezago que muestran los territorios rurales con respecto a los territorios urbanos, o las diferencias que se observan entre los mismos territorios rurales, constituyen un peligroso antecedente y deben ser resueltos en aras de la sostenibilidad” (SEPÚLVEDA *et al*, 2003, p. 95).

Percebemos aqui, elementos que apontam para uma luta ideológica inserida na concepção territorial do Instituto, uma vez que, é preciso combater as ameaças perigosas que podem emergir da pobreza e, nesse sentido, a coesão territorial torna-se instrumento para tal. Desta forma, o IICA acredita que

Níveis crescentes de coesão territorial permitem aproximar, em termos social e cultural, os distintos assentamentos humanos do interior de uma região, ou entre regiões, a partir da interconexão dos espaços urbanos e rurais. Conseguem maior complementaridade entre os processos de desenvolvimento regionais e microrregionais e superam desequilíbrios geograficamente localizados, o que implica melhor distribuição de bens e capitais. Supõe a integração dos cidadãos dos distintos territórios, para assumir as decisões sobre o presente e o futuro comuns, o que leva à interconexão dos processos de âmbito local, microrregional, regional, nacional e supranacional (IICA, 2005c, p. 35).

Sobre as concepções contidas nessas categorias *iicaianas*, “coesão social” e “coesão territorial”, amplamente, utilizadas e citadas na SDRS, observamos que, na Sociologia, a categoria “coesão social” é utilizada para designar as forças (consenso, ordem social) que mantêm os homens unidos em sociedade, ou seja, o que promove a integração solidária entre os homens. O sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), em sua obra “Da divisão do trabalho social (1893)”, trabalhou com a categoria “coesão social”, por meio da análise sobre dois tipos de solidariedade existentes entre os homens, a saber: a *solidariedade mecânica ou por similitudes* e a *solidariedade devida à divisão do trabalho ou orgânica*. O sociólogo procurou esclarecer qual a função que a divisão do trabalho desempenhava na sociedade, e a partir desta investigação, resultaram suas considerações sobre a coesão social.

Em sociedades consideradas inferiores, pela não especialização das atividades, as relações sociais entre os homens são mediadas por “[...] uma coesão social cuja causa está numa certa conformidade de todas as consciências particulares a um tipo comum [...]” (DURKHEIM, 1999, p. 78). Seria, “[...] uma solidariedade *sui generis* que, nascida das semelhanças, liga diretamente o indivíduo à sociedade [...]” (DURKHEIM, 1999, p. 79). Nessa sociedade, de relações sociais inferiores, a solidariedade mecânica teria a função de “[...] manter intacta a coesão social, mantendo toda a vitalidade da consciência comum” (DURKHEIM, 1999, p. 81).

Nas sociedades inferiores, há a penetração da consciência coletiva em todas as consciências particulares, de forma mecânica e/ou por similitude, gerando o que é chamado

de consciência comum. “A solidariedade que deriva das semelhanças está em seu *maximum* quando a consciência coletiva recobre exatamente nossa consciência total e coincide em todos os pontos com ela: mas, neste momento, nossa individualidade é nula” (DURKHEIM, 1999, p. 106-107). Logo, as formas solidárias entre os homens, que garantem a coesão social, agem de forma mecânica, pois as consciências particulares, não tendo nada de específico e pessoal, assimilam a consciência coletiva e/ou a moral coletiva. Aqui, a coesão social é garantida pela semelhança e homogeneidade das relações sociais.

Em sociedades superiores, nas quais a divisão do trabalho permitiu a especialização das atividades, as relações sociais mudam e a solidariedade social também. Da divisão e da especialização do trabalho criam-se as individualidades e as consciências individuais diferenciam-se das demais, pois “[...] cada um tem uma esfera de ação que lhe é própria, por conseguinte, uma personalidade” (DURKHEIM, 1999, p. 108). A função da divisão do trabalho social cria nos homens uma dependência pela especialização do outrem e nesse sentido, a coesão social é gerada pela dependência da função que cada um desempenha na sociedade: a diferenciação une os homens em sociedade, pois “De fato, de um lado, cada um depende tanto mais estreitamente da sociedade quanto mais dividido for o trabalho nela, e de outro, a atividade de cada um é tanto mais pessoal quanto mais for especializada” (DURKHEIM, 1999, p. 108).

Para o autor, a sociedade “[...] é um sistema de funções diferentes e especiais que unem relações definidas” (DURKHEIM, 1999, p. 106), logo, a sociedade é um todo harmônico em que cada indivíduo tem sua função específica para a manutenção da ordem social, ou seja, num organismo, cada órgão tem sua função e a solidariedade entre esses órgãos garante a coesão do organismo, o mantém vivo¹⁵⁴. Por esse motivo, a coesão social analisada por Durkheim, nas sociedades superiores, é resultado de uma solidariedade orgânica, em função da divisão do trabalho social, pois aqui,

a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo em que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios. Essa solidariedade se assemelha à que observamos entre os animais superiores. De

¹⁵⁴ Destacamos aqui, o papel da “moral” na questão social, que para Durkheim, não é econômica. Quando o autor considera as anormalidades e as desigualdades, atribui estas, a falta de intercâmbio entre as pessoas, ou seja, o isolamento (divisão do trabalho social com anomalias). Por meio do isolamento, o indivíduo não desenvolve a consciência moral. A atividade econômica necessita da moral, esta, desenvolvida pelas “corporações”, cuja função social é o estabelecimento da solidariedade, a redução das injustiças (justificada pelas características individuais) e o interesse comum (DURKHEIM, 1999).

fato, cada órgão aí tem sua fisionomia especial, sua autonomia, e contudo a unidade do organismo é tanto maior quanto mais acentuada essa individuação das partes. Devido a essa analogia, propomos chamar de orgânica a solidariedade devida à divisão do trabalho (DURKHEIM, 1999, p. 108-109).

Para o IICA, a coesão social promovida pelas “corporações”, é elemento imprescindível para o desenvolvimento sustentável, porque garante que os esforços individuais serão capazes de aliviar a pobreza no campo, uma vez que o Instituto acredita que a pobreza nas áreas rurais é resultado, também, da vulnerabilidade da coesão social dos territórios rurais. A integração, propiciada por altos níveis de coesão social, permite que os Territórios do Desenvolvimento Rural Sustentável integrem-se à economia capitalista de maneira rentável. Compreende-se, neste caso, que a solidariedade orgânica *durkheimiana*¹⁵⁵ está presente nas formulações *iicaianas* sobre coesão social.

Nas formulações *iicaianas* sobre coesão territorial, o que percebemos é que o “enfoque territorial” ganhou uma dimensão estratégica tão importante quanto à coesão social, a partir dos anos 2000. Vimos no Capítulo 1 desta pesquisa, que a Reforma Agrária no Brasil não foi implementada por nenhum governo ao longo desses mais de cinco séculos, apenas, algumas medidas, pontuais e conflituais, foram adotadas, como movimento de contra-reforma agrária no país. Logo, a partir dos anos 2000, por meio da influência de várias Organizações Internacionais¹⁵⁶, principalmente, o IICA, a “questão agrária”, que perpassa todo o desenvolvimento histórico do Estado brasileiro, ganhou uma nova face frente aos conflitos de acesso a terra.

Assim, defendemos nesta pesquisa, que o “enfoque territorial” da proposta de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA, em parceria com o Estado brasileiro, constitui-se na mais nova contra-reforma agrária instituída no país, por meio de projetos, programas e políticas públicas. Segundo Geraldi (2012, p. 163), “Sob a égide do desenvolvimento, troca-se a conflituosa questão agrária pela consensual questão do desenvolvimento [...]”, este, territorial. Lembremos, que essa proposta direciona-se apenas aos pequenos produtores rurais, uma vez que o latifúndio continua crescendo pela via do agronegócio.

¹⁵⁵ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir ao pensamento do sociólogo Émile Durkheim.

¹⁵⁶ Geraldi (2012), aponta algumas Organizações Internacionais que seriam responsáveis pela operacionalização das propostas de desenvolvimento territorial rural em nível mundial, a saber: FIDA; Banco Mundial; FAO; IICA; CEPAL; Instituto Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social - ILPES; Agência Alemã de Cooperação Técnica - GTZ.

Compreendemos, que o “enfoque territorial” das propostas de desenvolvimento para as pequenas áreas rurais brasileiras, IICA-Brasil, fragmenta a luta de classes no campo, substituindo categorias orgânicas e estruturais, por categorias culturalistas. Explicamos. Por meio do “enfoque territorial”, os conflitos entre latifundiários *versus* pequenos agricultores e sem terras, “desaparece”, cedendo espaço às comunidades locais, grupos e territórios. A substituição da “questão agrária” estrutural pelo “enfoque territorial”, fragmenta a luta da classe trabalhadora no campo, uma vez que os movimentos contestatórios passam a incorporar em suas reivindicações o consenso construído pelo capital, reivindicando apenas os direitos da comunidade local, do grupo e do território. Ou seja, a bandeira de luta reivindicada dentro da ordem.

Segundo Lima (2013),

O apelo ao conceito de desenvolvimento territorial e, por conseguinte do território, torna-se uma tônica predominante, que parece garantir a superação da concepção setorial e exógena de desenvolvimento e ao mesmo tempo abranger a complexa dinâmica social. Assim, incorre-se num sério risco de *sobrevalorização do conceito* [...] (LIMA, 2013, 7, *grifo nosso*).

Essa sobrevalorização da categoria, distancia a luta da sua base material, ou seja, das suas categorias orgânicas. Teixeira da Rocha e Filippi (2007), apontam que categorias como equidade, sustentabilidade e empoderamento¹⁵⁷ são os princípios do “enfoque territorial”. Princípios estes, consolidados como bandeira de luta a partir do consenso construído pelo capital, nos anos 1990, e que a classe trabalhadora apropria-se de forma acrítica. Lembremos, que esses princípios estão presentes nas reformas neoliberais empreendidas nos Estados Nacionais e que as “recomendações” de Organizações Internacionais direcionam a formulação de políticas voltadas para a garantia desses “direitos”, e apenas desses.

Exemplo disso, são as “recomendações” materializadas nas políticas com “enfoque territorial” no Brasil, implementadas a partir da Reforma do Aparelho do Estado (1995), onde o movimento de descentralização da escala nacional para a escala local culminou na municipalização e intermunicipalização (comunidades locais, grupos, territórios) das

¹⁵⁷ Segundo Geraldi (2012, p. 178, *grifo nosso*), “[...] o empoderamento tem como resultado a consolidação de um sistema de governo (instituições que são empoderadas) desvinculado da população (indivíduos não mobilizados), que passa a ser vista como simples público-alvo de política públicas. Em vez da autogestão, o resultado seria *capacitar* organizações locais para levarem a cabo as diretrizes definidas pelo MDA”.

políticas públicas, delegando responsabilidades de um lado (para os municípios e territórios) e desresponsabilidades de outro (Estado/União) (BRASIL, 1995; GERALDI, 2012).

Segundo Geraldi (2012), as políticas de desenvolvimento territorial, implementadas pelo MDA, provocam uma espécie de “despolitização do desenvolvimento”, uma vez que aprofundam as relações capitalistas no campo com uma versão humanizada de desenvolvimento rural. Nesse sentido, compreendemos que a *coesão territorial*, proposta pelo IICA, tem como objetivo estratégico, essa despolitização, uma vez que provoca a cooptação dos movimentos sociais no campo em torno de um pacto: o pacto territorial. Ao mesmo tempo, que provoca a despolitização do desenvolvimento, por meio do “enfoque territorial”, o Estado institucionaliza regiões e espaços sociais, melhorando a eficiência do controle e da integração.

2.4 Marco Metodológico do IICA: como o Instituto implementa seus discursos?

A partir do marco conceitual do IICA, explicitado no item 2.3, faz-se importante destacar o marco metodológico do Instituto para o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Neste item, pretendemos demonstrar como o IICA age para efetivar sua concepção de desenvolvimento voltado para as áreas rurais, ou seja, a sua metodologia de planejamento para o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial.

Como o IICA atua no Brasil por meio da CT, ou seja, pela transferência de tecnologias, conhecimentos e experiências que possuem aplicação prática, em bases não comerciais, é preciso salientar que o Instituto materializa sua concepção de desenvolvimento rural por meio da elaboração de planos e estratégias, locais e regionais, de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. O objetivo do IICA com os planos é [...] conciliar as aspirações da população com o que é viável tecnicamente. Há, portanto, um esforço permanente de ação/reflexão/ação [...]” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 27).

A elaboração e a implementação dos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, orienta-se por cinco postulados¹⁵⁸ *iicaianos*, a saber: o primeiro, educação para a cidadania; o segundo, articulação do processo técnico e político; o terceiro, valorização do processo e do produto; o quarto, enfoque sistêmico; e o quinto, visão estratégica (MIRANDA; MATOS, 2002).

O primeiro postulado, da educação para a cidadania,

[...] reconhece as pessoas como protagonistas do processo de desenvolvimento, dotadas de *capacidades* para gerar bens econômicos e culturais, exercer o poder político e desfrutar do bem-estar social. Tudo isso é possível na medida em que sejam estimuladas por *práticas educativas* que ampliem seus horizontes de liberdade, a partir dos territórios rurais em que vivem (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 23, *grifo nosso*).

Percebe-se neste postulado, que a formação de capacidades, por meio de práticas educativas, é uma estratégia para alcançar o desenvolvimento almejado pelo IICA para as áreas rurais brasileiras. Por esta razão, no Capítulo 3 desta pesquisa, é discutida a concepção de educação do IICA, como tentativa de compreender a relação desenvolvimento-educação pretendida pelo e para o capitalismo nas pequenas áreas rurais do Brasil.

Para o IICA, as práticas educativas devem favorecer a troca de “saberes”¹⁵⁹ entre os atores sociais¹⁶⁰ de um determinado território e devem desenvolver a “capacidade de

¹⁵⁸ Um postulado é um princípio que é aceito por todos, mas que não pode ser demonstrado, ou seja, é uma ideia reconhecida como verdade, uma premissa, mas que não se torna evidente por si mesma. Um postulado é utilizado para criar um consenso inicial sobre alguma teoria que necessite ser aceita. Neste caso, os postulados *iicaianos* são utilizados para que se aceite um determinado paradigma de desenvolvimento para as áreas rurais.

¹⁵⁹ Nos documentos do IICA, a categoria “saber” é mais utilizada do que a categoria “conhecimento”. Essa observação será analisada no Capítulo 3 desta pesquisa, uma vez que a valorização da sabedoria em detrimento do conhecimento tem sérias implicações para a educação como prática emancipatória.

¹⁶⁰ “Atores será usado para caracterizar os indivíduos participantes, os sujeitos das ações, os protagonistas. As vezes pode ser uma entidade, porém, que não represente interesses sociais. Por sua vez, atores sociais é uma categoria de análise, constituída de grupos de interesses que podem ser considerados, com algumas limitações, homogêneos, de acordo com a classe social a que pertencem, possuem identidades e visão de mundo próprias, intervindo na sociedade, ativa ou passivamente, na defesa de seus interesses econômicos, políticos e sociais. Esses atores são as instituições públicas e privadas, os partidos políticos e as organizações do terceiro setor (HUDSON, 1995). As ONGs não são consideradas como atores sociais, por representarem “uma racionalidade técnica e não interesses sociais” (Buarque, 1998, p. 28), na sua maioria” (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 17-18). Segundo Teixeira da Rocha e Filippi (2007, p. 6), “Atores sociais são os membros reconhecidos pelas comunidades locais e territoriais que ‘atuam’ em nome de grupos e segmentos sociais que a compõem. São também os representantes mandatários de entidades públicas e privadas, do Poder Público e da sociedade civil, desde que assumam posição ativa na comunidade”.

aprender a aprender” (um dos pilares *delorsianos*¹⁶¹) no ator social do desenvolvimento. Segundo Geraldi (2012), as políticas territoriais de desenvolvimento são orientadas por uma “tecnicidade do agir” (IICA, 2005c; MIRANDA; MATOS, 2002; SILVA, 2008).

A educação para a cidadania é umas das estratégias para o desenvolvimento sustentável do IICA, pois é preciso criar nos atores sociais do desenvolvimento a capacidade de adquirir direitos e contrair deveres: civis, políticos e sociais.

O *segundo postulado*, da articulação do processo técnico e político, refere-se ao modelo de planejamento participativo e descentralizado adotado pelo IICA, que teria dois momentos de realização: o da “natureza técnica” e o da “natureza política”. A “natureza técnica” dos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial,

[...] considera o planejamento como parte de um processo ordenado, sistemático, que se apoia em conhecimentos científicos e está radicalmente condicionado à utilização de técnicas de organização, sistematização e hierarquização de variáveis relevantes da realidade planejada (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 24).

Já a “natureza política”,

[...] decorre do fato de que toda decisão e definição de objetivos passa por múltiplos e diversificados interesses e, portanto, envolve conflitos e requer negociações entre atores sociais. Trata-se de processo dialético inerente ao método participativo, ascendente e descentralizado de planejamento (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 24).

A combinação dos elementos, técnicos e políticos, contribuem na visão do Instituto para a sustentabilidade governamental e política do plano, pois “[...] a cada momento, tem-se que negociar as aspirações da comunidade com as possibilidades econômicas, tecnológicas e ambientais” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 39).

Compreendemos que nesse segundo postulado, as ideias de um planejamento participativo e descentralizado evoca o enfadonho discurso da “gestão social”. No interior do MDA, as políticas de desenvolvimento rural com enfoque territorial, têm dado ênfase à gestão social, afirmando que se trata de um

¹⁶¹ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir ao pensamento de Jacques Delors (1925), no documento intitulado “Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI”.

[...] processo através do qual o conjunto dos atores sociais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento, mas sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a mobilização desses agentes e fatores locais até a implementação e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação de políticas e projetos. Gestão social implica, assim, um constante compartilhamento de responsabilidades pelos destinos do território (BRASIL, 2005b, p. 10).

Para Geraldi (2012), a gestão social praticada por essas políticas, tem como objetivo controlar a participação dos atores sociais no momento da execução e delegar a esses, a responsabilização pelo processo. O que podemos observar mais objetivamente no terceiro postulado.

O *terceiro postulado*, sobre a valorização do processo e do produto, refere-se ao processo enquanto a fase do planejamento e o produto sendo o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Para o IICA,

A metodologia de planejamento participativo tem como desafio mobilizar as organizações da sociedade e as instituições públicas em torno de objetivos e prioridades estratégicas, que se consubstanciarão em um plano cuja convergência de interesses deve ser alcançada com a observância do pressuposto anterior (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 25).

O *quarto postulado*, do enfoque sistêmico, trabalha a questão da totalidade territorial, sendo ela considerada, a base de planejamento do desenvolvimento. Este enfoque é visto como um recurso para a análise e elaboração de proposições de desenvolvimento. Para o Instituto, o enfoque sistêmico, seria capaz de superar a visão assentada somente na escala geográfica, uma vez que permite compreender o território enquanto totalidade. A categoria “totalidade”¹⁶², nos documentos do IICA, é sinônimo de sistêmico, que tem origem na Teoria Geral dos Sistemas e é forjada para resolver questões administrativas das empresas. A ideia de um todo organizado, formado por um conjunto de partes é muito diversa da categoria “totalidade”, no sentido *marxiano*, este, dialético,

¹⁶² Para Lukács (1948, p. 12 *apud* BOTTOMORE, 2001, p. 381), “A concepção dialético-materialista da totalidade significa, primeiro, a unidade concreta de contradições que interagem (...); segundo, a relatividade sistemática de toda a totalidade tanto no sentido ascendente quanto no descendente (o que significa que toda a totalidade é feita de totalidades a ela subordinadas, e também que a totalidade em questão é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade superior...) e, terceiro, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter de totalidade de toda totalidade é mutável, desintegrável e limitado a um período histórico concreto e determinado”.

dinâmico, mutável. Para Marx (CIAVATTA, 2001, p. 123), “[...] a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem” (MIRANDA; MATOS, 2002).

O *quinto postulado iicaiano* discute a visão estratégica, de longo prazo, capaz de garantir a sustentabilidade por meio de ações estruturantes e emergenciais. As primeiras, garantem o estilo de desenvolvimento a ser adotado e geralmente são de longo prazo, as emergenciais, atendem às necessidades de curto prazo. Segundo o IICA, deve haver a combinação das duas ações na visão estratégica para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais (MIRANDA; MATOS, 2002).

No conjunto, os cinco postulados *iicaianos* reúnem um arcabouço linguístico neoliberal, que evoca a educação para a cidadania, o planejamento participativo e descentralizado e a visão sistêmica. Observamos que esses mesmos postulados são incorporados como princípios, pelo Governo Federal, a partir de 2005, nas políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, políticas essas, que contaram com a CT do IICA¹⁶³ (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2005b; TEIXEIRA DA ROCHA; FILIPPI, 2008).

A partir da definição dos cinco postulados *iicaianos* para a elaboração e a implementação dos Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, o Instituto desenvolveu uma metodologia que é viabilizada por dez etapas, que têm como preocupação central a adequação às especificidades territoriais.

A *primeira etapa*, ocorre por meio da organização das equipes técnicas de trabalho, de acordo com as seis dimensões da sustentabilidade do IICA, discutidas no item 2.2, a saber: a ambiental, a econômica, a tecnológica, a social, a político-institucional e a cultural. As equipes são formadas por técnicos de instituições públicas, privadas e não-governamentais e são responsáveis pela condução e articulação do processo de

¹⁶³ Nesta pesquisa, não tínhamos como objetivo analisar os princípios *iicaianos* contidos em projetos, programas e políticas do Governo Federal, no entanto, a partir das fontes primárias e secundárias utilizadas para compor a análise, fomos encontrando um número cada vez maior de documentos oficiais que contam com o arcabouço teórico-metodológico do Instituto. “Como forma de suporte às suas ações, a SDT/MDA mantém acordo de cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que disponibiliza uma série de serviços técnicos especializados segundo objetivos convergentes aos da secretaria. Através desses serviços é operada uma rede de consultores nacionais e territoriais que atuam em diversas áreas segundo termos de referência específicos” (BRASIL, 2005b, p. 26).

desenvolvimento no território. O *treinamento* da equipe técnica é feito pelo IICA, por meio de especialistas do Instituto (MIRANDA; MATOS, 2002).

Nesta primeira etapa, observamos que a padronização e a formação do consenso sobre o modelo de desenvolvimento rural a ser implementado no Brasil, nas pequenas áreas rurais, é o modelo preconizado pelo IICA e que sua disseminação ocorre por meio de cursos de capacitação, ofertados pelo Instituto em parceria com o Governo Federal. Veremos, no Capítulo 3, que a capacitação é uma forma eficiente e eficaz de construir consensos.

A *segunda etapa*, ocorre com a definição, “[...] em função das características políticas e culturais de cada território [...]”, das instâncias de deliberação¹⁶⁴ e acompanhamento do plano (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 27). As instâncias de deliberação podem ser de natureza política, de acompanhamento e/ou de atuação técnica. Esta etapa, compartilha a responsabilidade pela gestão da execução do plano de desenvolvimento no território, após a elaboração do documento-plano. A organização gestora do plano no território, “[...] é constituída por representantes de todas as comunidades e está estruturada em grupos temáticos e equipe coordenadora”. O grupo temático é responsável por garantir que as necessidades específicas de cada comunidade sejam contempladas no plano do território e a equipe coordenadora tem o papel de aproximar o diálogo do território com os poderes públicos (municipal, estadual e federal) (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 28).

Segundo Teixeira da Rocha e Filippi (2008) e Geraldi (2012), a partir de 2003, no Brasil, houve uma investida da SDT/MDA, para estabelecer e fortalecer as instâncias de gestão do desenvolvimento territorial, em nível nacional, estadual e municipal. O objetivo dessas instâncias é fortalecer a organização dos atores sociais em torno de propostas de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial, aliviando a pobreza de um lado e, garantindo a sustentabilidade de outro.

Na *terceira etapa*, ocorre o dimensionamento e a qualificação do capital social existente no território. Faz-se imprescindível para o IICA, reconhecer as estruturas sociais

¹⁶⁴ Para o IICA, “O sucesso do processo de planejamento e de gestão de planos de desenvolvimento sustentáveis será tanto maior quanto mais fortes sejam as organizações de base. Como corolário, aprendeu-se que é necessária, mas não suficiente, a criação de instâncias deliberativas formais, a exemplo de conselhos e fóruns. Quanto maior for o adensamento das organizações de base e sua representação nas instâncias deliberativas, maior será a possibilidade de permanência destas no tempo, e melhores os resultados alcançados” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 40).

e políticas existentes no território, a fim de poder quantificar e qualificar o capital social existente, que seja capaz de promover e/ou ameaçar o plano de desenvolvimento a ser elaborado e implementado. Para o IICA, “É necessário criar um ambiente favorável ao desenvolvimento, o que se traduz, pelo menos, na vontade de buscá-lo enquanto desafio coletivo, possível de ser alcançado”, e para isso, o reconhecimento do capital social é uma etapa importante desse processo (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 29).

Notamos nesta etapa, que a cooptação do coletivo é primordial para o IICA, pois reconhecer as potencialidades e/ou as ameaças do capital social, garantem a eficiência do desenvolvimento do território. No Capítulo seguinte, discutimos a categoria de capital social e qual a sua contribuição nos processos de desenvolvimento.

A *quarta etapa*, promove a sensibilização e a recuperação da auto-estima das comunidades pobres dos territórios. É o momento autoajuda *icaiano*. O IICA compreende, que é necessário recuperar a auto-estima dessas populações para que elas adquiram autonomia suficiente para gestar o desenvolvimento comunitário: para que se esforcem em promover o desenvolvimento do território onde vivem (leia-se: responsabilização dos sujeitos). Segundo o IICA,

A sensibilização é de suma importância para o desenvolvimento de todo o trabalho a ser realizado na comunidade. É preciso que todos – homens, mulheres, crianças, jovens e idosos – compreendam a importância de participarem nas atividades cotidianas, se não com tarefa diária, mas com algum tipo de contribuição (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 74).

Com o objetivo de sensibilizar os atores sociais das comunidades carentes, o IICA criou quarenta dinâmicas motivacionais¹⁶⁵. Para o IICA, “As dinâmicas ajudam na medida

¹⁶⁵ No caso do IICA, cria-se uma série de dinâmicas para propiciar a motivação nos atores sociais do desenvolvimento almejado pelo Instituto, a saber: 1) dinâmica da “colagem da fotografia”; 2) dinâmica da “raiz da vida e/ou pau da vida”; 3) dinâmica da “teia”; 4) dinâmica do repolho/cebola”; 5) dinâmica da “palavra forte”; 6) dinâmica da “minha cara agora”; 7) dinâmica das “quatro perguntas”; 8) dinâmica dos “órgãos sensoriais”; 9) dinâmica do “painel coletivo”; 10) dinâmica do “tocando em frente”; 11) dinâmica do “quebra-cabeça”; 12) dinâmica das “pedras”; 13) dinâmica do “chulé alheio”; 14) dinâmica das “visitas domiciliares/entrevista com as famílias”; 15) dinâmica do “saco de balões”; 16) dinâmica das “figuras idênticas”; 17) dinâmica do “brilho anterior”; 18) dinâmica da “dramatização para mostrar casos da realidade”; 19) dinâmica das “fotografias”; 20) dinâmica da “seca”; 21) dinâmica da “letra da música”; 22) dinâmica da “caminhada transversal (*transects walk*)”; 23) dinâmica da “vida e da paisagem”; 24) dinâmica da “resolução de conflito: andando com o sapato do outro”; 25) dinâmica da “linha do tempo”; 26) dinâmica das “histórias de vida”; 27) dinâmica do “homem forte, mulher fraca?”; 28) dinâmica do “mapeamento dos recursos e das atividades na perspectiva de gênero”; 29) dinâmica do “mapa das relações sociais”; 30) dinâmica do “caindo do céu”; 31) dinâmica do “saco d’água”; 32) dinâmica da “idade da vida”; 33) dinâmica da “árvore de problemas”; 34) dinâmica do “painel de priorização”; 35) dinâmica do “relaxamento”; 36)

em que dão oportunidade para que se vivenciem situações concretas que levam à reflexão sobre si mesmos, suas atividades, suas potencialidades e seus problemas” (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 74).

Compreendemos, que o papel ideológico dessas dinâmicas motivacionais é delegar aos sujeitos a responsabilidade pelo sucesso e/ou pelo fracasso dos processos de desenvolvimento rural sustentável dos territórios em que vivem. As dinâmicas motivacionais surgem com a cultura organizacional das empresas, nos anos 1990, com o objetivo de motivar os trabalhadores a serem mais eficientes e assim, a empresa, ter melhores resultados. Um trabalhador motivado produz mais e melhor.

A motivação laboral é uma das áreas em pesquisa e gestão de recursos humanos, que tem sido sempre orientada por uma abordagem positiva e humanizadora do ambiente de trabalho, procurando encontrar caminhos para ajudar o trabalhador a satisfazer as suas necessidades no trabalho e a se realizar profissionalmente nele. As teorias motivacionais podem ser entendidas como uma tentativa incessante e progressiva para identificar fontes de prazer que o trabalhador encontra ou pode encontrar no seu ambiente de trabalho. Essas fontes parecem encontrar-se no próprio trabalhador, no ambiente de trabalho e na interação entre os dois (TAMAYO; PASCHOAL, 2003, p. 33).

A *quinta etapa*, referente à consulta a sociedade, mostra que o modelo de planejamento do plano de desenvolvimento rural sustentável do IICA deve ser de “baixo para cima”, contando com a participação da sociedade¹⁶⁶. “Parte da menor unidade geográfica considerada até atingir a totalidade do território” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 30).

Esta etapa, de mobilização da sociedade, organiza-se por meio de oficinas de trabalho. Primeiramente ocorre uma oficina de trabalho, de nível local, com os objetivos de informar, sensibilizar e iniciar a elaboração do plano de desenvolvimento sustentável do território, depois, em outra oficina de trabalho, também de nível local, com grupos organizados conforme as dimensões do desenvolvimento sustentável do IICA, objetiva-se identificar, indicar e construir as estratégias para o desenvolvimento sustentável do

dinâmica da “tempestade de ideias”; 37) dinâmica do “papel amassado”; 38) dinâmica do “espelho”; 39) dinâmica do “que bom...que pena...que tal”; e 40) dinâmica da “avaliação sintética” (FURTADO; FURTADO, 2000).

¹⁶⁶ Segundo avaliação do IICA, “A participação real, efetiva, envolvendo o conjunto dos atores sociais e suas organizações, é um processo complexo, demorado, que exige amadurecimento. Apresenta um custo significativo que deve ser entendido como um investimento político para a *formação de cidadania, de capital social, de empoderamento dos atores sociais* e de legitimidade das ações públicas futuras” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 39, *grifo nosso*).

território. Posteriormente, ocorrem reuniões com os representantes eleitos pelos comunitários locais, em nível geográfico superior ao local, com os objetivos de analisar, consolidar, delinear e apreciar as propostas de desenvolvimento sustentável discutidas no nível local. Observa-se aqui, um controle permanente do processo “democrático” de planejamento (MIRANDA; MATOS, 2002).

Na *sexta etapa*, de avaliação do estado da arte do conhecimento técnico-científico, a equipe técnica assume a função de sistematizar e organizar os dados sobre a realidade do território conforme as seis dimensões da sustentabilidade *iicaiana*. Esse acervo servirá para subsidiar a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque territorial (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 32).

Na *sétima etapa*, ocorre a realização de entrevistas estruturadas e *delphos* político¹⁶⁷, por meio das quais a equipe técnica obtém informações para a elaboração do plano e “[...] busca a participação de personalidades capazes de propiciar uma visão estratégica e de futuro do território, identificando e qualificando as ameaças¹⁶⁸ e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do mesmo” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 33).

Na *oitava etapa*, acontece a análise de consistência técnica do plano. Nesta etapa, ocorre a análise dos elementos existentes na abordagem agregada, que analisa a totalidade dos elementos territoriais, e na abordagem por dimensões, que analisa as seis dimensões da sustentabilidade territorial, ambas as abordagens são consideradas, pelo IICA, congruentes e complementares para a elaboração e a implementação do plano.

Na abordagem agregada, “[...] compreende-se os condicionantes do contexto, identificando as oportunidades e as ameaças exógenas e as potencialidades e os estrangulamentos endógenos, de cujo confronto são definidas as grandes prioridades e as opções estratégicas” (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 34).

Já a abordagem por dimensões,

¹⁶⁷ Um processo de reflexão coletiva sobre um determinado assunto, em que os participantes não se encontram ou dialogam entre si, apenas conhecem o pensamento dominante do grupo por meio de relatórios sistematizados pela equipe técnica (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 33).

¹⁶⁸ Interessante observar que o IICA utiliza a palavra “ameaça” para se referir as atitudes e/ou situações que não são coerentes com a sua proposta de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque territorial. As ameaças, portanto, podem ser tanto a pobreza, como os ideais que pensam a solução da pobreza fora da ordem, ou seja, que pensam a solução para a pobreza com um modelo de sustentabilidade pautado em uma sociedade não-capitalista e/ou socialista.

[...] limita-se à análise endógena e procura compreender os problemas e as potencialidades, a partir das quais se estruturam as iniciativas e as opções necessárias ao desenvolvimento, contribuindo para a definição dos programas que considere a pluriatividade existente no meio rural e que mostre o enfoque multidimensional, participativo, impulsionado pelas institucionalidades existentes, articuladas por vínculos de cooperação e complementaridade entre agentes e atores (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 34).

Na *nona etapa*, da metodologia do IICA para a elaboração e a implementação do plano, ocorre a preparação do documento síntese de todo o processo desenvolvido até o momento. O documento do plano é redigido em três momentos: no primeiro momento, a equipe técnica fica responsável por elaborar um diagnóstico territorial que será discutido pelos representantes do território escolhidos na quinta etapa deste processo; no segundo momento, a equipe técnica, após as discussões sobre o documento elaborado, incorpora as sugestões dos representantes do território; e, no terceiro momento, após a equipe técnica ter incorporado as sugestões, o documento volta a ser discutido, apresentando-se como a versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, com Enfoque Territorial (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 34-35).

Na *décima e última etapa*, ocorre a apresentação e entrega do plano ao território. A partir de então, a implementação do plano ocorre mediante a instância gestora definida na *segunda etapa* do processo de elaboração do plano (MIRANDA; MATOS, 2002, p. 35).

Observamos que a implementação da concepção *iicaiana* de Desenvolvimento Rural Sustentável, com Enfoque Territorial perpassa um longo e demorado processo de elaboração, discussão e implementação. Nos PCT-IICA-Brasil, essa metodologia é utilizada, para garantir que a materialização das concepções *iicaianas* aconteça. Nos chama atenção nessas etapas, o controle exercido pelo Instituto e nesse sentido, concordamos com Geraldi (2012), de que por meio da institucionalização e da padronização do desenvolvimento territorial, o Estado exerce maior controle sobre as pequenas áreas rurais.

As políticas territoriais tentam definir [...] um planejamento que ressalta a condição de *disciplinar* o cidadão, *normatizar* e *padronizar* a realidade, inserindo as pessoas em uma realidade que pode ser *controlada* pelo Estado. Este movimento é resultado da utilização de instrumentos de planejamento econômico, como é o caso das políticas de desenvolvimento territorial, que ao tentar alocar os meios de produção no território, o faz de forma tecnicista e racionalista, porém, diferente do que faz parecer, nunca de forma apolítica (GERALDI, 2012, p. 157, *grifo nosso*).

A seguir, no item 2.5, discutimos a ideologia contida na proposta de desenvolvimento do IICA para as áreas rurais brasileiras, esta, assentada na categoria “desenvolvimento sustentável”.

2.5 Desenvolvimento Sustentável: a ideologia verde do capitalismo no Século XXI

Ao longo deste Capítulo 2, centramos as investigações e discussões em torno das concepções de desenvolvimento para as áreas rurais brasileiras, disseminadas pelo IICA. Vimos, que a partir dos anos 2000, o Instituto opta por trabalhar com a concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial.

No item 2.1, procuramos construir historicamente a categoria desenvolvimento sustentável, identificando suas origens econômicas (crise dos “anos dourados” do capitalismo), políticas (fim da era *keynesiana*), sociais (desregulamentação do trabalho – terceirizações) e ideológicas (humanização da sociabilidade capitalista). Neste item, temos como objetivo discutir criticamente esta categoria, que o IICA utiliza em seus PCT com o Brasil.

Primeiramente, pensamos ser importante iniciar a discussão crítica da categoria desenvolvimento sustentável, expondo a assertiva que guiou os processos de investigação e exposição desta pesquisa: de que no modelo de produção e sociabilidade capitalista não é possível conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente. Compreendemos, que nesse modelo de sociedade, a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente é inversamente proporcional, na medida em que para produzir o primeiro, o segundo é degradado em escalas muito superiores, pois, a reprodução sociometabólica do capital depende da destruição e do desperdício em larga escala da natureza. Portanto, destruição do próprio ser humano, dado que o salto ontológico do ser social centra-se na categoria fundante que é o trabalho¹⁶⁹, este, uma relação entre os homens¹⁷⁰ e a natureza. Sem esta última, não há ser humano. Mészáros (2007, p. 235), explicita essa relação inversamente

¹⁶⁹ Sobre o trabalho em sentido ontológico, Marx (2013, p. 120), nos explica que, “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.

¹⁷⁰ Nesta pesquisa, optamos por utilizar homem e/ou homens para referir-se ao gênero humano, o ser social. No entanto, não estamos negando a importância dos estudos feministas e/ou de gênero, que se referem ao gênero humano sempre com os termos linguísticos mulheres e homens.

proporcional, quando diz que “[...] sob as condições do controle sociometabólico do capital, neste estágio presente de desenvolvimento, todo *potencial produtivo* é também simultaneamente *potencial destrutivo* ameaçador” (LESSA, 1996; MÉSZÁROS, 2007).

Se a assertiva de que não é possível, neste modelo de sociedade, conciliar desenvolvimento econômico e meio ambiente é verdadeira, concreta, dado que consumir é destruir, podemos afirmar que sua essência é insustentável, logo, no que reside a sustentabilidade da categoria desenvolvimento sustentável? Para Batista (2013, 2014), a Teoria da Sustentabilidade é sustentável apenas para a manutenção do capitalismo, pois a função ideológica desta categoria é humanizar a sociabilidade capitalista, na medida em que reificam-se¹⁷¹ as subjetividades sociais.

Segundo Batista,

A teoria da sustentabilidade representa a teoria ou modelo organizacional que marca o século XXI, como uma nova tentativa de reestruturação produtiva do capital em busca de novas fontes de acumulação para garantir sua conservação traduzindo-se como *mais uma das formas de ideologia capitalista*, na qual o gerenciamento das contradições do capital e o apaziguamento da luta de classes se fazem necessários para a reformulação e extensão dos limites da base material-orgânica que suporta a reprodução deste modo de sociabilidade (BATISTA, 2014, p. 16, *grifo nosso*).

A autora explicita, que “a insustentável teoria da sustentabilidade” foi forjada no momento de reestruturação produtiva e social do capitalismo, nos finais do Século XX, e que foi no início do Século XXI, que essa teoria se afirmou como o novo modelo organizacional e de gerenciamento da produção e da força de trabalho (um hibridismo entre os regimes de acumulação *taylorismo-fordismo-toyotismo*), apresentando-se como um “capitalismo verde”, social e ambientalmente responsável (BATISTA, 2013, 2014).

Segundo Batista (2013, 2014), a teoria da sustentabilidade sustenta-se por meio de três pilares, a saber: o desenvolvimento sustentável, a governança corporativa e a responsabilidade social empresarial. Pilares estes, que conduziriam as discussões ambientais sobre a escassez de recursos naturais, do campo do “politicamente correto” para

¹⁷¹ Reificar é tratar alguém como coisa. O ser social sofre constante processo de reificação no modo de produção capitalista, pois a “forma-mercadoria”, que valoriza o valor de troca em detrimento do valor de uso, permeia todas as relações sociais. O homem não se vê como produtor e se coloca na mesma condição do produto, da mercadoria, assim, a relação entre produto e produtor é fetichizada por uma “forma fantasmagórica” que reifica as relações sociais (MARX, 2013).

o “politicamente estratégico”, ou seja, o desenvolvimento sustentável constitui-se em uma categoria estratégica do capital, para sua manutenção e reprodução no seio da sociedade.

Batista (2013, p. 64), afirma que existe um “[...] discurso evangelizador da economia verde [...]” e que esse discurso legitima a premissa de que seja possível reformar e humanizar o capitalismo, por dentro da ordem estabelecida. O IICA trabalha a serviço dessa visão de mundo, utilizando-se da “questão ambiental” para justificar a “nova onda” expansiva do capitalismo no meio rural. O consenso capitalista de sociedade é legitimado por meio do discurso do desenvolvimento sustentável, este, visão de mundo particular de uma classe social, que se torna universal pelas inúmeras mediações do capital. A hegemonia, portanto, do desenvolvimento sustentável, nada mais é do que a “pseudoconcreticidade” sobre a relação homem-natureza, constituindo-se em uma falsa identidade e uma falsa alternativa.

Para Kosik (2002), a pseudoconcreticidade¹⁷² é o mundo das formas fenomênicas, das aparências superficiais, do senso comum e não corresponde à realidade, à essência do fenômeno. Nesse sentido, acreditamos que discurso da sustentabilidade *iicaiana* é uma pseudoconcreticidade, é um “[...] claro-escuro de verdade e engano”, que penetra nos projetos, programas e políticas do Governo Federal para as áreas rurais brasileiras (KOSIK, 2002, p. 15).

Como estratégia de “alívio da pobreza” nas áreas rurais e crescimento econômico do setor primário, o desenvolvimento sustentável cumpre sua função ideológica, contribuindo à autopreservação do sistema, “Pois a preocupação real do capital só pode ser sua própria expansão sempre ampliada, mesmo se ela trouxer consigo a destruição da humanidade” (MÉSZAROS, 2007, p. 248). E essa expansão capitalista, com face sustentável, não pode garantir a continuidade, a longo prazo, dos recursos naturais e humanos, pois é sustentada por necessidades do mercado, que assumem a forma da “quantificação fetichista” do desperdício. A obsolescência programada das mercadorias coroa a vida útil não só dos produtos, mas também da humanidade.

Desta forma, Mézáros (2007, p. 237) alerta-nos para a atividade produtiva do capital, qualificando-a “[...] em uma forma *irracional* e absolutamente *irresponsável* de

¹⁷² Para Kosik (2002, p. 15), “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*”. Seria um mundo a ser destruído, segundo o autor, pois só considera os fenômenos em sua face externa (negando a essência), as manipulações (*praxis* fetichizada), as representações comuns (senso comum) e que valoriza somente os processos ahistóricos, naturalizados no tempo e no espaço.

economia”, uma vez que elimina a possibilidade histórica de desenvolvimento em longo prazo da existência humana. Um futuro insustentável, que é evocado como sustentável e irreversível, por meio da capacidade do capital se autoafirmar como “a forma final de governo humano”, o “ponto final da evolução ideológica da humanidade” e o “estado terminal de um processo histórico”, ou seja, o “fim da história”, como argumenta a pós-modernidade (FUKUYAMA, 1992).

Poderíamos classificar o IICA, portanto, como o arauto da sustentabilidade capitalista e também do seu contrário, da insustentabilidade, dado o poder produtivo e destrutivo do metabolismo do capital? Acreditamos que sim, pois sua criação e desenvolvimento, enquanto Organização Internacional, é historicamente vinculada aos interesses de uma classe (burguesia) e fração desta classe (a burguesia do agronegócio)¹⁷³.

Indagamos-nos, se Organizações Internacionais como o IICA, pertencentes a OEA, assim como aquelas pertencentes a ONU, e que trabalham ideologicamente como produtoras e reprodutoras do capital, constituir-se-iam no moderno príncipe *gramsciano* às avessas? Seriam esses, os organismos complexos que organizam a “vontade coletiva” para a manutenção da proclamada irreversibilidade capitalista?

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só poder ser um *organismo*; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma *vontade coletiva* reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é *o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais* (GRAMSCI, 2000b, p. 16, *grifo nosso*).

Para o intelectual italiano, o moderno príncipe apontado na citação é o “anunciador” e o “organizador” de uma “reforma intelectual e moral”, ou seja, o formulador de uma concepção de mundo, cujas bases epistemológicas e ideológicas diferem das de Organizações Internacionais como o IICA, objeto de estudo desta pesquisa. No entanto, acreditamos que essas Organizações Internacionais, como *partido político*

¹⁷³ Nesta pesquisa, admitimos que existam classes e frações de classe que compõem a sociedade. Nestas últimas, os interesses pertencem e estão alinhados com a classe orgânica a qual pertencem. Para Poulantzas (1975, p. 13-14), no modo de produção capitalista, são duas as classes sociais essenciais, e entende-se por classes sociais, os “[...] conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica”. Mas para além das duas classes sociais essenciais e em luta, existem as frações dessas classes. “A teoria marxista das classes sociais distingue igualmente *frações e camadas* de classe, segundo as diversas classes, a partir de diferenciações no econômico e no papel, todo particular, das relações políticas e ideológicas” (POULANTZAS, 1975, p. 25).

moderno às avessas, tendem a se tornar universais e totais, impedindo a formação de uma “vontade coletiva” orgânica da classe trabalhadora, nas palavras de Gramsci, de uma “vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 2000b).

Admitindo que o IICA constitua-se como o moderno príncipe *gramsciano* às avessas, questionamo-nos sobre a organicidade dos intelectuais dessa Organização Internacional. Como o “anunciador” e o “organizador” de uma “reforma intelectual e moral”, ou seja, como o formulador de concepções, compreendemos que o IICA escolhe para compor seus quadros de consultores, aqueles intelectuais, que possam forjar concepções de mundo, de sociedade, de homem, de desenvolvimento e de educação, que estejam a serviço do capital.

Gramsci (2000a), nos presenteou com uma elaboração teórica magnífica para pensar os intelectuais e a sua função social. O autor nos ajuda a compreender que cada grupo social, ou melhor, cada classe social, cria a “[...] sua própria categoria especializada de intelectuais”, rompendo com a possível neutralidade da função social que esses, desempenham em sociedade.

Compreendemos que o IICA, enquanto Organização Internacional vinculada ao capital, corrobora para forjar seu próprio *exército de intelectuais*, que tem como função social, construir consensos que garantam a sustentação e a reprodução do modelo societário capitalista. Os intelectuais do Instituto, portanto, constituem-se como intelectuais orgânicos da burguesia, que buscam, por meio de suas elaborações teóricas, exercer a função de hegemonia (GRAMSCI, 2000a).

Logo, os intelectuais que compõem o quadro de consultores do IICA, são os prepostos do grande partido que é o capital e constituem, desta forma, o poder *soft* na sociedade. Como prepostos, entendemos que são aqueles que representam e quem têm os conhecimentos dos fatos, pelo menos no movimento aparente dos fenômenos sociais. Segundo Gramsci (2000a),

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para

toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2000a, p. 21).

Nesta citação extraída da obra de Gramsci (2000a), sobre os “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”, observamos que o autor coloca os intelectuais, ao lado do poder *hard*, exercido pelo exército, polícia, etc. Nesse sentido, compreendemos o quanto é impositivo e violento o discurso do “desenvolvimento sustentável”, anunciado e organizado pelas Organizações Internacionais como o IICA. No entanto, como exercício do poder *soft*, os intelectuais devem ser formados, educados e capacitados para cumprirem suas funções de classe. Nesse sentido,

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de *elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos* (GRAMSCI, 2000a, p. 19, *grifo nosso*).

A escola teria essa função, de formação dos intelectuais orgânicos, no entanto, em específico sobre o IICA, observamos no decorrer do processo de investigação, que essa formação se dá em graus e espaços diferentes. Em primeiro lugar, no mais alto grau, estão os intelectuais do Instituto, que são os consultores, formados em diversas universidades do mundo (educação institucionalizada, educação formal) e responsáveis por criar as concepções de desenvolvimento e educação do IICA, e, em segundo lugar, em um grau inferior, como simples intelectuais de caráter divulgador, estão àqueles formados pelos cursos de capacitação (educação não-formal e/ou informal) ofertados pelos primeiros, os pequenos agricultores¹⁷⁴. Os primeiros, compõem o quadro de intelectuais orgânicos do capital, os segundos, compõem o quadro de reprodutores da hegemonia capitalista, ainda que, não façam parte da classe orgânica burguesa. Os primeiros, exercem a hegemonia, os segundos, são cooptados por ela, ainda que com resistências (GRAMSCI, 2000a).

Nesse sentido, no Capítulo 3 desta pesquisa, discutimos a concepção educacional do IICA elaborada pelos intelectuais orgânicos do Instituto e reproduzida, pelos pequenos

¹⁷⁴ Como forma de provocar o leitor, trazemos uma citação, que pensamos ser importante na construção do caráter contraditório das ações do IICA sobre os pequenos produtores rurais. “A atitude do camponês diante do intelectual é dúplex e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual e, em geral, do funcionário público, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se instintivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada” (GRAMSCI, 2000a, p. 23).

produtores rurais, numa tentativa, de estabelecer relações entre as propostas educacional e de desenvolvimento, para as áreas rurais brasileiras, a partir dos anos 2000, pelo IICA, em parceria com o Estado brasileiro.

Admitindo que o IICA constitua-se como o moderno príncipe *gramsciano* às avessas e que seus intelectuais são organicamente vinculados ao capital, nada nos parece tão vivo como o Príncipe, de Nicolau Maquiavel, ainda que escrito em 1513. Esta obra, permanece atual em se tratando do jogo político dos governantes sobre os governados. O Moderno Príncipe do capital, personificado em Organizações Internacionais como o IICA, atua no jogo internacional da economia e da política, exercendo influências na reforma intelectual e moral do capital. Acreditamos, portanto, que o IICA é um dos arautos da sustentabilidade da reprodução ampliada do capital, e o seu contrário: o arauto da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável assentado na perspectiva do capital, pois a contradição estrutural do capital é que sua expansão ilimitada é sua vida, mas também sua morte (BATISTA, 2013; MAQUIAVEL, 2010; MÉSZÁROS, 2007).

Acreditamos também, que o IICA, como o moderno príncipe às avessas, tem se expandido como um novo *think-tank* em todo o Continente Americano. Os chamados *think tanks* ou “centros de conhecimentos” são as instituições de caráter conservador que influenciam as políticas públicas no mundo, por meio da produção e difusão de conhecimentos considerados estratégicos, contribuindo para assentar a hegemonia capitalista (FONTES, 2015).

Think tanks são, portanto, organizações que se legitimam no exercício poder *soft*. Em poucas palavras, trata-se da habilidade de alcançar objetivos por meio da influência, ao invés da coerção. Originalmente cunhado no âmbito da Teoria das Relações Internacionais, na década de 1980, o termo refere-se às formas de poder baseadas em instrumentos de persuasão, em oposição aos meios de pressão que caracterizam o poder *hard* (poderio militar, sanções comerciais etc.). O emprego do poder *soft* está diretamente associado ao exercício do poder ideológico, que tem como principal instrumento a palavra, ou melhor, a expressão de ideias através da palavra (Nogueira, 2004¹⁷⁵). É por esta razão que o estudo da natureza e do papel dos *think tanks* remete à discussão sobre o lugar do intelectual na sociedade, ou melhor, sobre as relações entre intelectuais e poder, questão subjacente a qualquer tentativa de investigação do tema (DIAS-RIGOLIN; HAYASHI, 2011, p. 3).

¹⁷⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio. Os intelectuais, a política e a vida. In: MORAES, Dênis (Org.). Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.357-372.

Nesse sentido, compreendemos que a única preocupação, do que se afirma como o moderno príncipe às avessas e/ou o novo *think tank* nesta pesquisa, as Organizações Internacionais, é a expansão sempre ampliada da reprodução sociometabólica do capital. Portanto, a concepção *iicaiana* de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, amplamente divulgada como sendo uma “economia verde”, orientada pela Teoria da Sustentabilidade e assentada na categoria desenvolvimento sustentável é uma “pseudoalternativa”, uma “falsa oposição” e/ou uma “falácia tautológica” (BATISTA, 2013; MÉSZÁROS, 2007).

Logo, as ações do IICA direcionadas aos pequenos produtores rurais, por meio dos PCT com o Brasil, têm como objetivo apenas a correção parcial das desigualdades estruturais inerentes ao capitalismo, ainda que sua face se mostre emancipatória. E como “corretivos parciais”, as ações do IICA reforçam a “desigualdade substantiva” da sociabilidade capitalista no meio rural, inviabilizando, por meio da ideologia do desenvolvimento sustentável, a organização da classe trabalhadora por outra economia, essencialmente sustentável.

Neste sentido, problematizamos sobre os limites (reforma?) e as possibilidades (revolução?) dos movimentos sociais no campo¹⁷⁶. Seria possível utilizar categorias do projeto societário capitalista na tentativa de atingir um horizonte ideologicamente distinto daquele do capital? Compreendemos que categorias como “desenvolvimento sustentável” e “agroecologia” necessitam ser historicamente compreendidas, pois,

[...] não poder haver “corretivos parciais” emprestados do sistema do capital quando da criação e fortalecimento da ordem sociometabólica alternativa. As incompatibilidades parciais – para não mencionar as gerais – dos dois sistemas emergem da *incompatibilidade radical de suas dimensões de valor* (MÉSZÁROS, 2007, p. 253).

A única economia viável e essencialmente sustentável, só poderá existir quando uma ordem alternativa e historicamente sustentável, o socialismo, orientar sua produção de acordo com as necessidades humanas, esta sim, qualitativamente sustentável, a curto, a médio e a longo prazo. O valor de troca, aqui, tenderá a desaparecer e o único valor mensurável será o valor de uso para o ser social.

¹⁷⁶ Sugerimos ao leitor, como forma de ampliar a problemática apontada, a leitura da obra: LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 1999.

CAPÍTULO III

3 A CONCEPÇÃO EDUCACIONAL PARA AS ÁREAS RURAIS DO INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA

Este capítulo, tem como objetivos identificar e analisar a concepção educacional para as áreas rurais brasileiras, a partir dos anos 2000, do IICA, bem como, os pressupostos filosóficos e pedagógicos contidos nessa concepção.

Enquanto uma Organização Internacional vinculada à OEA e especializada em agricultura, o IICA materializa sua estratégia de construção de um consenso na América Latina e Caribe em torno da concepção de um modelo de Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, voltado para a manutenção e reprodução do capital, também por meio da educação.

Compreendida como o remédio para todos os problemas econômicos e sociais do meio rural brasileiro, a educação *iicaiana* tem como objetivos, “aliviar a pobreza” de um lado e do outro, garantir a “sustentabilidade” capitalista. Ambos os discursos do Instituto revelam, por meio dos seus *slogans*, a estratégia delegada à educação: de constituir-se na Panaceia de um “novo espaço rural”, no Brasil e na América Latina e Caribe.

Na tentativa de atender aos objetivos propostos, optamos por dividir o presente Capítulo, em itens e subitens, auxiliando o leitor a identificar e conhecer a concepção *iicaiana* de educação para as áreas rurais brasileiras.

Inicialmente, no item 3.1, a intenção é contextualizar a proposta de uma educação especificamente voltada para o desenvolvimento sustentável, buscando suas raízes históricas no seio de Organizações Internacionais como a UNESCO. A tentativa, foi no sentido de procurar estabelecer relações entre as concepções da UNESCO, pertencente a ONU, sobre uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável e as elaborações que foram sendo construídas no interior do IICA, pertencente a OEA. Neste item, é possível situar qual a função que desempenha a capacitação *iicaiana* na proposta de uma educação voltada para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais.

Em seguida, no item 3.2, apresentamos um panorama histórico das influências educacionais do IICA no Brasil, de 1964 até os anos 2000. A partir de quatro vertentes de atuação, o Instituto disseminou suas concepções sobre desenvolvimento e educação no Brasil, a saber: no subitem 3.2.1, discutimos as influências do IICA na Educação Agrícola e Rural; no subitem 3.2.2, as influências na Comunicação Rural e/ou Extensão Agrícola; no subitem 3.2.3, são apresentadas as contribuições do IICA na Informação e na Documentação da Pesquisa Agrícola do país e por fim; no subitem 3.2.4 são apresentadas as influências do IICA na Capacitação. Neste último subitem, está a concepção educacional assumida pelo Instituto a partir dos anos 2000 e que no item 3.3 é detalhadamente analisada.

No item 3.3, portanto, discutimos como o IICA, por meio da atividade de capacitação, desenvolve a sua concepção de educação para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a formação de capital humano e social, ambos requeridos pelo “capitalismo verde”. Neste item, são analisados os pressupostos filosóficos e pedagógicos contidos na concepção educacional *iicaiana*, situando a estratégia adotada pelo Instituto para construir o consenso em torno de um modelo de desenvolvimento nas áreas rurais do país.

3.1 Educação para o Desenvolvimento Sustentável: a influência do pensamento da UNESCO no IICA e/ou a confluência de propostas?

A concepção de desenvolvimento para as áreas rurais, que o IICA utiliza em seus PCT com o Brasil, a partir dos anos 2000, é o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Questionamos neste Capítulo, como essa proposta *iicaiana* de desenvolvimento é amplamente divulgada, incorporada e legitimada em nível local, regional e nacional, contribuindo para a construção de um consenso sobre desenvolvimento nas áreas rurais? Compreendemos que a resposta para este questionamento está na educação, na relação de ensino-aprendizagem realizada nos espaços considerados formais, não-formais e informais.

Nesta pesquisa, compreendemos que a educação coincide com a existência da humanidade, pois é um processo social mediado pela categoria fundante do ser social: o trabalho em seu sentido ontológico, a protoforma do ser social. Em um nível ainda

particular e rudimentar do processo de hominização, na relação com a natureza, o homem age teleologicamente e o processo de objetivação materializa a prévia-ideação, tornando a subjetividade objetivada. Com o passar do tempo, na relação com a natureza e com os outros homens, o homem age orientado por meio de um repertório socializado de objetivações humanas, acumuladas ao longo do processo histórico de humanização. O ser social, ao produzir sua existência, por meio do trabalho, produz também a existência da humanidade, que com o passar do tempo histórico é produzida nas gerações mais novas, pelas gerações mais velhas. Portanto, compreendemos que a educação é o processo social de ensino-aprendizagem pelo qual as gerações mais novas são inseridas no processo de humanização (LESSA, 1996; SAVIANI, 1991).

Como categoria universal, Saviani (1991, p. 13), define a educação e/ou o trabalho educativo como o “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Com a complexificação da sociedade e das instituições sociais, o trabalho educativo, no Século XIX, vai sendo institucionalizado, normatizado e generalizado, adquirindo um caráter negativo no modelo de sociabilidade capitalista, na medida em que produz em cada indivíduo, de forma coletiva, a reificação da subjetividade humana, por meio de um ato educativo diferenciado e classista (MARX, 2013; SAVIANI, 1994).

O processo de reificação está ligado diretamente ao caráter fetichista da mercadoria na sociedade capitalista, pois todos os processos de objetivação humana adquirem um caráter de coisificação, mercantilizando as relações sociais entre os produtores e entre o produtor e seu produto, assim como, exaltando-se o produto em relação ao produtor. Nesse processo de sociabilidade capitalista, reificador e fetichista, o trabalho em seu sentido ontológico adquire uma expressão negativa, na medida em que o trabalho torna-se “força produtiva do capital”, “essência subjetiva da propriedade privada” e “potência estranha” ao trabalhador. O caráter contraditório do trabalho, portanto, apresenta-se, ora como potência universal de riqueza, ora como potência universal de miséria (MANACORDA, 1991; MARX, 2011; MARX, 2013).

Nesse ponto histórico da evolução humana, todo processo de humanização e/ou todo ato educativo é socialmente mercantilizado pelas relações capitalistas. E é nesse ponto histórico, no final dos anos 1990 e início do Século XXI, que o IICA adentra no cenário educacional brasileiro das áreas rurais, com uma proposta de educação para o desenvolvimento sustentável. A educação é vista como elemento decisivo para o

desenvolvimento econômico das áreas rurais, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH¹⁷⁷, assim como insumo imprescindível para a sustentabilidade (IICA, 2005c; UNESCO, 2005).

Mas quando são engendradas, em nível global, as orientações sobre uma educação especificamente voltada para o desenvolvimento sustentável e que dão sustentação teórica e metodológica para o IICA?

A partir do Relatório Brundtland (1987), a categoria desenvolvimento sustentável ganha espaço nas discussões da política internacional, principalmente no interior de Organizações Internacionais. As Conferências organizadas pela ONU, a partir desse Relatório, priorizaram discutir que medidas seriam adotadas, pelos Estados Nacionais, para o objetivo comum, que era alcançar o desenvolvimento sustentável, este, definido como o desenvolvimento que procura “[...] atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro” (CMMAD, 1991, p. 44).

Em 2002, na África do Sul, a ONU realizou a Conferência de Joanesburgo, também conhecida como Cúpula de Joanesburgo, Cúpula da Terra II e/ou Rio + 10. Nessa Conferência, reafirmaram-se os compromissos para atingir o desenvolvimento sustentável, firmados em 1992, na Conferência Rio 92, por meio da “Agenda 21” e dos ODM (UNESCO, 2005).

Reafirmaram-se os compromissos com o desenvolvimento sustentável por meio da Resolução n° 57/254¹⁷⁸, que instituiu a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEEDS, a realizar-se no período de 2005 a 2014. O plano internacional de implementação da DEEDS ficou como responsabilidade da UNESCO. Segundo a Agência (2005, p. 17, *grifo nosso*), “O objetivo global da Década é integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem

¹⁷⁷ Essa medida foi criada pela ONU, no ano de 1990. O IDH pode ser considerado um marco para a elaboração e implementação de políticas em nível global. O índice tem como proposta mudar o foco do caráter quantitativo das medições de pobreza e riqueza, puramente economicistas, e deslocar o foco para o caráter qualitativo das medições, centrado no desenvolvimento da pessoa. Nota-se aqui, um movimento de deslocamento puramente discursivo, pois a tendência do capital nesse momento, de reestruturação pós-crise dos anos 1960, é “humanizar” as relações de mercado, incidindo esse deslocamento, nas políticas públicas dos Estados Nacionais. O IDH passou a dividir o mundo em países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, de acordo com três dimensões a serem medidas e/ou quantificadas: primeira, a longevidade e/ou expectativa de vida; segunda, o índice de educação e/ou acesso ao conhecimento; e, terceira, a renda e/ou Produto Interno Bruto – PIB por pessoa. Essa nova medição impactou profundamente a educação, que passou a ser considerada um “capital humano” decisivo para o desenvolvimento econômico (IICA, 2005c).

¹⁷⁸ “A resolução foi adotada porque as Nações Unidas viram a educação como a chave – condição *sine qua non* – para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005, p. 37).

com o intuito de fomentar mudanças de *comportamento* que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos”. A educação, portanto, é condição imprescindível para promover valores, atitudes, capacidades, habilidades e comportamentos que o desenvolvimento sustentável necessita, ou seja, é o capital humano como variante fundamental do processo. Discutimos no item 3.3, a função da educação na formação de capital humano e social para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para o estabelecimento de uma “pedagogia das competências” nas metodologias de ensino-aprendizagem realizadas nos espaços formais, não-formais e informais, bem como, resultando na afirmação e legitimação da “pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005; NEVES, 2010; RAMOS, 2001; UNESCO, 2005).

No documento da DEDS (UNESCO, 2005), a educação é compreendida como “educação vitalícia”, ou seja, um aprendizado que ocorre ao longo da vida, “desde a primeira infância até a idade adulta”, nos espaços formais, não-formais e informais¹⁷⁹, assim como nos níveis local (subnacional), nacional, regional e internacional, pois a Educação para o Desenvolvimento Sustentável - EDS pressupõe, para sua realização, que um conjunto de parcerias possam formar uma rede de responsabilidades compartilhadas, que não necessariamente ocorre somente no interior da escola (UNESCO, 2005).

A ideia de uma “educação ao longo de toda a vida” está presente nas formulações da UNESCO, desde 1996, quando Jacques Delors escreveu o relatório sobre a educação para o Século XXI, mais conhecido como “Educação um tesouro a descobrir”. A compreensão de “uma educação permanente¹⁸⁰” está ligada aos processos de flexibilização

¹⁷⁹ A educação escolar, como trabalho educativo institucionalizado, normatizado e generalizado no modo de produção capitalista, constitui-se na forma dominante de ensino-aprendizagem no Século XXI. Esta educação é considerada formal, pois realiza-se em escolas e universidades e estrutura-se por meio de um programa curricular hierarquizado, burocrático e sequencial. Os sistemas de educação, público e privado, são espaços formais de educação, assim como todo processo de ensino-aprendizagem realizado fora da estrutura escolar é considerado não-formal e/ou educação não-formal e ocorre nas ONG, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos, na mídia, no trabalho e nas associações comunitárias, bem como, aquela realizada de forma espontânea, ao longo de toda a vida, é a chamada educação informal (GADOTTI, 2005; UNESCO, 2005). Sobre os conceitos de educação formal, não-formal e informal, Gohn (2006, p. 28, *grifo nosso*), considera “[...] que é necessário distinguir e demarcar as diferenças entre estes conceitos. A princípio podemos demarcar seus campos de desenvolvimento: a *educação formal* é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a *informal* como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a *educação não-formal* é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”.

¹⁸⁰ De acordo com Hidalgo (2005, p. 02), “O conceito de educação permanente consiste em um plano de reformulação que tem como parâmetro e alvo concepções de sociedade – com o desenvolvimento da noção de Rede Social – e educação, que subjazem no conjunto do *corpus* teórico produzido pela UNESCO a partir do final da década de 1960, constituindo hoje um dos principais referenciais para a reorganização dos

da produção e circulação de mercadorias no capitalismo, após sua reestruturação nos anos 1980-1990. O modelo *just in time* é transferido da administração da produção para a administração da educação e o regime de acumulação *toyotista* invade a educação, tornando-a enxuta e sob encomenda do capital. A ideia é que a educação não seja “transmitida em blocos”, num único período da vida do trabalhador, pois as transformações constantes do “mundo do trabalho” exigem que a educação seja ministrada ao longo de toda a vida, em todos os espaços de aprendizagem, que não somente nas escolas. Aprende-se, portanto, o tempo todo, em todos os lugares (ANTUNES, 2008; DELORS, 1998; HIDALGO, 2008).

A concepção de “educação vitalícia” da UNESCO, presente tanto no Relatório de 1996 e reafirmada no Relatório de 2005, vincula-se a uma estratégia pós-moderna de retirada da educação da esfera da qualificação para uma noção de formação de “competências evolutivas” e “capacidades de adaptação”, flexíveis e condizentes com as rápidas mudanças no “mundo do trabalho” e da dita “sociedade da informação” (ANTUNES, 2008; DELORS, 1998; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011; UNESCO, 2005).

Podemos afirmar, que com essa nova categoria, de “educação vitalícia”, os processos de ensino-aprendizagem, nos espaços formais de educação, foram sendo vulgarizados por um discurso que evocou o fim das metanarrativas, como capacidades explicativas sobre a realidade, incidindo sobre a premissa da (in)capacidade dos conhecimentos científicos ensinados nas escolas, fazerem frente às necessidades da sociedade dita “pós-industrial” do final do Século XX. A única metanarrativa que trinfou na pós-modernidade, mas que não se assume como tal, é o neoliberalismo, “o apanágio da direita”, que consolidou no campo da educação os “pilares” da sociabilidade capitalista da reificação dos produtores e da humanização dos produtos (SANFELICE, 2003).

A bandeira neoliberal da (in)capacidade dos conhecimentos científicos ensinados nas escolas, cedeu lugar aos saberes, às competências, às capacidades, às habilidades, aos comportamentos e aos valores que incorporam a lógica mercadológica, imposta às políticas sociais e educacionais no Século XXI. A educação pública tomou para si a função de formar os recursos humanos requeridos pelo mercado flexível e a categoria de “educação

sistemas de ensino nos diversos países, formulações que, apesar de divergências com as diretrizes do Banco Mundial, formam um conjunto de princípios e mecanismos de um processo crescente de transferência dos encargos do Estado com políticas públicas para as organizações sociais, via desenvolvimento do terceiro setor”.

ao longo de toda a vida” coroou os espaços não-formais e informais de educação (ANTUNES, 2008; DELORS, 1998; SANFELICE, 2003; SHIROMA; MORAES; OLINDA, 2011).

A ideia de que uma “[...] educação descompartimentada no tempo e no espaço torna-se, então, uma dimensão da própria vida” (DELORS, 1998, p. 117) soa poeticamente, no entanto, não nos deixemos levar pelo “canto da sereia”. O tempo e o espaço, sofreram sim mudanças nas suas unidades qualitativas, pois, com o processo de “desterritorialização” da produção e circulação de mercadorias, o tempo e o espaço parecem ter encolhidos, quando na essência, o que acontece, é que o capital transforma pouco a pouco todo o tempo de vida das relações sociais em tempo de trabalho, necessário e excedente (MARX, 2013; MÉSZÁROS, 2007; NETTO; BRAZ, 2012).

Complementando a categoria da “educação vitalícia”, a “educação para o desenvolvimento sustentável” possui *sete características* principais enunciadas no documento da DEDS e que contribuem para “enriquecer” o caráter ideológico da proposta da UNESCO, para o período compreendido entre 2005 a 2014. São elas: 1ª) é interdisciplinar e holística, ou seja, está presente em todo o currículo escolar e não se caracteriza como uma disciplina isolada¹⁸¹, mas sim, um tema transversal; 2ª) visa a aquisição de valores¹⁸² e princípios fundamentados no desenvolvimento sustentável; 3ª) desenvolve o pensamento crítico e a capacidade de solucionar problemas, ou seja, a capacidade de ser resiliente; 4ª) recorre a múltiplos métodos de ensino-aprendizagem, em que o ensino não é somente “transmitir”, mas “adquirir” conhecimentos, ou seja, a ideia é que alunos e professores estão no mesmo patamar do processo de ensino-aprendizagem, na busca pelo conhecimento; 5ª) participação dos alunos na tomada de decisões sobre como querem aprender; 6ª) as aprendizagens são aplicáveis na vida pessoal e profissional; e, 7ª) a educação torna-se localmente relevante, pois o significado é viabilizado utilizando-se a linguagem do aluno (UNESCO, 2005).

Observamos, que essas características da EDS acompanham as transformações dos processos produtivos da acumulação flexível do capital e que segundo Antunes (2008, p.

¹⁸¹ Nesta questão, o documento sinaliza que a educação para o desenvolvimento sustentável não se constitui em uma disciplina isolada, como por exemplo, a Educação Ambiental. A EDS é uma proposta mais ampla, que engloba a Educação ambiental, mas que não se encerra nesta. Esta diferença faz-se importante nesta pesquisa, pois as propostas do IICA situam-se na concepção mais ampla de educação para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005).

¹⁸² Os valores mencionados no documento centram-se no respeito e incluem: o respeito pela dignidade e pelos direitos humanos; o respeito pela responsabilidade intergeracional; o respeito pelo Planeta Terra; e, o respeito pela diversidade (UNESCO, 2005).

28), “[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, incidindo também, sobre a flexibilização da educação do trabalhador polivalente. Saber resolver problemas, saber tomar decisões mesmo em situações adversas e saber aplicar o que se aprendeu são características da EDS que são constantemente solicitadas pelos departamentos de recursos humanos das empresas (UNESCO, 2005).

A DEDS ainda dá orientações aos Estados Nacionais sobre a importância de revisar as metodologias de ensino-aprendizagem, os cursos de formação de professores¹⁸³ e também, os modelos de avaliação da educação formal, pois segundo a UNESCO (2005, p. 57), fundamental é “[...] fomentar as competências necessárias para aprender durante toda a vida” por meio de currículos que tenham como conteúdos específicos, o contexto local dos alunos. Comparativamente, o âmbito local, enaltecido nas políticas de desenvolvimento rural (ver Capítulo 2), também é supervalorizado nas políticas educacionais, uma vez que “pensar globalmente e agir localmente” são postulados que reafirmam a “esperança” nas pequenas reformas instituídas no nível da “pequena política”, sem discutir a condição macro, da “grande política” que atualmente é o capital.

Mas e o IICA? Em que momento a sua atuação se aproxima com as orientações do documento da DEDS, elaborado pela UNESCO? Para a implementação da DEDS, a UNESCO sugeriu que *sete estratégias*¹⁸⁴ fossem adotadas pelos Estados Nacionais para atingir o objetivo global que é “[...] integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos” (UNESCO, 2005, p. 17). Em uma dessas estratégias está a concepção teórica e metodológica de educação para o desenvolvimento sustentável do IICA.

¹⁸³ Segundo a UNESCO (2005, p. 57), a formação de professores deve centrar-se numa formação que “[...] os prepare para processos de aprendizagem ativos/interativos, em vez de transferência unilateral de conhecimento”. Existe implícita, nessa nova abordagem de formação, uma desqualificação da função social do professor, do ato de ensinar. A máxima de que “o professor não ensina, desperta interesse” é tema recorrente nas orientações educacionais de Organizações Internacionais, que procuram ver na figura do professor, um facilitador do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Triches (2010, p. 152, *grifo nosso*), sobre as orientações da UNESCO, “[...] o professor ideal deve ser autônomo e *facilitador da aprendizagem – secundarizando-se o ensino*”.

¹⁸⁴ Segundo a UNESCO (2005, p. 20), “As estratégias assegurarão que mudanças nas atitudes dos cidadãos e nos métodos educacionais sigam o ritmo da evolução dos desafios do desenvolvimento sustentável”.

As sete estratégias da UNESCO para a DEDS são: 1ª) a Promoção e a Projeção¹⁸⁵; 2ª) a Consulta e a Apropriação¹⁸⁶; 3ª) as Parcerias e as Redes¹⁸⁷; 4ª) a Pesquisa e a Inovação¹⁸⁸; 5ª) as TIC¹⁸⁹; 6ª) o Monitoramento e a Avaliação¹⁹⁰; e por último, 7ª) a Capacitação e o Treinamento. Nesta última estratégia reside a atuação do IICA (IICA, 2005c; UNESCO, 2005).

A UNESCO compreende, que a capacitação e o treinamento são fundamentais para desenvolver nos atores e parceiros da DEDS “habilidades duradouras”, requeridas pelo desenvolvimento intergeracional. A exigência por “habilidades duradouras” ancora-se na perspectiva da “educação ao longo da vida”, pois a UNESCO, acredita que existem saberes que se sobrepõem em relação aos conhecimentos escolares e que estes, guiam todo o processo de “ensino-aprendizagem ao longo da vida”. “Aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos” e/ou “aprender a viver com os outros” e “aprender a ser”, constituem os pilares *delorsianos* da educação para o Século XXI e contribuem, para instituir, via capacitação e treinamento, a educação para o desenvolvimento sustentável (DELORS, 1998; UNESCO, 2005).

Para a UNESCO (2005, p. 45), a educação de qualidade para o desenvolvimento sustentável é mensurada por meio das habilidades do aprendiz, se ele é capaz de “ser e fazer”, “[...] bem como o desejo de continuar aprendendo, de cultivar o espírito crítico, de trabalhar em grupo e de procurar e aplicar os conhecimentos”. Essa educação de qualidade não está restrita aos espaços escolares e universitários, estende-se a toda a sociedade com seu conjunto de instituições e relações, sejam estas formais, não-formais e informais. A EDS requer que a capacitação dos atores e parceiros da DEDS aconteça em diferentes

¹⁸⁵ Realizam-se atividades educacionais de promoção e projeção do desenvolvimento sustentável, por meio de atividades de sensibilização mundial para a importância de uma visão comum do desenvolvimento sustentável, uma vez que, “[...] a sensibilização suscite um sentido de responsabilidade social e uma consciência de como as ações de uns afetam as vidas dos demais” (UNESCO, 2005, p. 74).

¹⁸⁶ A educação, ao lado das Instituições Governamentais, devem propiciar práticas participativas de desenvolvimento sustentável, por meio de consultas às populações locais e que essas consultas constituam a base para a elaboração de políticas voltadas ao desenvolvimento e à educação sustentáveis (UNESCO, 2005).

¹⁸⁷ A educação necessita criar condições para que a atuação de parceiros, redes e alianças em prol do desenvolvimento sustentável seja eficiente do ponto de vista econômico, social e ambiental (UNESCO, 2005).

¹⁸⁸ As pesquisas devem orientar o programa de EDS, criando mecanismos que possam avaliar os resultados e encontrar soluções inovadoras para atingir o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005).

¹⁸⁹ O uso das TIC, tem como objetivo unir os esforços mundiais em uma “economia do conhecimento”, assim como se constitui em um novo ambiente de aprendizagem, criando novas modalidades para a educação – educação a distância (UNESCO, 2005, p. 80-81).

¹⁹⁰ Avaliar de forma quantitativa e qualitativa os valores e comportamentos difundidos pela EDS (UNESCO, 2005).

espaços, ampliando o raio de atuação da proposta e possibilitando capacitar um número maior de pessoas para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005).

Novas abordagens de capacitação e treinamento devem ser usadas e delineadas para atingir o objetivo de fornecer “habilidades duradouras” para os atores e parceiros do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, vemos no item 3.3, que o IICA inova as metodologias e perspectivas dos cursos de capacitação para o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, criando a Intervenção Participativa dos Atores – INPA, uma metodologia que vai de encontro com as aspirações da UNESCO (FURTADO; FURATDO, 2000; IICA, 2005c; UNESCO, 2005).

A DEDS, elenca *seis áreas* consideradas prioritárias para atingir o desenvolvimento sustentável por meio da capacitação e treinamento, a saber: 1ª) comunicação e conscientização; 2ª) planejamento, gestão e avaliação; 3ª) treinamento e capacitação de educadores; 4ª) instrumentos de análise; 5ª) conteúdos e materiais didáticos; e, 6ª) metodologias pedagógicas. Importante salientarmos, que o IICA trabalhou na capacitação educacional dessas áreas, no Brasil, antes de 1964, e que sua atuação na época, embora não fosse voltada especificamente para o desenvolvimento sustentável, contribuiu para forjar toda uma concepção de educação para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais desse Instituto após os anos 2000 (BORDENAVE, 1990; UNESCO, 2005).

Na primeira área, de comunicação e conscientização, são incentivadas atividades que fortaleçam a comunicação efetiva entre parceiros e redes da EDS, com o objetivo de construir estratégias comuns para atingir o desenvolvimento sustentável de forma cooperativa. Nessa área, o IICA já atua no Brasil desde a década de 1960, por meio de cursos de capacitação em extensão rural e/ou comunicação agrícola, bem como na informação e documentação da pesquisa agrícola, possibilitando maior divulgação das concepções do Instituto sobre desenvolvimento e educação, criando uma forma de comunicação efetiva com seus colaboradores. No item 3.2, apresentamos algumas contribuições do IICA nessa área (BORDENAVE; 1990; UNESCO, 2005).

Na segunda área, de planejamento, gestão e avaliação, a DEDS exige que sejam formadas “competências de alto nível”, “[...] com o objetivo de assegurar clareza de propósitos, parcerias focadas e avaliação dos avanços” (UNESCO, 2005, p. 77). Nessa área de capacitação, o IICA também deu contribuições importantes, principalmente no interior do Ministério da Educação - MEC e junto às Secretarias Estaduais de Educação. Planejar,

gestar e avaliar a educação foram atividades que o IICA ajudou a desenvolver no Brasil, por meio de CT, nas décadas de 1980 e 1990, a pedido do Grupo Banco Mundial, por meio da capacitação do pessoal do Estado. No item 3.2 estão as contribuições do Instituto nessa área, até os anos 2000 (BORDENAVE; 1990; UNESCO, 2005).

Na terceira área, de treinamento e capacitação de educadores, o nível de conhecimento e a motivação do educador são vistos pela UNESCO como o fator-chave para atingir o desenvolvimento sustentável. Nessa área, da capacitação de professores, o IICA contribui e continua a contribuir. No Brasil, desde a década de 1960, o Instituto realiza cursos de capacitação para professores, principalmente na área de Ciências Agrícolas, já que o Instituto é voltado para o meio rural. A partir dos anos 2000, uma metodologia específica orienta a capacitação dos professores para o desenvolvimento rural sustentável. Essas influências do IICA, são trabalhadas nos próximos itens deste Capítulo, no entanto, adiantamos que o Instituto, em muitas ações de EDS, adiantou-se em relação a DEDS da UNESCO, em matéria de metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável (BORDENAVE; 1990; UNESCO, 2005).

Na quarta área, de instrumentos de análise, a DEDS sugere que sejam integradas as múltiplas dimensões do desenvolvimento sustentável (social, ambiental, econômica e cultural) e para que isso aconteça, práticas e procedimentos analíticos devem ser desenvolvidos e compartilhados. A capacitação está a serviço desta tarefa, de contribuir para o desenvolvimento de instrumentos de análise que possibilitem compreender como a educação pode contribuir com o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005).

Na quinta área, de conteúdos e materiais didáticos, a capacitação deve contribuir para conceber, elaborar e produzir materiais que promovam a conscientização sobre a necessidade do desenvolvimento sustentável. Oficinas de confecção de materiais didáticos, com conteúdos relevantes para o contexto local devem ser realizadas. Compreende-se que esta área integra a primeira (UNESCO, 2005).

Na sexta e última área, de metodologias pedagógicas, a UNESCO salienta a importância de desenvolver metodologias de ensino-aprendizagem que extrapolem “os métodos educacionais de giz e explanação”. A EDS necessita de metodologias pedagógicas que centrem o processo de ensino no aprendiz e na sua capacidade de resolver problemas. Aprender a ser resiliente, um velho-novo pilar educacional *delorsiano*? Nesta área, talvez esteja a maior contribuição do IICA para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais,

no Século XXI, por meio da criação da INPA (FURTADO; FURATDO, 2000; UNESCO, 2005).

Compreendemos que em nível mundial, a ONU, como Sistema Universal de Organizações Internacionais, contribuiu para a elaboração e para a ampla divulgação da categoria desenvolvimento sustentável nos anos 1980 e 1990, forjando o consenso mundial sobre a possibilidade de um “capitalismo sustentável”. Muitas estratégias, em longo prazo, foram discutidas e assinadas pelos países signatários desse Sistema de Organizações. Dentre essas estratégias, está a educação, considerada chave para a sustentabilidade - social, ambiental e econômica.

Ainda que as discussões mais emblemáticas, sobre educação para o desenvolvimento sustentável, tenham sido delineadas no interior do Sistema Universal de Organizações Internacionais, a partir de 1990, ressaltamos que no interior do IICA, essas discussões já estavam sendo “testadas” na prática, desde a década de 1980. As cooperações firmadas entre o IICA e o Grupo Banco Mundial, resultaram em uma série de projetos e programas voltadas para o desenvolvimento de áreas rurais, dentre eles estão os PAPP, com seu componente de APCR, os PCPR e o Projeto Áridas, discutidos no Capítulo 2 desta pesquisa. O Projeto Nordeste, por exemplo, financiado pelo Grupo Banco Mundial e em CT com o IICA, na década de 1980, incorporou grande parte das discussões mundiais sobre a função da educação no projeto de desenvolvimento de áreas rurais com elevados índices de pobreza e analfabetismo. Veremos as influências desse projeto no próximo item.

Compreendemos que o IICA, conivente com o pensamento das Organizações Internacionais vinculadas à ONU, contribuiu e contribui com a consolidação de um discurso de “capitalismo sustentável” nas áreas rurais, por meio de projetos e programas que colocam o “ato educativo” a serviço da reprodução sempre ampliada do capital. A EDS, pautada na DEDES (2005-2014), contribuiu como o *merchandising* da humanização de uma proposta insustentável de desenvolvimento social, ambiental e econômico.

A seguir, veremos as influências diretas e indiretas do IICA na educação brasileira, dos anos 1960 até os anos 2000, o que contribui para compreender o panorama histórico da sua atuação educativa no país, bem como, compreender as linhas de atuação educativa do IICA que contribuíram para sua concepção educacional forjada, a partir dos anos 2000.

3.2 Influências iicaianas na Educação brasileira: panorama histórico (1964-2000)

Quando o IICA foi fundado, em 1942, sua função era constituir-se em uma escola de agricultura tropical e um centro de investigação no Continente Americano, daí sua nomenclatura, até 1979, ter sido Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. Inicialmente, a prioridade do Instituto residia na difusão de ideias e habilidades que contribuíssem com os Estados membros no desenvolvimento da agricultura (BORDENAVE, 1990; MOLESTINA, 2002).

Segundo Bordenave (1990, p. 135), “Desde a sua fundação, o IICA tem atribuído prioridade máxima ao acesso dos agricultores e dos técnicos agrícolas ao *saber* e ao *saber fazer*¹⁹¹”. No Brasil, desde 1964, quando o país se torna membro do Instituto, até os anos 2000, houve forte influência do IICA na educação formal e informal.

O IICA e o Brasil estreitam relações no período da “irrupção do capitalismo monopolista”. As Organizações Internacionais contribuíram com as nações hegemônicas para a última fase de expansão do capitalismo e o interesse sobre as nações periféricas foi fundamental para ampliar e garantir a expansão sociometabólica do capital. Segundo Fernandes,

[...] o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo (FERNANDES, 2005, p. 297).

No entanto, “sem estabilidade política não há cooperação econômica” e as ditaduras que se sucederam em toda a América Latina e Caribe garantiram a estabilidade requerida pelo capital. O IICA contribui com o Governo Militar de duas formas: de um lado, atuou fortemente na agricultura, disseminando suas concepções sobre desenvolvimento agrícola e rural, viabilizando a “Revolução Verde” que estava sendo instaurada no país; de outro, contribui para o desenvolvimento de valores e atitudes no pequeno agricultor, por meio de processos educativos voltados para o “alívio da pobreza” e a “sustentabilidade”, bem

¹⁹¹ Discutimos mais à frente, as influências dos pilares educacionais *delorsianos* na concepção de educação do IICA.

como, afastando qualquer possibilidade de Reforma Agrária no país (FERNANDES, 2005).

O IICA atuou fortemente no setor educacional brasileiro, por meio de quatro vertentes, a saber: 1^a) na educação; 2^a) na comunicação rural; 3^a) na informação e documentação; e, 4^a) na capacitação. Em cada vertente de atuação, o IICA contribuiu para que as concepções do Instituto sobre desenvolvimento e educação fossem disseminadas no território nacional e incorporassem as atividades dos agricultores, dos técnicos agrícolas e dos quadros do pessoal do Estado por meio da CT IICA-Brasil (BORDENAVE, 1990).

A seguir, apresentamos as influências educacionais do Instituto, entre 1964 e os anos 2000, com o intuito de fornecer ao leitor desta pesquisa, um panorama histórico da materialização das concepções dessa Organização Internacional para a educação brasileira, possibilitando ampliar as discussões sobre quais são as influências na formulação e na implementação de políticas públicas para o setor educacional, em específico, para a educação nas áreas rurais.

3.2.1 As influências do IICA na educação agrícola e rural

Anterior ao ano de 1964, o Brasil já mantinha relações com o IICA no setor educacional, principalmente no Ensino Superior, pois havia o intercâmbio entre as universidades do país com as universidades do Cone Sul da América Latina e Caribe, oportunizado por meio da descentralização do Instituto na Região Sul, com sede em Montevidéu, Uruguai (BORDENAVE, 1990).

Em 1964, após o Brasil tornar-se membro do IICA, o Instituto realizou um balanço da situação educacional para as áreas rurais, encomendado pelo MEC e pelo MAPA, com o objetivo de contribuir com as melhorias necessárias para uma agricultura desenvolvida, Chegou-se, as seguintes problemáticas:

*No nível básico*¹⁹², além do elevado índice de analfabetismo prevalecente, as escolas rurais defrontavam não só a carência de currículos adequados, de

¹⁹² O nível básico de educação formal, mencionado no texto, corresponderia hoje, ao Ensino Fundamental, e respectivamente, o nível médio ao Ensino Médio e o nível superior ao Ensino Superior. Lembremos que em 1964, a estrutura da educação formal brasileira era diversa da que temos hoje. De acordo com Assis (2012, p. 326), a estrutura do sistema organizava-se da seguinte maneira: “[...] ensino pré-primário, constituído de

professores habilitados e de material didático, mas, sobretudo, de reconhecimento, por parte da população, do valor do ensino. *No nível médio*, as escolas que formavam técnicos agropecuários, na época dependentes do Ministério da Agricultura, pouco mais eram do que reformatórios para jovens indisciplinados. *No nível superior*, algumas poucas escolas de Agronomia e Veterinária produziam profissionais em número e qualidade inferiores às necessidades do país. As escolas quase nenhuma pesquisa faziam e seus métodos de ensino, de duvidosa eficácia didática, pecavam pela excessiva teoria e pela escassa prática no meio local (BORDENAVE, 1990, p. 135-136).

Observamos, que muitas das condições educacionais da década de 1960, ainda persistem na educação das e para as áreas rurais, principalmente na Educação Básica: analfabetismo, currículos inadequados, professores com formação e condições de trabalho precárias e um ensino técnico muito deficiente em relação às necessidades dos estudantes.

Após o balanço educacional realizado, as primeiras ações do IICA na educação brasileira foram voltadas ao Ensino Superior, por meio do Convênio celebrado entre a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior – ABEAS¹⁹³ e o Instituto, em 1970, o que possibilitou o desenvolvimento das Ciências Agrárias no país (BORDENAVE, 1990).

Por meio do Convênio ABEAS-IICA,

escolas maternas e jardins de infância; ensino primário, de 4 anos com chance de ter 2 anos acrescidos com programa de artes aplicadas; ensino médio, subdividido em dois ciclos – o ginásial de 4 anos, (com as subdivisões de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal), e o colegial de 3 anos (subdividido em comercial, industrial, agrícola e normal), ambos compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico; e ensino superior, com a mesma estrutura já consolidada anteriormente”.

¹⁹³ “A Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - ABEAS foi criada em 13 de julho de 1960 com o nome de Associação das Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil – AEAVB, recebeu sua denominação atual durante a 18ª Reunião Anual, realizada em Goiânia, em 1968. Ela congrega cursos superiores da área das Ciências Agrárias no Brasil, reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. A ABEAS é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília-DF, com 46 anos de existência. Tem como finalidades principais atuar na promoção, coordenação e pesquisa de extensão no campo das ciências agrárias; subsidiar a formulação de políticas; estimular o desenvolvimento da educação agrícola superior; educação ambiental e apoiar ações voltadas para a produção do país dentro dos princípios de sustentabilidade. Seu objetivo é promover o desenvolvimento da educação agrícola superior no Brasil, e o ensino à distância tem sido um dos instrumentos mais utilizados para isto. Ainda no cumprimento de seus objetivos e em obediências ao seu Estatuto, a ABEAS presta assessoria e apoio às suas filiadas, por meio de representação junto às autoridades e órgãos governamentais; de pesquisas e estudos sobre temas específicos; da promoção de treinamento para professores e funcionários; e atividades técnicas (seminários e encontros). Com estas ações a associação tem possibilitado, incentivado e promovido o contato e a cooperação das instituições filiadas, entre si, e com outros organismos nacionais e internacionais, seja por ocasião das suas Reuniões Anuais, das reuniões das Comissões Técnicas, ou por sua intermediação pura e simples. A ABEAS conta, atualmente, com a filiação de 69 instituições de ensino agrícola superior, o que representa o número de 141 cursos formadores de profissionais de nível superior em oito diferentes especialidades, quais sejam: Agronomia, Economia Doméstica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Licenciatura em Ciências Agrárias, Medicina Veterinária e Zootecnia” (ABEAS, 2015).

Colaborou-se com a Comissão de Especialistas em Ciências Agrárias¹⁹⁴ (CECA) do MEC na realização de um diagnóstico da situação do ensino superior das ciências agrárias no Brasil. Organizaram-se seminários sobre currículos, apoio pedagógico e pós-graduação, bem como reuniões de professores de extensão rural, agrometeorologia e outras matérias de grande atualidade. As reuniões anuais da ABEAS, planejadas conjuntamente por essa Associação e pelo IICA e realizadas nas universidades filiadas, *constituíam verdadeiros foros nacionais onde se discutiam os rumos e problemas da educação agrícola superior* (BORDENAVE, 1990, p. 136, grifo nosso).

Esse diagnóstico sobre o ensino superior das ciências agrárias, segundo Souza e Silva (1990, p. 138), serviu para “[...] fundamentar muitas das políticas do MEC na área das ciências agrárias [...]”. O IICA subsidiava o MEC com os seus estudos e pesquisas e desta forma, conseguia imprimir nos projetos, programas e políticas do Governo Militar sua concepção de desenvolvimento para as áreas rurais.

Como resultado do Convênio ABEAS-IICA, foi criado um novo currículo para o ensino da extensão rural nas escolas; mais de 20 cursos¹⁹⁵ sobre Metodologia de Ensino para professores de Ciências Agrárias foram ofertados no país; foi criado o curso de Engenharia Agrícola na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL¹⁹⁶; e, uma cooperação interuniversitária realizada no Estado do Rio Grande do Sul possibilitou a criação do Programa Cooperativo de Ensino de Pós-Graduação do Rio Grande do Sul (BORDENAVE, 1990).

O IICA contribuiu, via Convênio ABEAS-IICA, na criação da Coordenação Nacional da Pós-Graduação em Ciências Agrárias, que segundo Souza e Silva (1990, p. 138), “[...] teve marcante influência no extraordinário desenvolvimento da pós-graduação em ciências agrárias no Brasil”. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, as ciências agrárias constitui-se na “[...] segunda maior área de conhecimento da pós-graduação brasileira, com 360 cursos de mestrado e doutorado” e a origem dessa expansão teve importante influência do IICA, nos anos 1970 e 1980 (CAPES, 2015).

¹⁹⁴ Atualmente existe a Comissão de Especialistas de Ensino de Ciências Agrárias, vinculada a Secretaria de Educação Superior – SESU.

¹⁹⁵ A partir desses cursos, resultou em 1980, o livro “Estratégias de Ensino-Aprendizagem”, de Juan Díaz Bordenave e Adair Martins Pereira, que reuniu grande parte da teoria e metodologia trabalhada nesses cursos (BORDENAVE, 1990).

¹⁹⁶ A criação do curso foi no ano de 1972, mas foi “No decorrer de 1975 a Representação do IICA no Brasil constituiu um grupo de trabalho formado por dois especialistas do IICA e um professor da ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” para colaborar com os professores da UFPEL na elaboração de um projeto de estruturação e desenvolvimento da nova carreira” (IICA, 1975, p. 13).

Importante ressaltarmos, que ao lado do IICA, na criação da Coordenação Nacional da Pós-Graduação em Ciências Agrárias, estavam a Fundação Ford¹⁹⁷ e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - USAID¹⁹⁸. Os acordos realizados entre MEC e a USAID foram celebrados no ano de 1966, mas só foram implementados com a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 30), “[...] fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior”.

No âmbito do ensino superior, a reforma universitária de 1968 reorientou a estrutura técnico-administrativa das instituições, segundo proposições oriundas dos acordos MEC-Usaid, que simbolizaram um aspecto característico da “cooperação técnica” dos Estados Unidos no período. Essas reformas se processaram e tiveram efeitos aparentemente contraditórios: se, por um lado, a repressão contra professores, pesquisadores e estudantes constituiu marca evidente e nefasta desse período, por outro, foi ao longo dele que se desenvolveram e consolidaram os programas de pós-graduação, cuja expansão maciça recebeu estímulo a partir de 1975, com a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010, p. 63).

Entre os anos de 1974 e 1978, com o financiamento da USAID e com a CT do IICA, via Convênio ABEAS-IICA, foram criados dois programas voltados para o Ensino Superior no Brasil: em 1974, foi criado o Programa de Educação Agrícola Superior – PEAS e em 1975, o Programa de Desenvolvimento do Ensino das Ciências Agrárias – PRODECA (BRAGA, 1999; SOUZA; SILVA, 1990). Segundo Braga,

Tais programas, tinham como principais objetivos a melhoria do planejamento e coordenação de educação agrícola superior; melhoria dos órgãos de planejamento e administração universitária; implantação de um sistema de cooperação interuniversitária¹⁹⁹, a níveis nacional e internacional; melhoria das bibliotecas de Ciências Agrárias; *melhoria qualitativa e quantitativa do corpo docente*; expansão do ensino de pós-graduação e graduação com a criação de

¹⁹⁷ Segundo Falleiros, Pronko e Oliveira (2010, p. 52), “[...] a formação de intelectuais capazes de adaptar e disseminar as formas de sociabilidade burguesa da pedagogia da hegemonia nos países da periferia do capitalismo não era uma estratégia exclusiva do Banco Mundial”. A Fundação Ford, por exemplo, na América Latina e Caribe, atuou fortemente na educação superior, tendo papel central no processo de implementação da pós-graduação no Brasil.

¹⁹⁸ Sigla correspondente a nomenclatura original: United States Agency for International Development – USAID. Segundo Alves (1968), os Acordos MEC-USAID, possibilitaram a consolidação dos interesses norte-americanos na educação nacional, por meio de reformas realizadas no ensino.

¹⁹⁹ Em 1972/1973 foi criado o Programa de Assistência Interuniversitária em Ciências Agrárias – PAICA, também resultado do Convênio ABEAS-IICA, que tinha como objetivo criar uma nova forma de cooperação entre universidades brasileiras, fortalecendo os cursos de pós-graduação em ciências agrárias (SOUZA; SILVA, 1990; BRAGA, 1999).

novos centros de Ciências Agrárias em regiões carentes (AM, MT, AL, SC); apoio aos centros de tecnólogos em Ciências Agrárias (BRAGA, 1999, p. 25-26, *grifo nosso*).

Como parte integrante da melhoria qualitativa do corpo docente e “[...] para dar continuidade ao processo de renovação metodológica do ensino” criaram-se, a partir de 1969, por meio do Convênio ABEAS-IICA, as Unidades de Apoio Pedagógico – UAP, que tinham como objetivo ofertar cursos sobre Metodologia de Ensino para os professores dos cursos de Ciências Agrárias (SOUZA; SILVA, 1990, p. 139). Segundo Braga (1999, p. 26), “Mais de vinte UAP foram instaladas nas instituições de educação agrícola superior, sendo que no Rio Grande do Sul, passaram a funcionar na UFSM²⁰⁰, a partir do início de 1976, na UFPel, a partir dos finais de 1976, e na UFRGS²⁰¹, a partir de 1978 [...]”. De acordo com Souza e Silva (1990, p. 139), “A pedido da ABEAS o DAU-MEC²⁰² financiou esse projeto [...]”.

No ano de 1975, em convênio com a CAPES, o IICA, por meio dos cursos sobre Metodologia de Ensino, “[...] teve a oportunidade de capacitar 210 professores de Ciências Agrárias nos princípios e métodos da Pedagogia Moderna”, com duração de 80 horas (IICA, 1975, p. 12). Além disso, durante o ano de 1975, o IICA prestou assessoria a CAPES no planejamento nacional da pós-graduação, na reforma universitária e nos cursos de especialização e nivelamento, por meio do especialista em educação, o Dr. Ludwig Müller. Observa-se aqui, como o IICA influenciava diretamente nas instituições nacionais da educação (IICA, 1975).

Ainda que não vinculado diretamente ao Convênio ABEAS-IICA, mas como resultado do sucesso das UAP, em 1978, em uma tentativa de ampliar o que essas unidades vinham realizando nos cursos de educação agrícola superior, foi criado, na UFRGS, o Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – PADES, vinculado a CAPES, que tinha como objetivo estender a todos os cursos universitários da instituição o desenvolvimento docente. Segundo Souza e Silva (1990, p. 139), “Dotado de recursos adequados, o PADES promoveu a modernização da docência em muitas universidades brasileiras” (BRAGA, 1999; SOUZA; SILVA, 1990).

²⁰⁰ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

²⁰¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

²⁰² Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação – DAU/MEC.

É possível afirmar, que o Ensino Superior no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, tiveram fortes influências do IICA, principalmente no tocante aos cursos de Ciências Agrícolas. Ao lado de instituições nacionais como a ABEAS, a CAPES, o MEC e o MAPA, e instituições internacionais como a Fundação Ford e a USAID, o Instituto promoveu o desenvolvimento educacional requerido pelo desenvolvimento rural pretendido pelos Governos Militares.

No Ensino Agrícola de nível médio, em 1973, o IICA contribuiu com a criação e o aperfeiçoamento da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI, órgão vinculado ao MEC e responsável pelas escolas brasileiras que ofertavam a formação profissional de nível médio até 1986²⁰³. Segundo Bordenave (1990, p. 140), “O IICA colaborou com a COAGRI na definição do perfil profissional do técnico agropecuário e na promoção de melhor imagem para as escolas de nível médio em geral”.

Importante ressaltarmos, que nesse período, entre a criação e a extinção da COAGRI (1973-1986), a agricultura brasileira passava por um processo de modernização e o alinhamento da formação de técnicos agrícolas com a modernização pretendida era fundamental. Podemos verificar tal alinhamento, no Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de 2º Grau, que segundo Soares (2004, p. 2-3), respondia aos interesses dos acordos firmados, desde 1966, entre o Ministério da Agricultura, o MEC, a USAID e o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso – CONTAP, “[...] para implantação de projetos agropecuários nas escolas da área agropecuária [...]”. Segundo o Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de 2º Grau, o técnico agrícola,

Como agente de produção, o técnico do setor primário é o profissional que explora uma propriedade agrícola própria, arrendada ou por sistema de parceria, conduzindo e produzindo segundo sua capacidade produtiva e, através da aplicação maciça e adequada da moderna tecnologia, atua na comunidade como elemento de integração social e de mudança cultural e tecnológica. Como agente de serviços esse técnico é o profissional que presta serviços mediante remuneração, como vendedor técnico ou técnico auxiliar em setores especializados da economia, atuando como elemento de ligação entre empresas e os consumidores ou entre o especialista e os agricultores (BRASIL/MEC/DEM, 1973 *apud* CECCHIN; MASCARELLO, 2012, p. 7).

O MEC, via COAGRI, materializou os anseios do Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de 2º Grau, por meio da criação do Sistema Escola-Fazenda. Segundo

²⁰³ As responsabilidades da COAGRI, extinta em 1986, foram transferidas para a Secretaria de Ensino de Segundo Grau – SESG.

Soares (2004, p. 3), “A filosofia do Sistema se firmava em premissas pedagógicas e premissas econômicas, cujo princípio de ação era expresso no lema: “aprender a fazer e fazer para aprender com consciência de que faz””.

As influências do IICA para a Educação Básica Rural, nos anos 1980, se estenderam às secretarias estaduais de educação. Cabe aqui ressaltar, que a educação básica corresponderia ao Ensino Fundamental, na época, após a Lei nº 5.692, de 1971, que segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 30), “[...] fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus”, com oito anos de obrigatoriedade (dos 7 aos 14 anos). O Instituto ficou responsável por acompanhar o processo de inovação das instituições educacionais brasileiras nesse período (BORDENAVE, 1990).

Relembramos, que o IICA, nos anos 1980, aderiu a uma nova abordagem da educação e da capacitação para as áreas rurais e atuou fortemente na Região Nordeste por meio dos programas de desenvolvimento rural financiados pelo Banco Mundial, a saber: os PAPP, com seu componente de APCR, os PCPR e o Projeto Àridas. Nesses, a educação básica “[...] era a estratégia mais adequada para superar a altíssima taxa de analfabetismo” (ARGUMEDO, 1990, p. 140).

Na década de 1980, o IICA passou a direcionar suas ações para a qualidade da educação na área rural e sua tarefa consistiu em aprimorar o ensino rural por meio de práticas consideradas inovadoras do ponto de vista da formulação e implementação, tais como: integrar os programas de educação rural aos programas de desenvolvimento rural, com foco nas comunidades, no âmbito local. A educação rural foi tida como estratégia de desenvolvimento rural para o Instituto e o local, como unidade de priorização de projetos, programas e políticas do Governo Federal. Em conjunto, com os técnicos das secretarias de educação,

O IICA apresentou como proposta a elaboração de *planos de ação comunitária* que fosse resultado de uma pesquisa participativa realizada com a comunidade. Dentro desse planejamento seria posteriormente definido *um programa educativo* com todas as ações pertinentes necessárias à realização do plano comunitário. Este era mais abrangente e incluía também questões de saúde. Por sua vez, o projeto educativo previa todas as ações no campo da educação necessárias à realização do plano traçado. Pretendia-se desse modo reunir a comunidade em torno da escola e transformar a escola no que se chamou de “*centro de educação rural*” (ARGUMEDO, 1990, p. 141, *grifo nosso*).

A educação estava sendo colocada a serviço das propostas de desenvolvimento rural e desta forma, o IICA agradou as secretarias de educação dos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte, que celebraram convênios com o Instituto, nos anos 1980. Desses convênios, resultaram ações no campo da capacitação de professores, com financiamento externo e do salário-educação²⁰⁴ (ARGUMEDO, 1990; WAISELFISZ, 1990).

Junto às secretarias estaduais e municipais de educação, dos estados conveniados, o IICA cooperava na melhoria da educação rural, por meio da capacitação de técnicos e melhorando os currículos da educação básica no meio rural. Por outro lado, nos anos 1980, o IICA também se aproximou muito do MEC, celebrando uma CT para ajudar o Ministério na formulação de políticas voltadas para a educação básica do meio rural²⁰⁵. A CT IICA-MEC, nos anos 1980, auxiliou o MEC em um grande programa assumido nesse período pelo Brasil: o Projeto Nordeste (WAISELFISZ, 1990).

O Projeto Nordeste foi concebido a partir de 1979, quando o Governo Militar lançou o Terceiro Plano Setorial de Educação e Cultura - III PSECD e o Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento – III PND, ambos com os objetivos de modernização e redução da pobreza. Como a Região Nordeste apresentava índices elevados de pobreza e grande concentração populacional, o foco de Organizações Internacionais, como o Grupo Banco Mundial, incidiram sobre essa região (GERMANO, 2000; PEREIRA, 2007).

Segundo Freitas (2007, p. 21), “O III PND (1980-1985) enfatizava as responsabilidades da sociedade na condução de seu próprio destino, mediante participação ativa, e afirmava o compromisso da educação na redução de desigualdades, devendo esta voltar-se “preferentemente” para a população de baixa renda”. Já

²⁰⁴ Na Constituição de 1946, ficou definido que as empresa com mais de cem empregados eram obrigadas a "manter o ensino para seus servidores e filhos destes". Com a Lei nº 4.440 de 1964, foi criado o Salário-Educação, que obrigava as empresas vinculadas à Previdência Social a efetuarem a contribuição mensal. Segundo Cortes (1989, p. 415), “Empresas com mais de cem empregados poderiam deixar de contribuir se tivessem ensino primário próprio ou distribuíssem bolsas de estudos aos empregados ou seus filhos, mediante convênios firmados com escolas privadas. A legislação sobre o Salário-Educação sofreu, ao longo dos anos, alterações em várias de suas disposições, ora alterando a base de cálculos e percentuais, ora reformulando as isenções e o sistema de bolsas”. A partir da criação em 1968, foi o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, uma autarquia federal vinculada ao MEC, quem assumiu a função redistributiva do Salário-Educação (FNDE, 2015).

²⁰⁵ Nesse momento, a obrigatoriedade do ensino era de oito anos, no entanto, os projetos, programas e políticas do Governo Federal em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação focalizaram apenas os quatro primeiros anos do que corresponderia, atualmente, ao Ensino Fundamental, pois as orientações dos empréstimos do Grupo Banco Mundial focalizavam apenas essa etapa da educação.

O III PSCED (1980-1985), reconhecendo que a educação era profundamente condicionada pela pobreza e que o sistema de ensino apresentava forte tendência seletiva, estabeleceu a educação no meio rural e a educação nas periferias urbanas como duas linhas programáticas nacionais prioritárias (FREITAS, 2007, p. 21).

Com o fim do “milagre econômico” aproximando-se, as crises econômica, nacional e internacional, repercutiram sobre o Governo Militar. Pressionado, interna e externamente, e em busca de legitimação, as “Questões sociais passaram a ser tratadas como questões políticas [...]”, seguindo as orientações de Organizações Internacionais (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 35).

Voltou-se, então, para o desenvolvimento de programas e ações dirigidas às áreas mais pobres do país, como os estados do *Nordeste*, a *zona rural* e as periferias. A educação perdia, assim, parte do papel que possuía no projeto desenvolvimentista e tecnocrático, e passou a servir – no plano do discurso – como instrumento para atenuar, a curto prazo, a situação de desigualdade regional e de pobreza gerada pela cruel concentração de renda decorrente do modelo econômico (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 35).

Nesse contexto, econômico e político, Scaff (2007, p. 50), comenta que “[...] entre 1983 e 1994, a porcentagem de empréstimos do Banco²⁰⁶ para o setor educacional brasileiro cresceu de 1,6% para 6,5% do total de empréstimos desse Organismo para o País”. Por meio desses empréstimos, pesadas taxas de juros contribuía para aumentar a dívida externa do país, assim como, condicionalidades impostas à política educacional repercutiam no direcionamento dos projetos, programas e políticas do Governo Federal nos anos 1980, focalizando o que corresponderia hoje, aos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental (PEREIRA, 2007; SCAFF, 2007).

Dentre os mais vultuosos empréstimos do Grupo Banco Mundial para o setor educacional brasileiro, nos anos 1980, está o Projeto Nordeste, um programa que pretendia desenvolver e educar o meio rural nordestino.

O ponto de partida do Projeto Nordeste foi, sem dúvida, a abertura política em curso no último governo militar, além da constatação da continuidade e agravamento das condições sócio-econômicas do meio rural nordestino, e da avaliação da pouca eficácia e efetividade dos programas anteriores ou em andamento para a solução dos problemas de pobreza e de desenvolvimento rural na região (IICA, 1989b, p. 84).

²⁰⁶ Aqui, o autor refere-se ao Grupo Banco Mundial.

O Projeto Nordeste foi um programa de desenvolvimento regional, direcionado para a educação primária e financiado pelo Grupo Banco Mundial, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, o MEC e a SUDENE. O IICA entrou nessa parceria, assessorando o MEC na formulação de políticas educacionais de longo prazo. As discussões duraram uma década e o Projeto Nordeste foi implementado, somente em 1994. No entanto, outro programa destinado para os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental e financiado pelo Grupo Banco Mundial, o Edurural, teve duração de 1980 a 1988, incorporando grande parte das discussões que vinham sendo realizadas no Projeto Nordeste (PEREIRA, 2007; SCAFF, 2007; WAISELFISZ, 1990).

Interessante observar, que devido ao vultoso orçamento que envolvia o Projeto Nordeste e também as mudanças neoliberais implementadas no planejamento e na gestão das Instituições Públicas, as discussões e disputas entre o grupo de trabalho criado para discutir o projeto acirraram-se, o que contribuiu para que o mesmo só fosse implementado em 1994²⁰⁷. A SUDENE e o MEC disputavam por rubricas orçamentárias, no entanto, o MEC saiu vitorioso nessa disputa, pois a educação foi colocada como foco central pelo Grupo Banco Mundial, ainda que a serviço da proposta de desenvolvimento regional. Disputas entre o MEC e as secretarias estaduais e municipais de educação também prolongaram a execução do Projeto Nordeste. As secretarias queriam o direito de formular e decidir as políticas educacionais e não somente executá-las, no entanto, a descentralização administrativa neoliberal já estava posta (PEREIRA, 2007).

O que ficou claro na atuação do IICA junto ao MEC, nos anos 1980, foi a integração das políticas educacionais com as políticas de desenvolvimento rural, pois o Instituto acreditava que “[...] cada setor pode dar a sua contribuição específica, sempre e quando o desenvolvimento for visto como um processo integral”. Nesse sentido, o IICA passou a adotar uma postura “interdisciplinar” em relação aos projetos em que atuava no país em parceria com o MEC²⁰⁸ (BORDENAVE, 1990, p. 147).

Nos anos 1980, o IICA, em parceria com o MEC, atuava de duas maneiras nos projetos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento rural. De um lado, o IICA

²⁰⁷ Não foram encontrados documentos, nem literatura especializada que esclareça se o IICA assessorou o MEC no ano de 1994, na implementação do Projeto Nordeste.

²⁰⁸ Um exemplo, foi o Projeto “Desenvolvimento Educacional em Áreas Irrigadas”, que o IICA fez parceria com o MEC. Para o Instituto, tudo tornava-se tarefa pedagógica, pois até a irrigação traz uma melhoria educacional, como a construção de escolas e a redução das taxas de analfabetismo (BORDENAVE, 1990).

trabalhava no que chamou de “racionalização da estrutura física”. Neste sentido, o Instituto passou a considerar todas as relações envolvidas na elaboração e implementação de um projeto, por exemplo, como relações pedagógicas e, portanto, formar redes de relações pedagógicas era fundamental para o desenvolvimento regional, local e/ou comunitário. A partir desse momento, o professor passa a fazer parte dessa rede de relações pedagógicas e a escola assume como função, não apenas escolarizar, mas também desenvolver funções comunitárias. Formar capital humano e capital social são funções da escola de educação rural (BORDENAVE, 1990, p. 147-148).

A outra linha de atuação do IICA junto aos projetos, programas e políticas do MEC era “aumentar a competência pedagógica”. Três linhas de trabalho foram desenvolvidas nesse sentido:

- Melhoria da prática pedagógica do professor rural, para não produzir e reproduzir o analfabetismo. O professor produz o analfabetismo porque ensina mal e o reproduz porque só chega a 30% ou 40% das crianças;
- Educação básica de adultos, não-formal, com prioridade para os pais das crianças. A educação contribui para criar competência no sentido de que o pequeno agricultor seja eventualmente capaz de autogestão. Nesta área também se insere o problema da mulher rural, que não participa, em nível igual ao do marido, seja das atividades sociais e culturais da comunidade, seja da gestão do perímetro irrigado. Como isso está produzindo uma ameaça de destruição da família, pensa-se numa estratégia para preservar a família rural que inclua maior e melhor atenção à mulher;
- Capacitação dos que capacitam. Muitos dos que trabalham nos perímetros, como os extensionistas, os técnicos e até os administradores, são agentes educacionais. Eles precisam saber comunicar e precisam também saber ensinar (BORDENAVE, 1990, p. 148).

Elementos como a culpabilização do professor pelo analfabetismo e pelo fracasso escolar dos alunos; a exaltação da educação não-formal; a criação de competências; o princípio da auto-gestão; o empoderamento das mulheres; a afirmação da família; a ideia de agentes educacionais; e, a valorização dos saberes, encontram-se presentes hoje, nos discursos educacionais de Organizações Internacionais. Observamos que estes elementos apontados pelo IICA, tem como objetivo, de um lado, criar uma competência pedagógica no pequeno agricultor, requerida pelo capital, a resiliência²⁰⁹, e de outro lado, contribuir para o “enxugamento” das funções sociais do Estado.

²⁰⁹ Atualmente, ao lado do capital humano, as empresas têm passado a observar e mensurar outro tipo de capital: o capital psicológico. Proposto por Fred Luthans, o capital psicológico seria um estado e/ou comportamento mental positivo constituído por quatro capacidades psicológicas, a saber: a eficácia, a esperança, o otimismo e a resiliência. Segundo Oliveira e Siqueira (2012, p. 6), “[...] as pessoas que possuem

Também na década de 1980, o IICA teve contribuição muito significativa junto ao MEC, na área de avaliação educacional. Segundo Freitas (2007, p. 25), foi nessa década que ocorreram “As primeiras experiências de aferição do rendimento escolar [...]” no Brasil. A pedido do Grupo Banco Mundial, o Instituto formulou uma proposta de avaliação educacional, para que o Banco pudesse avaliar o andamento e a execução dos projetos e programas financiados com seus empréstimos. O MEC, aproveitando a proposta de avaliação educacional formulada pelo IICA, para o Projeto Nordeste, estendeu esse modelo de avaliação para todos os projetos, programas e políticas de educação do Governo Federal²¹⁰ (BORDENAVE, 1990).

No ano de 1988, o IICA em CT com o MEC, implementou um estudo-piloto da proposta de avaliação elaborada nos estados do Rio Grande do Norte e Paraná, dando origem ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau – SAEP, antecedente ao que conhecemos hoje como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. O formulador dessa proposta foi Júlio Jacobo Waiselfisz, consultor do IICA, em 1988.

A origem do SAEB relaciona-se com demandas do Banco Mundial referentes à necessidade de desenvolvimento de um sistema de avaliação do impacto do Projeto Nordeste, segmento Educação, no âmbito do VI Acordo MEC/Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento BIRD (Brasil, 1988) (BONAMINO; FRANCO, 1999, p. 110).

Esse estudo-piloto, de uma proposta de avaliação, deveria responder a três questões educacionais:

essas características afloradas têm maior propensão a enfrentar situações difíceis e delicadas ao que ele enumera como eficácia, pois tais indivíduos têm a facilidade de encontrar soluções para os seus problemas devido a seu otimismo, esperança e perseverança. As pessoas que detêm essas características acreditam que os desafios são polimento para a alma e assim elas mostram ser resilientes”. A resiliência é a capacidade que o indivíduo possui para lidar com os problemas e as adversidades. A categoria resiliência, na perspectiva do capital, assume uma capacidade explicativa muito eficiente sobre os problemas sociais e sobre a capacidade dos sujeitos sobreviverem em situações extremas. Segundo Tavares (2001, p. 8 *apud* FAJARDO; MINAYO; MOREIRA, 2010, p. 769-770), a resiliência é “[...] sua capacidade de responder de forma mais consistente aos desafios e dificuldades, de reagir com flexibilidade e capacidade de recuperação diante desses desafios e circunstâncias desfavoráveis, tendo uma atitude otimista, positiva e perseverante e mantendo um equilíbrio dinâmico durante e após os embates – uma característica de personalidade que, ativada e desenvolvida, possibilita ao sujeito superar-se e às pressões de seu mundo desenvolver um autoconceito realista, autoconfiança e um senso de autoproteção que não desconsidera a abertura ao novo, à mudança, ao outro e à realidade subjacente”.

²¹⁰ É possível ter acesso a essa proposta de avaliação no documento: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. IICA. Proposta de Avaliação do Programa de Educação Básica para o Nordeste (IV Acordo MEC/BIRD). Brasília: IICA, 1988.

a) em que medida as políticas adotadas estão possibilitando o acesso (escolarização) das crianças e a melhoria da qualidade do ensino ministrado? (Eixo: universalização com Qualidade); b) quais são as mudanças nas condições de trabalho e na competência pedagógica do professor? (Eixo: Valorização do Magistério); c) em que medida a gestão educacional tornou-se mais eficiente e democrática? (Eixo: Democratização do Ensino) (WAISELFISZ, 1988, p. 4 *apud* FREITAS, 2007, p. 36-37).

Nesse momento, a avaliação no interior do MEC, segundo Waiselfisz (1988, p. 7 *apud* FREITAS, 2007, p. 39), converteu-se em “[...] poderosa ‘indutora’ de mudanças, ao originar expectativas e preparação por parte das unidades avaliadas, análise de seus aspectos ‘fracos’ de acordo com critérios que orientam a medida, avaliação para superar problemas [...]”.

Para o IICA,

A avaliação compreende desde o sistema de gestão educacional no estado, passando pela gestão educacional na escola, a competência do professor e o custo implícito na educação do aluno (o custo do aluno rural é a quarta parte do custo do aluno urbano). Seus propósitos são os seguintes: Primeiro, que os estados assumam a avaliação como fonte de dados e subsídios para a reflexão sobre a própria atividade da secretaria de educação. Nesse sentido, estão sendo formadas equipes estaduais de avaliação. Segundo, que se crie uma estratégia permanente de avaliação do que está sendo feito, para não se continuar a cometer antigos erros (BORDENAVE, 1990, p. 146).

Para além das influências do IICA na educação formal, até aqui sistematizadas, o Instituto contribuiu na área de Comunicação Rural e/ou Extensão Agrícola. Veremos, como o IICA contribuiu e contribui para a disseminação de informações no meio rural.

3.2.2 As influências do IICA na Comunicação Rural e/ou Extensão Agrícola

As atividades na área de Comunicação Rural e/ou Extensão Agrícola no Brasil, iniciaram no final dos anos 1950. Em 1957, com a ajuda técnica da Missão Rockefeller²¹¹, viu-se a necessidade, segundo Lima (1990, p. 151), de “[...] formar pelo menos em nível

²¹¹ A Fundação Rockefeller contribuiu para a institucionalização da pesquisa agrícola no Brasil e no restante da América Latina e Caribe. Atuou na construção do projeto da “Revolução Verde” e neste sentido, contribuiu para a capacitação de comunicadores rurais e extensionistas agrícolas (FALLEIROS; PRONKO; OLIVEIRA, 2010; LIMA, 1990).

nacional, na estrutura nacional, um corpo de profissionais capazes de *difundir conceitos e procedimentos extensionistas* que fossem daí por diante estruturados no país”. O IICA, em 1959, começou a capacitar treinadores brasileiros em comunicação rural. Um dos cursos ofertados pelo IICA, para capacitar pessoal na área de comunicação rural e/ou extensão agrícola na América Latina e Caribe, ocorreu em 1960, em São José, Costa Rica. O Curso de Adestramento de Extensionistas em Comunicação – ADECO, influenciou toda a atividade de extensão rural no Brasil e seu objetivo era “[...] a capacitação de profissionais que retornariam a seus países e nele formariam treinadores para a comunicação” (LIMA, 1990, p. 152).

No ano de 1972, o IICA contribuiu com a criação de um Programa de Mestrado na Universidade de Brasília – UNB, no qual o objetivo era “[...] formar comunicadores voltados para o meio rural, isto é, profissionais especializados em *pedagogia* para atuarem junto ao produtor rural, os chamados ‘comunicadores estrategistas’” (LIMA, 1990, p. 153, *grifo nosso*). O Brasil, pela sua grande extensão territorial, necessitava unificar os projetos de desenvolvimento rural, nos anos 1960 e 1970, e para cumprir essa missão, o IICA acreditava que o comunicador rural seria o “engenheiro social das mudanças”.

No estado do Paraná, na década de 1970, o IICA contribuiu com a Secretaria de Agricultura, por meio de assessoria técnica, na montagem do Sistema Integrado de Comunicação Rural. Segundo Lima (1990, p. 155), “[...] uma experiência pioneira em que sete empresas públicas e autarquias vinculadas à Secretaria de Agricultura desenvolveram de modo cooperativo e integrado suas estratégias de comunicação”.

Compreendemos que a Comunicação e/ou Extensão Agrícola foram atividades estratégicas do Estado para disseminar as informações rurais e agrícolas pretendidas pelo capital, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Formar o consenso em torno das propostas de desenvolvimento rural, portanto, era tarefa do comunicador rural e/ou do extensionista agrícola. Nesse sentido, o IICA contribuiu com o Estado brasileiro na capacitação desses “engenheiros sociais das mudanças” (BORDENAVE, 1990).

Ressaltamos aqui, as contribuições de Paulo Freire, na obra “Extensão ou Comunicação?”, para pensar as ações do IICA nessa área. Essa obra foi publicada no ano de 1969 e trazia a discussão sobre a “invasão cultural” praticada por meio da comunicação e/ou extensão agrícola, bem como, da relação estabelecida entre invasores (técnicos

agrícolas) e invadidos (pequenos produtores rurais). Para Freire (1985), a atividade de extensão é uma relação não-dialógica e, portanto, não educativa.

Tôda invasão sugere, òbviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde êle parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos dêste seu sistema de valôres. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias, situam seus polos em posições antagônicas. O primeiro atua, os segundos têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra, os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro. O invasor pensa, na melhor das hipóteses, sôbre os segundos, jamais com êles; êstes são “pensados” por aquêles. O invasor prescreve; os invadidos são pacientes da prescrição. Para que a invasão cultural seja efetiva e o invasor cultural logre seus objetivos, faz-se necessário que esta ação seja auxiliada por outras que, servindo a ela, são distintas dimensões da teoria antidialógica. Assim é que tôda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade (FREIRE, 1985, p. 26-27).

Compreendemos que o IICA, por meio das ações na área da comunicação e/ou extensão agrícola, age orientado para a construção de um consenso capitalista no meio rural, no entanto, contraditoriamente, nos questionamos se os conhecimentos levados pelos técnicos aos pequenos agricultores, não pode, possibilitar melhoras significativas na vida dessas pessoas.

3.2.3 As influências do IICA na Informação e na Documentação da Pesquisa Agrícola

Para formar o consenso em torno das propostas de desenvolvimento para as áreas rurais, no Continente Americano, o IICA desenvolveu um sistema integrado de informação e documentação sobre estudos e pesquisas agrícolas. Em 1967, o Instituto criou o Programa Interamericano para o Desenvolvimento das Bibliotecas Agrícolas – PIDBA, que tinha como objetivo melhorar o gerenciamento de bibliotecas e centros de documentação nas Américas e, em 1972, criou o CIDIA, discutido anteriormente, no primeiro Capítulo desta pesquisa (BORDENAVE, 1990; CURVO FILHO, 1990).

O CIDIA colaborou com o Brasil, em 1975, no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola – SNIDA, que por sua vez, contribuiu na criação, em 1978, da Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI, que no ano de

1982, torna-se Centro Nacional de Informação e Documentação Agrícola – CENAGRI (CURVO FILHO, 1990).

Essas poucas ações, propiciaram que as ideias, conhecimentos, técnicas e materiais produzidos pelo IICA pudessem atingir os países latino-americanos, por meio de uma rede de informação e documentação agrícola desenvolvida em cada Estado membro, contribuindo para o processo formal de educação, principalmente no Ensino Superior das Ciências Agrárias.

3.2.4 As influências do IICA na Capacitação

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, observamos que o IICA atuou no sistema educacional brasileiro nas áreas da educação agrícola e rural, na comunicação rural e/ou extensão agrícola e na informação e documentação da pesquisa agrícola. Todas as influências nessas áreas, ocorreram por meio de uma atividade que é considerada central para o Instituto, desde a sua criação até hoje: a capacitação.

Até os anos 1990, a capacitação esteve presente em todas as CT prestadas pelo IICA ao Brasil, pois o fortalecimento institucional sempre foi um dos objetivos do Instituto no Continente Americano. A partir dos anos 1990, mais especificamente nos anos 2000, o IICA passou a centrar suas influências educacionais na capacitação para o desenvolvimento sustentável (BORDENAVE, 1990).

A seguir, no item 3.3, discutimos como o IICA, por meio da atividade de capacitação, desenvolve a sua concepção de educação para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a formação de capitais, humano e social, requeridos pelo capital.

3.3 Capacitação: a perspectiva educacional do IICA para formar capitais, humano e social, para o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial

As experiências do IICA em CT no Brasil, desde a década de 1960, mostraram que o desenvolvimento econômico das áreas rurais só pode ser alcançado por meio de uma proposta de educação que atenda as necessidades das pequenas áreas rurais do país. Essas necessidades relacionam-se com a materialidade do campo brasileiro, marcado pelas lutas

e confrontos pelo acesso a terra, pela pobreza que atinge as populações rurais e pela inexistência de direitos e serviços públicos como saúde e educação. Essas são algumas das especificidades do campo brasileiro, marcado historicamente pela questão agrária (IANNI, 2004).

Diante dessa realidade, o Instituto compreende que a educação no meio rural deve atender a essas “especificidades”, possibilitando, por meio de processos educativos, o desenvolvimento rural sustentável dos Territórios, estes, tidos como unidades de planejamento e gestão do desenvolvimento. Desta forma, a partir dos anos 2000, o IICA assumiu sua perspectiva educacional, elegendo a *capacitação*²¹² como processo educativo para o desenvolvimento integral dos Territórios, pois, para o Instituto, a pobreza rural na América Latina e Caribe relaciona-se com a ausência de *capacidades locais*, e por isso, torna-se impossível alcançar as metas de progresso, justiça social e bem-estar. A capacitação *iccaiiana*, enquanto concepção educacional para o meio rural brasileiro, a partir dos anos 2000, pode ser compreendida como “O aprendizado do que se necessita saber e do que se quer saber fazer” (IICA, 2005c; JARA, 2001, p. 348).

Para o IICA (JARA, 2001, p. 324, *grifo nosso*), “O conceito de desenvolvimento sustentável consiste na *capacidade* de uma sociedade em eliminar as privações de liberdade que bloqueiam o acesso às oportunidades²¹³”, logo, capacitar para o desenvolvimento sustentável permite eliminar os “bloqueios” referentes às “especificidades” do meio rural brasileiro.

A capacitação, assumida pelo IICA, a partir dos anos 2000, realiza-se em espaços não-formais e informais de educação rural²¹⁴, tendo como público alvo os atores sociais²¹⁵

²¹² Não encontramos nos documentos do IICA, nem na literatura, uma definição exata da categoria capacitação. Lucena (2003, p. 946), sinaliza que o termo capacitação foi engendrado no período entre os anos de 1960 e 1980, e que se constitui em “[...] um dos alicerces que perpetua o trabalho alienado [...]”. Para Lucena (2003, p. 946), a capacitação “[...] transforma-se em uma das bases que legitimam o princípio do ‘estar-empregável’: o jeito de viver e trabalhar neoliberal, uma aposta radical no darwinismo social materializado na concorrência e na individualidade”.

²¹³ Percebe-se, que o objetivo *iccaiiano* é por igualdade de oportunidades – equidade, e não por igualdade de condições.

²¹⁴ O IICA faz uma crítica à capacitação realizada nos espaços formais de educação, crítica esta, que vincula-se a perspectiva do Instituto, a partir dos anos 2000, de negação dos processos formais de educação. Para o IICA, “[...] as metodologias de capacitação formais, com comunicação unilateral de ideias externas e experiências alheias, operam feito invasão cultural na relação que separa os entendidos dos supostos ignorantes” (JARA, 2001, p. 351). Observamos que estão presentes aqui, as críticas de Freire (1985), à extensão e comunicação rural.

²¹⁵ “Atores será usado para caracterizar os indivíduos participantes, os sujeitos das ações, os protagonistas. As vezes pode ser uma entidade, porém, que não represente interesses sociais. Por sua vez, atores sociais é uma categoria de análise, constituída de grupos de interesses que podem ser considerados, com algumas limitações, homogêneos, de acordo com a classe social a que pertencem, possuem identidades e visão de

requeridos pelo e para o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial, principalmente técnicos, para compor os quadros do pessoal do Estado em suas diferentes instâncias e, pequenos agricultores, com os conhecimentos tácitos que o desenvolvimento rural necessita. Para o Instituto, a capacitação profissional

[...] representa o motor, a cola e a lanterna que impulsiona, aglutina e ilumina os processos de mudança referentes ao desenvolvimento econômico local. Constitui processo educativo de produção de *conhecimentos práticos* dirigidos à melhoria da produtividade do trabalho, ao mesmo tempo que constrói uma prática social solidária e cidadã (JARA, 2001, p. 344, *grifo nosso*).

A produção de conhecimentos práticos torna-se o foco da capacitação ofertada pelo IICA no meio rural, pois o Instituto tem como objetivo desenvolver *competências* que possibilitem alterar os níveis de pobreza local, bem como, atingir a *coesão social*²¹⁶ requerida pelo e para o desenvolvimento sustentável. Na perspectiva educacional do IICA, formar competências é fundamental, pois o desenvolvimento rural sustentável dos Territórios dependerá de “ambientes sociais policompetentes” e, portanto, “O processo de construção de habilidades e capacidades operativas será o eixo vertebral da capacitação vinculada ao desenvolvimento econômico local” (JARA, 2001, p. 345).

A capacitação é compreendida pelo IICA, como um projeto formativo para capacitar o “novo profissional” para o desenvolvimento rural sustentável. Esse novo profissional, não seria simplesmente um técnico, mas um “prático reflexivo”, que busca nos conhecimentos práticos²¹⁷ e/ou tácitos²¹⁸, *know-how*, a solução para os problemas. Um dos principais teóricos utilizados pelo IICA para embasar a capacitação desse novo

mundo próprias, intervindo na sociedade, ativa ou passivamente, na defesa de seus interesses econômicos, políticos e sociais. Esses atores são as instituições públicas e privadas, os partidos políticos e as organizações do terceiro setor (HUDSON, 1995). As ONGs não são consideradas como atores sociais, por representarem “uma racionalidade técnica e não interesses sociais” (Buarque, 1998, p. 28), na sua maioria” (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 17-18).

²¹⁶ A categoria coesão social, utilizada pelo IICA, foi desenvolvida no Capítulo 2 desta pesquisa. Em específico, sobre a concepção educacional do IICA e a relação com a coesão social, o Instituto compreende que “Busca-se a formação e a capacitação que agreguem novos elementos de coesão ao tecido social” (JARA, 2001, p. 342).

²¹⁷ Referindo aos processos de capacitação, o IICA compreende que “Quando se aprender na prática, ocorre uma alquimia no comportamento à proporção que os problemas são vivenciados, e constroem-se novas relações à proporção que as experiências são processadas em ambiente participativo para identificar os resultados do conhecimento no querer, poder e saber em perspectiva social” (JARA, 2001, p. 346).

²¹⁸ Schön denomina o conhecimento tácito como “reflexão na ação” e o IICA incorpora essa concepção em seus processos de capacitação profissional (DUARTE, 2003; FURTADO; FURTADO, 2000).

profissional é Donald Schön²¹⁹. Segundo Duarte (2003), o pensamento de Schön sobre a formação profissional, desvaloriza os conhecimentos científico, teórico e acadêmico, assim como desvaloriza a pedagogia escolar – por isso a perspectiva de capacitação *iicaiana* realiza-se em espaços não-formais e informais de educação rural.

Na perspectiva do IICA e de Schön, sobre a capacitação profissional, a epistemologia da prática orienta todo o processo formativo, uma vez que o “saber fazer” é exaltado como a competência para o trabalhador do Século XXI. Os conhecimentos científicos são secundarizados²²⁰ no processo de ensino-aprendizagem e os saberes *delorsianos* para o Século XXI, tornam-se “aprendizados” da capacitação *iicaiana*, entendida aqui como “educação funcional”. “Aprender a aprender²²¹”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos²²²” e “aprender a ser”, são os saberes que garantem o desenvolvimento de capacidades, competências e habilidades requeridas pelo Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Este, compreendido como uma versão neoliberal do capitalismo: o capitalismo verde politicamente correto (DELORS, 1998; DUARTE, 2003; IICA, 2005c; JARA, 2001).

Para o IICA, a capacitação do novo profissional para o desenvolvimento rural sustentável

[...] deve ser entendida como um processo educativo e formativo, que abrange também mudanças na forma de ver a realidade, indispensáveis à compreensão e à efetivação das ações a serem desenvolvidas no local. Por isso, a concepção de capacitação subjacente à formação do capital social implica também a formação de um *profissional reflexivo e interativo*, considerado necessário à ação

²¹⁹ Donald Schön (1930-1997), americano, foi pedagogo e professor do MIT. Debruçou-se sobre as pesquisas relacionadas com as aprendizagens organizacionais e com a eficácia profissional.

²²⁰ Como crítica aos conhecimentos científicos e parafraseando Jean-Yves Leloup (escritor, teólogo e filósofo francês), o Instituto afirma que a “[...] educação clássica têm se resumido a um processo de adestramento racional e aquisição de um repertório comportamental adaptativo a um contexto mórbido em grande escala” (JARA, 2001, p. 321). Afirma-se, que a educação clássica torna-se um “alienante sistema” e que faz-se urgente processos educativos mais “humanos”. Questionamo-nos: a capacitação *iicaiana*?

²²¹ Para o IICA, “É importante que os agricultores familiares aprendam e internalizem novos conhecimentos, que mudem atitudes, comportamentos e as práticas que reproduzem estados existenciais negativos. Isso supõe organizar o processo de capacitação em um ambiente cooperativo e solidário, no qual de *aprende a aprender*” (JARA, 2001, p. 350, *grifo nosso*). Faz-se importante destacar, ainda nesta citação, que os estados existenciais negativos referem-se aos estados de pobreza absoluta, que podem acarretar convulsões sociais que possibilitam a aproximação dos pobres rurais com os ideais anarquistas, socialistas e comunistas de sociedade.

²²² “Aprender a viver juntos” constitui-se num pilar fundamental para a construção do consenso em torno da proposta de desenvolvimento sustentável do IICA. O Instituto acredita, que é preciso “[...] desenvolver a capacidade de convivência com os outros [...]”, a fim de, construir uma “[...] malha social dialógica e interligada, enriquecida por vínculos de cooperação, laços de vizinhança e sentimentos de solidariedade” (JARA, 2001, p. 323).

transformadora, requerida pela nova proposta de ação no desenvolvimento local (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 43-44, *grifo nosso*).

Os apelos *iicaianos* por um profissional reflexivo e interativo, centram o processo de capacitação no desenvolvimento de “competências requeridas pela prática”. Compreendemos que esse movimento, da valorização das competências nos processos educativos do IICA, via capacitação, foi resultado do movimento da reestruturação do capitalismo nos anos 1960 e 1970, que demandou um novo tipo de trabalhador nos anos 1990. As exigências do novo regime de acumulação *toyotista* repercutiram sobre a educação e as reformas educacionais, nos anos 1990 e início do Século XXI, que atenderam aos anseios do capital por um trabalhador flexível, educado por meio de um “modelo de competência” transferido do processo produtivo da fábrica para o processo de ensino-aprendizagem da escola. A “pedagogia das competências” chegou à educação rural (ANTUNES, 2008; RAMOS, 2001)?

Em alguns documentos do IICA, assumidos como base documental nesta pesquisa (FURTADO; FURTADO, 2000; IICA, 2005c; JARA, 2001), identificamos que a educação para as áreas rurais é assumida na perspectiva da valorização da capacitação, em detrimento dos processos de qualificação. Esse deslocamento, na perspectiva educacional do Instituto, a partir dos anos 2000, da qualificação para a capacitação, situa-se em um movimento mais amplo, da reestruturação do capitalismo nos anos 1990. Faz-se importante relembrar, que até os anos 1990, o IICA atuava na Educação Básica brasileira por meio da qualificação (ver item 3.2).

Orientado pelos modelos *toyotistas* de administração e gestão de empresas, esse deslocamento sugere que a qualificação formal, no Século XXI, não atende mais às necessidades de formação do trabalhador flexível requerido pelo mercado. Nesta perspectiva, a qualificação é compreendida como um processo amplo de ensino-aprendizagem, pelo qual o indivíduo adquire conhecimentos gerais (teóricos, técnicos e operacionais), indicando que o mesmo possui as condições necessárias para exercer determinada função, no entanto, ainda não está apto para tal. A aptidão para realizar determinada função só é adquirida por meio da capacitação, processo pelo qual o indivíduo adquire conhecimentos específicos, mas flexíveis, ou seja, processo de ensino-aprendizagem que desenvolve competências no indivíduo, conhecimento prático, *know-how*. Notamos nessa perspectiva, que a ênfase na formação do indivíduo está na

capacitação de competências e não na qualificação²²³. A capacitação seria um processo de formação continuada frente às mutações do mundo do trabalho. Nesse processo, os conhecimentos científicos são secundarizados em relação às competências (DUARTE, 2003; FURTADO; FURTADO, 2000; IICA, 2005c; JARA 2001; RAMOS, 2001).

De acordo com o IICA, “A capacitação que é educativa trata de dotar os produtores com *capacidades modernas para a competência* no mercado, no trabalho e na adaptação às rápidas mudanças da estrutura produtiva” (JARA, 2001, p. 346, *grifo nosso*). Assim, observamos nesta concepção, que todo o processo formativo do indivíduo fica subsumido aos apelos do mercado com sua face sustentável e as competências, constituem-se no novo paradigma formativo, esvaziado epistemologicamente.

Para o Instituto, o processo de capacitação educacional diferencia-se das atividades de treinamento²²⁴, estas consideradas pelo IICA como “capacitação mecanicista”. A capacitação mecanicista “[...] limita-se a preparar os produtores para o uso de técnicas úteis e instrumentais, impedindo a compreensão do todo” (JARA, 2001, p. 343), enquanto que na capacitação libertadora, a “[...] meta é fazê-los *sentipensantes*²²⁵, habilitados à comunicação, partidários da verdade, do respeito e do zelo, motivando-os a empreender espaços compartilhados e desejáveis de convivência social” (JARA, 2001, p. 343). Assim concebida, a capacitação libertadora, “[...] ocorre por meio de trocas de experiências e vivência de situações reais, da discussão conjunta valorizando as opiniões e o conhecimento individual, reduzindo, sobretudo, o individualismo na aprendizagem e enfatizando a construção coletiva do conhecimento” (FURTADO; FURTADO, 2000, p. 46).

²²³ A partir da década de 1990, propagou-se um discurso em nível mundial, de que as responsabilidades pela capacidade de empregar-se eram do indivíduo, ou seja, um discurso de que a condição de *empregabilidade* dependeria dos esforços individuais empreendidos em “formação continuada” pelo trabalhador. Nesse contexto, de educação para a competitividade, há uma corrida empreendedora dos indivíduos para permanecerem “atualizados” frente as constantes transformações e reestruturações produtivas. Desenvolver habilidades de empregabilidade, *employability skills*, constitui o novo discurso empresarial transferido para a educação. Nesse discurso, as competências são exaltadas (SHIROMA; CAMPOS, 1997). Segundo Gentili (1998, p. 89 *apud* MOTTA, 2008, p. 554), a empregabilidade é definida “[...] como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece”.

²²⁴ O IICA compreende que treinamento equivale a “[...] instrumentalização para os atos de trabalho, com o tempo e as condições bem definidas. Assim sendo, diz respeito aos processos operatórios para o exercício da profissão. Age no ‘aqui agora’, instrumentaliza o comportamento e abastece o indivíduo para agir” (SANTOS, 1978, p. 129 *apud* FURTADO; FURTADO, 2000, p. 44).

²²⁵ O termo *sentipensante* refere-se à capacidade do pensar responsável do ser humano. É um termo utilizado por Humberto Maturana e Sima Nisis de Rezepka na obra “Formação Humana e Capacitação” (JARA, 2001, p. 343).

Ainda que o discurso do IICA sobre a “capacitação libertadora” remeta a uma educação libertadora nos moldes *freireanos*²²⁶, sua efetiva atuação age de acordo com as tendências do mercado e dos discursos educacionais pautados no “modelo das competências”. Para o Instituto, a libertação não remete à emancipação humana no sentido marxiano²²⁷, mas cumpre uma função muito específica no seio do capital: capacitar para empoderar, para satisfazer minimamente as condições da emancipação política necessária para o capitalismo no meio rural desenvolver-se. Assim, o empoderamento²²⁸ dos “atores sociais” locais para o desenvolvimento rural sustentável, compreendido pelo IICA como liberdade e/ou autonomia, dar-se-á por meio de processo de capacitação (FURTADO; FURTADO, 2001; JARA, 2001; RAMOS, 2001).

Chamou-nos atenção, o ecletismo teórico presente no enfoque conceitual da capacitação para o desenvolvimento rural sustentável do IICA. A construção conceitual do Instituto envolve autores como: Donald Schön; Paulo Freire; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Emilia Ferreiro; Ana Teberoski; Edgar Schein²²⁹; Angel Pérez Gómez²³⁰; entre outros. Esses autores divergem, de forma epistemológica e metodológica, bem como politicamente

²²⁶ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir as concepções de Paulo Freire (1921-1997).

²²⁷ A respeito da emancipação política, pretendida pelo IICA por meio da capacitação libertadora, seria pertinente retornar a obra “A Questão Judaica”, de Karl Marx. Para Marx (1989), a emancipação humana coincide com a emancipação religiosa e não coincide com a emancipação política, pois é possível que os homens sejam politicamente livres, sem, no entanto, serem emancipados na sua condição genérica e coletiva de seres sociais. Para Marx (1989, p. 30), “A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral”, portanto, emancipação limitada, quando não coincide com a emancipação humana, ainda que contraditoriamente progressista, dadas as circunstâncias do real, do concreto. Para Marx (1989, p. 30), “A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política”.

²²⁸ Batista (2006, p. 1), esclarece a função do discurso do empoderamento e/ou *empowerment*. “A partir dos anos 90 houve uma ressemantização do chamado toyotismo, quando as tendências organizacionais apontaram o caminho do *empowerment* como uma nova forma de gestão do processo de trabalho. O discurso ‘novo’ das equipes auto-gerenciais, da criatividade, da autonomia, da horizontalização das relações hierárquicas vem se espalhando em meio às organizações ‘modernas’. O trabalho imaterial objetiva-se cada vez mais e a subjetividade é capturada pelo processo produtivo”. E complementa: “Em tradução literal *empowerment* significa empoderar. Contudo, na terminologia da administração moderna, abarca um conjunto de normas, técnicas e estratégias de comprometer o trabalhador em sua dimensão particular, subjetiva, de ‘incorporar’ seu capital intelectual ao capital estrutural da organização, a partir de formas combinadas de extração de mais-valia absoluta e relativa e camuflados por um discurso de emancipação do trabalho. Ao mesmo tempo em que promove discursos de liberdade e autonomia, e de ataque à rotina, à carreira pré-determinada, etc, corrói os laços de solidariedade coletiva, dissemina o medo e diminui a capacidade de resistência dos grupos, além de criar meios de controle e dominação diferentes dos utilizados na era tayloristafordista”.

²²⁹ Na década de 1980, junto ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT, Schein desenvolveu um “modelo de cultura organizacional”, que hierarquizou os níveis de conhecimentos e destacou a importância das competências e atitudes (FURTADO; FURTADO, 2000).

²³⁰ Duarte (2003, p. 612) enfatiza que Angel Pérez Gómez, “[...] deixa claras as relações entre, por um lado, o espírito anticientífico e subjetivista da epistemologia pós-moderna e, por outro lado, o espírito pragmatista típico da ideologia neoliberal, isto é, a ideologia do capitalismo contemporâneo [...]”.

nas suas elaborações teóricas. Questionamo-nos, se esse ecletismo teórico é uma estratégia do Instituto para obter legitimidade nos Estados membros e/ou, faz parte do movimento pós-moderno de esvaziamento histórico das teorias.

A esse respeito, observamos que na construção dos documentos do IICA, existe uma tentativa de utilizar “um pouco de cada autor”, movimento típico da tendência pós-moderna, que busca o esvaziamento histórico das teorias, com o objetivo de afirmação de uma “teoria esvaziada de teoria” – vazio epistemológico, que é a ideologia neoliberal. Nesta lógica, dois movimentos são observados na elaboração conceitual do IICA, sobre a capacitação para o desenvolvimento rural sustentável: de um lado, afirma-se “o espírito anticientífico e subjetivista da epistemologia pós-moderna”, por meio da valorização das competências em detrimento dos conhecimentos científicos, de outro, “o espírito pragmatista típico da ideologia neoliberal”, por meio da visão funcional da educação voltada para o desenvolvimento sustentável (DUARTE, 2003).

Ainda sobre as miscelâneas teóricas do IICA, a capacitação do profissional voltado para o desenvolvimento rural sustentável afirma que a capacitação reflexiva deve caminhar “de mãos dadas com a epistemologia construtivista²³¹”. Sobre essa relação, entre as aproximações das teorias do profissional reflexivo e do construtivismo, Duarte (2003, p. 610), sinaliza que foi um movimento educacional que aconteceu simultaneamente no Brasil e que “Esses dois ideários fazem parte de um universo pedagógico ao qual venho chamando de ‘as pedagogias do aprender a aprender’”. Ambas centram o processo de ensino-aprendizagem no indivíduo (aluno e/ou professor), bem como valorizam mais o processo de aprendizagem do que o ensino. Segundo o IICA, “Toda capacitação implica ensino e transferência de conhecimentos. O fundamental da capacitação, como processo, está mais no aprendizado e menos no ensino. Sem aprendizagem a capacitação torna-se inócua” (JARA, 2001, p. 348).

Compreendemos, que a função do professor - de ensinar - na concepção educacional do IICA, fica subjugada à autonomia do aluno, “de aprender a aprender a empreender”. Ainda que soe ao leitor como uma escrita redundante, os termos estão corretamente situados na construção sintática e histórica da educação capitalista. O

²³¹ Para o IICA, “Quando a capacitação caminha de mãos dadas com a epistemologia construtivista, potencializa o conhecimento no processo de criar a sociedade sustentável, e promove o empoderamento quando, ao formar recursos humanos, envolve as pessoas diretamente nos processos dentro do marco da reflexividade – trabalhando os problemas e as experiências e semeando solidariedade” (JARA, 2001, p. 344).

professor, na concepção *iicaiana* de capacitação é visto como um “facilitador” e/ou um “docente capacitador” (JARA, 2001).

Para o IICA, a função assumida pelos facilitadores nos processos de capacitação, é viabilizar os processos de desenvolvimento sustentável.

Facilitadores hábeis serão capazes de orientar as organizações por um caminho coletivo de aprendizado, com vivência, participação, alegria e inteligência. Facilitar, ficando junto para criar novos conhecimentos e saber como aplicá-los em sentido resolutivo na aquisição de habilidades e na troca de valores e atitudes funcionais ao desenvolvimento sustentável (JARA, 2001, p. 331).

O IICA compreende que o papel do professor, como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, é uma posição educacional “progressista” em relação à posição “tradicional” do professor, como autoridade do conhecimento. Carl Ransom Rogers (1902-1987), psicólogo norte-americano, foi um dos intelectuais que afirmou ser a facilitação da aprendizagem a função do professor, e não, a transmissão de conhecimentos. Rogers, apoiado no método fenomenológico, criou a Abordagem Centrada na Pessoa – ACP, que no campo educacional brasileiro foi amplamente divulgada como Orientação Não Diretiva. Na “pedagogia rogeriana”, o professor por meio de métodos não diretivos facilita a aprendizagem dos alunos, centrando todo o processo no aluno e na sua capacidade aprender a aprender (JARA, 2001; MOREIRA, 2010).

Segundo Panegalli (2015), o facilitador

[...] deve ser aquela pessoa capaz de contribuir para a realização do processo de improvisar e refinar o improviso de uma outra pessoa, no caso o estudante; e para realizar esta árdua tarefa, esse ser humano deve estar constantemente atualizado, caso contrário ele não estará instruindo, treinando ou facilitando, mas impondo paradigmas e conceitos que não podem contribuir mais para a mudança e melhoria contínua da qualidade do comportamento dos seus aprendizes (PANEGALLI, 2015, p. 1).

Na perspectiva mencionada, do professor como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, observamos que existe uma negação da tarefa de ensinar paradigmas e conceitos, movimento típico da pós-modernidade, discutido anteriormente. O IICA compartilha desta perspectiva, quando assume que a função do professor é facilitar a socialização de “saberes” para a resolução de problemas, e não ensinar conteúdos,

paradigmas e “conceitos”: o conhecimento necessita ser traduzido em informações, ser quantificado segundo as elucubrações *lyotardianas*²³². Observamos, que todo o processo de capacitação educacional do Instituto está voltado para a funcionalidade do desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, em específico dos Territórios e que o papel do professor é ser um facilitador desse processo. Nesse sentido, os conteúdos da capacitação *iicaiana* ficam circunscritos aos saberes necessários para desenvolver, com eficiência, a proposta do Instituto. Esses saberes, segundo o Instituto, ancoram-se no saber local dos pequenos produtores rurais, pois “O que se aprende mais é a racionalidade da situação que se busca aprender, e menos os conteúdos”, estes, tidos como “invasão cultural”. Lembrando o leitor, de que nesta crítica, o IICA constitui-se no próprio invasor cultural (FREIRE, 1985; JARA, 2001, p. 351).

Um dos intelectuais da pós-modernidade que defende a perspectiva dos saberes em detrimento dos conhecimentos é Jean-François Lyotard. Em sua obra, “A condição pós-moderna”, Lyotard (2011, p. 3), defende a ideia de que “O saber científico é uma espécie de discurso” e que, portanto, cabe à melhor retórica o veredito da verdade. Nesta mesma obra, o autor defende que o saber só será válido quando seu valor de uso é deixado de lado para tornar-se valor de troca. Segundo Lyotard (2011, p. 5), “O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu ‘valor de uso’”.

Nas elucubrações de uma sociedade dita pós-moderna, esta, segundo Sanfelice (2003, p. 11) “[...] entendida, já dito, como sinal cultural de um novo estágio na história do modo-de-produção reinante”, representa, contraditoriamente para Lyotard (2011), o apanágio da educação-mercadoria. Os conhecimentos, compreendidos como saberes,

Em vez de serem difundidos em virtude do seu valor “formativo” ou de sua importância política (administrativa, diplomática, militar), pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes de moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar como no caso da moeda, “conhecimentos de pagamento/conhecimentos de investimento”, ou seja: conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana (reconstituição da força de trabalho, “sobrevivência”) *versus* créditos de conhecimentos com vistas a otimizar as *performances* de um programa (LYOTARD, 2011, p. 7).

²³² Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir a Jean-François Lyotard (1924-1998).

O conhecimento *lyotardiano*, reduzido a um saber prático, encontra eco nas formulações *iicaianas* sobre qual conhecimento faz-se necessário e urgente nas propostas de capacitação do Instituto. Segundo Jara (2001, p. 103), “[...] o conhecimento como o saber e o entendimento prático, a arte ou a habilidade humana de discernir o que é conveniente e atuar de acordo com esses requisitos”, representa a concepção que o IICA tem dos processos educativos. Uma concepção que delega para a educação, via capacitação, a formação de capacidades resilientes nos territórios rurais que se pretendem “sustentáveis”. Dentro de uma lógica *lyotardiana*, da educação como valor de troca, o IICA compreende que a função da sua perspectiva educacional, enquanto capacitação, é formar capital humano e capital social, ambos, considerados pelo Instituto como capitais imprescindíveis para o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial²³³.

Nos documentos do IICA, que compõem a SDRS, é explícita a função que a educação assume e/ou deveria assumir nas áreas rurais. A educação, compreendida como capacitação pelo Instituto, a partir dos anos 2000, tem como objetivos formar capital humano e capital social para gestar os processos de desenvolvimento sustentável no interior dos Territórios²³⁴, bem como diminuir os índices de pobreza nas regiões capacitadas (IICA, 2005c; JARA, 2001).

Essa função educacional, assumida pelo Instituto, insere-se no contexto final dos anos 1990, em que ocorre uma investida neoliberal nas políticas públicas dos países periféricos como o Brasil, intitulando-as de Políticas de Desenvolvimento do Milênio – PDM²³⁵. Essas políticas, materializaram o consenso das propostas de desenvolvimento discutidas nas Conferências da ONU, realizadas a partir dos anos 1960, consubstanciando uma delas em questão, a Conferência de 1992, ocorrida no Rio de Janeiro, na qual se discutiu os ODM. As políticas públicas desde então, passaram a trabalhar com a perspectiva de desenvolvimento de capital social e de capital humano. A primeira, ancorada nas ideias de Robert Putnam e a segunda, em uma versão “rejuvenescida” de Theodore Schultz (MOTTA, 2007; 2008).

²³³ Segundo o IICA, “É necessário repensar a educação considerando a urgente e imprescindível formação de capital humano e capital social em conteúdos adequados às mudanças e às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa e que desejamos tornar sustentável” (JARA, 2001, p. 334).

²³⁴ Para o IICA, “Os territórios que podem construir melhores níveis de equidade socioeconômica são os que dispõem de ‘recursos humanos’, técnicos, gerentes, gestores, líderes, administradores, facilitadores e agentes hábeis em trocas e contatos” (JARA, 2001, p. 337).

²³⁵ Segundo Motta (2007, p. 14), “As ‘políticas de desenvolvimento do milênio’ elaboradas em 2000 resultam da necessidade de a elite dominante realizar alguns ajustes nos mecanismos que dão legitimidade ao processo de abertura comercial nos países ‘em desenvolvimento’, visando a abrandar os efeitos danosos desse processo, principalmente para as camadas mais pobres da população”.

Para o IICA, no final do Século XX e início do Século XXI, o conhecimento²³⁶ é compreendido como uma forma de poder e pode promover equidade econômica e social, na medida em que ajuda a formar dois tipos de capitais: o humano e o social. Para o Instituto, “[...] o capital humano de uma sociedade – entendido como acervo de conhecimento, informação, capacidades, competências e destrezas que possibilita o bem-estar humano integral e a sustentabilidade dos processos – constitui principal fator de desenvolvimento” (IICA, 2005c, p. 27). Desta forma, o capital humano²³⁷ é um fator de investimento para o alívio da pobreza, de um lado, e para a construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável, de outro.

Para o IICA, investir em capital humano significa capacitar pessoas e torná-las “agentes do desenvolvimento” local e/ou territorial. Em outras palavras, significa responsabilizar as pessoas pelo sucesso e também pelo fracasso do desenvolvimento econômico e social em questão, além de delegar para a educação na sociedade capitalista, uma responsabilidade de transformação econômica e social que ela não possui (IICA, 2005c; JARA, 2001).

A ideia do IICA, de que educar e/ou capacitar é uma forma de investimento em capital humano, bem como uma estratégia para o desenvolvimento de territórios rurais, apoia-se nas formulações do economista estadunidense Theodore William Schultz (1902-1998). Ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em 1979, Schultz elaborou a Teoria do Capital Humano – TCH, em que afirmou, que investir na educação do homem é uma forma de investir em desenvolvimento: formação de capital humano. Segundo Motta (2008),

A idéia fundamental da teoria é que o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital: capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é dada pela intensidade de treinamento científico-tecnológico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. A qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador – tornando-o mais produtivo – como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do país e de equalização social (MOTTA, 2008, p. 551).

²³⁶ Para o IICA, “O conhecimento converte-se em fator de sustentabilidade à medida que *seres humanos capacitados* o apliquem a um determinado contexto – território – em forma de decisões inteligentes e em pedagogias que vinculem atores e agentes estimulados por sentimentos respeitosos e solidários” (JARA, 2001, p. 104). Nota-se que para o Instituto a capacitação é atividade essencial, na medida em que “qualifica” as ações dos indivíduos frente às adversidades.

²³⁷ Segundo Arapiraca (1979, p. 33), “[...] o capital humano é algo deliberadamente produzido pelo investimento que se faz no indivíduo a partir da educação formal e do treinamento [...]”.

Segundo Grzybowski (*et al apud* FRIGOTTO, 1995, p. 40), referindo-se ao período do pós-guerra de 1945, explica que “A teoria do capital humano é uma esfera particular da teoria do desenvolvimento, marcada pelo contexto em que foi produzida, uma das expressões ideológicas dominantes desse período”. Logo, no bojo das teorias da modernização pós década de 1950, a TCH de Schultz (1973), já apontava que era necessário investir nos seres humanos, por meio da educação, para que fosse possível alcançar uma agricultura moderna. Uma das categorias de investimento humano, elencada pelo autor como atividade importante para a capacitação humana, era “[...] os programas de estudos para adultos que não se acham organizados em firmas, incluindo-se os programas de extensão, notadamente no campo da agricultura [...]” (SCHULTZ, 1973, p. 42-43), pois, “Simplesmente não é possível ter-se os frutos de uma agricultura moderna e a abundância da moderna indústria sem que se façam grandes investimentos nos seres humanos” (SCHULTZ, 1973, p. 52).

Neste sentido, as ideias *schultzianas*²³⁸ da década de 1970, “atualizadas”, dão respaldo às ações *iicaianas* nos anos 2000, uma vez que a capacitação é compreendida como um investimento em capital humano que resultará nas cadeias produtivas dos territórios rurais. Para Schultz,

A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo (SCHULTZ, 1973, p. 53).

Pensada como investimento de curto, médio e longo prazo, a formação de capital humano, por meio da educação, é uma “[...] fonte de utilidades futuras” e/ou “[...] um investimento nos rendimentos futuros” (SCHULTZ, 1973, p. 58). Assim, a capacitação para o IICA, constitui-se em alicerce de territórios rurais sustentáveis, uma vez que a “[...] formação de capital humano, com prioridade para os quadros jovens, com conhecimentos que capacitem para criar meios de inserção socioeconômica em seu ambiente local”

²³⁸ Utilizaremos este recurso linguístico para nos referir as elaborações teóricas de Theodore William Schultz (1902-1998).

(JARA, 2001, p. 119) é o modelo estratégico adotado nos cursos²³⁹ de capacitação para o desenvolvimento rural sustentável (IICA, 2005c).

Segundo Frigotto (1995), sobre a TCH de Schultz (1973),

A ideia-chave é de que a um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual (FRIGOTTO, 1995, p. 41).

Compreendendo desta forma, o IICA acredita que os processos de capacitação potencializariam o trabalho das populações dos territórios rurais, reduzindo as desigualdades econômicas e sociais – “alívio da pobreza” – e gerando a coesão social necessária para o modelo de sustentabilidade pretendido. Neste ponto, a educação adquire valor econômico e social (FRIGOTTO, 1995; IICA, 2005c; JARA, 2001; MOTTA, 2007; 2008; SCHULTZ, 1973).

No entanto, para pensar as ações educacionais do Instituto, nos anos 2000, Motta (2007; 2008), sinaliza que a educação, para além de cumprir uma “função econômica integradora” que visava nos anos 1970 a modernização das políticas desenvolvimentistas

²³⁹ Desde 1997, o IICA oferece Cursos de Planejamento para o Desenvolvimento Local Sustentável – CPDLS, constituindo-se em “[...] mecanismos de formação e capacitação de profissionais, líderes e atores sociais, que, como multiplicadores, convertem-se em pontos de partida para processos mais abrangentes de gestão social do território” (IICA, 2005, p. 49). Esses cursos, fazem parte do Programa de Formação de Capacidades para o Desenvolvimento Rural do IICA e “[...] constituiu resposta às necessidades identificadas durante o processo de cooperação técnica, tendo ficado evidente que os grandes esforços de investimentos, feitos, até então, para o desenvolvimento rural, careciam de uma base de capacidade local, visando aproveitar os recursos e as oportunidades de mudanças de maneira mais sustentável e dar continuidade aos processos” (IICA, 2005, p. 49). “Os CPDLS são eventos educativos de curta e média duração – entre 10 a 14 semanas. Eles têm por objetivo formar capacidades para facilitar processos de planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável nos territórios. Esses cursos capacitam o pessoal técnico que trabalha em instituições públicas, voltadas para o desenvolvimento, como os líderes de organizações da sociedade civil e as lideranças de organizações locais” (IICA, 2005, p. 57). “Até o ano de 2004, o IICA realizou 18 cursos de curta e média duração nos estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Paraíba, Santa Catarina, *Paraná*, Acre e Pará. Desses, quatorze foram direcionados à capacitação de técnicos de instituições públicas, municipais e ONGs que atuam em nível territorial; e para técnicos dos movimentos sociais (sindicatos e federações de trabalhadores rurais). Os outros quatro cursos foram destinados a líderes e atores sociais dos territórios rurais do Maranhão. O objetivo central dessas atividades foi a capacitação para atividades práticas e de acompanhamento dos processos de planejamento participativo do desenvolvimento sustentável nos territórios. Além disso, o curso CPDLS realizado em 2001, em Santa Catarina, *Paraná* e Pernambuco – estados com diferenças e desigualdades em seus processos de desenvolvimento – deu ênfase à *agricultura familiar* devido à extensão desse tipo de cultivo nos estados mencionados” (IICA, 2005, p. 58).

no Brasil, em plena Ditadura Militar, por meio da integração dos indivíduos no mundo do trabalho, passa, a partir dos anos 1990, a adquirir uma “função econômica de inserção”, ou seja, passa a ser compreendida como estratégia de qualificação e/ou contenção da força de trabalho (ampliou-se a escolaridade obrigatória), bem como um mecanismo de empregabilidade, criado não para as condições de “pleno-emprego”, mas sim, para o desemprego estrutural de um regime de acumulação flexível. Agora, segundo Motta (2008, p. 554, *grifo nosso*), “A ênfase está na *capacidade* e na *competência* que cada indivíduo deve adquirir no mercado educacional para atingir melhores condições de disputa e melhor posição no mercado de trabalho”. A educação é cooptada em sua totalidade pela lógica privada do mercado.

Comprendemos que a perspectiva educacional do IICA, enquanto capacitação, cumpre a missão capitalista de educar para o desemprego nas áreas rurais, bem como, educa para empreender capacidades e competências ausentes nos territórios rurais. Sem dúvida, o Instituto atualizou o arcabouço teórico da TCH nos anos 2000²⁴⁰, com vista a atender os anseios do “capitalismo verde”, aliviado da pobreza e rumo à sustentabilidade.

A ideia de que investir em capital humano é importante para atingir níveis rentáveis de desenvolvimento econômico, irrompe o Século XXI, no entanto, essa ideia vem acompanhada de uma atualização rejuvenescedora, por meio da Teoria do Capital Social - TCS, de Robert David Putnam²⁴¹. Para o cientista político norte-americano, faz-se importante investir em capital social, em relações sociais de cooperação²⁴² ancoradas no que Delors (1998), denominou de “aprender a viver juntos” e/ou “aprender a viver com os outros”. A *capacidade* de uma pessoa confiar em outra é fundamental para obter níveis de capital social compatíveis com sociedades cuja coesão social permite a manutenção de um consenso colaboracionista. A solidariedade orgânica *durkheimiana* (DELORS, 1998; DURKHEIM, 1999; IICA, 2005c; JARA, 2000; MARTINS *et al*, 2010; MOTTA, 2007; 2008).

²⁴⁰ Sobre o “rejuvenescimento da teoria do capital humano”, Motta (2008, p. 554), explicita que: “Frigotto (2000) vai identificar essas ações como ‘rejuvenescimento’ da ‘teoria do capital humano’, cujo conjunto de idéias envolto em uma nova casca de ‘conceitos’ renovados reforçou a disseminação de ideologias como ‘fim do trabalho’, ‘perda da centralidade do trabalho como categoria sociológica fundamental para entender a vida social’, ‘o fim da sociedade do trabalho’ ou o ‘fim da história’ (Frigotto, 2000, p. 142), e construiu um novo senso comum sobre trabalho, educação e ‘sobre a própria individualidade’ (Gentili, 1998, p. 52)”.

²⁴¹ Segundo Motta (2007, p. 191), “Putnam elabora sua definição de ‘capital social’, em complemento à concepção de James Coleman, enumerando vários exemplos dos atributos do ‘capital social’, que englobam tanto variáveis ‘estruturais’ quanto ‘atitudinais’. Não existe uma definição exata do termo, no entanto, sua obra é a referência principal em todos os estudos sobre o tema”.

²⁴² Para o IICA, “A cooperação consiste na união de pessoas para conseguir benefício comum e no trabalho conjunto para construir um mesmo objetivo” (JARA, 2001, p. 138).

O consenso, como construção ideológica, é importante em todas as épocas e contextos, mas a partir de 1990, com a pobreza crescendo em taxas alarmantes devido a ofensiva das políticas econômicas neoliberais, o capital e seus representantes necessitavam de um modelo de desenvolvimento que pudesse ser legitimado mundialmente. O IICA é um desses representantes. A ideia de um modelo de “desenvolvimento humano”, legitimado pelo viés social, cultural e ambiental, foi a estratégia a ser implementada nas políticas econômicas e sociais dos países, principalmente dos periféricos como o Brasil, objetivando minimizar duas ameaças ao modelo capitalista: o risco das convulsões sociais que podem emergir da pobreza extrema e os riscos ocasionados pela degradação ambiental. Aliviar a pobreza e garantir a sustentabilidade são os novos-velhos discursos do capital (MOTTA, 2008).

Ajudar os pobres, capacitando-os para serem resilientes frente às adversidades de uma economia mundializada constitui nova tarefa educacional: educar para sobreviver e/ou educar para o conformismo.

Nesse sentido, a sociedade civil, como um todo, deve, de forma solidária e civicamente consciente, estimular a participação dos pobres nos ativos sociais disponíveis na sociedade, necessários ao ‘desenvolvimento humano’, e *capacitá-los* ao ingresso no mercado, tornando-os produtivos. Assim, à dimensão econômica devem ser agregadas as dimensões cultural e social e à estabilidade econômica deve-se somar a estabilidade política criando, dessa forma, condições favoráveis à manutenção das políticas neoliberais no novo milênio. Para superar os obstáculos políticos e culturais e ‘combater’ a pobreza no contexto da globalização, não basta investir em capital humano, mas fundamentalmente em *capital social* (MOTTA, 2008, p. 556-557, *grifo nosso*).

Para o IICA, uma das causas da pobreza rural é a vulnerabilidade social e territorial, que diminui os laços de cooperação e solidariedade entre os homens. A ausência de uma “participação ativa” nos processos econômicos, sociais, culturais e ambientais resulta, segundo o Instituto, de *capacidades locais não desenvolvidas*, portanto, da ausência de capital social desenvolvido e capaz de assegurar a união pelo bem-estar comum das populações dos Territórios Rurais (IICA, 2005c).

O Instituto acredita, que capacidades locais não desenvolvidas geram uma “trama de exclusão”, que necessita ser “rompida” pela “inserção” dos pobres em processos de desenvolvimento de capacidades produtivas.

Romper com a trama da exclusão é condição prévia para o incremento da coesão social, o que requer uma base de capacidade local e a formação permanente de profissionais locais, de líderes e de instituições com o objetivo de apoiar o processo de construção de confiança, gestão das mudanças, negociação política e ativação da energia local. A experiência tem demonstrado que a lógica que prioriza investir primeiro no fomento de atividades econômicas não incrustadas, social e culturalmente, no tecido social tendem a fracassar em termos de desempenho econômico e podem erodir a organização social (IICA, 2005c, p. 33).

Para além do capital humano, investir²⁴³ em capacidades locais para a construção do capital social requerido pelo desenvolvimento sustentável constitui-se tarefa educacional do IICA nos anos 2000, por meio das atividades de capacitação. Para o Instituto, “Destaca-se o objetivo de construir e deixar capacidades instaladas nos territórios e nas populações que o habitam, o que caracteriza a atividade de capacitação e educação”, ambas, priorizando a formação de capital humano e social (IICA, 2005c, p. 58).

Para o IICA,

O conceito de capital refere-se à qualidade dos relacionamentos sociais e também aos impactos produzidos por esses relacionamentos na vida social e política de uma determinada sociedade [...] Representa o conteúdo, a energia²⁴⁴ coletiva, a substância, ou seja, o ingrediente básico que marca o sentido dos relacionamentos sociais entre indivíduos, organizações, grupos e atores sociais. Capital social é a energia que possibilita o trabalho conjunto entre cidadãos (JARA, 2001, p. 106-107).

Desta forma, cabe à educação²⁴⁵, enquanto capacitação para o Instituto, desenvolver nos indivíduos a capacidade de “aprender a viver juntos” e/ou “aprender a viver com os outros”.

Putnam define como capital social as relações interpessoais e as redes de ajuda mútua e de compartilhamento de valores, que reforcem o desenvolvimento de

²⁴³ Para o IICA, “Desenvolver capital social representa um investimento diferente da natureza produtiva. Constitui habilidade e a capacidade dos membros comunitários e das organizações para trabalhar e lutar juntos, conscientes do novo conceito de riqueza presente no capital social e na qualidade do desenvolvimento local. Seus insumos são as energias sociais de confiança e solidariedade que geram poder e dignidade quando da obtenção de benefícios para todos os atores envolvidos” (JARA, 2001, p. 112-113). Além disso, o Instituto compreende que “Investir em capital social significa descentralizar a gestão local, *empoderando*, e aumentar a ‘rentabilidade’ e o ‘valor agregado’ dos ganhos e da vida social” (JARA, 2001, p. 152).

²⁴⁴ Para o IICA, “A energia do capital social alimenta a confiança no outro fazendo que os atores se abram às alianças, às escolhas e às tomadas de decisões conjuntas para a construção de um futuro comum” (JARA, 2001, p. 107).

²⁴⁵ “A educação em todos os seus aspectos – formal e informal – constitui a fonte mais importante de poder para as comunidades rurais pobres” (JARA, 2001, p. 341).

um espírito colaboracionista baseado numa moralidade cívica, capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico de um grupo social, de um país e mesmo de uma região. Nesse sentido, a elevação do capital social orientaria a organização de grupos de indivíduos engajados na solução de problemas (pobreza, geração de trabalho e renda, assistência social, educação, etc.) sem a intermediação direta do aparelho de Estado (MARTINS *et al*, 2010, p. 139).

Nesse sentido e compreendida como capacidade, o capital social tem a função de “empoderamento dos atores sociais²⁴⁶” e, portanto, deve ser desenvolvida, como forma de investimento, segundo Motta (2007; 2008), no conformismo social da classe trabalhadora, por meio de processos educativos despolitizantes e conformadores (IICA, 2005c; JARA, 2001; MOTTA, 2007; 2008). A compreensão do Instituto é de que

A chave para o desenvolvimento do capital social está na *educação*, quando associada às metodologias participativas²⁴⁷. Constitui poderosa ferramenta que alimenta os valores positivos da cultura, as trocas de experiências e o diálogo entre organizações e atores. Além disso, temos de desenvolver e aplicar pedagogias simples²⁴⁸ que favoreçam a confiança e a cooperação entre as pessoas e os atores sociais (JARA, 2001, p. 109, *grifo nosso*).

Observamos que o IICA, enquanto Organismo especializado em Agricultura, incorpora as elaborações de Putnam sobre capital social em suas ações de capacitação educacional, corroborando para a materialização da educação como a panaceia conjuntural para os problemas estruturais do sistema capitalista. Conforme Motta (2008) nos adverte,

[...] na perspectiva da ‘teoria do capital social’ a educação passa a exercer a dupla função de aprimorar o capital humano para aumentar a competitividade e a produtividade do indivíduo e de construir uma ‘cultura cívica’ como mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, ‘da paz’, necessário para aliviar a pobreza. *Alarga-se o papel da educação e restringe sua função política* (MOTTA, 2008, p. 561).

Nesse contexto, de alargamento despolitizado da função da educação, compreendemos que a concepção *iicaiana* de capacitação, enquanto formação de capital

²⁴⁶ “O *empoderamento* constitui elemento básico do capital social, por ser um conceito estratégico dentro dos processos de transformação social. Tem o objetivo de melhorar as habilidades individuais e coletivas” (JARA, 2001, p. 113).

²⁴⁷ Lembramos que o IICA, criou uma metodologia específica para desenvolver os capitais, humano e social, em seus cursos de capacitação: a INPA.

²⁴⁸ Em sua metodologia de capacitação dos atores sociais, INPA, o Instituto criou a Pedagogia da Capacitação (FURTADO; FURTADO, 2000).

humano e social para o desenvolvimento sustentável, situa-se como o arauto do consenso capitalista nas áreas rurais da América Latina e Caribe. De acordo com Motta,

[...] há um consenso entre os organismos multilaterais de que o desenvolvimento de “capital social” é uma saída à crise que está posta nos anos finais da década de 1990, de forma a aliviar a pobreza que se amplia principalmente nos países mais pobres. A “teoria do capital social” passa a ser a base ideológica das “políticas de desenvolvimento do milênio” e, nesse sentido, promovem-se debates e financiam-se projetos focalizados para a produção do “capital social” em comunidades pobres (MOTTA, 2007, p. 192).

Com a prerrogativa de promover o “bem-estar rural”, o IICA insere-se nas áreas rurais pobres do Brasil – territórios - oferecendo cursos de capacitação que têm como objetivo a formação de capital humano e social para o desenvolvimento sustentável. No entanto, Motta (2008) nos adverte de que a proposta de desenvolvimento sustentável de Organismos Internacionais como o IICA é para a sustentabilidade do capital e que, portanto,

A idéia de desenvolvimento sustentável não enfatiza mais as questões estritamente ambientais como foi difundida nos anos 80. A idéia que foi sendo configurada em torno da concepção de desenvolvimento sustentável para o novo milênio enfatiza o desperdício de potenciais produtivos não só material, mas também o desperdício de recursos humanos – representados pela massa de trabalhadores excluídos do processo produtivo; de recursos materiais – as matérias-primas consumidas de forma avassaladora; de recursos naturais – principalmente aqueles que produzem energia. No entanto, a preocupação não gira em torno somente do desperdício de recursos em si, mas também da possibilidade de se gerar conflito social por causa dele. Nessa perspectiva, o que está em foco não é somente estabelecer estratégias de desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, de *desenvolvimento social* para amenizar os riscos e as seqüelas advindas de uma economia liberada (MOTTA, 2008, p. 564, *grifo nosso*).

Por isso o Instituto investe em capacitações para o “desenvolvimento social”, pois categorias, como capital humano e capital social, materializam uma concepção de educação conformadora, dentro dos quadros da concepção capitalista. Distante, obviamente, da concepção de uma “educação para além do capital”, cuja função da educação para a sustentabilidade é “o desenvolvimento contínuo da consciência socialista” (MÉSZÁROS, 2007; 2008; MOTTA, 2007; 2008).

Portanto, compreendemos neste Capítulo, que apesar de pretender-se transformadora, a concepção educacional do IICA está circunscrita dentro de uma

perspectiva de sociedade e de homem incompatíveis com a concepção de uma educação pautada no trabalho em seu sentido ontológico. É uma concepção de educação para as áreas rurais, que visa a manutenção e a reprodução do capitalismo nesses espaços, de avanço do agronegócio e de reconcentração de terras. Logo, onde o IICA atua capacitando, em territórios rurais pobres, ainda que a aparência do fenômeno social possa parecer transformadora, lembremos que sua constituição histórica, ou seja, sua essência, permanece imutável, enquanto Organização Internacional do capital. Encerramos este Capítulo, assinalando que a problemática de investigação desta pesquisa foi alcançada, pois identificamos e analisamos a concepção educacional do IICA para as áreas rurais: a capacitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tínhamos como problemática inicial identificar e analisar as concepções de desenvolvimento e educação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, para as áreas rurais do Brasil, a partir dos anos 2000. Consideramos que a problemática proposta foi alcançada, uma vez que, ao longo do processo de investigação e exposição desta pesquisa, conseguimos compreender o movimento real do objeto pesquisado e reproduzi-lo idealmente, no plano das elaborações teóricas.

Para situar as concepções de desenvolvimento e educação do IICA, iniciamos o momento de exposição desta pesquisa pela recuperação histórica do Instituto, uma vez que eram inexistentes as produções acadêmicas nesse sentido. Logo, no Capítulo 1, reproduzimos a trajetória histórica do IICA, da sua criação em 1942, aos dias atuais, compreendendo suas ações no Continente Americano como Organismo Especializado em Agricultura, vinculado à Organização dos Estados Americanos - OEA e representante dos interesses do capital norte-americano. Nesse sentido, afirmamos que a expansão desse Instituto reflete a ofensiva expansão imperialista exercida pelos Estados Unidos da América sobre as áreas rurais do Continente Americano, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), com o objetivo de fortalecer o projeto societário do capital: o capitalismo.

Compreendemos que o IICA, por meio da Cooperação Técnica - CT prestada aos seus Estados membros, esvazia as relações de exploração e de luta de classes nas áreas rurais, por meio de um discurso de “revalorização” - leia-se, mercantilização - do espaço rural na América Latina e Caribe, centrada na unidade territorial. No Brasil, em específico, a CT prestada pelo Instituto não questiona as origens agrárias do Estado brasileiro, ao contrário, trabalha para reforçar as desigualdades nas áreas rurais, por meio de propostas de desenvolvimento centradas na aventada *capacidade* dos trabalhadores, estes, considerados responsáveis pelo sucesso ou fracasso da sua condição socioeconômica. Movimento típico da desresponsabilização da “sociedade política” e da responsabilização da “sociedade civil”, esta, compreendida como “iniciativa privada”.

No Capítulo 2, apresentamos a concepção de desenvolvimento do Instituto, orientada para as pequenas propriedades rurais brasileiras, a partir dos anos 2000: o Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Vimos que essa concepção guarda em sua construção histórica, elementos ideológicos de um Organismo que se coloca como produtor e reproduzidor do metabolismo capitalista. Compreendemos que as duas categorias evocadas pelo Instituto - o desenvolvimento sustentável e o enfoque territorial - foram ideologicamente forjadas e engendradas para deslocar as discussões da “grande política” (projetos societários) para a “pequena política” (projetos de governos). Movimento típico, de um Instituto que se coloca como o Moderno Príncipe *gramsciano* às avessas, exercendo por meio do consenso construído, a “reforma moral e intelectual” necessária para garantir a hegemonia burguesa, porque não dizer, no Brasil, hegemonia ruralista, latifundiária e ultraconservadora.

A partir dessa concepção de desenvolvimento, compreendemos que o IICA fragmenta a luta de classes nas áreas rurais brasileiras, afastando qualquer discussão sobre o horizonte da Reforma Agrária no país, entregando de bandeja, a nova bandeira de luta da classe trabalhadora no campo: o desenvolvimento territorial. Centradas na unidade territorial, as lutas pelo acesso a terra passam a ser institucionalizadas, por meio de projetos, programas e políticas do Governo Federal em cooperação com o IICA. Lembramos o leitor, que o Instituto é a terceira Organização Internacional com a maior porcentagem de CT prestada ao Brasil.

No Capítulo 2, não tínhamos como objetivos de investigação e exposição, demonstrar a materialização das concepções do IICA, sobre desenvolvimento, em projetos, programas e políticas do Governo Federal, no entanto, o processo de investigação se mostrou rico em dados que comprovam a influência desse Organismo Especializado em Agricultura no interior do Estado brasileiro, o que procuramos apresentar em diversos momentos desta exposição. Mencionamos isso, para ressaltar o vasto campo de pesquisa que se abre nesse sentido, de compreender a materialização das concepções desse Instituto no Brasil, bem como, para dimensionar a qualidade política da luta dos trabalhadores no campo e exercer a crítica sobre as categorias evocadas como horizonte de luta.

No terceiro e último Capítulo, apresentamos a concepção educacional do IICA: a capacitação. Compreendemos que essa concepção educacional voltada para as pequenas áreas rurais brasileiras, tendo como foco o pequeno agricultor, contribui para potencializar a concepção de desenvolvimento do Instituto. A educação, nesse sentido, é compreendida

como o insumo para o desenvolvimento econômico das pequenas áreas rurais “acometidas” pela pobreza e pela degradação ambiental, pois fornece as matérias-primas indispensáveis: o capital humano *schultziano* e o capital social *putnamiano*.

Compreendida como o remédio para todos os problemas econômicos e sociais do meio rural brasileiro, a educação *iicaiana* tem como objetivos, “aliviar a pobreza” de um lado e do outro, garantir a “sustentabilidade” capitalista. Ambos os discursos do Instituto revelam, por meio dos seus *slogans*, a estratégia delegada à educação: de constituir-se na Panaceia de um “novo espaço rural”, no Brasil e na América Latina e Caribe.

A partir dos anos 2000, o IICA assume a capacitação como proposta educacional não-formal e informal, assentada em pressupostos filosóficos do “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros” e o “aprender a ser”. Capacidades essas, consideradas imprescindíveis ao trabalhador rural local do Século XXI. Os pressupostos *delorsianos* encontram eco no interior das ações do IICA, no Brasil.

Assentada na epistemologia da prática, dos conhecimentos tácitos, *know how*, compreendemos que a capacitação *iicaiana* nega aos pequenos produtores rurais, o acesso aos conhecimentos mais elaborados - os conhecimentos científicos, socializando apenas, o consenso necessário à reprodução metabólica do capital: o saber fazer.

Nesse sentido, compreendemos que as ações educacionais do Instituto no meio rural brasileiro contribuem para consolidar as capacidades, competências e habilidades requeridas pelo Desenvolvimento Rural Sustentável com Enfoque Territorial. Portanto, compreendemos no Capítulo 3, que apesar de pretender-se transformadora, a concepção educacional do IICA está circunscrita dentro de uma perspectiva de sociedade e de homem incompatíveis com a concepção de uma educação pautada no trabalho em seu sentido ontológico. É uma concepção de educação para as áreas rurais, que visa a manutenção e a reprodução do capitalismo nesses espaços, de avanço do agronegócio e de reconcentração de terras. Logo, onde o IICA atua capacitando, em territórios rurais pobres, ainda que a aparência do fenômeno social possa parecer transformadora, lembremos que sua constituição histórica, ou seja, sua essência, permanece imutável, enquanto Organização Internacional do capital.

À guisa de encaminhamentos finais, levando em consideração a categoria da contradição e as *particularidades* históricas do Brasil, com uma estrutura latifundiária que

nega a Reforma Agrária, com uma burguesia ultraconservadora e reacionária que não realizou a revolução burguesa, com uma economia primariamente agrária e exportadora e com uma classe trabalhadora fragmentada no campo e na cidade, questionamo-nos, se as ações do IICA no meio rural brasileiro, não podem vir a constituírem-se, em mecanismos de “modernização” desse espaço “arcaico”? E se, como movimento de “modernização” do “arcaico” desenvolvimento do capitalismo no país, contraditoriamente, o IICA contribuiria para melhorar as condições da classe trabalhadora no campo e assim, contribuir para o desenvolvimento historicamente sustentável? Resumidamente: questionamo-nos se, as ações do IICA, para além de constituírem-se como ações reprodutoras da sociabilidade capitalista, não podem, contraditoriamente, elevar as condições materiais da classe trabalhadora no campo, bem como, sua consciência de classe sobre a necessidade da luta, primeiramente por dentro da ordem, depois, em longo prazo, fora dessa ordem, instituindo uma nova ordem hegemônica?

REFERÊNCIAS

ABC/MRE. *Agência Brasileira de Cooperação*. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ABEAS. *Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior*. Disponível em <<http://www.abeas.com.br/wt/historico.php>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ABREU, Fernando José Marroni de. A evolução da Cooperação Técnica Internacional no Brasil. In: *Mural Internacional*, v. 4, n. 2, p. 3-16, jul./dez., 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/8658-30573-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/8658-30573-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ALVES, Giovanni. *Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil*. Parte III. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/tag/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil/>>. Acesso em: 24 Fev. 2016.

ANTUNES, Fábio Luiz. Equidade como instrumento de integração de lacunas no direito. In: *Conteúdo Jurídico*, Brasília, 2011a. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,equidade-como-instrumento-de-integracao-de-lacunas-no-direito,32480.html>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ANTUNES, Marcos Maia. Tema 2: Educação Rural: avanços e desafios para combater a pobreza. In: IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas*. Edição Especial. Brasília: IICA, 2011b, p. 101-104. Disponível em <<http://repiica.iica.int/DOCS/B2101P/B2101P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 24 Fev. 2016.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 13 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação). In: *Caderno CRH*, Salvador, vol. 15, n. 37, p. 23-45, jul./dez., 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/RCRH-2006-128%20(4).pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano*. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação – IESAE, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 1979.

ARGUMEDO, Manuel. Uma nova abordagem da educação e da capacitação para as áreas rurais. In: BORDENAVE, Juan Díaz. *Modernização da agricultura e cooperação internacional: 25 anos do IICA no Brasil*. Brasília: IICA, 1990, p. 140-143. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/reprodoc/A8702P/A8702P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. In: *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v.3, n.2, p. 320-339, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/171/89>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997*. O Estado num mundo em transformação. Washington, D.C., 1997. Disponível em: <<http://www.acervo.epsjv.fiocruz.br/beb/textocompleto/mfn11116>>. Acesso em: 24 Fev. 2016.

BATISTA, Erika. O Banco do Brasil na trilha do *empowerment*: um estudo sobre emancipação do trabalho X discurso organizacional. In: *Textos Completos II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina - Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições*, Londrina/PR, 2006. Disponível em <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/erika_batista.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BATISTA, Erika. *A insustentável teoria da sustentabilidade. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013.

BATISTA, Erika. A teoria da sustentabilidade como ideologia e a reificação da subjetividade social. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 161, Out., 2014, p. 15-25. Disponível em

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23188/13668>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BERNARDES, Antonio. Quanto às categorias e aos conceitos. In: *Revista Formação Online*, n. 18, volume 2, p. 165-172, jan./jun. 2011. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/602/1225>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLOCK, Peter. *Consultoria: o desafio da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Arranjos produtivos locais e desenvolvimento*. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, p. 101-132, nov., 1999. Disponível em <<http://scielo.br/pdf/cp/n108/a05n108.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BORDENAVE, Juan Díaz. *Modernização da agricultura e cooperação internacional: 25 anos do IICA no Brasil*. Brasília: IICA, 1990. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/reprodoc/A8702P/A8702P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BORGES, André. Democracia VS. Eficiência: a Teoria da Escolha Pública. In: *Lua Nova*, n. 53, p. 159-180, 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n53/a08n53.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAGA, Ana Maria e Souza. *Educação Agrária no Brasil e na UFRGS: continuidades e rupturas*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 1999. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2080/000268410.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano plurianual 2004-2007: mensagem presidencial*. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41_(menspresanexo).pdf)>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Brasília: SDT/MDA, 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais*. Brasília: SDT/MDA, 2005b.

BRASIL. Oficina 2. Cooperação Técnica: Acordos Internacionais (regras, procedimentos e utilização de sistemas). In: *IV Seminário de Execução Financeira de Projetos Financiados com Recursos Externos*. Brasília, 2009. Disponível em <http://www3.tesouro.gov.br/siafi/download/projetos_externos/Oficina2_caderno.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BRASIL/MEC/SECAD. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial: caderno pedagógico educadoras e educadores*. Brasília: MEC/SECAD, 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35 ed. Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/constituicao_federal_35ed%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/constituicao_federal_35ed%20(1).pdf)>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento*. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Docs/5_RelatorioNacionalAcompanhamentoODM.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3-24, abr. 1991.

BUARQUE, Sergio. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável*. Brasília: INCRA/IICA, 1998.

CAPES. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7658-seminarios-de-acompanhamento-recebem-coordenadores-da-area-de-ciencias-agrarias>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. 2 ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. In: *Revista Outubro*, n. 15, 1/2007. Disponível em <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/15/Artigo_06.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

CASTANHO, Sérgio. Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR: Caçador, SC: UnC, 2003, p. 13-37.

CECCHIN, Raul; MASCARELLO, Marilandi Maria Vieira. O curso técnico em agropecuária: histórico e perfil dos alunos egressos. In: *Sifedoc*, Pelotas-RS, p. 01-12, nov. 2012. Disponível em <<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2004/Raul%20Cecchin%20e%20Marilandi%20Maria%20Mascarello%20Vieira.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

CEPLAC/MAPA. *Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <<http://www.ceplac.gov.br/paginas/ceplac/ceplac.asp>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 121-144.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORTES, Bianca Antunes. Financiamento na educação: Salário-Educação e suas dimensões privatizantes. In: *Cadernos de Saúde Pública*, RJ, v. 5, n. 4, p. 408-423, out./dez., 1989. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v5n4/06.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. Pensar globalmente e agir localmente: o Estado Transnacional Ambiental de Ulrich Beck. In: *Revista de Doutrina da 4ª Região*, Porto Alegre, n. 27, dez. 2008. Disponível em <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao024/ingo_mariana.html>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

CURVO FILHO, Plácido Flaviano. O IICA e a informação e documentação agrícola brasileira. In: BORDENAVE, Juan Díaz. *Modernização da agricultura e cooperação internacional: 25 anos do IICA no Brasil*. Brasília: IICA, 1990, p. 156-159. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/reprodoc/A8702P/A8702P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011, p. 431-473. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

DELORS, Jacques. *Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. São Paulo: Cortez; MEC; UNESCO, 1998.

DIAS-RIGOLIN, Camila Carneiro; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. *Expertise e formulação de políticas: proposta de marco analítico e metodológico para investigação de think tanks brasileiros*. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area5/area5-artigo20.pdf>>. Acesso em: 14 Jun. 2015.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Schön não entendeu Luria). In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 601-625, agosto 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v24n83/a15v2483.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - Neo-imperialismo. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1>>. Acesso em: 23 Fev. 2016.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECHEVERRI PERICO, Rafael. Articulação de políticas e participação social. In: IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Articulação de políticas públicas e atores sociais*. v. 8. Brasília: IICA, 2008, p. 29-67. Disponível em <<http://repiica.iica.int/docs/B0708p/b0708p.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ECHEVERRI PERICO, Rafael. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios*. v. 12. Brasília: IICA, 2010, p. 81-114. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FAJARDO, Indinalva Nepomuceno; MINAYO, Maria Cecília de Souza; MOREIRA, Carlos Otávio Fiúza. Educação escolar e resiliência: política de educação e a prática docente em meios adversos. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 761-774, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a06.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela Alejandra; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010, p. 39-95.

FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERRARI, Terezinha. Ciência e ideologia: a lógica da particularidade segundo George Lukács. Revista Projeto História. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 5, Jan./Jun., 1986, p. 71-80. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12310/8918>>. Acesso em: 10 jul. 2015

FGEB. *Fundação Grupo Esquel Brasil*. Disponível em <<http://www.esquel.org.br/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

FIGUEIREDO, Andrea Santos de. *A responsabilidade social e ambiental na Petrobras*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em

<<https://www.uva.br/sites/all/themes/uva/files/pdf/monografia-responsabilidade-social-e-ambiental.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

FILHO, Hildo Meirelles de Souza; BUAINAIN, Antônio Márcio; SILVEIRA, José Maria Jardim da. Os impactos socioeconômicos imediatos do Programa de Combate à Pobreza. In: IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Reflexões e recomendações sobre estratégias de combate à pobreza*. v. 4. Brasília: IICA, 2006, p. 7-12. Disponível em <<http://repiica.iica.int/DOCS/B0414P/B0414P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FNDE. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

FONTES, Virgínia. *As contradições da dependência sob o capital-imperialismo*. Disponível em: <<http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/05/Equador-VF-contradicoes-depend-e-kimper-Virgina-Fontes.pdf>>. Acesso em: 14 Jun. 2015.

FORD FOUNDATION. *Ford Foundation*. Disponível em <<http://www.fordfoundation.org/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. *A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. *A Intervenção Participativa dos Atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável*. Brasília: IICA, 2000. Disponível em <https://books.google.com.br/books/about/A_interven%C3%A7%C3%A3o_participativa_dos_atores.html?id=fQYLHQAACAAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

GADOTTI, Moacir. *A questão da educação forma/não-formal*. Disponível em <http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Educacao_Popular_e_EJA/Educacao_formal_ao_formal_2005.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

GALEANO, Eduardo. *Nós dizemos não*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

GALINDO, Osmil; OLIVEIRA, Fabio; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. O programa face às dinâmicas territoriais no Brasil: análise de quatro estudos de caso. In: IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios*. v. 12. Brasília: IICA, 2010. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 39, jul./dez. 2012, p. 155-185. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/318/278>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

GERMANO, J. W. *Estado Militar e educação no Brasil (1964 – 1985)*. 3 ed. São Paulo, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar., 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. v. 2. *Os intelectuais. O princípio educativo*. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. v. 3. Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GRZYBOWSKI, C. et al. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. In: *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, n. 1, v. 4, p. 47-59, out./dez. 1986.

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. *A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, 2005. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3552/ACFC3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

HENRIQUES, Abel. *Thomas Robert Malthus: a teoria malthusiana*. 2007. Disponível em <http://www.miniweb.com.br/ciencias/artigos/thomas_robert_malthus.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

HIDALGO, Angela Maria. Educação Permanente: a educação formal nos projetos Cidades Educadoras. In: *28ª Reunião Anual da Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: 40 anos de Pós-Graduação em Educação no Brasil*, 2005, Caxambú. Rio de Janeiro: ANPED, 2005. p. 01-15.

HIDALGO, Angela Maria; MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. Os Organismos Internacionais e o projeto nacional-desenvolvimentista: o INEP e o projeto de modernização e democratização do país. In: *Educação em Foco*, v. 18, n. 25, julho, 2015, p. 99-123. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/view/336/752>>. Acesso em: 18 Fev. 2016.

HIDALGO, Angela Maria; MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. O estado, as políticas públicas e a educação do campo: sínteses e especificidades da luta de classes e frações de classe na sociedade capitalista. In: MELO, Alessandro de; HIDALGO, Angela Maria; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert (Orgs.). *Terra e educação: contexto e experiências em educação do campo*. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2014, p. 147-178.

HIDALGO, Angela Maria; MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. Análise da implementação de políticas públicas para a Educação do Campo a partir do Programa Territórios da Cidadania e do Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra. In: *IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2012 - IX ANPED SUL 2012*, 2012a, Caxias do Sul - RS. Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul 2012 - IX ANPED SUL 2012, p. 1-15. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/T_rabalho/01_16_36_711-6492-1-PB.pdf>. Acesso em 27 Jan. 2016.

HIDALGO, Angela Maria; MIKOLAICZYK, Fernanda de Aragão. A busca do dissenso para a compreensão das influências dos organismos internacionais no desenvolvimento da educação rural nos anos 1950 à educação do campo após os anos 1990. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 47, p. 108-121, Set. 2012b. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/4209/3415>>. Acesso em 27 Jan. 2016.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUDSON, M. *Managing Without Profit – the art of managing third-sector organizations*. Londres: Penguin, 1995.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ICID. Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas. In: *Anais da Conferência Internacional sobre Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas*, v. VII, Parte 1, p. 1915-2014, 1992. Disponível em: <http://www.esquel.org.br/images/stories/Pdfs/igid/vol07_parte1.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. *Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura*. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas. *Serviços aos países: Brasil, 1975*. Rio de Janeiro: IICA, 1975. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=Y2eueMAIF-gC&pg=PA13&lpg=PA13&dq=GUIA+PARA+ORGANIZA%C3%87%C3%83O+E+FUNCIONAMENTO+DAS+UAPS+BORDENAVE&source=bl&ots=qWR4yKAe2T&sig=tWNvYuY1S4hei-NkTwNQ85zgAGo&hl=en&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMIu7aq14r8xwIVQ4qQC h2KFQKD#v=onepage&q=GUIA%20PARA%20ORGANIZA%C3%87%C3%83O%20%20FUNCIONAMENTO%20DAS%20UAPS%20BORDENAVE&f=false>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. *Convención y Reglamentos Básicos*. Washington: IICA, 1979. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/infoinstitucional/Documents/Convencion_IICA.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. *Descentralización y Participación en América Latina y el Caribe: el caso Brasil*. Rio de Janeiro: IICA, 1989a. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=SzsqaAAAYAAJ&pg=PA86&lpg=PA86&dq=Apoio+%C3%A0s+Pequenas+Comunidades+Rurais+%E2%80%93+APCR&source=bl&ots=_eE6QFCfEx&sig=wJvHZ2B14rIKWRHP0tdwvbG4qtc&hl=en&sa=X&ved=0CCMQ6AEwAmoVChMI4tGcvePxxgIVwZINCh2nHgSq#v=onepage&q=Apoio%20%C3%A0s%20Pequenas%20Comunidades%20Rurais%20%E2%80%93%20APCR&f=false>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. *Políticas diferenciadas de desenvolvimento rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IICA, 1989b. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=rLsqAAAAAYAAJ&pg=PA24-IA2&dq=iica+1988+BRASIL&hl=en&sa=X&ved=0CBoQ6AEwADgUahUKEwjT07iIpoHIAhXMD5AKHcSeCFQ#v=onepage&q=83&f=false>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. *PROJETO ÁRIDAS: Memória e Acervo*. 1995. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Projeto_%C3%81ridas_-_Mem%C3%B3ria_e_Acervo_-_Livreto_CD.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture. *IICA Honors Outstanding U.S. Contributions to Agriculture*. Washington: IICA, 2002. Disponível em: <http://www.afre.msu.edu/uploads/files/Riley_iica_honoring_us_contributions_latin_america.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Brasil. *Relatório Anual 2005. A contribuição do IICA para o desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais*. v. 1. Brasília: IICA, 2005a. Disponível em <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/RelatorioAnual_IICA_Brasil_2005.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero*. v. 2. Brasília: IICA, 2005b. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-2.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão*. v. 3. Brasília: IICA, 2005c. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-03.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. *Relatório Anual 2008: a contribuição do IICA para o desenvolvimento da agricultura e das comunidades rurais das Américas*. São José: IICA, 2008. Disponível em <<http://repiica.iica.int/DOCS/B0811P/B0811P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. *Breve historia del IICA. Una aspiración americana*. San José: IICA, 2012. Disponível em <<http://www.iica.int/Esp/infoinstitucional/Documents/Breve%20historia.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. v. 21. Brasília: IICA, 2013.

Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

INCRA. *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 22 Fev. 2016.

JARA, Carlos Julio. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001.

KELLOGG FOUNDATION. *Kellogg Foundation*. Disponível em <<https://www.wkcf.org/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O Leopardo*. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2014.

LEITE, Sérgio Pereira; KATO, Karina; ZIMMERMANN, Silvia. Gestão Social: reflexões e proposições. In: IICA. SÉRIE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Gestão Social dos Territórios*. v. 10. Brasília: IICA, 2009, p. 95-146. Disponível em <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-10.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio da pobreza"*. Tese Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.

LESSA, Sergio. *A ontologia de Lukács*. Maceió: EDUFAL, 1996.

LIMA, Moacyr Pereira. O IICA, a Comunicação e a Extensão Rural no Brasil. In: BORDENAVE, Juan Díaz. *Modernização da agricultura e cooperação internacional: 25 anos do IICA no Brasil*. Brasília: IICA, 1990, p. 151-155. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/repdoc/A8702P/A8702P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

LIMA, Jamile da Silva. Política de desenvolvimento territorial no Brasil: fundamentos, pressupostos e conceitos. In: *XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos*, 2013, Lima. Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Lima - Peru: Unión Geográfica Internacional, 2013. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/05.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. In: *Tensões Mund.*, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014. Disponível em <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/viewFile/342/425>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

LUCENA, Carlos Alberto. A teoria do capital humano: história, trabalho e capacitação dos trabalhadores. In: *II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*, 2003, Uberlândia. Caderno de Resumos do II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003. v. 1. p. 945-953. Disponível em <<http://www2.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo10/completos/teoria.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MAB/UNESCO. *Programa Homem e a Biosfera*. Disponível em <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MACEDO, Diones Chaves de., et al. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: *Rev. Simbio-Logias*, vol. 2, n. 1, maio 2009. Disponível em: <http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/A_Construcao_da_Politica_de_Seguranca.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MACHADO, Carlos Borges; SANTOS, Solidia Elizabeth dos; SOUZA, Tânia Cristina de. A sustentabilidade ambiental em questão. In: SILVA, Christian Luiz da. *Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, p. 123-134.

MANACORDA, Mario Alighiero. O que é trabalho. In: _____. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991, p. 43-66.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARTINS, André Silva *et al.* Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010, p. 97-153.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010, p. 23-38.

MARX, Karl. *A questão judaica*. LusoSofia: press, 1989. Disponível em <http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Eloiza Aparecida Silva Avila de. O programa “aliança para o progresso”: o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: *Anais do XI Simposio Internacional Proceso Civilizador*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008, p. 359-367. Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais11/artigos/38%20-%20Matos.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MEADOWS, Donella H. et al. *The limits to growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.

MÉSZÁROS, István. O socialismo no século XXI. In: _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 225-316.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MIRANDA, Carlos; MATOS, Aureliano. *Desenvolvimento local sustentável no Brasil: a experiência do IICA*. Brasília: IICA, 2002. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-local-sustentavel-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MOLESTINA, Carlos. *IICA: 60 años de historia institucional*. San José: IICA, 2002. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/repdoc/A9924E/A9924E.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Vitor de. *A disputa territorial e o controle das políticas no Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, *campus* de Presidente Prudente, 2013.

MOREIRA, Virgínia. Revisitando as fases da abordagem centrada na pessoa. In: *Estudos de Psicologia*, Campinas, n. 27, v. 4, p. 537-544, outubro-dezembro, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n4/11.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

MOTTA, Vânia Cardoso da. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. In: *Trab. Educ. saúde*, vol. 6, n. 3, p. 549-572, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462008000300009&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200002>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

NEAD/MDA. *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural*. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/node/25005>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

NEPOMUCENO, Eric. Apresentação. In: GALEANO, Eduardo. *Nós dizemos não*. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 7-8.

NETO, Raimundo Pereira do Amaral; TEIXEIRA, Maria do Socorro Gondim. A fragmentação das políticas públicas com o enaltecimento do poder local: federalismo e os impactos no planejamento territorial. In: *Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas Contra a Pobreza e a Desigualdade*, 2010, Natal. Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/A%20FRAGMENTA%C3%87%C3%83O%20DAS%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20COM%20O%20ENALTECIMENTO%20DO%20PODER%20LOCAL%20FEDERALISMO%20E%20OS%20IMPACTOS%20NO%20PLANEJAMENTO%20TERRITORIAL..pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

OEA. *Organização dos Estados Americanos*. Disponível em <<http://www.oas.org/pt/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

OEA/COEA. *Organização dos Estados Americanos. Carta da Organização dos Estados Americanos*. COEA. Bogotá, Colômbia, 1948. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. A dialética do singular-particular-universal. In: *V Encontro de Psicologia Social Comunitária sobre o tema O método materialista histórico-dialético promovido pela Abrapso-Núcleo Bauru, Neppem e o Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências/Unesp-Bauru, nos dias 16 a 18/08/2001a*. Disponível em <<http://stoa.usp.br/gepespp/files/3115/17336/ADialeticaDoSingularParticularUniversal.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis, 2001b. Disponível em <<http://www.polis.org.br/uploads/1144/1144.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os “limites do crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. In: *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 1, n. 1, 2012, p. 72-96. Disponível em <<http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART4.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

OLIVEIRA, Edineide Maria de; SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Capital humano e capital psicológico: um estudo com alunos do curso de administração. In: *Anais do XXIII*

ENANGRAD, Bento Gonçalves, RS, 2012. Disponível em: <http://xxiiienangrad.enangrad.org.br/anaisenangrad/_resources/media/artigos/gpt/04.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

OLIVEIRA, Marcos Antonio de. *As bases filosóficas e epistemológicas de alguns Projetos de Educação do Campo: do pretendido Marxismo à aproximação ao Ecletismo Pós-moderno*. (Tese Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, PR, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração de Estocolmo de 1972*. Disponível em <http://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_o_Estocolmo.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995. Disponível em <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. PNUMA. *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente*. Disponível em <<http://www.brasilpnuma.org.br/pnuma/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ORTEGA, Antonio César. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. In: *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 275-300, abr./jun. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/03.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

ORTEGA, Antonio César. *Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural*. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PANEGALLI, José Carlos. *O professor como facilitador da aprendizagem para a vida profissional no estudo da administração*. Disponível em: <<http://ieducorp.com.br/docs/aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

PCT/BRA/IICA. *Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/12/002 – Desenvolvimento Territorial*. Brasília, 2014. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Produto_6_2013_Ervanda-1.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 21 ed. rev. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PEREIRA, Sandra Márcia Campos. *Projeto Nordeste de Educação Básica e o Fundescola: uma análise do discurso governamental e do Banco Mundial sobre a qualidade do ensino*. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Programa de Pós-Graduação em educação Escolar, Araraquara, 2007. Disponível em

<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101593/pereira_smc_dr_arafcl.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (Orgs.). *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014. Disponível em <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/L240%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/L240%20(2).pdf)>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a educação. In: *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, n. 1, agosto 1997, p. 83-94. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v1n1/06.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 92 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Maurício Andrés. Origens mineiras do desenvolvimento sustentável no Brasil: ideias e práticas. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 64-116.

ROCKEFELLER FOUNDATION. *Rockefeller Foundation*. Disponível em: <<https://www.rockefellerfoundation.org/>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SACHS, Ignacy. Prefácio. Ecodesenvolvimento e justiça social no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 13-15.

SANFELICE, José Luis. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Autores Associados; HISTEDBR; Santa Catarina: UnC, 2003, p. 3-12.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. *Escola do Campo - espaço de disputa e contradição: análise da proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina* (Tese Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, SC, 2013.

SAUL, Renato P. Giddens: da ontologia social ao programa político, sem retorno. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 142-173. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a06>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Introdução. In: _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Rio de Janeiro: Autores Associados, 1996, p. 1-9.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João et al (Org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica. Primeiras aproximações*. 2 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SCAFF, Elisângela Alves da Silva. *Planejamento da educação e cooperação internacional: uma análise dos programas Monhangara e Fundescola*. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2007. Disponível em <[file:///C:/Users/usuario/Downloads/TeseElisangelaScaff%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/usuario/Downloads/TeseElisangelaScaff%20(1).pdf)>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEABRA, Sérgio Nogueira. A nova administração pública e mudanças organizacionais. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 19-43, Jul./Ago. 2001. Disponível em <file:///C:/Users/usuario/Downloads/Seabra_2001_A-nova-administracao-publica-e_12481.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SEPÚLVEDA, Sergio et al. *El enfoque territorial del desarrollo rural*. San José: IICA, 2003. Disponível em

<<http://www.territorioscentroamericanos.org/experiencias/Documentos%20sobre%20desarrollo%20territorial/Enfoque%20territorial%20del%20desarrollo%20rural%20sostenible.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. In: *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, Jan./Mar., p. 43-81, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000100003>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: um balanço das pesquisas em educação. In: *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 61, dezembro/1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000400002>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: 24 Fev. 2016.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Leonildes Ribeiro. Unesco: os quatro pilares da “educação pós-moderna”. In: *Inter-Ação: Ver. Fac. Educ. UFG*, n. 33, v. 2, p. 359-378, Jul./Dez. 2008. Disponível em <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/5272-22860-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SILVA, Solonildo Almeida da. *Educação à distância e Universidade Aberta do Brasil: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice?* Tese (Doutorado em Educação) – PPGE/FACED, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6622/1/2011_TESE_SASILVA.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SOARES, Ricardo Pereira. *O financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP)*. Brasília: IPEA, 1996. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0435.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SOARES, Ana Maria Dantas. Formação de técnicos em agropecuária: currículos como instrumento de políticas públicas de regulação. In: *27ª Reunião Anual da ANPED*, 2004,

Caxambu/MG. Anais da 27ª Reunião da ANPED, 2004. Disponível em <<http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t092.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SOUZA, Edson Machado de; SILVA, Paulo Roberto da. O Convênio ABEAS-IICA e sua influência no desenvolvimento das ciências agrárias. In: BORDENAVE, Juan Díaz. *Modernização da agricultura e cooperação internacional: 25 anos do IICA no Brasil*. Brasília: IICA, 1990, p. 138-139. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/reprodoc/A8702P/A8702P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

SUDENE. *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste*. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/sudene>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

TAMAYO, Alvaro; PASCHOAL, Tatiane. A relação da motivação para o trabalho com as metas do trabalhador. In: *Rev. Adm. Contemp.*, vol.7, n.4, Out./Dez., 2003, p. 33-54. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v7n4/v7n4a03.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

TAVARES, José (Org.). *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA DA ROCHA, Maria Regina; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos. In: *VI Seminário Internacional de Desarrollo Rural - Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*, 2007, Bogotá. Anales del VI Seminario Internacional de Desarrollo Rural - Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI, Bogotá (Colômbia), 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/494.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

TOBAR, Federico. O conceito de descentralização: usos e abusos. In: *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 5, p. 31-51, jun. 1991. Disponível em <http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Tobar.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

TRICHES, Jocemara. *Organizações multilaterais e curso de pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação, Florianópolis, SC, 2010.

UNESCO. *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação*. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

UNICENTRO. *Programas institucionais de pesquisa voltados aos discentes*. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/pesquisa/iniciacao/programasIC.asp>>. Acesso em 27 Jan. 2016.

VALENTE, Flávio; FRANCESCHINI, Thaís; BURITY, Valéria. *A exigibilidade do direito humano à alimentação adequada*. FAO: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/exigibilidade.pdf>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche. Por que os tempos de transição? In: _____. *Política educacional em tempos de transição (1985-1995)*. Brasília: Plano, 2000.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Proposta de Avaliação do Programa de Educação Básica para o Nordeste (IV Acordo MEC/BIRD)*. Brasília: IICA, 1988.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. A cooperação do IICA com o Ministério da Educação em Políticas de Educação Básica. In: BORDENAVE, Juan Díaz. *Modernização da agricultura e cooperação internacional: 25 anos do IICA no Brasil*. Brasília: IICA, 1990, p. 144-146. Disponível em <<http://orton.catie.ac.cr/repdoc/A8702P/A8702P.PDF>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

XAVIER, Libânia Nacif. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960). In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n. 194, p. 81-92, jan./abr. 1999. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/201/202>>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

YODA, Ana Family Veneroso. As organizações internacionais e o poder de celebrar tratados. In: *Rev. Jur.*, Brasília, v. 7, n. 75, p. 01-14, out./nov., 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_75/artigos/PDF/AnaVeneroso_Rev75.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2015.

APÊNDICE A

Série Desenvolvimento Rural Sustentável

Fonte: IICA, 2015

Volumes	Ano	Título	Organizadores	Páginas
Volume 1	2005	Justiça Agrária e Cidadania ²⁴⁹	Carlos Miranda e Cristina Costa	196 p.
Volume 2	2005	Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero ²⁵⁰	Carlos Miranda e Cristina Costa	148 p.
Volume 3	2005	Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão ²⁵¹	Carlos Miranda e Cristina Costa	178 p.
Volume 4	2006	Reflexões e Recomendações sobre estratégias de combate à pobreza ²⁵²	Carlos Miranda e Cristina Costa	118 p.
Volume 5	2006	Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate ²⁵³	Antônio Márcio Buainain	136 p.
Volume 6	2007	Ações de combate à pobreza rural: metodologia para avaliação de impactos ²⁵⁴	Carlos Miranda e Cristina Costa	228 p.
Volume 7	2008	Agroenergia e Desenvolvimento de Comunidades Rurais Isoladas ²⁵⁵	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	268 p.

²⁴⁹ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/SerieDRSvol1.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵⁰ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-2.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵¹ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-03.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵² Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B0414P/B0414P.PDF>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵³ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-5-Agricultura-familiar-agroecologica-e-desenvol-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵⁴ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-6-Acoes-de-combate-a-pobreza-rural.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵⁵ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-7-Agroenergia-e-Desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

Volume 8	2008	Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais ²⁵⁶	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	282 p.
Volume 9	2008	Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira ²⁵⁷	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	512 p.
Volume 10	2009	Gestão social dos territórios ²⁵⁸		227 p.
Volume 11	2010	Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial ²⁵⁹	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	269 p.
Volume 12	2010	Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios ²⁶⁰	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	220 p.
Edição Especial	2011	Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas ²⁶¹	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	172 p.
Volume 13	2011	Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico-normativo ²⁶²	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	244 p.
Volume 14	2011	Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil ²⁶³	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	236 p.
Volume 15	2012	Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial ²⁶⁴	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	188 p.
Volume 16	2012	A nova cara da pobreza rural:	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	540 p.

²⁵⁶ Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B0708p/b0708p.PDF>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵⁷ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-9.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵⁸ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-10.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁵⁹ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-11-Reflex%C3%B5es-sobre-pol%C3%ADticas-de-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶⁰ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-12-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Territorial-Rural-no-Brasil-Avan%C3%A7os-e-Desafios.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶¹ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rieEspecial.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶² Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-13-Pol%C3%ADticas-de-Desenvolvimento-Rural-Territorial.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶³ Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B2888P/B2888P.PDF>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶⁴ Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Vol-15_Serie_DRS_final.pdf>. Acesso em: 01 Set. 2015.

		desafios para as políticas públicas ²⁶⁵		
Volume 17	2013	A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional ²⁶⁶	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	540 p.
Volume 18	2012	Estratégias de inclusão socioprodutiva: VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial ²⁶⁷	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	224 p.
Volume 19	2013	Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil ²⁶⁸	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	360 p.
Volume 20	2013	Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil: estudos de casos ²⁶⁹	Carlos Miranda e Breno Tiburcio	308 p.
Volume 21	2013	Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras ²⁷⁰	Carlos Miranda e Heithel Silva	476 p.

Quadro 1 – Série Desenvolvimento Rural Sustentável
Fonte: IICA, 2015

²⁶⁵ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-16.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶⁶ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-17.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶⁷ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS18livro.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶⁸ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-19.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁶⁹ Disponível em: <<http://oppa.net.br/livros/Volume20.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015.

²⁷⁰ Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-21.pdf>>. Acesso em: 01 Set. 2015

APÊNDICE B

PCT IICA-BRASIL

Fonte: IICA, 2015.

- **Projeto 1:** Modernização dos Instrumentos de Gestão para o Fortalecimento Institucional, Técnico e Operacional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS

Vigência do Projeto 1: De 13/05/2011 até 12/05/2015

Breve descrição do Projeto 1: O Projeto de Cooperação Técnica objetiva ampliar a participação do DNOCS no processo de desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida da população da Região Semi – Árida do Brasil.

Objetivo do projeto 1: Ampliar a participação do DNOCS no processo de desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida da população da Região Semi – Árida do Brasil.

Orçamento do Projeto 1: R\$ 12.600.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 1: Orçamento Geral da União - OGU: 100%

Tema do Projeto 1: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 1: Ministério da Integração Nacional - MI

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 1: Nordeste

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 1: Ceará

- **Projeto 2:** Consolidação de uma Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Vigência do Projeto 2: De 21/01/2010 até 31/05/2014

Breve descrição do Projeto 2: O presente Projeto de Cooperação Técnica visa contribuir para a produção de informações e conhecimentos técnicos que favoreçam a proposição, a gestão e a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento agrário e rural sustentável.

Objetivo do projeto 2: Sanar a deficiência de informações e conhecimentos técnicos que apoiem a proposição e a avaliação de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável; Capacitar colaboradores e outros atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável do meio rural; Sistematizar as contribuições e influências dos movimentos sociais na concepção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento agrário e rural sustentável.

Orçamento do Projeto 2: R\$ 12.488.700,00

Origem dos Recursos do Projeto 2: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Tema do Projeto 2: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 2: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 2: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 2: Todos

- **Projeto 3:** Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional

Vigência do Projeto 3: De 15/04/2009 até 15/04/2015

Breve descrição do Projeto 3: O Projeto está orientado a proporcionar os meios para aperfeiçoar os modelos de ação pública adotados pelo Ministério da Integração Nacional, nas formas de emparceiramento com os governos estaduais e municipais; e no desenho e implantação de instrumentos de planejamento e gestão mais eficazes de suas Políticas, Programas e Projetos, mediante a qualificação de técnicos, profissionais e atores sociais, bem como na montagem de bases de dados e no estabelecimento de novas práticas gerenciais, de forma que o processo vigente possa ser transformado em favor do avanço da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Objetivo do projeto 3: Contribuir para a redução das desigualdades regionais, com foco na exploração e valorização das potencialidades das regiões brasileiras.

Orçamento do Projeto 3: R\$ 23.038.400,00

Origem dos Recursos do Projeto 3: Ministério da Integração Nacional - MI

Tema do Projeto 3: Desenvolvimento Regional

Parceiro no Projeto 3: Ministério da Integração Nacional - MI

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 3: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 3: Todos

• **Projeto 4:** Consolidação do Crédito Fundiário como Instrumento de Política Pública

Vigência do Projeto 4: De 30/04/2008 até 30/04/2014

Breve descrição do Projeto 4: O PCT tem por objetivo consolidar o crédito fundiário como instrumento de política pública de combate à pobreza, de gestão descentralizada e de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, cuja execução é de responsabilidade da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Objetivo do projeto 4: Aprimorar processos e mecanismos de identificação, seleção, focalização e capacitação do público beneficiário do PNCF; Elaborar estudo sobre a estruturação sustentável das cadeias produtivas da ovinocaprinocultura, da apicultura e da piscicultura, com foco na agricultura familiar em estados selecionados da Região Nordeste; Aperfeiçoar processos e sistemas de planejamento, avaliação e comunicação do PNCF; Constituir e fortalecer redes de relacionamento entre atores e beneficiários do PNCF em torno do tema crédito fundiário.

Orçamento do Projeto 4: Não consta

Origem dos Recursos do Projeto 4: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Tema do Projeto 4: Crédito Fundiário

Parceiro no Projeto 4: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 4: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 4: Todos

• **Projeto 5:** Implementação do Projeto Acesso e Uso da Energia Elétrica como fator de Desenvolvimento de Comunidades do Meio Rural Brasileiro

Vigência do Projeto 5: De 18/03/2009 até 18/03/2014

Breve descrição do Projeto 5: O Projeto visa à criação de processos e metodologias para o desenvolvimento de capacidades da ELETROBRÁS e seus parceiros na execução de projetos com foco no atendimento de energia elétrica, com ênfase na utilização de fontes renováveis, e no seu uso produtivo como vetor de desenvolvimento de comunidades rurais.

Objetivo do projeto 5: Desenvolver soluções alternativas de acesso e incentivo ao uso eficiente e produtivo de energia elétrica no meio rural brasileiro.

Orçamento do Projeto 5: R\$ 95.340.945,00

Origem dos Recursos do Projeto 5: Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS

Tema do Projeto 5: Energia Elétrica Rural

Parceiro no Projeto 5: Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 5: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 5: Todos

• **Projeto 6:** Fortalecimento de Ações Agrometeorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia –INMET em apoio ao Agronegócio

Vigência do Projeto 6: De 15/12/2006 até 15/12/2014

Breve descrição do Projeto 6: O Projeto visa dotar o INMET de capacidade para atender fundamentalmente as aspirações do setor de Agronegócio do país, permitindo que produtos especiais e conhecimento especializado seja desenvolvidos, de forma a prover os agricultores com informações meteorológicas e climatológicas confiáveis.

Objetivo do projeto 6: Contribuir para o fortalecimento de ações agrometeorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, em apoio ao agronegócio.

Orçamento do Projeto 6: R\$ 9.476.460,00

Origem dos Recursos do Projeto 6: MAPA/INMET - GAPMET 20122036522750001

Tema do Projeto 6: Meteorologia

Parceiro no Projeto 6: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 6: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 6: Todos

• **Projeto 7:** Aprimoramento da Gestão Ambiental no Estado da Bahia

Vigência do Projeto 7: De 14/06/2013 até 14/12/2013

Breve descrição do Projeto 7: O projeto está direcionado para o fortalecimento da capacidade técnica e institucional do INGÁ, com foco em ações de capacitação de atores sociais, no aperfeiçoamento de suas estratégias de intervenção e na agregação de conhecimentos e informações técnicas que, embora disponíveis, encontram-se fragmentadas e carecem de adequação e sistematização para serem absorvidas.

Objetivo do projeto 7: Ampliar a capacidade técnica e gerencial de atores sociais que colaboram e se beneficiam com as políticas públicas executadas pelo INGÁ; Aperfeiçoar as estratégias de intervenção do INGÁ no meio rural, em face de suas novas competências; Prover conhecimentos e informações técnicas que embasem as propostas e as estratégias de atuação do INGÁ no meio rural.

Orçamento do Projeto 7: Não consta

Origem dos Recursos do Projeto 7: Governo do Estado da Bahia

Tema do Projeto 7: Recursos Naturais

Parceiro no Projeto 7: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA - BA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 7: Nordeste

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 7: Bahia

• **Projeto 8:** Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS / MCT

Vigência do Projeto 8: De 07/04/2008 até 07/04/2014

Breve descrição do Projeto 8: Desenvolvimento de ações que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, mediante a popularização e a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos que favoreçam a inclusão social.

Objetivo do projeto 8: Favorecer a inclusão social mediante a popularização e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Orçamento do Projeto 8: R\$ 4.200.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 8: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Tema do Projeto 8: Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Operacional da SECIS / MCT

Parceiro no Projeto 8: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 8: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 8: Todos

• **Projeto 9:** Geração de Emprego e Renda Fundação Banco do Brasil – FBB

Vigência do Projeto 9: De 11/05/2011 até 30/09/2013

Breve descrição do Projeto 9: O projeto objetiva viabilizadas 5 (cinco) cadeias produtivas de alto impacto social, facilitando o acesso a tecnologias sociais e comercialização, para o desenvolvimento produtivo, de forma replicável no Brasil e nos países fronteiriços. As cadeias produtivas que serão trabalhadas, neste contexto são: Cultivo ou Extração de Açaí, Bovinocultura de Leite, Cajucultura, Feiras Livres e Reciclagem de Resíduos Sólidos.

Objetivo do projeto 9: Capacitação de gestores de 13 Estados da Federação para replicar conhecimentos aos produtores e agentes locais em suas comunidades; Incorporação do foco territorial e de redes de valor nos planos de negócio; Construção e implantação do modelo de gestão que facilite a gestão efetiva dos Planos de Negócios; Monitoria dos resultados a fim de propiciar a avaliação do Projeto e a sistematização das informações necessárias à difusão ou reaplicação do modelo desenvolvido.

Orçamento do Projeto 9: Não Consta

Origem dos Recursos do Projeto 9: Fundação Banco do Brasil – FBB

Tema do Projeto 9: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 9: Fundação Banco do Brasil – FBB

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 9: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 9: Todos

• **Projeto 10:** Desenvolvimento de ações para o fortalecimento da participação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB nos espaços sub-regionais na área de sua atuação legal

Vigência do Projeto 10: De 01/03/2010 até 28/02/2014

Breve descrição do Projeto 10: O Projeto objetiva contribuir para a execução de políticas públicas de desenvolvimento sustentável em espaços sub-regionais no Nordeste brasileiro.

Objetivo do projeto 10: Fortalecer a participação do BNB nos espaços sub-regionais na área de sua atuação, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Orçamento do Projeto 10: R\$ 10.489.500,00

Origem dos Recursos do Projeto 10: Banco do Nordeste do Brasil - BNB Orçamento próprio (100%)

Tema do Projeto 10: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 10: Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 10: Nordeste

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 10: Ceará

• **Projeto 11:** Consolidação da Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais

Vigência do Projeto 11: De 15/10/2012 até 14/10/2016

Breve descrição do Projeto 11: Este Projeto de Cooperação Técnica – PCT visa contribuir para a consolidação da estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais posta em prática pelo Governo Federal através do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, coordenada no âmbito da SDT/MDA e do Programa Territórios da Cidadania, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por consolidação entende-se o reconhecimento político e social da estratégia como inovação para a gestão de políticas públicas de combate à pobreza e uma maior institucionalização desta na estrutura administrativa do Estado.

Objetivo do projeto 11: Contribuir para a consolidação de uma nova geração de políticas públicas e para uma nova concepção de desenvolvimento rural sustentável, consolidando política e tecnicamente a estratégia de apoio ao desenvolvimento territorial.

Orçamento do Projeto 11: R\$ 33.420.828,00

Origem dos Recursos do Projeto 11: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Tema do Projeto 11: Desenvolvimento Territorial

Parceiro no Projeto 11: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 11: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 11: Todos

• **Projeto 12:** Desenvolvimento de Ações de Combate à Desertificação e de Estímulo à Conservação Preservação e Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais na Região Semi-Árida do Brasil

Vigência do Projeto 12: De 01/06/2007 até 30/05/2015

Breve descrição do Projeto 12: O Projeto visa desenvolver ações de Combate à Desertificação e de estímulo à conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais na Região Semi-Árida do Brasil. Para tanto objetiva: Estabelecer bases conceituais e técnicas, tendo como referência as premissas do Projeto Áridas, para implementação de ações de combate à desertificação; Elaborar estudos, planos e projetos, e formular recomendações técnicas para intervenções do Programa Antidesertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação; Desenvolver ações de capacitação para promoção do desenvolvimento sustentável em espaços prioritários selecionados pelo Programa Antidesertificação.

Objetivo do projeto 12: Desenvolver ações de combate à desertificação e de estímulo à conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais na Região Semi – Árida do Brasil.

Orçamento do Projeto 12: R\$ 16.000.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 12: Orçamento do Ministério da Integração Nacional - MI: (100%)

Tema do Projeto 12: Desertificação

Parceiro no Projeto 12: Ministério da Integração Nacional - MI

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 12: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 12: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe.

• **Projeto 13:** Rede MERCOSUL de Pesquisa e Inovação em Sanidade Animal – Brucelose e Tuberculose

Vigência do Projeto 13: De // até 01/07/2014

Breve descrição do Projeto 13: O Objetivo é construir uma rede de pesquisa em nível de países do MERCOSUL e propor um projeto regional que oriente pesquisas voltadas às ações de controle e erradicação da brucelose e tuberculose, que se apresenta ainda hoje como um desafio. Além de promover a troca de experiências entre os países integrantes do projeto. Este é um projeto que envolve a inovação tecnológica, sanidade animal e inocuidade dos alimentos. Neste momento já foram identificadas as necessidades de pesquisa e inovação em Brucelose e Tuberculose e os países estão definindo prioridades e os recursos humanos, financeiros e insumos necessários. A partir daí, vamos construir a Proposta de Projeto

Regional a ser submetido a organismos financiadores em nível de MERCOSUL. Este projeto ainda conta com um componente de integração com a região andina, quando vamos promover a capacitação dos laboratórios oficiais dos 5 países em diagnóstico da brucelose e tuberculose bovina em parceria com o laboratório de referência do Brasil, o LANAGRO- MG, previsto para agosto de 2013.

Objetivo do projeto 13: Não Consta

Orçamento do Projeto 13: Não Consta

Origem dos Recursos do Projeto 13: Fundo Competitivo para a Cooperação Técnica - FONCT IICA

Tema do Projeto 13: Sanidade dos Animais e Vegetais e Qualidade dos Alimentos

Parceiro no Projeto 13: IICA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 13: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 13: Não Consta

• **Projeto 14:** Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul

Vigência do Projeto 14: De 30/03/2012 até 31/12/2014

Breve descrição do Projeto 14: Promover de forma sustentável o fortalecimento da economia rural de base familiar e cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul.

Objetivo do projeto 14: Aperfeiçoar estratégias e instrumentos de intervenção da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo - SDR e suas instituições vinculadas, que assegurem a gestão ágil e eficiente de programas, projetos e ações voltadas para o desenvolvimento rural sustentável; Aperfeiçoar e ampliar conhecimentos e informações de técnicos, gestores e atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável da agropecuária e do meio rural gaúcho; Prover conhecimentos técnicos e informações que auxiliem a proposição e a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das comunidades rurais gaúchas.

Orçamento do Projeto 14: R\$ 5.295.089,32

Origem dos Recursos do Projeto 14: Tesouro do Estado do Estado do Rio Grande do Sul

Tema do Projeto 14: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 14: Secretaria de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo – SDR-RS

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 14: Sul

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 14: Rio Grande do Sul

• **Projeto 15:** Capacitação e Formação de Gestores e Educadores Ambientais no Âmbito da Agricultura Familiar e das Comunidades Tradicionais, visando o Desenvolvimento Rural Sustentável

Vigência do Projeto 15: De 24/06/2009 até 30/12/2014

Breve descrição do Projeto 15: O Projeto visa contribuir para consolidação da estrutura organizacional no campo da educação ambiental, por meio do desenvolvimento de iniciativas que visem o desenvolvimento rural sustentável, ao capacitar e formar gestores e educadores ambientais no território rural sustentável e entorno urbano, especialmente aqueles envolvidos na implementação e operação de instrumentos da gestão ambiental pública englobados tais como: os programas de revitalização da Bacia do São Francisco, o plano de combate ao desmatamento na área de influência da BR-163 e o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Objetivo do projeto 15: Planejar os processos formativos para educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos no contexto rural, no âmbito dos programas de revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, do Plano de controle de desmatamento da BR163 e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; Realizar a capacitação e a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos no contexto rural, no âmbito dos programas de revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, do Plano de controle de desmatamento da BR163 e do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Orçamento do Projeto 15: R\$ 5.000.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 15: Orçamento Geral da União (OGU) e doadores

Tema do Projeto 15: Meio Ambiente

Parceiro no Projeto 15: Ministério do Meio Ambiente - MMA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 15: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 15: Todos

• **Projeto 16:** Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN - Brasil

Vigência do Projeto 16: De 28/12/2005 até 28/06/2013

Breve descrição do Projeto 16: O Projeto tem como objetivo contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN - Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs.

Objetivo do projeto 16: Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, mitigação e combate à desertificação; Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação; Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

Orçamento do Projeto 16: R\$ 11.652.110,45

Origem dos Recursos do Projeto 16: Ministério do Meio Ambiente - MMA

Tema do Projeto 16: Desertificação

Parceiro no Projeto 16: Ministério do Meio Ambiente - MMA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 16: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 16: Todos

• **Projeto 17:** Fortalecimento da Capacidade Institucional e da Gestão das Ações Voltadas às Populações Atingidas pelos Empreendimentos da Eletronorte

Vigência do Projeto 17: De 09/10/2009 até 08/10/2014

Breve descrição do Projeto 17: O Projeto de Cooperação Técnica – PCT visa fortalecer ações estruturantes da Eletronorte de mitigação de suas intervenções junto às populações de áreas afetadas por suas grandes obras.

Objetivo do projeto 17: Fortalecer ações estruturantes da Eletronorte de mitigação de suas intervenções junto às populações de áreas afetadas por suas grandes obras.

Orçamento do Projeto 17: R\$ 4.586.720,00

Origem dos Recursos do Projeto 17: Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte.

Tema do Projeto 17: Energia Elétrica Rural

Parceiro no Projeto 17: Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte.

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 17: Norte

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 17: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins

• **Projeto 18:** Revitalização da fazenda do Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural do Haiti - MARNDR, em Fond des Nègres

Vigência do Projeto 18: De 05/03/2009 até 01/01/2013

Breve descrição do Projeto 18: Revitalizar a fazenda do MARNDR, em Fond des Nègres, Departamento de Nippes, no Haiti, como unidade de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural de modo que aquela unidade retome seu papel estratégico de referência e de dinamização do desenvolvimento sustentável da agricultura haitiana.

Objetivo do projeto 18: Disponibilizar informações básicas necessárias para implementar na Fazenda do MARNDR, em Fond des Nègres, unidades de demonstração e validação de tecnologias agrícolas e de capacitação de técnicos e lideranças de agricultores familiares; Revitalizar a Fazenda do MARNDR, em Fond des Nègres, para que retome seu papel estratégico de unidade de referência e de dinamização do desenvolvimento rural sustentável; Reforçar a capacidade do MARNDR de propor e executar políticas públicas para a dinamização do desenvolvimento rural sustentável no Haiti.

Orçamento do Projeto 18: R\$ 9.720.249,00

Origem dos Recursos do Projeto 18: Agência Brasileira de Cooperação - ABC

Tema do Projeto 18: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 18: Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE

País(es): Haiti

• **Projeto 19:** Consolidação da Política Nacional de Universalização do Acesso à Energia Elétrica

Vigência do Projeto 19: De 26/03/2012 até 25/03/2016

Breve descrição do Projeto 19: O Projeto visa formular e implementar políticas públicas voltadas para o atendimento por energia elétrica em comunidades remotas, promovendo a geração a partir da utilização de fontes alternativas e renováveis, a inclusão sócio-produtiva e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, visando contribuir para a erradicação da pobreza extrema.

Objetivo do projeto 19: Contribuir para a consolidação da política pública de universalização do acesso à energia elétrica como alternativa de erradicação da pobreza extrema.

Orçamento do Projeto 19: R\$ 8.000.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 19: Ministério de Minas e Energia - MME

Tema do Projeto 19: Energia Elétrica Rural

Parceiro no Projeto 19: Ministério de Minas e Energia - MME

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 19: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 19: Todos

• **Projeto 20:** Aprimoramento da Capacidade Técnica e Gerencial da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA/CE) para dinamização do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará.

Vigência do Projeto 20: De 01/03/2013 até 30/11/2016

Breve descrição do Projeto 20: O Projeto de Cooperação Técnica – PCT visa aprimorar a capacidade técnica e gerencial da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA-CE para imprimir maior dinamismo à execução do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará.

Objetivo do projeto 20: Aprimorar a capacidade técnica e gerencial da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA-CE para imprimir maior dinamismo à execução do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará.

Orçamento do Projeto 20: R\$ 10.191.347,94 (a) Acordo de Empréstimo: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD: R\$ 6.290.955,52 e Contrapartida do Tesouro do Estado R\$ 3.145.477,76 , totalizando R\$ 9.436.433,28 b) Tesouro do Estado: R\$ 754.914,66)

Origem dos Recursos do Projeto 20: BIRD e Governo do Estado do Ceará

Tema do Projeto 20: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 20: Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA-CE

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 20: Nordeste

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 20: Ceará

• **Projeto 21:** Vigilância e Erradicação da Mosca-da-carambola

Vigência do Projeto 21: De 01/09/2011 até 31/07/2013

Breve descrição do Projeto 21: Projeto semente para Vigilância e Erradicação da Mosca-da-carambola, que envolve o Brasil, a Guiana e o Suriname e tem como objetivo principal promover o diálogo entre esses países para o controle e erradicação dessa praga de grande importância para a fruticultura nacional.

Objetivo do projeto 21: Não Consta

Orçamento do Projeto 21: Não Consta

Origem dos Recursos do Projeto 21: Fundo Competitivo para a Cooperação Técnica – FONCT/IICA

Tema do Projeto 21: Sanidade dos Animais e Vegetais e Qualidade dos Alimentos

Parceiro no Projeto 21: IICA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 21: Norte

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 21: Não Consta

• **Projeto 22:** Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil, sob Cenários Sustentáveis – MI

Vigência do Projeto 22: De 01/01/2008 até 12/04/2014

Breve descrição do Projeto 22: No Projeto pretende-se desenvolver ações relacionadas com a Administração Pública Federal, particularmente o Ministério da Integração Nacional, no Fortalecimento e Expansão da Agricultura Irrigada no Brasil. Para tanto objetiva-se: Elaborar instrumentos de estruturação e planejamento, direcionados para o aperfeiçoamento da contribuição do Governo Federal ao sistema nacional de irrigação; Desenvolver instrumentos de gestão para consolidar a participação do Ministério da Integração Nacional na formação profissional, na absorção de conhecimentos e tecnologia, e em monitoria e avaliação, necessários à melhoria da qualidade da agricultura irrigada nacional.

Objetivo do Projeto 22: Instrumentalizar e desenvolver ações no âmbito da administração pública federal para assegurar o fortalecimento e a expansão da agricultura irrigada no país, de forma sustentável.

Orçamento do Projeto 22: R\$ 12.000.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 22: Ministério da Integração Nacional – MI

Tema do Projeto 22: Agricultura Irrigada

Parceiro no Projeto 22: Ministério da Integração Nacional - MI

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 22: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 22: Todos

• **Projeto 23:** Gestão do Conhecimento em Zonas SemiÁridas do Nordeste do Brasil – FIDA

Vigência do Projeto 23: De 30/05/2011 até 30/09/2013

Breve descrição do Projeto 23: O Programa visa melhorar a capacidade da população rural em obter e aproveitar um conjunto de conhecimentos, experiências, inovações e boas práticas que contribuam para melhorar suas condições de vida, coexistir com as condições semiáridas e tirar melhor proveito das possibilidades de desenvolvimento da região semiárida do Nordeste do Brasil.

Objetivo do projeto 23: Não Consta

Orçamento do Projeto 23: R\$ 4.132,08

Origem dos Recursos do Projeto 23: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA.

Tema do Projeto 23: Desenvolvimento Regional

Parceiro no Projeto 23: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA.

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 23: Nordeste

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 23: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe

• **Projeto 24:** Regionalização das Políticas de Desenvolvimento do Agronegócio e do Cooperativismo Brasileiros

Vigência do Projeto 24 : De 28/12/2012 até 28/12/2016

Breve descrição do Projeto 24: O projeto tem como principal desafio ampliar a contribuição da SDC/Mapa para o desenvolvimento da agropecuária brasileira, mediante a regionalização de políticas públicas a cargo da SDC/Mapa, na perspectiva de construção de uma economia forte e sustentável.

Objetivo do projeto 24: Ampliar a contribuição da agropecuária brasileira para a construção de uma economia forte e sustentável.

Orçamento do Projeto 24: R\$ 9.822.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 24: a) ORGMANEJO; b) APOIOAGRIC; c) APOIOPEC; d) INFRALOG; e) PROMOCOOP2; f) INOVAGRO; g) INDIGRAF; h) MANUTSDC.

Tema do Projeto 24: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 24: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 24: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 24: Todos

• **Projeto 25:** Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública

Vigência do Projeto 25: De 03/12/2013 até 02/12/2017

Breve descrição do Projeto 25: O projeto tem como principal desafio entender a nova ruralidade, e suas implicações para as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Para isto, espera fortalecer o NEAD no que tange aos acréscimos de qualidade na implementação de suas ações, ampliando a competência técnica e gerencial de seus quadros, procurando assegurar que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários, garantindo uma maior interação do MDA com o conjunto dos atores sociais e institucionais, que representam parte essencial de sua estratégia e dos objetivos de seu trabalho.

Objetivo do projeto 25: Contribuir para a formulação, avaliação e fortalecimento de políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Reforma Agrária no contexto da ruralidade contemporânea do Brasil, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e político-institucionais, suas transformações e diversidade.

Orçamento do Projeto 25: R\$ 9.304.400,00

Origem dos Recursos do Projeto 25: • Programa de Trabalho 21.122.2120.2000.001 – Administração da Unidade/Nacional – Plano Orçamentário 003 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário. • Programa de Trabalho 21.606.2012210V.001 – Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar/Nacional – Plano Orçamentário 001 – Apoio à Integração e à Cooperação Internacional na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.

Tema do Projeto 25: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 25: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 25: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 25: Todos

• **Projeto 26:** Aprimorar a Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e seus Usos Múltiplos no Brasil – INTERÁGUAS – MMA / SRHU

Vigência do Projeto 26: Não Consta

Breve descrição do Projeto 26: Este projeto de cooperação técnica internacional é um instrumento pelo qual se pretende alavancar as grandes metas estabelecidas para o Setor de Recursos Hídricos, mais especificamente, atuar como apoio à implementação das ações integrantes nos componentes da Gestão de Recursos Hídricos e Ações Intersetoriais, constantes do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas – INTERÁGUAS, amparado pelo Acordo de Empréstimo (8074-BR) entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial. Objetiva contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e seus usos múltiplos. De modo geral, tem como objetivos imediatos: (i) Aprimorar a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil; (ii) Fortalecer a Inter-relação entre as Políticas Urbanas e os Recursos Hídricos; (iii) Desenvolver Ações para a Revitalização de Bacias Hidrográficas; (iv) Desenvolver Ações para assegurar o Gerenciamento do Programa INTERÁGUAS. Esta cooperação técnica apresenta uma vertente de integração dos setores de recursos hídricos, incorporando ações voltadas à revitalização de bacias hidrográficas e gestão urbana no Brasil, o que permitirá o alcance dos resultados esperados.

Objetivo do projeto 26: Aprimorar a implementação da gestão integrada dos recursos hídricos e seus usos múltiplos no Brasil.

Orçamento do Projeto 26: R\$ 7.000.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 26: Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU do Ministério do Meio Ambiente.

Tema do Projeto 26: Recursos Naturais e Mudanças Climáticas

Parceiro no Projeto 26: Ministério do Meio Ambiente - MMA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 26: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 26: Não Consta

• **Projeto 27:** Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS na Área de Saneamento Básico – Projeto INTERÁGUAS/Saneamento

Vigência do Projeto 27: De 30/12/2013 até 31/12/2016

Breve descrição do Projeto 27: O presente Projeto contempla ações de cooperação técnica, de coordenação e de gerenciamento necessárias à implementação parcial dos componentes 3 – Saneamento Básico e 4 – Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado do Programa de Desenvolvimento do Setor Águas – INTERÁGUAS, com a finalidade de apoiar a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades em sua missão de implementar a Política Federal de Saneamento Básico, promovendo o desenvolvimento do setor em busca da melhoria da qualidade e do alcance da universalização dos serviços públicos de saneamento básico. O Programa INTERÁGUAS se dá no âmbito do Acordo de Empréstimo 8074-BR – BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento.

Objetivo do projeto 27: Melhorar a capacidade de planejamento e gestão do setor saneamento básico, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do país, adotando uma abordagem integrada no setor água.

Orçamento do Projeto 27: R\$ 46.090.800,00

Origem dos Recursos do Projeto 27: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades – SNSA/MCID.

Tema do Projeto 27: Meio Ambiente

Parceiro no Projeto 27: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades – SNSA/MCID.

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 27: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 27: Todos

- **Projeto 28:** Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS – MI.

Vigência do Projeto 28: De 05/03/2013 até 31/12/2016

Breve descrição do Projeto 28: O Projeto de Cooperação Técnica objetiva apoiar o Ministério da Integração Nacional na melhoria da coordenação e do fortalecimento da capacidade de concepção, planejamento e execução de iniciativas (estudos, plano, programas e projetos) no Setor Água, mediante abordagem integrada dos problemas e soluções identificados no âmbito desse Setor.

Objetivo do Projeto 28: Apoiar o Ministério da Integração Nacional na melhora da coordenação e do fortalecimento da capacidade de concepção, planejamento e execução de iniciativas (estudos, planos, programas e projetos) no Setor Água, mediante abordagem integrada dos problemas e soluções identificados no âmbito desse Setor.

Orçamento do Projeto 28: R\$ 82.786.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 28: Orçamento do Ministério da Integração Nacional: (100%)

Tema do Projeto 28: Recursos Naturais

Parceiro no Projeto 28: Ministério da Integração Nacional - MI

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 28: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 28: Todos

- **Projeto 29:** Fortalecimento Institucional e Gerencial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP no Planejamento e Execução do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE.

Vigência do Projeto 29: De 18/09/2013 até 18/09/2015

Breve descrição do Projeto 29: Desenvolver capacidades técnicas e gerenciais para planejamento, execução, monitoria e avaliação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE, objetivando o fortalecimento da economia rural local, de forma sustentável, através de um processo permanente de gestão qualificada dos empreendimentos.

Objetivo do Projeto 29: Contribuir para a redução da pobreza rural e das desigualdades sociais do Estado da Paraíba, tomando em conta as especificidades territoriais e a perspectiva de geração, gênero e etnia nas iniciativas de desenvolvimento sustentável executadas pelo PROCASE.

Orçamento do Projeto 29: R\$ 5.940.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 29: Acordo de Empréstimo celebrado entre o Governo do Estado da Paraíba e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA.

Tema do Projeto 29: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 29: Governo do Estado da Paraíba

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 29: Nordeste

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 29: Paraíba

- **Projeto 30:** Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Defesa Agropecuária

Vigência do Projeto 30: De 26/12/2013 até 26/12/2018

Breve descrição do Projeto 30: O projeto tem como principal desafio ampliar a contribuição da SDA/Mapa para o fortalecimento da defesa agropecuária brasileira na perspectiva de preservação e melhoria da condição zoofitossanitária, em todo o território nacional e países fronteiriços, além de assegurar a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária dos insumos, alimentos e demais produtos agropecuários ofertados no país e exportados.

Objetivo do Projeto 30: Fortalecer o sistema brasileiro de Defesa Agropecuária, mediante o aperfeiçoamento das ações públicas e privadas que visam assegurar a oferta de alimentos seguros, a sanidade dos animais e

vegetais, e a idoneidade dos insumos usados nas atividades agropecuárias, salvaguardando o abastecimento interno e a saúde pública, além de promover a competitividade das exportações de produtos agropecuários.

Orçamento do Projeto 30: R\$ 22.260.100,00

Origem dos Recursos do Projeto 30: Orçamento da União

Tema do Projeto 30: Sanidade dos Animais e Vegetais e Qualidade dos Alimentos

Parceiro no Projeto 30: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 30: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 30: Todos

• **Projeto 31:** Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS – ANA

Vigência do Projeto 31: De 30/11/2012 até 12/05/2015

Breve descrição do Projeto 31: O Projeto de Cooperação Técnica objetiva a ampliação da capacidade de planejamento e gestão de recursos hídricos, contribuindo para o desenvolvimento do setor água.

Objetivo do Projeto 31: Ampliação da capacidade de planejamento e gestão de recursos hídricos, contribuindo para o desenvolvimento do setor água.

Orçamento do Projeto 31: R\$ 5.131.245,00

Origem dos Recursos do Projeto 31: Agência Nacional de Águas – ANA

Tema do Projeto 31: Desertificação

Parceiro no Projeto 31: Agência Nacional de Águas – ANA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 31: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 31: Não Consta

• **Projeto 32:** Promoção da Inovação Agrícola para o Desenvolvimento – “LAC Brazil Agricultural Innovation Marketplace” EMBRAPA

Vigência do Projeto 32: De 05/03/2012 até 05/03/2016

Breve descrição do Projeto 32: Promover a Inovação Agrícola para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe através da formação e fortalecimento de parcerias entre organizações orientadas à pesquisa da América Latina e Caribe e a Embrapa, tendo como foco o pequeno produtor.

Objetivo do projeto 32: Não Consta

Orçamento do Projeto 32: U\$ 475.122,00

Origem dos Recursos do Projeto 32: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Tema do Projeto 32: Inovação Tecnológica

Parceiro no Projeto 32: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 32: Não Consta

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 32: Não Consta

• **Projeto 33:** Fortalecimento institucional e das capacidades de gestão dos órgãos executores do projeto de desenvolvimento sustentável no semiárido do Piauí – Viva o Semiárido

Vigência do Projeto 33: De 20/03/2014 até 19/03/2021

Breve descrição do Projeto 33: Contribuir para a redução da pobreza e dos níveis de extrema pobreza da população rural do semiárido piauiense por meio do incremento das atividades produtivas predominantes e do fortalecimento organizacional dos produtores rurais. Do ponto de vista Operacional o PCT será executado

em duas (02) fases: a Primeira Fase compreende os primeiros dois anos e a Segunda Fase compreende os restantes 05 anos, que serão executados em função de Planos Operativos Anuais – POA,s, a serem elaborados antes do exercício respectivo.

Objetivo do projeto 33: Contribuir para a redução da pobreza e dos níveis de extrema pobreza da população rural do semiárido piauiense, por meio do incremento das atividades produtivas predominantes e do fortalecimento organizacional dos produtores rurais.

Orçamento do Projeto 33: R\$ 9.724.563,00

Origem dos Recursos do Projeto 33: Não Consta

Tema do Projeto 33: Desenvolvimento Rural Sustentável

Parceiro no Projeto 33: Governo do Estado do Piauí

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 33: Não Consta

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 33: Piauí

• **Projeto 34:** Projeto de Cooperação Técnica para Consolidação da Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais

Vigência do Projeto 34: De 26/12/2013 até 26/12/2018

Breve descrição do Projeto 34: O projeto tem como principal desafio definir estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Estratégia Decenal da UNCCD. Para isto espera fortalecer os processos de formulação e de implementação de estratégias de combate a desertificação de modo a consolidar a Política Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários.

Objetivo do projeto 34: Apoiar o Ministério do Meio Ambiente no planejamento e na implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e considerando o Plano Estratégico Decenal (2008-2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

Orçamento do Projeto 34: R\$ 9.999.300,15

Origem dos Recursos do Projeto 34: Orçamento Geral da União em conformidade com a LOA e Plano Plurianual vigentes.

Tema do Projeto 34: Recursos Naturais e Mudanças Climáticas

Parceiro no Projeto 34: Ministério do Meio Ambiente - MMA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 34: Âmbito Nacional

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 34: Todos

• **Projeto 35:** Fortalecer os instrumentos de governança fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável

Vigência do Projeto 35: De 15/05/2014 até 15/05/2018

Breve descrição do Projeto 35: Este PCT tem por objetivo fortalecer os instrumentos de governança fundiária voltados á redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável, contribuindo para a consolidação dos princípios e ações de combate á pobreza, gestão descentralizada e desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, cuja execução é de responsabilidade da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MOA.

Objetivo do Projeto 35: Fortalecer os instrumentos de governança fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável.

Orçamento do Projeto 35: R\$ 41.896.665,30

Origem dos Recursos do Projeto 35: Orçamento Geral da União, oriundos dos Programas nº 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária e nº 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ações nº 210Q - Estruturação e Consolidação de Unidades Produtivas - Crédito Fundiário, nº 210U - Organização da Estrutura Fundiária Nacional e nº 2000 - Administração da Unidade e Planos Orçamentários 0005 - Apoio aos Executores e Rede de Apoio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, 000B - Regularização Fundiária - Apoio aos Estados para Implantação do Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil e 0003 - Formulação e Operacionalização de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Agrário.

Tema do Projeto 35: Crédito Fundiário

Parceiro no Projeto 35: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 35: Não Consta

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 35: Não Consta

• **Projeto 36:** Uso Sustentável da Água e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado da Bahia

Vigência do Projeto 36: De 14/01/2010 até 14/01/2015

Breve descrição do Projeto 36: O projeto visa garantir o acesso e uso sustentável da água e mitigação dos efeitos da seca no Estado da Bahia pela introdução de tecnologias inovadoras, capacitação e troca de experiência técnica.

Objetivo do projeto 36: Garantir o acesso e o uso sustentável da água com vistas à mitigação dos efeitos da seca e à convivência das populações rurais com o semiárido no Estado da Bahia.

Orçamento do Projeto 36: R\$ 2.000.000,00

Origem dos Recursos do Projeto 36: Não Consta

Tema do Projeto 36: Recursos Naturais e Mudanças Climáticas

Parceiro no Projeto 36: Governo do Estado da Bahia

Região(ões) no Brasil beneficiada(s) com o Projeto 36: Nordeste

Estado(s) no Brasil beneficiado(s) com o Projeto 36: Bahia

APÊNDICE C

Os projetos de desenvolvimento IICA-Brasil

No primeiro Capítulo desta pesquisa, no item 1.7, discutimos sobre a materialização das concepções de desenvolvimento do IICA nos projetos, programas e políticas públicas brasileiras, por meio da CT realizada entre o Instituto e o país. Os PCT IICA-Brasil, foram sistematizados e apresentados no Apêndice B. Neste apêndice, pretendemos apresentar os principais PCT IICA-Brasil, com o intuito de mostrar ao leitor, como as influências desta Organização Internacional estão presentes no território brasileiro.

A sistematização apresentada no quadro abaixo (Quadro 6), resulta de uma seleção dos PCT IICA-Brasil (Apêndice B), que apresentam no tema do Projeto a identificação: Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Rural Sustentável e/ou Desenvolvimento Regional.

Projeto	Vigência do Projeto	Orçamento	Parceiro(s)
		Origem dos Recursos	Natureza Jurídica
Projeto 1: Modernização dos Instrumentos de Gestão para o Fortalecimento Institucional, Técnico e Operacional do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS	De 13/05/2011 até 12/05/2015 Governo PT Dilma	R\$ 12.600.000,00 <i>Orçamento Geral da União - OGU: 100%</i>	MI <i>Pública</i>
Projeto 2: Consolidação de uma Agenda de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	De 21/01/2010 até 31/05/2014 Governo PT Lula-Dilma	R\$ 12.488.700,00 <i>MDA</i>	MDA <i>Pública</i>
Projeto 3: Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional	De 15/04/2009 até 15/04/2015 Governo PT Lula-Dilma	R\$ 23.038.400,00 <i>MI</i>	MI <i>Pública</i>

Projeto 4: Geração de Emprego e Renda Fundação Banco do Brasil – FBB	De 11/05/2011 até 30/09/2013 Governo PT Dilma	Não Consta <i>FBB</i>	FBB <i>Privada</i>
Projeto 5: Desenvolvimento de ações para o fortalecimento da participação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB nos espaços sub-regionais na área de sua atuação legal	De 01/03/2010 até 28/02/2014 Governo PT Lula-Dilma	R\$ 10.489.500,00 <i>BNB Orçamento próprio (100%)</i>	BNB <i>Privada</i>
Projeto 6: Consolidação da Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais	De 15/10/2012 até 14/10/2016 Governo PT Dilma	R\$ 33.420.828,00 <i>MDA</i>	MDA <i>Pública</i>
Projeto 7: Fortalecimento da Economia Rural de Base Familiar e Cooperativa no Estado do Rio Grande do Sul	De 30/03/2012 até 31/12/2014 Governo PT Dilma	R\$ 5.295.089,32 <i>Tesouro do Estado do Estado do Rio Grande do Sul</i>	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDR-RS <i>Pública</i>
Projeto 8: Revitalização da fazenda do Ministério da Agricultura dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural do Haiti - MARNDR, em Fond des Nègres	De 05/03/2009 até 01/01/2013 Governo PT Lula- Dilma	R\$ 9.720.249,00 <i>ABC</i>	ABC/MRE <i>Pública</i>
Projeto 9: Aprimoramento da Capacidade Técnica e Gerencial da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA/CE para dinamização do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará	De 01/03/2013 até 30/11/2016 Governo PT Dilma	R\$ 10.191.347,94 <i>Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (R\$ 6.290.955,52), Tesouro do Estado do CE (R\$ 3.900.392,42)</i>	SDA/CE <i>Pública</i>
Projeto 10: Gestão do Conhecimento em Zonas SemiÁridas do	De 30/05/2011 até 30/09/2013 Governo PT Dilma	R\$ 4.132,08 <i>Fundo Internacional para o</i>	FIDA <i>Organizações Internacionais</i>

Nordeste do Brasil – FIDA		<i>Desenvolvimento da Agricultura – FIDA</i>	
Projeto 11: Regionalização das Políticas de Desenvolvimento do Agronegócio e do Cooperativismo Brasileiros	De 28/12/2012 até 28/12/2016 Governo PT Dilma	R\$ 9.822.000,00 <i>ORGMANEJO; APOIOAGRIC; APOIOPEC; INFRALOG; PROMOCOOP2; INOVAGRO; INDIGRAF; MANUTSDC</i>	MAPA <i>Pública</i>
Projeto 12: Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública	De 03/12/2013 até 02/12/2017 Governo PT Dilma	R\$ 9.304.400,00 <i>• Programa de Trabalho 21.122.2120.2000.001 – Administração da Unidade/Nacional – Plano Orçamentário 003 – Formulação e Operacionalização de Políticas para o Desenvolvimento Agrário. • Programa de Trabalho 21.606.2012210V.001 – Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar/Nacional – Plano Orçamentário 001 – Apoio à Integração e à Cooperação Internacional na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária</i>	MDA <i>Pública</i>
Projeto 13: Fortalecimento Institucional e Gerencial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP no Planejamento e Execução do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú - PROCASE	De 18/09/2013 até 18/09/2015 Governo PT Dilma	R\$ 5.940.000,00 <i>Governo do Estado da Paraíba e FIDA</i>	Governo do Estado da Paraíba <i>Pública</i>
	De 20/03/2014 até	R\$ 9.724.563,00	Governo do Estado do

Projeto 14: Fortalecimento institucional e das capacidades de gestão dos órgãos executores do projeto de desenvolvimento sustentável no semiárido do Piauí: Projeto Viva o Semiárido	19/03/2021 Governo PT Dilma	<i>Não Consta</i>	Piauí <i>Pública</i>
--	---------------------------------------	-------------------	-----------------------------

Quadro 6 – Projetos desenvolvidos no Brasil com a CT do IICA sobre Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Rural Sustentável e/ou Desenvolvimento Regional

Fonte: IICA, 2015.

Dos quatorze PCT IICA-Brasil sistematizados acima, somente seis ainda estão em vigência (Projetos 6, 9, 11, 12, 13 e 14). Desses, optamos por discutir apenas dois, de abrangência nacional, e que são fundamentais para compreender a materialização das concepções do IICA sobre desenvolvimento nos projetos, programas e políticas públicas do Governo Federal, a saber: os Projetos 6 e 12.

No Projeto 6, intitulado “Consolidação da Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais”, o tema é Desenvolvimento Territorial. Consideramos este Projeto, uma forte evidência da influência direta do IICA na formulação, pelo Governo Federal, de políticas públicas para o desenvolvimento das áreas rurais. Segundo o IICA (2015), o objetivo deste Projeto é “Contribuir para a consolidação de uma nova geração de políticas públicas e para uma nova concepção de desenvolvimento rural sustentável, consolidando política e tecnicamente a estratégia de apoio ao desenvolvimento territorial”.

Este Projeto de Cooperação Técnica – PCT visa contribuir para a consolidação da estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais posta em prática pelo Governo Federal através do *Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT*²⁷¹, coordenada no âmbito da SDT/MDA e do *Programa Territórios da Cidadania*, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República junto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por consolidação entende-se o reconhecimento político e social da estratégia como inovação para a gestão de políticas públicas de combate à pobreza e uma maior institucionalização desta na estrutura administrativa do Estado (IICA, 2015, *grifo nosso*).

²⁷¹ Na literatura, o PRONAT também aparece com a sigla PDSTR. É também chamado de Programa de Territórios Rurais – TR e/ou Territórios Rurais de Identidade (LEITE; KATO; ZIMMERMANN, 2009, p. 97).

Importante destacar que o PRONAT, no início do Século XXI, é o Programa que materializa a nova orientação das políticas públicas brasileiras para o desenvolvimento rural. No ano 2000, foi criado o MDA, substituindo o antigo Ministério de Política Agrícola e Desenvolvimento Agrário e em 2003²⁷², foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT²⁷³, vinculada ao MDA, que desloca o foco das políticas centradas nos agricultores para as políticas centradas no Território. O PRONAT foi criado nesse contexto de mudanças governamentais, em 2003 (DELGADO; GERALDI, 2012; LEITE, 2011; LIMA, 2013; ORTEGA, 2007; TEIXEIRA DA ROCHA; FILIPPI, 2008).

Partindo de uma “nova” perspectiva conceitual e procurando superar no meio rural as persistentes desigualdades econômicas e sociais, o objetivo geral do Programa é promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de qualidade de vida da população rural, mediante três eixos estratégicos: i. Organização e fortalecimento dos atores sociais; ii. Adoção de princípios e práticas da gestão social; iii. Promoção da implementação e integração de políticas públicas (TEIXEIRA DA ROCHA; FILIPPI, 2007, p. 5).

O PRONAT foi incluído no Plano Plurianual 2004-2007²⁷⁴ do Governo Federal e segundo Geraldí (2012, p. 167), “A formulação deste texto teve o auxílio do IICA, instituição defensora do paradigma de desenvolvimento baseado no DTR²⁷⁵”. Além das influências do IICA no PRONAT, o PTC também incorpora as recomendações do Instituto.

O PTC foi criado em 2008, e

²⁷² “No ano de 2003, com o reconhecimento político do território como expressão da integralidade do ambiente de gestão da agricultura familiar, são assumidas decisões de caráter político e conceitual, de enorme transcendência para construção da atual política de desenvolvimento rural. A recém criada SDT assume uma definição de política chamada a transformar profundamente a orientação e gestão da política pública do desenvolvimento rural. É tomada a decisão de introduzir a unidade territorial como foco da política de desenvolvimento rural, de forma complementar à política focalizada na agricultura familiar que se fortalece na SAF” (ECHEVERRI PERICO, 2010, p. 89).

²⁷³ “A rede de articuladores se instaurou desde o início com a cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA, que apoiou a recém criada secretaria para viabilizar uma capacidade operacional num espaço de tempo relativamente curto” (ECHEVERRI PERICO, 2010, p. 96, *grifo nosso*).

²⁷⁴ “O desenvolvimento rural sustentável somente será possível quando a população do campo for efetivamente incluída em processos locais de desenvolvimento. Nesse sentido, foi instituído no PPA 2004-2007 o programa *Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais*, que deverá apoiar-se no *crecimento das competências locais* para que os atores sociais assumam o protagonismo dos processos que conduzem ao seu desenvolvimento, numa perspectiva multidimensional e multissetorial do desenvolvimento local. Isto implica na adoção de uma abordagem territorial do desenvolvimento, para que as eventuais deficiências locais possam ser enfrentadas pelo esforço compartilhado, pela solidariedade e pela cooperação dentre os atores sociais e entre estes e os responsáveis pela implementação de políticas públicas” (BRASIL, 2003, p. 119, *grifo nosso*).

²⁷⁵ Sigla de Desenvolvimento Territorial Rural.

é uma das ações destinadas a reduzir as desigualdades proposta pela Agenda Social do Governo Federal. Seu objetivo é a “superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”. Especificamente o Programa visa à promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, por meio do planejamento e integração de políticas públicas. Também se propõe a ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania (LEITE; KATO; ZIMMERMANN, 2009, p. 101).

Importante destacarmos, que no interior do PTC, por exemplo, foi adotado o Projovem Campo – Saberes da Terra, “[...] que visa à formação integral do jovem (18 a 29 anos) rural por meio da elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional” (ANTUNES, 2011b, p. 103).

Observamos no Projeto 6, que o IICA auxilia teórica e metodologicamente o Governo Federal, na implementação da categoria território nos programas do PRONAT e do PTC. As categorias território e/ou desenvolvimento territorial, estão presentes, a partir dos anos 2000, tanto nas elaborações *iicaianas*, como nos projetos, programas e políticas do Governo Federal, com o intuito de “mudar” a lógica na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento rural no Brasil. No entanto, essa mudança fica mais restrita ao campo semântico dos discursos. Adiantamos aqui, a discussão, de que a defesa do enfoque territorial engendrada por Organizações Internacionais como o IICA e pelo Governo Federal, a partir dos anos 2000, nas políticas voltadas ao desenvolvimento das áreas rurais, afasta as discussões do Brasil em relação à Reforma Agrária. Estratégia orgânica, de um país que tem como estrutura econômica, o grande latifúndio.

Por meio de um discurso de descentralização e de uma abordagem não-setorial, por isso territorial, os projetos, programas e políticas de desenvolvimento territorial, evocadas pelo IICA e implementadas pelo Governo Federal brasileiro, constituem-se em arranjos reformistas assentados na máxima *lampedusiana*²⁷⁶ de que tudo deve mudar, para que tudo fique exatamente como está.

Já o Projeto 12²⁷⁷, intitulado “Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública”, tem como objetivo “Contribuir para a formulação,

²⁷⁶ Utilizamos este recurso linguístico para nos referir a obra “O Leopardo”, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957).

²⁷⁷ As discussões teóricas e metodológicas que embasam este Projeto estão sistematizadas no volume 21 da SDRS. De acordo com o IICA (2013, p. 7), “A concepção, a magnitude e as especificidades do mundo rural brasileiro contemporâneo e sua incidência sobre as políticas públicas de desenvolvimento vêm sendo objetos

avaliação e fortalecimento de políticas públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e *Reforma Agrária* no contexto da ruralidade contemporânea do Brasil [...]” (IICA, 2015, *grifo nosso*).

Neste Projeto, o IICA faz parceria com o MDA e o NEAD²⁷⁸ e situa-se na temática do Desenvolvimento Rural Sustentável. Segundo o IICA,

O projeto tem como principal desafio entender a nova ruralidade, e suas implicações para as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável. Para isto, espera fortalecer o NEAD no que tange aos acréscimos de qualidade na implementação de suas ações, ampliando a competência técnica e gerencial de seus quadros, procurando assegurar que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários, garantindo uma maior interação do MDA com o conjunto dos atores sociais e institucionais, que representam parte essencial de sua estratégia e dos objetivos de seu trabalho (IICA, 2015).

Observamos que a compreensão sobre a “nova ruralidade²⁷⁹” brasileira, depende também, do entendimento do IICA sobre a organização do campo brasileiro, o que nos permite problematizar se, de acordo com as compreensões do Instituto serão formuladas políticas públicas para esse “novo espaço”? Um espaço sem conflitos? No volume 21 da SDRS, vários artigos compõem uma pesquisa rica sobre a “nova ruralidade” brasileira e mundial, no entanto, o Instituto se coloca como Organização neutra em relação às definições do que viria a constituir-se como o “novo espaço rural”. Neutralidade que

de crescente preocupação de pensadores e gestores governamentais. No propósito de contribuir para dar respostas a essa preocupação, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) vem implementando, desde março de 2012, o projeto intitulado *Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*, cujo objetivo é de construir uma tipologia atualizada dos espaços rurais no Brasil, tomando por base os avanços conceituais da temática da ruralidade e territorialidade desenvolvidos no âmbito da academia, de entidades governamentais gestoras de políticas agrárias e dos movimentos sociais, avaliando as implicações dessa abordagem atualizada do rural brasileiro e das políticas públicas de promoção do seu desenvolvimento. Essa iniciativa é resultado de uma parceria entre o IICA, por meio do Fórum DRS e os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Desenvolvimento Agrário (MDA), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Fundação Banco do Brasil (FBB), e os Governos dos Estados de Pernambuco, da Paraíba e do Ceará”.

²⁷⁸ O NEAD é o órgão responsável pela avaliação, monitoramento e fortalecimento das políticas públicas de desenvolvimento rural do MDA. Além de realizar estudos e pesquisas que auxiliam o MDA na elaboração de políticas públicas, o NEAD tem como objetivo “[...] qualificar o trabalho técnico dos diversos segmentos que atuam no meio rural, promover a integração entre os centros de pesquisa e ampliar a participação dos atores sociais nos espaços de gestão das políticas de reforma agrária, de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e de atendimento às comunidades rurais tradicionais, buscando consolidar uma agenda de desenvolvimento” (NEAD/MDA, 2015).

²⁷⁹ O IICA compreende que a nova ruralidade é o novo contexto político-social do meio rural brasileiro (IICA, 2013).

desaparece, quando historicizamos a origem e o desenvolvimento do IICA como Organismo Especializado em Agricultura, pertencente a OEA.

A partir do PCT IICA-Brasil intitulado a “Nova Ruralidade Brasileira: Compreensões e Implicações na Política Pública”, o Governo Federal assume uma nova postura teórica e metodológica sobre o espaço rural brasileiro. Problematizamos, se isso significa que o IICA, enquanto Organização Internacional, influencia diretamente nas políticas públicas de desenvolvimento para as áreas rurais, pelo menos até 2017, data limite para a vigência da cooperação IICA-Brasil nesse Projeto. Questionamos então, se do projeto de CT às políticas públicas do Governo Federal as recomendações viram lei?

Essas são problematizações que procuramos responder ao longo do desenvolvimento desta exposição.